Maria Clélia Lustosa Costa

**CIDADE 2.000:
EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO
ESPACIAL EM FORTALEZA**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO — FFLCH — DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TESE DE MESTRADO — SÃO PAULO — 1988

ORIENTADORA: PROF.^a D.^a AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS

CIDADE 2.000:

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO

ESPACIAL EM FORTALEZA

MARIA CLÉLIA LUSTOSA COSTA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FFLCH - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TESE DE MESTRADO - SÃO PAULO - 1988
ORIENTADORA: PROFA. DRA. AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS

Ao Seu Costa e a Dona Dolores

AGRADECIMENTOS

Registrar os agradecimentos aos eventuais colaboradores na tarefa de elaborar uma monografia que pode conferir grau apenas ao personagem que subscreve o texto é muitas vezes apenas uma questão de formalidade. O esforço individual pode ser tão grande que se agradece apenas para constar. Mas encontrei tantas pessoas dispostas a facilitar o meu trabalho que não posso deixar de registrar um reconhecimento sincero, mesmo correndo o risco de cometer omissões.

A Universidade de São Paulo me acolheu no momento mais importante do meu desenvolvimento intelectual. No Curso de Mestrado em Geografia encontrei o ambiente mais adequado à pesquisa universitária. Seus professores são exemplos de excelência acadêmica e dignidade profissional. Minha orientadora, a Professora Amalia Inés Geraiges de Lemos, a par de suas esclarecidas indicações, me proporcionou ampla liberdade de pensamento e ação. As colegas Mýrian Lourenção, Virgínia Etges e Beatriz Ribeiro Soares partilharam comigo as melhores descobertas no mundo da Geografia. A esta última, sou grata pela tranquilidade e alegria que conferiu a nossa vida comunitária.

Devo mencionar também meus colegas do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, instituição onde comecei minha vida profissional e que me permitiu cursar o Mestrado. Sou particularmente grata a José Borzacchiello da Silva e Vanda Claudino Sales, amigos que dividem comigo o interesse pelas questões urbanas de Fortaleza e que foram pacientes interlocutores na minha busca de compreensão mais ampla dos problemas ambientais.

Alunos do Curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará também contribuíram para realização da pesquisa. Ivonaldo Holanda e Fátima Almeida realizaram a pesquisa de campo. Solange participou do levantamento de dados em órgãos públicos e datilografou a primeira versão do texto.

Os debates realizados na AGB-Fortaleza enriqueceram a visão prática dos problemas urbanos e o aprendizado sobre as lutas populares.

Técnicos do Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura de Fortaleza ofereceram valiosas informações. Menciono os nomes de Cesário, Águeda, Cartaxo e Bosco pela prestabilíssima cooperação. Lúcia Ramalho elaborou os mapas a partir de fotografias aéreas. Agostinho os desenhou. Mendes e Jorge, funcionários da FGV, datilografaram o texto.

Meu irmão Fred e sua mulher Elzinha reviram o manuscrito, conferindo-lhe maior clareza e organicidade. Meus pais, mais uma vez, emprestaram seu estímulo e entusiasmo. Meu amigo Valmir foi uma companhia agradável, estimulante e enriquecedora.

A CAPES financiou a pesquisa através de bolsa de estudo.

De todos recebi ajuda e a todos agradeço, mas as lacunas e impropriedades do trabalho são de minha inteira responsabilidade.

GLOSSARIO DE SIGLAS

ABES	- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária
AGB	- Associação dos Geógrafos Brasileiros
APA	- Área de Preservação Ambiental
AUMEF	- Autarquia Metropolitana de Fortaleza
BB	- Banco do Brasil
BEC	- Banco do Estado do Ceará
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
CHESF	- Companhia de Eletificação do Vale do S. Francisco
CAGECE	- Companhia de Águas e Esgoto do Estado do Ceará
CBTU	- Companhia Brasileira de Trens Metropolitanos
CEF	- Caixa Econômica Federal
COELCE	- Companhia de Eletrificação do Ceará
CODEF	- Companhia de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza
COHAB	- Companhia de Habitação
DNOCS	- Departamento Nacional de Obras contra as Secas
EBC	- Empresa Brasileira de Construções
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FPM	- Fundo de Participação dos Municípios
IAB	- Instituto de Arquitetos do Brasil
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	- Imposto sobre Serviços
IOCE	- Imprensa Oficial do Estado do Ceará
EMURF	- Empresa de Urbanismo de Fortaleza
PLANDIRF	- Plano de Desenvolvimento Integrado da Região de Fortaleza
PMF	- Prefeitura Municipal de Fortaleza
SAAGEC	- Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto do Estado do Ceará
SOCEMA	- Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente
SUOP	- Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas - PMF
TELECEARA	- Telecomunicações do Ceará S.A.
UNIFOR	- Universidade de Fortaleza
UECE	- Universidade Estadual do Ceará
UFC	- Universidade Federal do Ceará
ZE	- Zona Especial
ZI	- Zona Industrial
ZR	- Zona Residencial

LISTA DE TABELAS

01 - Crescimento Populacional no Município de Fortaleza (1890 - 1980)	11
02 - Crescimento Demográfico segundo os componentes - Município de Fortaleza (1940 - 1970)	12
03 - Composição do Emprego por Subsetor de Atividade - Estado do Ceará- 1983	16
04 - Rendimento Mensal de todas as fontes segundo o número de famílias - Região Metropolitana de Fortaleza - 1978	19
05 - Distribuição de Favelas e Favelados na Região Metropolitana de Fortaleza 1984	22
06 - População atendida pela Rede Pública de Água e Esgoto - 1988	134
07 - Crescimento populacional nos bairros Vicente Pinzon, Papicu e Cocó - (1970 - 1980)	140
08 - Crescimento em edificações nos bairros de Vicente Pinzon, Papicu e Cocó - (1970 - 1980)	140
09 - Precipitação mensal em Fortaleza - (1970 - 1987)	203

LISTA DE FIGURAS

01 - Limites de Bairros na cidade de Fortaleza (1982).....	08
02 - Sistema Viário Básico de Fortaleza.....	14
03 - Localização das Principais favelas em Fortaleza.....	21
04 - Densidade Populacional no Município de Fortaleza em 1970...	26
05 - Conjuntos Habitacionais localizados à margem da ferrovia - RMF - 1988.....	27
06 - Jornal O Povo: Contradições na zona leste.....	29
07 - Rede Pública de Água e Esgoto na RMF.....	35
08 - Localização dos grandes Equipamentos Urbanos em Fortaleza...	37
09 - Parcelamento e Ocupação do Solo na RMF.....	39
10 - Jornal Diário do Nordeste: Fiscalização X Especulação Imobiliária em Fortaleza.....	56
11 - Evolução Urbana em Fortaleza (1726-1979).....	65
12 - Planta da Vila de Fortaleza elaborada por Silva Paulet (1818)...	67
13 - Planta de Fortaleza organizado pela Padre Manuel do Rego de Medeiros (1856).....	69
14 - Planta Exacta da Capital do Ceará elaborada por Adolfo Herbster (1859).	70
15 - Plano de Expansão Urbana para Fortaleza de Adolfo Herbster (1875).	74
16 - Linhas de Bonde Elétrico da Empresa Light & Power (1925)...	76
17 - Planta de Fortaleza elaborada na Administração de Tibúrcio Cavalcante (1931/32).....	80
18 - Planta de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza, organizada por Nestor de Figueredo (1932-33).....	81
19 - Plano Diretor de Remodelação de Fortaleza, executado pelo engenheiro Saboia Ribeiro (1947).....	83
20 - Plano Diretor de Cidade elaborado por Hélio Modesto (1962)...	88
21 - Zoneamento de Fortaleza - PLANDIRF - 1974.....	91

22 - Zoneamento de Fortaleza de acordo com a lei 4.486 de 1975...	99
23 - Zoneamento de Fortaleza de acordo com a lei 5122.A de 1979...	103
24 - "Invasão" de terra em Fortaleza no período 1986 - 88 (O Povo 21.4.88).....	119
25 - Vendedores ambulantes nas praças de Fortaleza.....	120
26 - Divisão em bairros do antigo Sítio Cocó.....	125
27 - Levantamento aerofotogramétrico do município de Fortaleza. Detalhe da folha 8.....	127
28 - Planta do Sítio Cocó da Imobiliária Antonio Diogo.....	130
29 - Densidade Populacional na área do antigo Sítio Cocó (1970)...	138
30 - Densidade Populacional na área do antigo Sítio Cocó (1980).....	139
31 - Renda per capita na área do antigo Sítio Cocó.....	142
32 - Zoneamento na área do antigo Sítio Cocó de acordo com a lei 5.122A de 1979.....	145
33 - Ocupação do solo no entorno da Cidade 2000.....	161
34 - Tipos de casa existentes no Conjunto Cidade 2000.....	166
35 - Deteriorização das casas na Cidade 2000.....	169
36 - Tipo de moradores na Cidade 2000.....	181
37 - Moradias do Conjunto Cidade 2000 que sofreram alterações...	181
38 - Geologia.....	201
39 - Geomorfologia.....	201
40 - Vegetação.....	201
41 - Mapa do Exército de 1962/63.....	201
42 - Levantamento aerofotogramétrico de 1958.....	21
43 - Sub-bacia B-2.2 e suas adjacentes.....	21
44 - Levantamento aerofotogramétrico de 1972.....	22
45 - Jornal O Povo: Prefeito determina que lagoa não pode ser alterada.....	22
46 - Jornal o Povo: Cidade 2000 clama por uma vida melhor...	22
47 - Desmembramento no antigo Sítio Cocó (1979).....	23
48 - Jornal o Povo: Cidade 2000 está ilhada.....	24

49 - Jornal O Povo: A água expulsa moradores da Cidade 2000...	250
50 - Duração do fluxo de água na Sub-bacia B-2.1 - Cidade 2000...	269
51 - Bacia de Drenagem da Cidade 2000.....	274
52 - Grandes proprietários no entorno da cidade 2000.....	276
53 - Jornal O Diário do Nordeste: Drenagem não resolverá o problema na Cidade 2000.....	280
54 - Projeto de Drenagem para o Complexo Lagoa Grande/Cidade 2000...	282
55 - Jornal o Povo: Cidade 2000 está com a sua drenagem ameaçada...	284

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. A PROBLEMATICA URBANA EM FORTALEZA	09
3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FORTALEZA	41
4. PLANEJAMENTO E EXPANSÃO URBANA EM FORTALEZA	63
5. INCORPORAÇÃO DO SÍTIO COCO A MALHA URBANA	123
6. CIDADE 2.000: UM CONJUNTO POPULAR EM UM BAIRRO NÃO POPULAR	154
6.1. A OCUPAÇÃO DO BAIRRO COCO E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NA CIDADE 2.000	196
6.2. A LUTA DOS MORADORES E OS BENEFICIÁRIOS DAS CONQUIS- TAS POPULARES	241
7. CONCLUSÃO	287
8. BIBLIOGRAFIA	291

**"Os bens do rico é a sua cidade
forte, a pobreza dos pobres a
sua ruína."**

(Provérbios de Salomão, 10,15)

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho representa um marco numa longa caminhada pelos caminhos da Geografia na busca de compreender o espaço que ocupo, a cidade que me acolhe. Pois Fortaleza não é apenas um retrato na parede, uma paragem bucólica, um apelo afetivo. É também uma das mais vivas expressões de nossas contradições, a síntese da dualidade, o lugar por onde passa o equador que divide o corpo social do Brasil.

Fortaleza é uma das mais belas capitais do Nordeste. As margens dos verdes mares do Atlântico, que brilham "como líquida esmeralda aos raios do sol nascente", espalha-se uma extensa planície coberta de dunas cortadas por largas avenidas, onde estão plantados edifícios de um apartamento por andar e casas de fazer inveja a alguns moradores dos Jardins de São Paulo ou de Beverly Hills em Los Angeles. A população que aí reside se compraz na degustação de mariscos de exportação e nas festinhas dos night clubs refrigerados. Consome também bens de luxo em proporção maior do que Rio de Janeiro e São Paulo. Vivem largamente os privilegiados moradores dessa Aldeia.

Fortaleza, a quinta cidade brasileira em população, apresenta uma das mais baixas rendas per capita do país. Quase um terço da população, com renda inferior a dois salários mínimos, vive em favelas, sem quaisquer condições de infra-estrutura e serviços básicos. Outra parte considerável, quase a metade da população, abriga-se em bairros da periferia e conjuntos habitacionais, com precário atendimento dos serviços urbanos. Altas taxas de desemprego, analfabetismo, subnutrição e mortalidade infantil caracterizam a vida da maioria dos habitantes dessa nova Calcutá.

Não são duas cidades; é apenas a imagem bifronte do mesmo organismo social. Já em 1963, o temido escritor Jader de Carvalho publicou o controvertido romance **Aldeota**, onde retratava os contrastes da sociedade cearense:

"Nestes últimos anos, prefeitos rasgaram ruas na direção do mar e do sertão. Aldeota cresceu em todos os sentidos, assinalada agora por bangalôs de alto custo, palacetes de linhas moderníssimas e custosos palácios que, pela riqueza e luxo, até recordam as Mil e Uma Noites.

"Olhos estranhos detiveram-se no bairro magnífico, logo colocado entre os mais ricos, mais belos e mais aristocráticos do Brasil. E não viram, à luz do sol, as raízes da cidade bilionária. Onde se enterrariam essas raízes? Claro que não se alimentavam numa agricultura rotineira e primitiva, num criatório extensivo e perseguido pelas secas. Claro também que indústrias nascentes e precárias não seriam o chão dadivoso onde a fabulosa Aldeota fôsse beber tanta vida.

"Qual, assim, a fonte, a matriz do fenômeno, se ela não está no comércio legal do algodão e da cêra de carnaúba? Se não se acha no boi e muito menos nas rédes e nos tecidos populares dos nossos cotonifícios?

"A fonte, a fonte é oculta. E a fraude fiscal, sob seus múltiplos aspectos. A formosa, a riquíssima Aldeota de hoje, onde se apregoam "terrenos de luxo", nasceu do contrabando organizado, do subfaturamento crônico, de toda a sorte de sonegação de impostos. É um destino, amigos, pois o velho e majestoso "castelo do Plácido", limite occidental do bairro, já não era tido como filho de dinheiro falso, dinheiro vindo do Prata, para a consolidação de algumas fortunas locais?

"E certo que há bangalôs honestos, palacetes respeitáveis, em meio às maravilhas de arte que se alicerçam no comércio clandestino da cêra, do algodão, da mamona, das peles silvestres, do café e dos automóveis. São eles a exceção confirmadora da regra geral - aliás triste e vergonhosa regra geral." (Carvalho, 1963: 09)

Jader de Carvalho descreveu também como, ao lado da formação do bairro da Aldeota, do outro lado da cidade, na Zona Oeste, outro bairro, o Pirambu se estruturava, se organizava em torno de uma luta comum de seus habitantes - a posse da terra. Liderados pelo vigário da Paróquia - Padre Hélio, participaram da famosa "marcha do Pirambu" no centro da cidade.

"A multidão marchava quase vagarosamente. Não parecia uma avalanche a espalhar-se nas ruas. Não cantava canções revolucionárias. Não reclamava o sangue dos ricos. Não delirava de ódios, marcada por fanatismo. Não era mística. Mas todo o sentido da sua realização bramava num cartaz. O cartaz incendiava-se nestes dizeres: "Pecado mortal é morrer de fome".

Apesar de silenciosa e pacífica, a marcha atemorizava os moradores da Aldeota, como mostram os diálogos que se seguem:

" - Hoje, a marcha parou em frente ao Palácio do Bispo. Outra marcha não poderá vir até a nossa Aldeota? Ah, no dia em que o Padre Hélio se lembrar de estabelecer um paralelo entre a nossa vida e a dos seus paroquianos, entre os nossos palácios e os casebres do seu povo, você Marcelino, não imaginará a sorte da sua casa."

Mas o Padre Hélio esclarecia que "ninguém esperasse atitudes agressivas, atos impensados da parte dos tuberculosos, dos subnutridos, dos maltrapilhos da sua paróquia. Eles desejavam apenas armar à vista de todos o contraste entre o subúrbio faminto e a cidade

rica de arranha-céus, de palácios, de jardins iluminados, de ruas e praças respeitáveis."

A percepção da realidade contrastante de Fortaleza era realçada pela personagem Catarina." A esposa do exportador se perdia no confronto entre a Aldeota e o Pirambu, entre a Nova-Aldeota e o Lagamar. Porque tamanho abismo entre duas classes sociais? Não, não era pela violência contra os ricos. Não era pela destruição da propriedade particular. Porém não compreendia a distância política entre criaturas do mesmo País, da mesma raça, da mesma língua, dos mesmos costumes. A inteligência - pensava ela - não era privilégio dos bem aquinhoados pela sorte".(Carvalho, 1963: 364)

O luxo da Aldeia é a nata do lixo, pois está encrustrado em meio à pobreza reinante em um número crescente de favelas. Fortaleza metropoliza-se na miséria. Cresce com a fome, a marginalização, a prostituição e a violência. Como os deserdados do processo urbano já não são tão silenciosos e pacíficos, os poderosos tentam se proteger, estabelecendo cancelas, construindo fortalezas, tentando afastar a população pobre, doente e perigosa.

Evidentemente, essas manifestações da desigualdade não são singularidades da capital do Ceará. Fazem parte da natureza do processo de "desenvolvimento" urbano no Brasil que, através da produção e distribuição do espaço, promove a acumulação do capital, destrói o patrimônio ambiental e engendra a segregação residencial. É a própria lógica do capitalismo, que mercantiliza a natureza e as relações que se estabelecem entre os homens para a sua transformação e apropriação.

A particularidade de Fortaleza está relacionada com a transparência desse processo. As contradições se apresentam em cada esquina de forma tão impactante que não é preciso ser geógrafo ou

cientista social para buscar as raízes da riqueza e da pobreza urbana, como fazia a Catarina de Jader de Carvalho entre um e outro chá beneficente.

A situação do Conjunto Cidade 2.000 é exemplar, pois tipifica os processos de expansão das grandes cidades brasileiras. Conduz-nos às questões perenes da própria Geografia Urbana; suscita discussões sobre a economia do espaço, o planejamento urbano, a ação estatal, a cidadania e a preservação do meio ambiente, e; induz-nos à reflexão sobre as desigualdades sociais, a segregação residencial e a própria viabilidade da cidade como forma de vida humana associada.

A cidade 2.000 é um conjunto de casas populares construído em um dos bairros da Grande Aldeota, em uma zona de dunas e lagoas próximas ao Rio Cocó. Sua localização coloca, desde logo, uma questão fundamental: o que explica a presença de um conjunto popular em um bairro não popular?

Mas é a história da Cidade 2.000, desde a concepção inicial do projeto até as lutas e conquistas dos moradores, que oferece um rico manancial de indagações, inclusive de fundo teórico, a saber:

- Quais as relações entre a implantação do Conjunto e a expansão de Fortaleza para a Zona Leste?

- Quais as transformações que ocorreram nessa área após a construção do Conjunto?

- O que significa hoje a existência da Cidade 2.000 no contexto urbano de Fortaleza?

Para tentar compreender e explicar essa realidade empreendemos uma pesquisa que se desenvolveu em três etapas principais. Em primeiro lugar, realizamos uma revisão bibliográfica que contemplou principalmente a literatura sobre os processos de produção e distribuição do espaço e sobre questões ambientais. Num segundo

momento, recolhemos, junto a órgãos públicos do Estado e do Município, toda a documentação relacionada com a história do Conjunto - projetos, pareceres, correspondências, plantas, fotografias e cartas geográficas. Também levantamos, nas coleções dos dois principais jornais de Fortaleza - O Povo e Diário do Nordeste - as matérias mais relevantes para a construção de uma história da Cidade 2.000. Na etapa final, realizamos uma pesquisa de campo no próprio local, conferindo informações de documentos, levantando dados primários e entrevistando os moradores.

Com esse acervo de informações construímos um grande painel que permite contextualizar a Cidade 2.000 no espaço urbano de Fortaleza. As respostas vão sendo oferecidas na medida em que a análise vai se afunilando.

Assim é que no segundo capítulo desta monografia, julgamos conveniente fazer uma apresentação geral sobre a problemática urbana de Fortaleza, a partir de dados demográficos, de renda, emprego, oferta de serviços públicos e indicadores sociais.

O terceiro capítulo discute o processo de produção do espaço urbano na sociedade capitalista, identificando e qualificando o papel dos diversos agentes que dele participam - O Estado, o setor imobiliário e os consumidores. Nessa mesma parte, o tratamento teórico é aplicado à realidade de Fortaleza.

O quarto segmento da monografia reconstitui a história da expansão urbana de Fortaleza mostrando as diversas experiências de planejamento, seus êxitos e fracassos.

A expansão da cidade também é o tema do quinto capítulo, sob que o foco agora está orientado para a ocupação da Zona Leste, a partir da incorporação do Sítio Cocó.

O sexto capítulo discute as questões centrais da monografia, a partir da análise da situação da Cidade 2.000, em três momentos: a história do Conjunto, o processo de degradação ambiental pela ocupação de seu entorno e a distribuição dos benefícios conquistados com a luta dos moradores.

Um parte final resume as conclusões.

LEGENDA

- 1-Centro
- 2-Central
- 3-Prata de Iracema
- 4-Meiros
- 5-Aldeota
- 6-Mucuripe
- 7-Varijota
- 8-Papicó
- 9-Vicente Pinosa
- 10-Antonio Dique
- 11-José Bonifácio
- 12-Fátima
- 13-Joaquim Távora
- 14-Tauape
- 15-Dionizio Torres
- 16-Salinas
- 17-Cocó
- 18-Água Fria
- 19-Sabagubá
- 20-Vila União
- 21-Ale de Salença
- 22-Aeroporto
- 23-Dias Macedo
- 24-Cajazeiras
- 25-Cidade dos Funcionários
- 26-Candiba
- 27-Alagadico Novo
- 28-Lagoa Redonda
- 29-Serrinha
- 30-Castello
- 31-Panamé
- 32-Prefeito José Valtor
- 33-Jacupiranga
- 34-Meridiana
- 35-Moura Bradi
- 36-N 5 das Cragas
- 37-Criolo Redondar
- 38-Barra do Ceará
- 39-Vila Velha
- 40-Antonio Bezerra
- 41-Olavo Oliveira
- 42-Cachoeirinha
- 43-Alagadico
- 44-Vila Ebery
- 45-Monte Castelo
- 46-Jacarecanga
- 47-Tarim Brilo
- 48-Bonficia
- 49-Rodolfo Tedillo
- 50-Amadeu Fortado
- 51-Bela Vista
- 52-Pici
- 53-Dom Lustrosa
- 54-Cenibad
- 55-Henrique Jorge
- 56-Demócrito Rocha
- 57-Damas
- 58-Jardim América
- 59-Bom Futuro
- 60-Monte
- 61-Parangaba
- 62-Imperi Clube
- 63-João XXIII
- 64-Bom Sucesso
- 65-Cranjo Portugal
- 66-Rom Jardim
- 67-Parque São José
- 68-Vila Peri
- 69-Maraponga
- 70-Duvidé
- 71-Mandubim
- 72-Manoel Sávio
- 73-Parque Aho Alegre

LIMITE DE BAIRROS

Figura nº 01 - Limite de bairros na cidade de Fortaleza - 1982

2. A PROBLEMATICA URBANA DE FORTALEZA

A maioria das grandes cidades brasileiras convive com uma variedade de problemas que vão desde a insuficiência de sólidas bases produtivas, passando pelo déficit habitacional e pela carência de obras de infra-estrutura, equipamentos urbanos e serviços sociais, até a inexistência de áreas de preservação ambiental. Fortaleza não foge a esse quadro desalentador. Favelas, loteamentos clandestinos, ruas e praças sujas e esburacadas abrigam o enorme contingente dos que nada têm, pois falta-lhes emprego, casa, água, educação e saúde. Nesse terreno estão plantados as raízes da pobreza urbana.

Esses problemas não são recentes, mas têm sido agravados em decorrência do crescimento da população urbana. O intenso fluxo migratório na direção campo-cidade, sem a expansão dos níveis de investimento e emprego, amplia a oferta de mão-de-obra desqualificada, gerando desemprego, subemprego e rendimentos decrescentes. Esses trabalhadores de baixa renda se fixam com suas famílias em áreas de ocupação "desordenada" na periferia ou no próprio centro urbano.

Ademais, o processo de concentração de renda, em termos espaciais, setoriais, institucionais e pessoais, reduziu significativamente o investimento público per capita nas regiões mais pobres, diminuindo os gastos na área social e esvaziando o poder local. Enquanto o Estado assumia progressivamente os custos da reprodução da força de trabalho, as fontes de receitas municipais secavam. Em Fortaleza, com o advento da chamada Administração Popular (1986/88), liderada inicialmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT),

em franca oposição aos governos federal e estadual, o problema financeiro do Município foi sensivelmente agravado, por conta do estancamento do fluxo de transferências de recursos a fundo perdido ou mediante empréstimos subsidiados.

A indigência financeira da Prefeitura, determinando cortes nos gastos de custeio através da moralização das relações de trabalho, e o próprio processo de renovação de quadros gerenciais ensejaram a deflagração de uma série de movimentos grevistas que praticamente paralizaram, durante longos períodos dos anos de 1986 e 1987, uma série de serviços urbanos essenciais, inclusive transporte e limpeza pública.

Para completar este quadro, acrescente-se que os anos da administração Popular foram anos de chuvas torrenciais. Os rigores dos invernos, além do alagamento de casas e ruas, também revelaram a outra face menos conhecida da Fortaleza ensolarada - cidade sem esgotos e galerias fluviais, alicerçada sobre fossas num sítio onde o lençol freático se mostra quase à flor da terra.

Todos esses problemas têm contribuído para uma perda significativa de qualidade de vida da população fortalezense. Além das condições observáveis nas favelas e outros aglomerados populacionais insalubres, na pavimentação destruída, no lixo acumulado no leito das vias públicas, outras exteriorizações da pobreza urbana são menos notadas. Com efeito, a propagação de doenças infecciosas, o comércio ambulante e a escalada de violência atingiram níveis insuportáveis nos últimos anos.

Esse quadro demonstra que o crescimento populacional não tem sido acompanhado do aumento da oferta de bens e serviços públicos, ampliando o déficit de condições gerais de produção e reprodução da força de trabalho. Senão, vejamos.

Entre 1970 e 1980, a população de Fortaleza cresceu 62,5%, passando de 857.980 para 1.308.919 habitantes, acompanhando o crescimento intercensitário das décadas anteriores, com pequena redução, como podemos ver pela tabela abaixo:

Tabela no. 01

POPULAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ E DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

Período de 1890 a 1980

(Números absolutos e crescimentos intercensitários)

ANOS	CEARA	Crescimento Intercensit.	FORTALEZA	Crescimento Intercensit.
1890	805.687	-	40.902	
1900	849.127	53,8	48.369	18,2
1920	1.319.228	55,3	78.536	62,2
1940	2.091.032	58,5	180.185	129,4
1950	2.695.450	28,9	270.169	49,9
1960	3.337.856	23,8	514.813	90,5
1970	4.491.590	34,5	857.980	66,6
1980	5.380.432	19,7	1.308.919	62,5

FONTE: Dados para o Ceará período de 1980 a 1970 - Sinopse Preliminar do 8o Recenseamento Geral-Ceará e Anuário Estatístico do Brasil, 1976. Dados para Fortaleza, período 1890 a 1970 - Sinopse Preliminar do 8o. Recenseamento Geral. Dados para 1980: Sinopse Estatística do Brasil - 1981. FIBGE.

No mesmo período, o crescimento populacional de todo o Estado foi de 19,7%, o que, em termos relativos, mostra-se pequeno e acentua o de Fortaleza.

Pelo censo de 1980, Fortaleza passou a ser a quinta cidade do País em população, ultrapassando cidades de área física menor, que, no entanto, possuem regiões metropolitanas mais povoadas. Ser a quinta cidade do país em população é motivo de preocupação e angústias, tendo em vista que as condições de vida dos seus habitantes decaem dia a dia.

Este acentuado crescimento demográfico urbano está vinculado essencialmente ao saldo migratório, que, nestas últimas décadas, tem sempre ultrapassado aos 60% do crescimento total do município.

Tabela no. 02

CRESCIMENTO DEMOGRAFICO DE FORTALEZA SEGUNDO OS COMPONENTES

Periodo	Incremento Total	Saldo Migratorio Increm.Parc.	%	Cresc. Increm.Parc.	Vegetativo %
1940/1950	89.984	56.904	62,24	33.080	36,76
1950/1960	244.649	158.629	64,84	86.020	35,12
1960/1970	355.915	222.796	62,25	135.119	37,65
Total	692.548	438.329	63,29	254.219	36,71

Fonte: PLANDIRF - 1972.

Durante a década de setenta, migrou para Fortaleza uma população superior a da segunda maior cidade do Estado - Maracanaú(01), ou seja, chegaram à Fortaleza 222.796 pessoas que necessitam de habitação, alimentação, serviços, infra-estrutura e emprego bem remunerado para pagar por tudo isto.

As causas da migração permanecem as mesmas - a estrutura fundiária do campo, baseada na grande propriedade pecuarista, atividade que absorve cada vez menos mão-de-obra, dificultando a fixação da população rural; e a instabilidade climática, que alterna longos períodos de "estiagem" com períodos de cheias, atingindo principalmente a população rural.

(01) - O município de Maracanaú, integrante da Região Metropolitana de Fortaleza, foi desmembrado do município de Maranguape em 1984.

Fortaleza também representa um foco de atração de segmentos da classe média interiorana cearense, interessados em melhores condições de educação, saúde, lazer e trabalho, apesar da pequena oferta de empregos e das dificuldades de acesso a estas condições.

Do ponto de vista econômico, Fortaleza é o grande centro coletor da produção regional (algodão, cera de carnaúba, castanha de caju, lagosta, camarão, peixes, etc), que é exportada para outros estados ou para o exterior pelo Porto do Mucuripe e por ferrovias e rodovias federais e estaduais. Por estas vias, também chegam os bens de outros estados e países que são distribuídos na região (Figura no. 02).

A cidade também concentra um ativo comércio atacadista, varejista e de bens de luxo. Vários centros comerciais e lojas de etiquetas famosas atraem a classe média alta das cidades interioranas e dos estados vizinhos. Pequenos comerciantes se dirigem à Capital em busca de produtos da indústria local e regional - alimentos, bebidas, material elétrico, de confecções, de calçados e artesanato - para revendê-los em suas cidades de origem.

Extrapolando a sua condição de grande embrio comercial, Fortaleza destaca-se como importante centro prestador de serviço. Quanto ao setor educacional, localizam-se nesta cidade as três grandes universidades do Estado: Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará e Universidade de Fortaleza, esta última particular, além de inúmeros colégios públicos e privados de alto nível. Na área de saúde, existem grandes hospitais públicos e privados e médicos especializados. Em termos de lazer, encontram-se na cidade os melhores cinemas, teatros, bares, restaurantes, casas noturnas e clubes do Estado.

LEGENDA

— RODOVIAS ASFALTADAS

- - - FERROVIAS

ESCALA GRAFICA
2Km 1Km 0 1Km 2Km 3Km

Figura 2 -SISTEMA VIÁRIO BÁSICO
DE FORTALEZA

A condição de capital de Estado lhe confere um forte atrativo no interior, visto que a administração pública é responsável pelo direcionamento de fluxos migratórios para a Capital, principalmente depois de 1964, quando houve uma concentração de poderes e recursos nos governos federal e estadual. Além de sede do governo estadual, é também sede de órgãos federais de âmbito regional, como o Departamento Nacional de Obras contra Secas - DNOCS e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, e de filiais e representações de empresas e órgãos públicos federais e empresas privadas.

Como sede da administração estadual, além de atrair um fluxo de pessoas do interior para a capital em busca de soluções para problemas político-administrativos, é responsável também por uma boa porcentagem de empregos públicos.

Atualmente, o Governo do Estado emprega "114 mil funcionários em atividade, somente no Poder Executivo. O Poder Judiciário, excetuando os magistrados, tem 687 servidores e a Assembleia 3.200 funcionários". (Jornal "O POVO", 30.01.88)

A Prefeitura Municipal de Fortaleza empregava 40 mil pessoas em janeiro de 1986. Com a demissão de funcionários contratados irregularmente no período eleitoral, acumulando cargos ou não exercendo suas atividades, o quadro foi reduzido para 27.000 funcionários.

Além dos servidores do Estado e do Município, muitos dependem de empregos em órgãos federais e empresas estatais federais e estaduais - Banco do Nordeste do Brasil, Departamento Nacional de Obras contra as Secas, Banco do Brasil, Banco do Estado do Ceará, Companhia de Água e Esgoto do Ceará, Companhia de Eletricidade do Ceará, universidades Federal e Estadual e outros.

O Sistema Nacional de Empregos - SINE, em pesquisa realizada sobre o perfil do trabalhador da Capital concluiu que ele se "coaduna" com a performance de sua economia, com a renda interna baixa, dependente, em termos de emprego, do setor público, sujeita a incentivos fiscais e, portanto, permeada de influências externas (PMF, 1982:96).

A tabela nº 03 revela a importância do setor público como empregador, chegando a mais de um terço do total de empregos no Estado do Ceará em 1983. Naquele ano, depois da administração pública, o setor serviços era o que mais absorvia pessoas com 98.110 empregos, ou seja, 25% do total. O comércio ocupava 12,91% da força de trabalho em atividades e a construção civil 3,86%.

Tabela no. 03

COMPOSIÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE
Estado do Ceará - 1983

SUBSET. DE ATIV.	Total de Empregos	Participação Percentual
- Indústria	77.010	19,62
- Construção Civil	15.161	3,86
- Comércio	50.273	12,81
- Serviços	98.110	25,00
- Adm.Pub.Direta e Autárquica	137.215	34,87
- Agric. e Criação de Animal	5.891	1,50
- Outros	8.786	2,24
Total	392.446	100,00

Fonte: RAIS/83 - SINE/CE.

Estes dois subsectores - comércio e serviços, que compõem o setor terciário, são responsáveis por quase 38% do total de empregos.

(02) - Os dados desta tabela podem ser questionados, pois não levam em consideração outros segmentos não pesquisados: pessoas que trabalham por conta própria, que não tem contratos assinados, portanto não estando sobre o controle do SINE.

Estes números somados aos da administração pública correspondem a 72,78% da força de trabalho ativa em ocupações não produtivas.

A participação percentual de 72,78% da população no setor de comércio e serviços mostra o processo de terciarização por que passa o espaço urbano. O sub-setor de serviços atinge 59,97% da população economicamente ativa.

A ampliação do setor terciário não se deve a liberação do trabalhador pela mecanização e automação da indústria, mas do crescimento urbano resultante da migração do trabalhador rural sem nenhum recurso e despreparado para competir no mercado de trabalho. São trabalhadores que buscam soluções alternativas indo ampliar as taxas de desemprego, subemprego ou emprego mal remunerado. Este exército de trabalhadores de reserva tem levado ao rebaixamento de salário e a alta rotatividade nos empregos.

Essa população busca alternativas de sobrevivência no setor informal ocupando praias, praças e calçadas do centro da cidade, com mercadorias instaladas em barracas e tabuleiros. Ou então se submete a irrisórios salários na prestação de serviços em residências, como vigias, jardineiros, domésticas, etc.

A ocupação de apenas 1,5% da população economicamente ativa no setor primário, explica, em parte o processo de incorporação de terras agricultáveis pelos projetos de loteamentos, expandindo as áreas urbanas de Fortaleza para os municípios vizinhos da sua região Metropolitana.

O setor industrial concentrava 23,49% da população economicamente ativa, apesar de decorridos 20 anos da política de industrialização da SUDENE, a custa de incentivos fiscais do Governo Federal no Nordeste. Inúmeras críticas são feitas a estes projetos de

desenvolvimento para o Nordeste, o que tem sido objeto de farta análise por parte de estudiosos, à exemplo de Francisco de Oliveira, em seu livro "Elegia para uma Religião" (1978). Além do discutível processo de industrialização da SUDENE, cabe ressaltar que entre 1970 e 1976, 70,8% de seus recursos se destinaram a Bahia (51,6%) e Pernambuco (19,2%). Ao Ceará, coube 6,2% que se concentraram em investimentos em Fortaleza (Andrade, 1981:60).

O setor secundário inclui a indústria da construção civil, que ainda hoje, no Brasil, não incorpora tecnologia mais sofisticada, diante dos custos do capital a ser viabilizado e em face dos baixos salários pagos a seus operários. O número de empregos na indústria da construção civil se expandiu com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964. Este banco, gestor da política nacional de habitação, visava principalmente reduzir o déficit de moradia e financiar infra-estrutura urbana para as cidades. Inúmeras empresas construtoras e financeiras foram criadas para construir, com recursos do BNH, edifícios de apartamentos e casas para a classe média.

Do total de pessoas que constituía a força de trabalho em Fortaleza, em 1972, somente 30,4% encontravam-se plenamente ocupadas, 11,6% subempregadas e 3,3% em desemprego aberto. Os 54,74% restantes constituíam a força de trabalho disponível (Souza, 1978:67).

Naquele período a população trabalhadora concentrava-se na faixa etária entre 10 e 35 anos, com baixo nível de educação formal. A super-exploração da força de trabalho, aliada aos baixos salários e as péssimas condições de vida, transforma-os em velhos antes dos quarenta anos, com poucas possibilidades de concorrer no mercado de trabalho.

Os desempregados ou os que nunca conseguiram se engajar no mercado de trabalho vão ser marginalizados, ocupando atividades não aceitas pela sociedade, para enfrentar a luta pela sobrevivência. São os mendigos, as prostitutas, assaltantes, ladroes, "descuidistas", batedores de carteiras, que ocupam, principalmente à noite, o centro da cidade e as zonas periféricas.

Denúncias em jornais recentes (1987) comprovam a elevada presença de menores, com até 10 ou 12 anos de idade, sobrevivendo da prostituição.

Todo este quadro da situação da força de trabalho em Fortaleza, relacionado com o incipiente setor industrial, a estrutura fundiária cearense e a grande concentração de renda no campo e na cidade, explica o baixo nível de renda familiar.

Tabela no. 04

AREA METROPOLITANA DE FORTALEZA - 1978

Rendimento Mensal de todas as fontes segundo o número de famílias

Renda	No de Fam.	%	T. Pessoas.	%
Ate um Salario Minimo	114.157	37,40	490.949	33,80
de 1 a 2 Sal. Minimos	81.268	26,63	391.698	26,97
de 2 a 5 Sal. Minimos	57.667	18,89	303.625	20,90
+ de 5 Sal. Minimos	38.945	12,76	215.010	14,80
Sem Rendimento	13.017	3,06	50.257	3,46
Sem Declaracao	98	0,03	588	0,04
Total	305.152	100,00	1.452.127	100,00

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 1978 - Area Metropolitana de Fortaleza. Rio de Janeiro, F.IBGE - 1980.

A tabela acima revela as péssimas condições de vida de grande parte da população da Capital. Em 1972, 37,40% das famílias fortalezenses percebiam até um salário mínimo, e 26,63%, dois

salários. Isto é, 64,03% do número total de famílias recebiam até 2 salários mínimos mensais.

Considerando-se que esse quadro de remuneração do trabalho não se modificou significativamente nos anos seguintes e aliado ao fato de que, em 1987, a elevação do índice do custo de vida em Fortaleza foi superior em quase 100 pontos percentuais à do país (365,96%), atingindo 450,78%, pode-se compreender o crescimento das áreas faveladas nesta região (Dados IPLANCE).

As famílias de baixa renda são obrigadas a residirem em locais insalubres e sem condições de infra-estrutura, mesmo em áreas onde o preço da terra é mais elevado. Ocupam "vazios urbanos", em terrenos públicos e privados mais próximos do seu local de trabalho, áreas que aos poucos se transformam em favelas. Instalam-se também em lotes nas periferias distantes, onde, nos fins de semana, com a ajuda de familiares e amigos constroem suas próprias habitações. Ou ainda, quando estão inseridas no mercado formal de trabalho, adquirem suas moradias em conjuntos habitacionais distantes, inclusive em outros municípios da RMF, financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação (CEF/COHAB) (Figura no. 03).

Em 1980, quando o recenseamento demonstrou ser Fortaleza a quinta cidade do país em população, um quarto de seus habitantes (330.825 pessoas) viviam em 224 favelas. Este número não considerava os casos em processo quase eterno de autoconstrução, os loteamentos clandestinos da periferia e as péssimas condições de vida nos conjuntos habitacionais e em alguns bairros, que são verdadeiras favelas institucionalizadas (PROAFA, 1981, em Silva, 1986).

Já em 1984, existiam na Região Metropolitana de Fortaleza 241 favelas, com 391.335 habitantes, mas a grande maioria dos favelados

ESTUDOS DAS ZONAS MARGINAIS DE FORTALEZA

Figura nº 03 - Localização das principais favelas de Fortaleza - 1974

A presença de um grande número de favelas na zona leste se justifica pela data da elaboração deste mapa, alguns anos antes da implantação da política de desfavelamento e da incorporação do Sítio Cocó a malha urbana.

(355.415) concentrava-se em 24 favelas do município de Fortaleza. Destas favelas destacavam-se as do Pirambu, com 62.050 habitantes; a do Lagamar, com 20.545; e a do Farol, com 13.035 moradores. As seis maiores favelas concentravam 35,26% da população favelada da RMF (Jornal "O Povo", 18.04.84).

Tabela no. 05

Distribuição de Favelas e Favelados na RMF
1984

Municípios	Favelas	Núcleos	Favelados
Fortaleza	224	51	355.415
Caucaia	10	1	11.215
Pacatuba	4		4.345
Maranguape	2		2.300
Aquiraz	1		145
RMF	241	52	391.335

Fonte: Jornal O POVO, 18.04.1984.

A realidade local reflete a nacional. Mais da metade da população brasileira vive em péssimas condições, face o baixo poder aquisitivo, que a impede de "consumir" as melhores condições de vida urbana. Por outro lado, sabemos que 37,9% da renda total do País está concentrada nas mãos de 5% da população, enquanto que 50% dos brasileiros percebem apenas 12,6% da renda nacional (IAB/FASE:1986:10).

O espaço urbano, no contexto das relações que o produz, é uma mercadoria de alto custo, a qual não pode ter acesso a população que não tem renda para usufruir da modernidade e do conforto da vida na cidade.

Os trabalhadores de Fortaleza que tem renda acima de 5 salários mínimos (12,76%) são os únicos que podem ser considerados cidadãos, os que têm direito à verdadeira cidade. A cidade de boas

escolas, universidades, hospitais, dos cinemas, dos bares praianos, dos shoppings; a cidade servida de rede de água, de energia elétrica, de telefone, de limpeza pública, de segurança; enfim, a cidade produzida pelo Estado e pelo capital para ser consumida pelos "verdadeiros cidadãos".

Por outro lado, quase dois terços das famílias fortalezenses (64,03%) vivem com até dois salários mínimos, poder aquisitivo que restringe o consumo de bens essenciais e determina a qualidade e a forma de consumir a cidade.

O espaço urbano oferece as condições gerais para a produção de bens e para a reprodução da força de trabalho - infra-estrutura, equipamentos urbanos e serviços sociais básicos. Estas condições são em geral recursos escassos oferecidos pelo Estado, mas sua apropriação se dá quase sempre através do mercado, onde vigora a concorrência e a competição. (Lamparelli:1980).

Na sociedade capitalista, a distribuição destas condições gerais vai estruturando o espaço urbano de acordo com os interesses e intenções da classe ou fração de classe que detem o poder. A luta entre os diversos segmentos da sociedade estabelece a distinção do espaço, ficando as áreas mais valorizadas e equipadas para as classes dominantes. Portanto, vão existir espaços geográficos "próprios" para cada classe ou frações destas, de acordo com a posição que elas ocupam no sistema de produção. (Coelho:1980:118).

Assim, a luta entre os diversos segmentos das classes sociais vai determinar diferentes arranjos espaciais, levando a uma diferenciação espaço-residencial que corresponde a uma diferenciação social.

Jorge Wilhelm, em seu livro Substantivo e Adjetivo, torna

este fato evidente ao afirmar que "há muitas classes compondo a cidade. Simplificando, a dos ricos e a dos pobres".(1979:89). A cidade dos ricos, é a cidade dos verdadeiros cidadãos, daqueles que estão inseridos no mercado, no consumo, e que tem renda suficiente para consumi-la, enquanto mercadorias, equipamentos, habitação, serviços. É também a cidade formal, onde se dá a reprodução ampliada de capital, que para isto necessita de boas condições de produção. É a cidade onde se reproduzem a burguesia, os técnicos de alto nível, os governantes. A cidade dos pobres, a cidade informal, foge às regras e leis. É a cidade onde a população cria mil estratégias de sobrevivência, permitindo a reprodução simples do capital. É onde se reproduz a classe trabalhadora.

Fortaleza também abriga muitas cidades - a cidade dos turistas (Beira Mar, Pousadas, Mercado Central, EMCETUR), a cidade dos bairros de alta renda (Aldeota, Papicu, Meireles, Água Fria), com centros comerciais e de serviços independentes, a cidade de classe média (Fátima, Montese, Benfica), a cidade dos conjuntos habitacionais, das favelas, mais ligada ao centro tradicional.

Os contingentes mais modestos ocupam as zonas à oeste e à sudoeste da cidade, que correspondem a 2/3 da área construída e se caracterizam por maiores densidades populacionais, sendo habitualmente desprezadas pelos investimentos públicos. São áreas deficientes em infra-estrutura urbana e serviços públicos. Nestas zonas, concentram-se os conjuntos habitacionais que foram aí localizados, visando a proximidade das zonas Industriais - Francisco Sá e Distrito Industrial de Maracanaú - e do transporte ferroviário de custo mais baixo. A maioria destes conjuntos se situam próximos aos terminais ferroviários (tronco Sul - Fortaleza/Maracanaú e tronco Norte -

Fortaleza/Caucaia). Também nestas zonas se encontram as maiores favelas e loteamentos periféricos onde predomina a auto-construção.(Figura no. 04 e 05).

Os setores economicamente mais abastados localizam-se preferencialmente na Zona Leste da cidade, em direção à Praia do Futuro, Caça e Pesca e os bairros Água Fria e Aldeota, na chamada cidade dos ricos. Nesta áreas encontram-se as construções de melhor padrão edificatório, comércio de luxo, shopping center, repartições públicas federais, estaduais e municipais, inclusive o Palácio da Abolição, antiga sede do Governo do Estado (03). Apesar de ser a região de menor densidade, se comparada com a oeste, é a que mais recebe a atenção do poder público, apresentando as melhores condições para a reprodução da força de trabalho. Está também mais sujeita a ação especuladora devido a existência de um grande número de lotes não ocupados, servindo de reserva de valor, e que usufruem das vantagens dos bens de consumo coletivos que são direcionados, pelo Estado, para essas áreas. Os estratos de renda intermediários também encontram-se nessa região, expandindo-se ainda, para o sudeste e o centro. Nessas áreas são feitos grandes investimentos, tanto privados quanto governamentais, pois está habitada por populações com poder aquisitivo para desfrutar esses equipamentos e com poder de pressão para forçar o Estado a instalá-los.

Contrariamente ao bom senso, mas nem por isso à lógica da expansão urbana da cidade capitalista, as zonas leste e sudeste,

(03) O Governador Tasso Jereissati despacha do Centro Administrativo do Cambeba, localizado próximo ao distrito de Messejana, ao sul da cidade.

Figura nº 04 - Densidade Populacional em Fortaleza - 1974

Figura nº 05 - Conjuntos Habitacionais localizados à margem da Ferrovia

muito menos habitadas, são aquelas que recebem a maior parte da atenção do Estado no delineamento do traçado e na ampliação da malha urbana. A ação do Poder Público, ao invés de inibir a especulação imobiliária, contribui para gerar maiores lucros para os detentores de estoques de terrenos urbanos.

A população favelada, como não tem recursos nem renda fixa para comprar seu pedaço de terra mesmo nas periferias distantes ou uma casa financiada pelo SFH, ocupa terrenos públicos ou privados vazios. Sua localização no espaço da cidade está ligada à proximidade do local de trabalho. Tal ocupação significa economia nos custos de transportes e no tempo de deslocamento. A existência de terrenos vagos, principalmente terrenos públicos, facilita a ocupação. As favelas pontilham toda a cidade. Bairros ricos e favelas coexistem. Terrenos de "engorda", praças não urbanizadas, lotes da RFFSA, terrenos da marinha, manguezais, dunas, áreas às margens de rios e lagoas são ocupadas pela população carente.

Portanto, esta divisão do espaço fortalezense em leste-oeste não tem muita rigidez pois encontramos casas e bairros de bom padrão na zona oeste e muitas favelas e alguns conjuntos habitacionais na zona leste. O que predomina em Fortaleza é a cidade informal, a cidade dos pobres. Dentro dela é que existem os bolsões de riqueza, as áreas de poder, a cidade formal. E nessas zonas de prosperidade onde estão situados os 11% da rede de esgotamento sanitário, a melhor infraestrutura (vias asfaltadas, transportes de melhor qualidade, áreas de lazer, parque) e o melhor equipamento urbano (educação, saúde, lazer) (Figura no. 06).

E esta população que tem recursos suficientes para pagar por esta cidade produzida dentro dos moldes capitalistas. E esta população

Zona Leste contradiz azul do mar com miséria

EDMUNDO DE SOUZA

Silvana Rodrigues

cheia de contradições. É, certamente, a característica mais marcante da Zona Leste de Fortaleza, que envolve as comunidades habitacionais do Mucuripe: Serviluz, Farol, Castelo Encantado, Morro do Peixeira, Lagoa do Coração, Vela das Placas e Conjunto Santa Teresinha fazem parte

esse mundo onde predomina o azul bem forte do mar, numa visão de grande beleza. Contrapondo-se a esse cenário, registram-se os mais altos índices de marginalidade e prostituição da Capital.

Os problemas, porém, não param aí. Falta de saneamento básico, constantes desabamentos, carência de transportes, de postos de saúde, de pessoal qualificado para trabalhar, tornam essa área identificada com todas as da periferia da Cidade, ainda que distante geograficamente. As saídas existem, opina a população. Basta, para isso, o empenho não em resolver todas as questões ao mesmo tempo, o que é inviável. Mas, pelo menos, é fundamental que haja boa vontade em solucionar um problema de cada vez.

Abaixo do morro, existe uma visão de Fortaleza próspera que se confronta com os barracos da favela das Placas

Comunidade precisa de ônibus Toda a pobreza do mundo na favela das Placas

que pode pagar altas taxas pelo fornecimento de água, energia, telefone, imposto predial ou territorial urbano mais elevado.

Lamparelli(1980), ao discutir a importância das condições gerais de produção e reprodução da força de trabalho no sistema capitalista descreve dois momentos: 1 - O capitalismo no estágio concorrencial. 2 O capitalismo no estágio monopolista. Aqui nos interessa analisar esta segundo estágio, pois é nele que se insere o urbano de Fortaleza, na atual realidade brasileira.

No capitalismo, as condições gerais são produzidas coletivamente, apesar de seu consumo não ser socializado. Na fase monopolista, é marcante a presença do Estado assumindo e subsidiando a produção destas condições. O setor privado transfere para o Estado toda responsabilidade de produzir as condições gerais para reprodução da força de trabalho de que necessita o setor produtivo, como também para a própria produção(04).

São atividades que tendem a ser subsidiadas pois interferem diretamente no custeio de vida do trabalhador. A transferência de parte do custo da reprodução da força de trabalho para o Estado permite o rebaixamento dos salários.

A classe trabalhadora, que empreendia lutas contra os empresários por aumento salarial, hoje dirige-se contra o Estado, que não só faz o papel de árbitro, mas também de patrão e pai, na medida em que "tutela" a sociedade. Organiza-se a população nos bairros e favelas reclamando do Estado solução para os seus problemas, que

(04) - No Brasil, por muito tempo, a concessão para a exploração dos serviços de fornecimento de energia e de transportes (bondes elétricos, trens) era dada a empresas privadas como a Light and Power. Posteriormente, em meados da década de 60, foram instituídas empresas estatais para explorar comercialmente estes serviços.

talvez não existissem se os salários permitissem pagar a habitação e todos os bens necessários a vida urbana.

Ao organizar-se em associações de moradores para pressionar o Estado, muitas conquistas são obtidas, pois o Estado, apesar de não ser neutro, atende em parte aos apelos desta população para diminuir as tensões sociais. Mas no geral o Estado permanece fornecendo a maior parte dos bens de consumo coletivo para os bairros de classe média e alta, onde habitam os empresários e funcionários de alto nível.

Todos estes fatores vão interferir na produção do espaço, na incorporação de novas áreas à cidade e no processo de parcelamento e ocupação do espaço urbano em Fortaleza.

A incorporação de novas áreas à cidade pressupõe espaço físico e condições gerais para a produção e para a reprodução da força de trabalho. O espaço vai se transformando de acordo com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e das forças produtivas. A implantação de bens de consumo coletivo, tais como, vias de transporte, sistemas de abastecimento d'água, rede de energia elétrica, também são fundamentais no processo de parcelamento e ocupação do solo.

A instalação dessas condições gerais em determinadas áreas, favorece o crescimento da cidade nessa direção, como também induz o aumento do valor da terra. Este fato justifica a pressão das empresas imobiliárias, dos proprietários de terras e dos usuários e associações de moradores para que a Administração Pública favoreça estas condições em suas áreas de interesse.

As vias de circulação e o sistema de transportes são alguns dos mais importantes elementos que induziram o direcionamento da ampliação da malha urbana de Fortaleza. O transporte é fundamental

para a população, principalmente numa cidade plana, grande e espalhada, como Fortaleza. A população tem que vencer longas distâncias para atender suas necessidades, ou seja, chegar ao local de trabalho, a escola, enfim poder desfrutar de todos os serviços urbanos.

A condição de grande empório comercial também interferiu na configuração espacial urbana de Fortaleza. As relações da cidade com sua região e com o exterior explicam a elevada concentração do comércio e dos serviços na área central.

Maria Salete de Souza salienta toda a força do processo de comercialização que faz de Fortaleza importante entreposto coletor e distribuidor de mercadorias. "A função de centro regional favoreceu o desenvolvimento da estrutura viária radiocêntrica, que por sua vez tem contribuído para acentuar esta centralidade". (Souza,1978:75).

A cidade de Fortaleza está marcada por esta estrutura radiocêntrica decorrente dos prolongamentos das rodovias federais e estaduais até a zona central e por ligações interurbanas notadamente deficientes em termos de continuidade e distribuição espacial.

Esta estruturação ressalta a importância dos antigos caminhos no processo de formação das cidades e que hoje são leitos de rodovias estaduais e federais. Até então, a visão da cidade estava calcada no conceito de estrutura embutido no sistema viário.

O desenvolvimento dos meios de transporte terrestre permitiu aos moradores se deslocarem com mais rapidez, viverem fora do núcleo central, favorecendo a expansão urbana.

A instalação de equipamentos e serviços mais modernos foi alterando o espaço da cidade que, até então, restrito a área central

Tabela no. 06

População atendida pela Rede Pública de Água e Esgoto
Estado do Ceará

Discriminação	Unid.	Capital	Interior	Total
Dados populacionais:				
Pop. urb. estimada	Hab.	1.705.472	1.168.445	2.873.917
Pop. abastecida Água	Hab.	1.286.852	572.028	1.858.880
Pop. atendida esgoto	Hab.	311.947	0	311.947
Nível atendimento água	%	75,45	49,09	64,68
Nível de atendimento esgoto	%	18,29	0,00	10,85

Fonte: Relatório da CAGECE - Fortaleza, 19.05.88.

Mas a grande deficiência no setor de saneamento básico se registra ao nível de atendimento público do sistema de esgotamento sanitário. Do total da população urbana estimada, somente 18,29%, ou seja, 311.947 hab. estão servidos por este sistema, cuja rede se estende por 493.120 metros na capital. A maior parte da população usa fossas sépticas. Em algumas favelas dos bairros, os dejetos escoam a céu aberto, gerando grandes problemas sanitários, como a poluição do lençol freático e superficial.

Este serviço, na região metropolitana de Fortaleza, é dividido em três sistemas: 1. Sistema da vertente marítima, cujos efluentes escoam para o interceptor oceânico e emissário submarino; 2. Sistema do Distrito Industrial; e, 3. Sistema da Região Metropolitana. Estes dois últimos sistemas tem estações de tratamento em vários locais dirigindo seus efluentes para rios e lagoas da RMF (Figura no. 06).

Necessário se faz ressaltar que as obras do interceptor oceânico e emissário submarino - de elevadíssimo custo - atendem somente 7% da população de Fortaleza. Sua rede atinge o centro e alguns bairros da zona leste. Enquanto, a zona oeste, notadamente o

Figura 07 - REDE PÚBLICA DE ÁGUA E ESGOTO DA RMF - 1988

bairro Moura Brasil, onde está localizado o emissário submarino sofre com a poluição. Nos momentos em que a falta de energia, a estação elevatória que dirige seus dejetos para o emissário não pode funcionar, sendo necessário abrir alguns bueiros na praia da Leste-Oeste para desafogar o sistema.

"Fortaleza tem um dos piores sistemas de esgotamento sanitário do país", desabafava Secretário de Saúde do município ao jornal Diário do Nordeste, em 05.08.87. Nesse período, esta secretaria enfrentava sérias dificuldades no combate à dissiminação de doenças, em virtude da falta de saneamento básico. Os pontos negros estavam e estão localizados nos bairros do Pirambu, Farol, Mucuripe e na periferia de Fortaleza, de maneira geral. Portanto, um dos elementos fundamentais para medir o baixo nível da qualidade de vida de grande parte da população de Fortaleza está na deficiência das condições de saneamento.

O serviço de fornecimento de energia elétrica parece ser mais democrático, atingindo a maior parte da população fortalezense.

A chegada da energia elétrica da Usina de Paulo Afonso, em 1965, através da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco - CHESF, melhorou o abastecimento da cidade, favorecendo o setor industrial direta e indiretamente. O aumento da oferta possibilitou a implantação da capacidade produtiva das empresas e a fixação de indústrias no Distrito Industrial. O acesso ao serviço de energia elétrica por grande parte da população fortalezense incentiva-a ao consumo de eletrodomésticos e, assim, o crescimento do setor industrial em outras regiões do país.

No Ceará, com os programas de energia para zonas rurais, a maioria dos espaços que estão sendo incorporados às áreas urbanas já está servida por rede de energia elétrica.

Além destes serviços, a instalação de grandes equipamentos urbanos em áreas distantes, tais como Aeroporto, Campus Universitários (Pici, Itaperi, Parangabussu e Água Fria). Centro Administrativo do Estado, no Cambé, Shopping Center Iguatemi, acompanhados pela infraestrutura urbana, tem induzido o crescimento da cidade na direção daqueles equipamentos (Figura no. 08).

Este fato tem levado a uma descentralização de Fortaleza, no sentido das radiais, num processo descontínuo, pela localização pulverizada de serviços. Assim sendo, ressalta o Instituto de Arquitetos do Brasil - Seção Ceará, a "dispersão teve fontes indutoras nas principais decisões governamentais, que destruíram o poder simbólico do centro tradicional, disseminando repartições públicas em pontos pouco acessíveis, significativamente espalhadas no bairro Aldeota, aproveitando a disponibilidade das casas de pessoas direta ou indiretamente ligadas as entidades de decisões". (IAB - Ce, 1980; 117).

O surgimento e fortalecimento de centros secundários de classe média baixa nos bairros do Montese e Parangaba; e centros comerciais e de serviços para a população de mais alta renda na Aldeota, estão transformando o Centro tradicional em uma área bastante deteriorada. Voltado para atender conjuntos habitacionais e bairros de população de baixa renda, nos quais o poder aquisitivo de seus habitantes não incentiva a instalação de lojas e de empresas prestadoras de serviços, o Centro não tem vivenciado qualquer processo de renovação urbana.

O Centro tradicional está dominado pelo comércio informal. Suas praças públicas, ruas de pedestres e calçadas estão invadidas por vendedores ambulantes. A sujeira, a dificuldade de deslocamento e de estacionamento para os carros particulares, o congestionamento de

L E G E N D A

- ① CIDADE 2.000
- ② SHOPPING CENTER IGUATEMI
- ③ CENTRO DE CONVENÇÕES
- ④ UNIFOR
- ⑤ CENTRO ADMINIST. CAMBEBA
- ⑥ ESTÁDIO CASTELÃO
- ⑦ AEROPORTO PINTO MARTINS
- ⑧ BASE AÉREA DE FORTALEZA
- ⑨ UNIV. ESTADUAL DO CEARÁ-UECE
- ⑩ UNIV. FEDERAL DO CEARÁ-UFC
- ⑪ RFFSA
- ⑫ LICEU DO CEARÁ
- ⑬ CENTRO COMERCIAL
- ⑭ FÁBRICA DE ASFALTO DE FORTALEZA
- ⑮ PORTO DO MUCURIPE
- ⑯ HOSP. GERAL DE FORTALEZA

Figura 08 - LOCALIZAÇÃO DOS GRANDES EQUIPAMENTOS URBANOS

pessoas e o perigo dos furtos, afastou a classe média para lojas e **shoppings centers** da Zona Leste.

Todos esses fatores favoreceram a ampliação da malha urbana de Fortaleza, principalmente com a implantação de loteamentos de periferia e a construção de conjuntos habitacionais, extrapolando inclusive os limites municipais.

O Município encontra-se hoje quase totalmente loteado. Este parcelamento verificou-se, muitas vezes, desrespeitando a legislação vigente, com a conivência ou não da Prefeitura. Não tem sido obedecido o que determina a lei, por exemplo, no que tange a proteção dos mananciais d'água e à reserva de espaços públicos destinados a instalação de equipamentos comunitários.

O município de Fortaleza é considerado 100% urbanizado, porém, em termos demográficos, em 1980, apresentava apenas cerca de 10.000 hectares (29,87%) de sua superfície ocupados de forma mais intensa e contínua. Além desta área central em meio a vazios urbanos, ficavam distantes e isolados os conjuntos habitacionais Ceará, José Walter, Cidade 2.000 e outros, já densamente ocupados, e a sede do distrito de Messejana. Somando-se a essas zonas mais densamente povoadas as áreas apenas loteadas mas não ocupadas ou de ocupação rarefeita, totalizavam 16.100 hectares, ou seja, cerca de 48% da superfície de Fortaleza. Dos 52% da superfície restante, apenas 3.341 hectares (9,94% do total) se constituía de áreas vazias de ocupação urbana efetiva, dificultada por suas características naturais (espelhos d'água ou áreas inundáveis) ou institucionais. (PMF, 1982:99). (Figura no. 09).

Apesar de toda disponibilidade de áreas para a expansão da cidade, a ocupação vem sendo feita de forma desordenada e descontínua,

ultrapassando os limites municipais, uma vez que o preço da terra é inacessível a grande maioria da população, que é expulsa para periferias distantes.

Esta forma de expansão urbana tem elevado os custos sociais para a população de Fortaleza e de sua região metropolitana, principalmente nas áreas periféricas. Os elevados custos da urbanização não planejada são imputados ao Estado, o que vale dizer, a própria coletividade.

A ocupação do espaço não tem se dado só horizontalmente, mas também verticalmente, uma vez que está correndo um aumento no número de edificações multifamiliares. O preço da terra, a concentração dos bens de consumo coletivo em determinadas áreas, o peso do custo do transporte no orçamento familiar, a necessidade de segurança e as despesas com empregados domésticos - tem induzido a transferência da classe média para edifícios de apartamentos em trechos consolidados e de ocupação mais contínua da cidade. O processo de verticalização tem se dado nas áreas de vazios urbanos ou em bairros residenciais de baixa densidade, como a Aldeota, Meireles, Jacarecanga, Bezerra de Menezes, Dionísio Torres.

A atual forma de uso e ocupação do solo, geralmente vista como caos urbano, está vinculada a diferentes papéis assumidos pelos produtores do espaço urbano, inclusive os trabalhadores sem terra do sertão e do litoral, não só do Ceará, como também de Estados vizinhos que se deslocam para Fortaleza em busca de melhores condições de vida.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FORTALEZA.

"Não posso existir sem ocupar espaço; não posso trabalhar sem ocupar um lugar e fazer uso de objetos materiais aí localizados e não posso viver sem moradia de alguma espécie". (Harvey; 1980/135).

A necessidade de viver, de ocupar um lugar no espaço é e sempre foi uma constante na vida do homem e da sociedade.

A história da humanidade registra as diferentes formas com que os homens se relacionam entre si e vão transformando a natureza, através do trabalho, em espaço geográfico. Concomitantemente à produção social do espaço geográfico, há um processo diferenciado de apropriação e consumo deste espaço pelos mesmos homens. Na sociedade capitalista, chegamos a uma quase total privatização da natureza e, por conseguinte, do espaço geográfico.

"O solo e suas benfeitorias são, na economia capitalista contemporânea, mercadorias", ressalta Harvey (1980:135). São mercadorias que nenhum indivíduo pode dispensar, sendo impossível viver nesta sociedade sem alguma quantidade destas mercadorias. E a quantidade e a qualidade do consumo destas mercadorias vão ser determinadas pela capacidade de compra dos indivíduos. Assim, a produção e distribuição destas mercadorias vão interferir na estruturação do espaço. Espaço este que resulta da divisão técnica e social do trabalho que se desenvolve no seio do modo de produção capitalista.

Nas áreas urbanas, a materialização desta divisão social e técnica do trabalho, ou seja, a diferenciação espacial, é mais marcante. Espaços são produzidos e ocupados por atividades e indivíduos

de acordo com as suas possibilidades econômicas de pagar o tributo por seu uso. A mercantilização do espaço urbano, portanto, está vinculada ao processo de produção e distribuição do solo e suas benfeitorias.

A produção e o consumo do espaço urbano resulta das práticas e da articulação de vários agentes. De acordo com Sporito (1983/176), são estes agentes "que determinam fatores e desencadeiam processos que atuam sobre o espaço urbano, promovendo a valorização diferencial desta mercadoria e, portanto, concorrendo para a realização de diferentes tributos fundiários". Esses tributos fundiários - o prego do solo, dos imóveis - mantêm relações com o potencial de uso do solo, sendo definido em função de suas características físicas e funcionais; das condições de acessibilidade à instalação de atividades e às conexões regionais; da infra-estrutura urbana disponível, como a rede de serviços e equipamentos, e, de; suas condições de vizinhança - funcionais e do meio ambiente. (Costa, 1978: 85).

Alguns dos fatores que atuam na valorização do espaço urbano, tais como a implantação de condições gerais de produção e reprodução da força de trabalho, e que desencadearam o processo de ocupação do espaço urbano e o processo de especulação imobiliária em Fortaleza, já foram examinados. Agora pretendemos ressaltar a importância dos agentes na produção do espaço urbano.

Consideramos fundamentais na produção do espaço urbano:

- os habitantes da cidade que produzirão e consumirão espaços diferenciados de acordo com a renda que auferem e a atividade que exercem;
- o setor imobiliário, formado pelos proprietários do solo urbano, os incorporadores e empresários da construção civil, que

partilham e constroem a cidade sempre visando a acumulação de riquezas através dos loteamentos, das edificações e principalmente da especulação imobiliária, pela valorização artificial da propriedade fundiária urbana;

- o Estado que, por meio de seus organismos públicos, tem direcionado a expansão da cidade através da legislação urbana e pelo fornecimento de infra-estrutura e bens de consumo coletivos. O Poder Público também induz a urbanização ao produzir novos espaços, ao construir conjuntos habitacionais, centros administrativos e ao alocar órgãos públicos em áreas afastadas, fora mesmo da área urbanizada.

Os habitantes desse espaço urbano pertencem a diferentes classes sociais. São também empresários ou operários da construção civil, administradores ou funcionários de empresas e órgãos públicos e privados, proprietários ou "invasores" de propriedades urbanas. Como moradores, podem consumir seu espaço, mas como planejadores urbanos, administradores, empresários, eles interferem na produção e na valorização de grandes áreas da cidade.

Na sociedade urbana capitalista, os habitantes das cidades ocupam espaços diferentes de acordo com o seu posicionamento na escala social. Existem casebres construídos em áreas "invadidas" pela população de baixa renda, desobedecendo à legislação e ao planejamento urbano e ignorando as leis da propriedade privada. A maioria da população não tem renda fixa suficiente para se submeter às regras dos planejadores e administradores, que impõem a aquisição de casas em conjuntos habitacionais, com longos financiamentos pelo Sistema Financeiro da Habitação. Em Fortaleza, os conjuntos Cidade 2.000, José Walter, Nova Metrópole, Acaracuzinho, Nova Assunção, dentre outros, exemplificam essa situação.

No sistema capitalista, a cidade é o "local privilegiado para acumulação de renda e para a reprodução da força de trabalho, que são elementos essenciais para expansão e consolidação desse sistema econômico-social". Pois nela se encontram as condições propícias para a viabilização contínua de aglomerações de trabalhadores e de atividades favoráveis para serem aproveitadas por cada empresário como economia externa. (CAPEL, 1972: 19) Por ser o local da acumulação de capital e da reprodução da força de trabalho, o espaço urbano é objeto de grande demanda.

Luiz Carlos Costa agrupou duas grandes categorias de agentes, definidos por diferentes níveis de poder, na disputa pelo espaço:

1 - "Agentes capazes de disputar, em condições correntes de mercado, os imóveis tipicamente urbanos, isto é, que apresentam padrão de acessibilidade, vizinhança e infra-estrutura consideradas satisfatórias".

2 - "Os agentes de menor capacidade econômica que não podem pretender a compra ou arrendamento de imóveis tipicamente urbanos e que devem contentar-se com a solução extra mercado (invasão) ou com a posse de imóveis de valor muito reduzidos, e que, por suas condições, não podem ser consideradas valorizados" (Costa: 1978: 85).

Na primeira categoria, encontram-se as empresas comerciais, industriais e de serviços e a população de renda média e alta. Em Fortaleza, essas empresas e esse segmento de população situam-se nos bairros mais equipados da Zona Leste - Aldeota, Meireles, Dionísio Torres. No centro e em alguns bairros mais antigos da Zona Oeste - Jacarecanga, Benfica, Montese - são encontradas empresas comerciais, indústrias e prestadoras de serviços e uma população de renda média baixa.

Encontra-se na segunda categoria a população cujo nível de renda situa-se próximo ao de subsistência, morando nos bairros mais afastados da Zona Oeste; em verdadeiros "guetos" da Zona Leste, como as favelas do Campo do América, Verdes Mares, Trilho; em loteamentos na periferia em eterno processo de autoconstrução, como o parque Santa Rosa, o Canindezinho e o Parque São José, ou ainda; em conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, tipo Palmeiras, Esperança, Acaracuzinho. São áreas que não poderiam ser consideradas urbanizadas, pela deficiência e mesmo pela ausência de infraestrutura e pelo baixo nível de qualidade das habitações.

Nesta categoria de agentes de menor capacidade econômica, Costa (1975:85) situa também o Poder Público, na medida em que o equipamento coletivo não consegue ser produzido na proporção necessária, devido a impossibilidade de os recursos públicos responderem aos custos de desapropriação dos terrenos requeridos para sua construção.

Talvez esta seja uma das explicações para a implantação em Fortaleza de conjuntos habitacionais, do Centro Administrativo, do Centro de Convenções, da Imprensa Oficial do Ceará, em áreas distantes do Centro e dos bairros habitados, sem nenhuma infra-estrutura. O preço do terreno não deve ter onerado os custos totais das obras, mas provavelmente devem ter sido elevadíssimos os custos com a implantação de infraestrutura e serviços. Também está claro que a localização destes equipamentos direciona o crescimento da cidade e valoriza as propriedades fundiárias das áreas urbanas.

Portanto, a apropriação do espaço urbano se dá em meio a interesses contraditórios das empresas, dos proprietários e, sobretudo, dos moradores. Nessa disputa pela terra urbana, disporá dos melhores espaços, das melhores condições de vida e de maiores

possibilidades de expansão empresarial, os que puderem pagar mais pelo tributo fundiário urbano.

No processo de produção e ocupação do espaço urbano na sociedade capitalista é marcante a hegemonia dos processos econômicos sobre a totalidade das condições de vida da população. Isto se dá fundamentalmente através da mercantilização do uso do espaço urbano. "As cidades são fortemente influenciadas pelas características de comportamento econômico das camadas superiores." (Costa, 1975: 82). O espaço urbano é produzido em função do automóvel e não do transporte coletivo. Grandes investimentos são feitos em obras d'arte, viadutos, auto-estradas, mas toda a população sofre com os graves problemas gerados pelo transporte individual, voltado para o interesse da indústria automobilística e das classes abastadas - poluição sonora e do ar, congestionamentos, etc.

Ao analisar a hegemonia dos processos econômicos, Capel (1972, 19), chega ao ponto de considerar que "numa sociedade capitalista, o espaço e a cidade não pertencem a seus habitantes e não se modelam em função dos seus interesses, mas de acordo com os interesses contraditórios de uma série de agentes".

Os espaços realmente urbanizados em Fortaleza são reduzidos e até ociosos. A maior parte da população da cidade não tem acesso aos terrenos, que ficam "em pousio" nas áreas da cidade "urbanizada". Mas, como a população não pode viver fora do espaço, ela "invade" terrenos públicos e privados, "amontoando-se" nas favelas ou "afastando-se" para periferias e conjuntos habitacionais distantes, com precária e até mesmo ausência de oferta de serviços e infra-estrutura. São verdadeiras cidades dentro da cidade".

São nessas "Fortalezas" paupérrimas, que a força de trabalho se reproduz em condições mínimas de subsistência. E a super exploração da classe trabalhadora, com seus salários miseráveis, que sustenta o luxo das mansões e do exército de trabalhadores domésticos mal remunerados da outra Fortaleza - a cidade dos ricos, dos pseudo-ricos, da classe média alta, da grande Aldeota.

Contra os interesses desses pequenos agentes que demandam o espaço urbano, outros agentes poderosos, basicamente do setor imobiliário, conduzem a produção e a oferta no mercado. Cabe a estes últimos a iniciativa de incorporar novas glebas a terra urbana, "dividi-las e dotá-las de algum meio de acesso, bem como empreender a construção de todo o tipo de edificações e instalações". (Costa, 1978: 86).

Os principais agentes produtores do espaço dentro da ação privada são os proprietários fundiários, os incorporadores e os corretores de imóveis. A produção da mercadoria espaço urbano, que contém outras mercadorias, como casas, hospitais, hotéis, clubes, indústrias, sistemas viários, escolas e outros, está nas mãos desses empresários. Estes agentes da produção da cidade, têm como objetivo o lucro, a acumulação de riquezas através de loteamentos, edificações e, principalmente, da especulação. Visam na cidade oportunidades de grandes investimentos públicos, de grandes investimentos habitacionais e de especulação imobiliária. Eles procuram se beneficiar com o fato de que a incorporação dos benefícios resultantes da infra-estrutura e de outras instalações implantadas por outros agentes urbanizadores, irão valorizar o imóvel.

Os empresários são responsáveis pela construção de grandes obras para a Administração Pública, entre elas conjuntos

habitacionais voltados para a população de baixa renda. Estas moradias são construídas em áreas distantes, sendo a escolha destas áreas justificada pelo baixo preço da terra. Para estas áreas são levadas infra-estrutura e serviços. A passagem desta infra-estrutura significa a urbanização dos lotes intermediários localizados entre o término da malha urbana e as novas áreas escolhidas para dar lugar aos conjuntos, favorecendo sua valorização.

Ao serem implantados os conjuntos José Walter, Tabapuá e Cidade 2.000, no final da década de 70, eles ficaram isolados do resto da cidade, levando muitos moradores a abandonar suas casas, na época. Hoje as áreas que ficavam entre os conjuntos e a malha foram loteadas e construídas, após terem sido beneficiadas com a implantação de infra-estrutura e dos serviços conquistados pela população destes conjuntos.

Dentre as grandes obras públicas que dirigiram o crescimento de Fortaleza, valorizando lotes e lotes, se destacam o Centro de Convenções e Imprensa Oficial do Ceará, no bairro Água Fria, o Estádio de Futebol Castelão, no bairro Dias Macedo, o Campus da UECE e o Centro de Treinamento do Banco do Nordeste, no bairro Itaperi, o Campus da UFC, no Pici, e o Centro Administrativo do Estado do Ceará, no Cambé. Atualmente este Centro foi reforçado pela transferência da sede do Governo do Estado para uma das edificações do Cambé.

O setor da construção civil tem se voltado para a edificação de habitações para a classe média. As facilidades de financiamento, após a criação do BNH, em 1964, tem permitido acesso à casa própria a este segmento social, pois dele fazem parte os que têm emprego fixo e renda suficiente para garantir os longos empréstimos.

Para atender a esta classe média fortalezense novos loteamentos foram implantados. Casas e blocos de apartamentos foram construídos. Novos centros comerciais e de serviços têm sido instalados principalmente nas zonas leste e sudeste (Shopping Center Iquatemí, Casa Blanca, Aldeota, Center Um).

As famílias de alto nível de renda constroem suas mansões com projetos arquitetônicos exclusivos, ocupando quadras inteiras (10.000 m²), nas dunas do Papicu, na Praia do Futuro e Água Fria. Atualmente verifica-se um grande interesse pelos edifícios de apartamentos. Estas famílias ocupam andares inteiros de edifícios na Avenida Beira Mar e nas proximidades.

No Brasil, "a atividade imobiliária e a construção civil assumem extraordinária importância, pois nelas se concentra boa parte do empresariado nacional progressivamente aliado dos setores produtivos mais importantes pelo capitalismo internacional. Neste setor da economia, se amplia parte significativa da poupança nacional, para o que influi, seja a precariedade do mercado de capitais, seja a ação de mecanismos estatais de captação de recursos, notadamente o BNH".(Costa, 1978: 81).

O setor empresarial também direciona o crescimento da cidade de Fortaleza para as zonas leste e sudeste, com a implantação de indústrias, de estabelecimentos destinados ao ensino superior e de centros comerciais, além, da abertura de novos loteamentos pelos grandes proprietários de terras, como as famílias Diogo, Patriolino Ribeiro, Dionísio Torres, Gentil, dando origem a novos bairros - Dionísio Torres, Papicu, Edson Queiroz, Antonio Diogo, Cocó, Água Fria.

Para a urbanização destas áreas e construção de casas e

edifícios, instalações de setores industriais, comerciais e de serviços, foi de fundamental importância a implantação de condições gerais para a produção e reprodução da força de trabalho. Tais condições pressupõem a existência de rede de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, rede de energia, serviço telefônico, sistema de transporte, serviço de limpeza pública, saúde, educação, lazer e outros. O responsável pelo fornecimento de todos esses bens de consumo coletivo, no Brasil atual, é o Estado. Assim, através de seus governantes, políticos, legisladores, administradores, tecnoburocratas, e todo o exército de funcionários, o Poder Público gere, planeja, legisla, executa e fiscaliza a produção do espaço urbano. É ele que cria grande parte das condições concretas para que se dê o processo de urbanização.

Como se observa, além dos agentes da ação privada (setor imobiliário), é de fundamental importância a ação do Poder Público na gestão e produção da cidade.

Esta intervenção é discutida por Lamparelli, (1980: 14), que busca compreender as razões do porquê desta ação pública. O autor destaca a influência do capital monopolista na ação estatal visando, com sua intervenção, beneficiar a acumulação do capital, através de ajudas diretas à produção, quer pelo viés de subsídios ao custo da reprodução da força de trabalho, quer facilitando a realização do valor de seu produto. O Estado, muitas vezes, também é sensível às lutas que se travam na sociedade civil, sobretudo nos períodos de democracia formal. Nestes momentos, os benefícios de sua intervenção podem dirigir-se às classes dominadas.

Estas contradições são típicas do Estado capitalista. Através dos aparelhos repressivos e ideológicos, ele controla a população e

estabelece a ordem e uma falsa harmonia na sociedade, a serviço da burguesia.

Portanto, este Estado classista, controlado por grupos da elite administrativa e empresarial, interfere na produção do espaço urbano de acordo com os interesses dos que estão no poder. Assim, o Estado decide onde serão criados e localizados os serviços e a infraestrutura urbana, e, quem se beneficiará de sua implantação. Estas decisões vão resultar em custos e obrigações para a população.

Estas elites, para se manterem no poder, fazem concessões aos outros setores da sociedade. Assim, evitam tensões sociais e manifestações de violência por parte da população mais explorada. Cedem a algumas pressões e criam também instrumentos que "prometem" a solução dos problemas mais graves. Iludem por mais algum tempo esta população, dando a impressão do Estado distributivista.

A partir da década de trinta com a Revolução liberal e a redefinição da divisão internacional do trabalho, o Estado brasileiro passou a desempenhar um novo papel. Ele passou a "suprir certas necessidades, porque a debilidade de acumulação das burguesias nacionais, do ponto de vista do tamanho do excedente, tornam o Estado um ente capaz, pela sua força extra-econômica de realizar este processo de centralização dos capitais que já é em si mesmo, um primeiro sintoma que estamos em presença de implementação de um estilo de capitalismo monopolista nas economias periféricas".(Oliveira, 1982: 44).

O Estado passou a ser não apenas fornecedor dos bens de consumo coletivo, mas também de bens de produção para facilitar a implantação de indústrias nacionais e multinacionais no Brasil. Investiu nos setores de pouca ou nenhuma rentabilidade, ou nos de lenta rotação do capital, que eram básicos para a industrialização.

A implantação de grandes empresas multinacionais trouxe para o Brasil um novo estilo de organização que teve profundas repercussões sobre a relação entre o Estado e o urbano na etapa do capitalismo monopolista. (Oliveira: 1982: 44).

O Estado passou a assumir a produção de condições gerais para o urbano, devido a complexidade e sofisticação das unidades produtivas e pela avançada e também complexa divisão social do trabalho. (Lamparelli, 1980: 14).

Este estilo de organização destaca a enorme gravitação do trabalho improdutivo. São os executivos, gerentes e toda classe de trabalhadores que fazem as vezes de capitalistas para gerir o trabalho propriamente produtivo. É a chamada "classe média" que tem um peso enorme na sociedade brasileira, ampliando o setor terciário. (Oliveira, 1982: 49).

Produzindo bens de consumo coletivo - uma espécie de salário indireto - o Estado contribui para o rebaixamento do custo de reprodução da mão-de-obra. O setor empresarial não paga ao trabalhador o suficiente para suprir suas necessidades e o Estado, sempre visando a reprodução ampliada do capital, estabelece um salário mínimo insuficiente, assumindo a responsabilidade de suprir e subsidiar habitações, transporte e infra-estrutura para uma população que não pode pagar por estes serviços.

O longo período de autoritarismo, pós-64, impedindo as greves e lutas salariais, levou a uma concentração de poderes e ao fortalecimento do Estado que mudaram suas relações com a sociedade civil. A luta da classe trabalhadora, antes voltada para a produção, e dirigida contra os empresários capitalistas, passa a ser uma luta contra o Estado capitalista, responsável direto por parte da produção do espaço e dos bens de consumo coletivo.

O acentuado crescimento urbano brasileiro passou a exigir, cada vez mais, investimentos em bens de consumo coletivo, sendo necessário um aumento nas taxas e impostos, ou simplesmente, a não resposta às reivindicações sociais.

Os recursos disponíveis foram dirigidos para as áreas onde a população tem maior poder de pressão sobre o Estado, aquelas faixas residenciais ocupadas pela população de maior poder aquisitivo. A distribuição dos bens de consumo coletivo foi determinada, sobretudo, em função das demandas das classes média e alta.

O processo de abertura política brasileira permitiu uma maior organização da sociedade civil. As lutas sociais passaram a ter um maior peso na prática político-administrativa, em função da correlação de forças dentro da nova realidade. Muitas das reivindicações populares passaram a ser ouvidas e algumas intervenções estatais puderam ser dirigidas às classes trabalhadoras. Mas como a "intervenção estatal é multifacetada, um conjunto de ações ou política, pode beneficiar, ao mesmo tempo, interesses divergentes." Elas podem beneficiar os moradores de um lado e beneficiar os proprietários capitalistas de outro. Portanto, é de grande interesse dos empresários a forma como são feitas as despesas. Esta característica da intervenção estatal possibilita a perpetuação da crença no mito do "Estado neutro" e da sua isenção político-ideológica. (Lamparelli, 1980; 14).

O poder político, sobretudo o local, não atua exclusivamente na produção de equipamentos e serviços urbanos, mas também no exercício rotineiro de certo poder de polícia sobre edificações e loteamentos. Ele estabelece diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, na forma de planos urbanos de caráter mais abrangente, tais como o Plano

Diretor Físico, o de uso do solo e o de zoneamento. "As determinações dos planos passam a balizar a ação normativa, exercida pela Prefeitura sobre particulares, quanto ao uso do solo e quanto a ação executiva exercida através de obras e programas". (Costa, 1978: 93).

Os agentes produtivos do espaço atuam dentro do marco do sistema capitalista, utilizando os mecanismos legais ou à margem destes mecanismos, obtendo, posteriormente, a sanção legal correspondente. O conjunto de normas jurídicas a legislação urbana não é neutro. Ele "representa e defende os interesses das classes dominantes na formação social, constituindo-se em algumas ocasiões - quando se apresenta como "garantia" do interesse geral da população - um simples discurso retórico, com as suficientes ambiguidades para que possa ser transgredida impunemente de acordo com os interesses específicos daqueles agentes." (Capel, 1972: 19).

Para a compreensão desse fato temos que analisar aqui o papel e a forma como são escolhidos os responsáveis pela elaboração e fiscalização de leis e pelas decisões de distribuição dos bens de consumo coletivo e de construção de grandes obras públicas.

Cabe lembrar que, a partir de 1964, os prefeitos das capitais brasileiras eram indicados pelo Presidente da República, que era eleito indiretamente. Estes governantes não tinham nenhum compromisso com o povo e administravam seus "feudos" pressionados pelo capital nacional e internacional e pelas forças armadas.

Deputados, vereadores e políticos, comprometidos com os desejos, vontades e aspirações da população, foram cassados, restando apenas os financiados pelos grandes latifundiários e capitalistas nacionais e internacionais.

Estes governantes e políticos contratavam, indicavam e nomeavam, sem nenhum concurso público, administradores, técnicos, burocratas, e planejadores, que decidiam sobre a implantação de bens de consumo coletivo, a construção de obras públicas, a localização de grandes equipamentos e a proposição de leis sobre uso e ocupação do solo, ou seja, realizavam todo o planejamento do espaço urbano e da economia nacional. (Figura no. 10).

Este também é o caso específico de Fortaleza, onde, apesar de existirem leis obrigando concurso público para os órgãos da administração, há muitos anos isso não ocorre. Seus funcionários foram contratados à partir da indicação de políticos da situação, sem nenhuma preocupação com a competência. O que vigora é o número de votos que o político obtém através da família deste novo funcionário ou cabo eleitoral. É a representação típica do clientelismo político. Assim, pessoas comprometidas com as oligarquias, exercem cargos na área de planejamento e decidem sobre o zoneamento da cidade e sobre obras que serão construídas.

A cidade é produzida em função de interesses políticos e econômicos e não em função das necessidades reais da população. Este fato demonstra a associação do Poder Público com a esfera do capital na produção da cidade. Proprietários fundiários urbanos, construtores, incorporadores, realizam verdadeiras batalhas para se beneficiar dos investimentos públicos. O conhecimento antecipado dos planos e a capacidade de influenciá-los possibilitam a ampliação da renda fundiária urbana e os lucros de seus investimentos, como também o ganho de concorrências para a construção de obras públicas, que vão desimcumbindo a administração pública dos trabalhos de execução e a transformando em uma grande agenciadora de contratos. (Seabra, 1987: 149).

Corrupção de fiscais beneficia especuladores

Quem mais sofre com a corrupção de alguns fiscais da Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas do Município (Suop) são os trabalhadores assalariados. Aquelas pessoas — que desconhecendo o Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza (COPMF) — tentam levantar um barraco e acabam tolhidas pela fiscalização corrupta que pressiona: ou paga propina ou a obra é embargada. "Existem pequenas construções que foram autuadas até cinco vezes, já que os responsáveis não tinham dinheiro para entregar aos fiscais", segundo revela o secretário da Suop, José Antônio Lemenhe.

Por outro lado, o processo de corrupção tem beneficiado os eternos especuladores que desmontam dunas, devastam reservas arborizadas e abrem quilômetros de vias sem o prévio conhecimento do Município. As irregularidades como essas foram denunciadas pelo arquiteto José Alberto de Almeida, quando da realização do Fórum de Debates Adolfo Herbster.

Segundo o ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-CE), Antônio Carlos Campelo Costa, a administração César Neto foi uma das mais deprecadoras. O arquiteto critica a construção do Conjunto Palmeiras II e a continuação da Avenida Borges de Melo, "uma avenida que não sai e nem chega a nada, além de ter cortado um mangue", diz Antônio Campelo.

LOTEAMENTO

A depreciação da cidade começou a ser mais sentida no final da década de 70. Naquela época, dizia José Alberto de Almeida, então presidente do IAB, Fortaleza já estava praticamente loteada. Conforme ele, o parcelamento do solo foi-se verificando, em parte, sem o conhecimento da Prefeitura, em parte, com a anuência municipal, sem nenhuma ou quase nenhuma exigência relativa à reserva de espaços públicos destinados às áreas verdes — parques, praças e jardins — e de áreas destinadas à instalação de equipamentos comunitários. As exigências para a implantação de infraestrutura jamais foram efetivadas.

ceiro da Habitação (SFH), às vezes, se beneficia com a aprovação, por parte da Prefeitura, de projetos tecnicamente imperfeitos, acrescenta. Um exemplo é a área de cômodos inferior ao que determina o Código. O técnico também critica o sistema de fechamentos de ruas sem estudo quanto à necessidade, ou não, delas em termos do sistema viário da cidade. Conforme explicou, providências mais efetivas só são tomadas quando numa obra existe risco iminente de inundação.

FALHA NOS CONJUNTOS

Como arquiteto e por dentro do modus operandi do SFH, Antônio Lavour tem reparos a fazer no que se refere à construção de conjuntos habitacionais. Os conjuntos, por lei, diz ele, devem ter nas imediações um local provido de verde, muitas árvores. Ocorre que o critério não é obedecido. Muito pelo contrário: "metem um trator derrubando tudo, fazem aterros adoçados e não se preocupam com a flora". Depois da política de terra arrasada, a Prefeitura através da Suop libera o alvará de construção.

No que se relaciona à segurança das edificações, Lavour faz graves denúncias. Segundo ele, existem muitos edifícios já concluídos que não tiveram a participação de arquitetos. Há até casos em que os projetos foram elaborados por profissionais não habilitados e depois formalizados pela assinatura de um profissional irresponsável. "Os erros são tão primários", comenta, "que a gente nota de cara que o projeto não foi feito por um profissional. Apenas foi assinado por um engenheiro".

A segurança das edificações de Fortaleza — 90% feitas sem qualquer ingerência de um profissional competente —, passa a ser questionável, principalmente, depois que o arquiteto Antônio Carlos Campelo assegurou que "a grande maioria dos prédios da Beira-Mar furou o Código".

Lavour, com seus 33 anos de idade e dez deles dedicados à arquitetura, é contra o método de fiscalização adotado em Fortaleza, "onde grande parte da fiscalização está corrompida", dir ele.

Como se estivesse há muito tempo esperando para desabafar, Lavour revelou outro tipo de malandragem habitualmente usado pelos especuladores. A trapaça consiste no seguinte: um projeto realmente técnico e sem falhas é levado à Suop. Depois da aprovação, o responsável substitui o projeto original por um outro, totalmente diferente do aprovado. É um projeto imoral, feito com o fim específico de ludibriar os compradores ou mutuários, caso a edificação pertença ao BNH.

Quanto à questão do assalariado, Lavour se mostra preocupado, já que um pai de família que ganha o salário mínimo não tem condições de pagar um profissional para projetar e construir sua casa. Ele acha que devia existir, por parte da Prefeitura, um tipo de orientação pelo qual as pessoas soubessem tudo o que é necessário para poder levantar uma casa.

MAIS DENÚNCIAS

"Eu vejo com muita apreensão os problemas que envolvem o Código, principalmente no que se relaciona com a Lei de Zoneamento, o Uso e Ocupação do Solo, o processo especulativo e a antiga corrupção na Suop — hoje um autêntico cancro". As apreensões são do ex-presidente do IAB-CE, Antônio Carlos Campelo Costa.

Ele lamenta que pouca gente conheça o Código, o Plano Diretor Físico de Fortaleza. Diz-se mais triste porque as pessoas diretamente ligadas ao problema têm conhecimento da legislação específica, mas quase nada fazem no sentido de fazer valer as diretrizes dessa mesma legislação, obedecer o Código, por exemplo.

"É de notório conhecimento que o Poder Legislativo tem favorecido mais o poder econômico do que particularmente a comunidade de Fortaleza, que eles representam, com mudanças substitivas na Lei de Zoneamento e

Uso do Solo Urbano, em favor dos empreiteiros e dos especuladores. Não se preocupam com aquilo que traz repercussões profundas e impossíveis de serem revertidas, como é o caso dos bairros da cidade", comenta Campelo.

Os bairros, conforme explicou, eram unidades residenciais individualizadas, com muitas casas. Então o quadro se inverteu e os espaços foram sendo ocupados por grandes edifícios de apartamentos, "ao sabor da vontade do especulador", acrescenta Campelo. O arquiteto diz estar muito preocupado com a ocupação desordenada e o desmonte das dunas, além da falta de qualquer visão futura em relação à vida da cidade. Para ele, outro fator preocupante é o descaso às denúncias feitas constantemente.

Dentre as muitas denúncias, dirige-se à própria Prefeitura, a quem Campelo acusa de administrar em causa própria ou alterar fatos ao bel-prazer do administrador. Um deles, conforme depoimento de Campelo, teria sido o ex-prefeito César Neto. O ex-prefeito, para Campelo, é "um administrador com um processo de miopia administrativa".

César Neto deixou de pensar na cidade, de estabelecer as diretrizes do seu crescimento e de fazer avaliações sucessivas e necessárias", disse. Ao invés disso, sustenta o arquiteto, o ex-prefeito criou um grupo de trabalho que acabou esvaziando praticamente todos os órgãos da Prefeitura.

Segundo Campelo, a administração César Neto teria praticado desmandos horribles e iniciado empreendimentos de forma equivocada, como é o caso do Conjunto Palmeiras II e o prolongamento da Avenida Borges de Melo. Ele também faz referências às proposições "faragônicas" destinadas à Praça do Ferreira, com sua garagem subterrânea.

BEIRA-MAR

O saturamento da Avenida Presidente Kennedy (Beira-Mar) por parte dos grandes espigões é uma outra preocupação do ex-presidente do IAB. Conforme denunciou, a maioria dos edifícios "foram o Código". Significa dizer que a Prefeitura, ou quem

mesmo para "a gente se sentar e tomar uma cerveja", acredita.

CORRUPÇÃO ANTIGA

Para configurar a corrupção na Suop, Campelo faz uma retrospectiva e cita o caso "Praia de Iracema". Segundo ele, foi discutido e aprovado pela Prefeitura que não se permitiria a construção de grandes espigões na área. A discussão deveu-se ao interesse de grandes imobiliárias — no caso a M. Dias Branco — que queria levantar um espigão no antigo prédio do Restaurante Udo.

A Prefeitura não procurou se instrumentalizar para preservar a Praia de Iracema como um lugar boêmio, sem grandes edifícios e maiores preocupações com o trânsito. Disso se aproveitaram os incorporadores — já que a proibição estava para sair no Diário Oficial —, e deram um golpe de mestre. A documentação solicitando o alvará da obra, que devia passar várias semanas percorrendo os vários segmentos da própria Suop, Secretaria de Saúde, dentre outros órgãos, foi conseguida em menos de um dia, diz Campelo. Com isso ele denuncia a corrupção e alerta a população, pois "imobiliárias estão estocando terrenos para levantar outros espigões na Praia de Iracema".

A VOZ DO IAB

Como na maioria dos depoimentos, o da presidente do IAB-CE, Agueda Ribeiro, é de alerta e crítica. De início, ela diz não entender como a Prefeitura nada faz para impedir o desmonte das dunas e o adensamento populacional em áreas próximas a recursos hídricos. É o que vem ocorrendo com os bairros Papicu, Coité e Dionísio Torres. Nessas áreas, como não existe saneamento, não devia ser permitida a construção de grandes edifícios que acabam provocando uma elevada densidade demográfica.

Agueda também critica as autoridades que permitiram e estão permitindo que na Aldeota o quadro de baixa densidade passe para alta. Outro fato que preocupa é a demolição de edificações com vida útil ainda longa que são substituídas por grandes espigões. Referindo-se à Praia de Iracema,

'Faltam informações'

O titular da Suop, José Antônio Lemenhe (foto) - que em momento algum procurou esconder as deficiências e vícios da pasta que dirige, pela segunda vez - disse para o Diário do Nordeste que "não sou louco para dizer que na minha administração não existe corrupção". No entanto, afirmou estar trabalhando para que o quadro seja revertido.

Para mostrar que sabe o que vinha ocorrendo, cita um caso narrado a ele por um seu aluno. Este, não conseguindo aprovação de um projeto na Suop, já ia saindo desiluído do prédio quando foi abordado, do lado de fora, por um funcionário. Querida propina para "facilitar" a aprovação. Recebeu a propina e o aluno conseguiu o que queria. Esta é a Suop que Lemenhe vai tentar modificar em três anos.

ção disponha de mecanismos informativos a respeito de suas atribuições como municípios.

MUDANÇAS À VISTA

Desde novembro último, diz Lemenhe, o quadro de fiscalização passou por uma metamorfose. Praticamente passou a ser preenchido por profissionais de nível superior. Imediatamente foram orientados para o fator Controle Ambiental. Estão identificando - com quais instrumentos não se sabe - os fatores de poluição e orientando os infratores para as devidas correções. Segundo ele, por enquanto, a ideia é prevenir, para somente depois punir. Também vai ser difícil porque somente a palavra do fiscal não basta. Antes até mesmo de advertir, a Suop tem que estar instrumentalizada para não correr o vexame na frente de um chefe de cadeia, por exemplo.

Na administração atual, promete Lemenhe, o tratamento será igual para todos. Tanto para os profissionais responsáveis

"Os planos tornam possível conhecer com antecipação setores onde se irá realizar a expansão da cidade e permitem iniciar o rentável e cômodo negócio da especulação." Através do conhecimento antecipado das propostas de planejamento, o setor imobiliário terá possibilidades de intervir nestes planos, quando suas propriedades não estiverem sendo beneficiadas, pressionando os planejadores e legisladores para investimentos públicos, construção de obras, expansão do sistema viário na direção dos seus imóveis, como também exigindo um zoneamento que lhes garanta a obtenção de um uso mais intenso do solo e, conseqüentemente, uma maior renda fundiária urbana.

Há uma superposição de papéis, pois os proprietários rurais são, ao mesmo tempo, proprietários urbanos e exercem, também, encargos no Poder Executivo e mandatos no Poder Legislativo. Portanto, "a legislação é a conformação de conflitos de interesses". (Seabra, 1987: 21).

Apesar de estarem analiticamente separadas a ação privada e a ação pública na produção da cidade, pela discussão feita até agora, observamos que elas estão imbricadas. O pensamento de Odete Seabra (1987: 15), reforça esta visão: "O público e o privado caminham juntos na produção da cidade. A estrutura do setor público não pressupõe em si mesma a superação do privado. Pelo contrário, a viabiliza. A construção do urbano, como social, nas condições históricas do desenvolvimento capitalista, viabiliza um amplo espectro de atividades de produção e consumo privado".

Essa mesma superposição de papéis - setor público e privado, proprietários urbanos e rurais - também é detectada ao nível exclusivo do Poder Público, quando se verifica que o planejamento

urbano é de competência dos governos federal, estadual e municipal, representando, por um lado, a centralização na esfera federal e, por outro, a falta de autonomia na esfera municipal.

Em Fortaleza encontramos nos órgãos de planejamento, além dos técnicos comprometidos com os setores econômicos e políticos, profissionais engajados com as lutas populares, embuídos de ideais urbanísticos. Por mais que consideremos importante esse engajamento, não podemos perder de vista que estes técnicos pertencem a classes sociais de maior poder aquisitivo, tendendo a refletir seus valores e seus compromissos de classe no exercício profissional. (IAB, 1986: 4).

A história do planejamento urbano em Fortaleza mostra as dificuldades encontradas para a implantação de vários projetos. Planos como o de Nestor Figueiredo (1933), Sabdía Ribeiro (1947/8), Hélio Modesto (1962), e o PLANDIRF (1972), não conseguiram ser implantados integralmente por não agradarem a alguns setores da sociedade. Proprietários de terras que se sentiam prejudicados com as propostas de alargamento de ruas e de desapropriação, não aceitavam e criticavam os planos. A descontinuidade provocada por mudanças na administração municipal também interfere na implantação dos planos mistos pois, politicamente, não é também interessante levar adiante projetos de outras gestões.

Após o golpe de 1964, o autoritarismo do Governo Federal resultou na centralização das decisões e dos recursos financeiros, o que provocou o natural enfraquecimento dos poderes estaduais e municipais, facilitando a manipulação oficial. Data também desse período a centralização da política de desenvolvimento urbano, através da atuação de órgãos como o BNH e SERFHAU, entre outros.

A nível estadual foram criadas empresas de economia mista - companhias de eletricidade, telefone, água e esgotos - que passaram a controlar política e administrativamente os serviços de infraestrutura nas capitais. Concentrou-se nos cofres da União e do Estado a maior parte dos tributos arrecadados no próprio município, para serem posteriormente repassados, geralmente para aplicação em programas definidos pelo Governo Federal.

A receita própria do município advém da arrecadação de apenas dois impostos - o Imposto Predial e Territorial Urbano e o Imposto sobre Serviços, das taxas de contribuição de melhoria, raramente cobradas, e de ingressos patrimoniais e industriais. (Marques, 1986: 16).

A política habitacional, do Banco Nacional de Habitação, e de transportes urbanos, conduzida pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, a nível federal, e as políticas de implantação de serviços públicos - água, esgoto, energia e comunicações -, a nível estadual, são definidas sem qualquer respeito ao planejamento municipal. Suas prioridades interferem na organização e expansão do espaço da cidade, criando sérios problemas para a administração local.

A política habitacional, adotada pelo governo militar privilegiou a construção de conjuntos, plantados em áreas distantes dos bairros mais equipados. Os conjuntos José Walter, Cidade 2.000, Conjunto Ceará, Nova Assunção, Palmeiras, exemplificam bem a aplicação dessa política em Fortaleza. Cabe a Administração Municipal arcar com os custos de infra-estrutura urbana, de serviços e de manutenção das áreas onde os conjuntos são construídos.

No setor de transportes, a intervenção federal, no caso de Fortaleza, também é presente. O projeto de implantação de um trem

metropolitano pela CBTU tem gerado certa polêmica entre os órgãos municipais, pois em nenhum momento eles foram consultados pelo órgão federal. Apesar do aproveitamento das atuais linhas de trem suburbano, este projeto vai apresentar problemas, oriundos da ampliação destas linhas, da construção de obras d'arte e da alteração do tráfego pa automobilístico da cidade, com vários cortes e interrupções de ruas e avenidas.

A nível estadual, empresas estatais operam com fins privados, buscando o lucro, com o atendimento prioritário a quem pode pagar seus serviços, mas, ao mesmo tempo se beneficiam de créditos subsidiados e de recursos a fundo perdido providenciados pelo próprio Estado, socializando, assim, a maior parte dos custos. Os principais beneficiários de sua intervenção nas condições gerais são as unidades produtoras e as classes sociais de média e alta renda, ligadas organicamente ao capital monopolista, e so secundariamente às classes populares de baixa renda. (Lamparelli, 1980: 26).

Destacam-se em Fortaleza, na prestação desses serviços, a Companhia de Eletrificação do Estado do Ceará (COELCE), a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) e a Companhia de Telecomunicações do Estado do Ceará (TELECEARA).

O fornecimento de energia elétrica consegue atender a quase toda a cidade. Mesmo as favelas e os conjuntos habitacionais mais distantes contam com este serviço que, como é sabido, interessa ao setor industrial. A energia gera demandas. Portanto, é necessário que a população seja atendida por este serviço e assim aumente o número de consumidores de uma gama de produtos industriais, como os eletrodomésticos.

Os serviços de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário fundamentais para uma melhor qualidade de vida, são mais caros e só atingem a uma reduzida parcela da população, especialmente o de saneamento básico. São desinteressantes para os políticos profissionais pois não geram votos em quantidades proporcionais ao volume de investimentos realizados, nem produzem dividendos, quando de sua inauguração. São obras invisíveis - ficam enterradas no subsolo. Assim, grande parte da população mais pobre se vê obrigada a consumir água dos chafarizes públicos ou comprá-la na porta, de particulares.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza não tem possibilidade de interferir nos planos dessas empresas, ficando a implantação desses serviços determinada apenas pelo poder econômico de seus consumidores. Esses serviços encontram-se geralmente nas áreas de população de maior poder aquisitivo, o que, em termos espaciais, traduz-se em Fortaleza, na Zona Leste da cidade.

O espaço urbano de Fortaleza, como de outras cidades, tem-se produzido em meio a interesses contraditórios dos empresários capitalistas e dos moradores. O poder público, pressionado pelo setor privado e pela população, não tem conseguido coordenar suas ações, pois está fragmentado em três níveis. A superposição destes três níveis de poder e a ação coordenada do setor imobiliário na expansão da cidade têm gerado sérios problemas para o planejamento urbano. Assim, Fortaleza foi se expandindo à margem de normas legais, ignorando-as totalmente ou utilizando a legislação de acordo com os interesses dos agentes que intervinham na produção do espaço. Há casos também de modificações, através de mecanismos legais, de aspectos que haviam permitido uma planificação eficaz.

Observa-se que a atuação dos organismos públicos se tem realizado às vezes a margem do previsto nos planos diretor e físico de Fortaleza. Esses descumprimentos das normas têm ocorrido precisamente por parte dos agentes públicos que teriam obrigação de respeitar e fazer cumprir os planos. A partir do exemplo do setor público pode-se supor qual tem sido a atuação do setor privado. Na verdade, estes textos legais não tem impedido que ditos agentes .pa continuem desrespeitando a lei com suas estratégias e práticas particulares, modelando o espaço urbano em função de seus próprios interesses.

Certas porções do urbano vem sendo adensadas continuamente até o congestionamento, ao lado de outras áreas que permanecem "vazias". Seu perímetro tem se estendido ilegalmente mediante o processo de estender a infra-estrutura e considerar como solo urbanizado setores que na realidade não o eram, através de concessões de licenças de edificações sem a existência prévia de um plano parcial.(CAPEL, 1972: 22).

4. PLANEJAMENTO E EXPANSÃO URBANA EM FORTALEZA.

Fortaleza, até o final do século XVIII, era uma pequena e acanhada vila sem nenhuma expressão econômica, tendo apenas o papel de capital administrativa. Na hierarquia urbana cearense, Fortaleza aparecia com pouca expressão, com menor porte e importância que as cidades de Aracati, Icó, Sobral, Camocim, Acaraú e Quixeramobim. Estas cidades desenvolviam atividades ligadas aos setores industrial, comercial e de prestação de serviços.

A criação de gado era a atividade econômica predominante da população do semi-árido nordestino e particularmente do Ceará. Essa atividade tinha como objetivo fornecer carne, couro e animais de tração para as regiões canavieiras. Os pecuaristas também se dedicavam ao plantio de culturas de subsistência, como o milho, o feijão e a mandioca. Os diversos espaços cearenses quase não mantinham relações comerciais entre si. A produção da zona norte era concentrada em Sobral e deste centro descia os vales dos rios Acaraú e Coreá em direção as vilas portuárias de Acaraú e Camocim. A zona leste, onde domina o vale do Jaguaribe, tinha como centro coletor da produção interiorana a Vila de Icó. Esta produção descia o rio Jaguaribe para ser exportada pelo porto de Aracati. Eram por este centro que também chegavam e eram distribuídos os produtos do exterior. Já a Região do Cariri, por suas características climáticas e econômicas, produzia cana de açúcar e mantinha relações mais importantes e diretas com Recife.

A "Descrição Geográfica Abreviada do Ceará" (1816), do Ouvidor

Rodrigues de Carvalho, retrata a situação em que se encontrava Fortaleza no início do século XIX. "Muito acanhada a capitalzinha". Foi a expressão encontrada por Raimundo Girão diante do quadro descrito pelo Duvidor: "A vila é pobre, seu comércio de pouco vulto, ainda que o porto é sofrível, apesar de ser uma enseada; mas como só as imediações do termo até a serra da Uruburetama, parte do termo do Aquiraz e parte do termo da vila de Monte-Mar-o-Novo se surtem da Fortaleza, o comércio é muito menor que o de Aracati. Não há um só sobrado e as terras são muito inferiores. O solo é de areia solta; o tijolo, a cal e a madeira são caros, e tudo concorre para ser muito dispendiosa a edificação. A Casa da Câmara estava arruinada e não havia Cadeia, servindo-se as autoridades civis de uma cadeia militar, o que dá motivo a uma infinidade de contradições e etiquetas, que se não podem emendar, em muito detrimento da expedição das dependências criminais" (Girão, 1979: 75).

Fortaleza cresceu, com seu traçado acompanhando os antigos caminhos que demandavam o interior - caminhos de Arronches, de Aquiraz, de Soure, de Jacarecanga, de Messejana, Picada do Macuripe, da Precabura (Figura no. 11).

E dentro desse quadro que se inicia a preocupação do poder público com a organização e o planejamento do espaço urbano em Fortaleza. Havia necessidade de construir obras públicas, elaborar normas para a expansão da cidade e oferecer as condições gerais necessárias para o desenvolvimento urbano. Com esse objetivo, o Governador da Província do Ceará, de 1812 a 1820, Coronel Manuel Inácio de Sampaio, convidou para ser seu ajudante de ordens o Tenente Coronel Engenheiro Antonio José da Silva Paulet.

Paulet projetou e executou vários serviços e obras. Elaborou

Figura nº 11 - Evolução Urbana de Fortaleza

Fonte: Souza, M.S.- Fortaleza: Uma Análise Urbana - AGB, Fortaleza, 1978

também um Plano Urbanístico, que até hoje permanece sendo a matriz básica da cidade de Fortaleza. Desprezou o sentido de crescimento da Vila, que tendia a acompanhar as tortuosidades do riacho Pajeú, "traçou o estilo quadrangular que se adaptava à natureza relativamente plana do terreno". Silva Paulet, de formação europeia, inspirou-se no traçado em retângulo ou xadrez, que era, na época, o modelo dominante, a exemplo das cidades hispano-americanas (Girão, 1979: 77).

Por solicitação da Câmara e do Governador, ele foi incumbido de levantar a planta da vila, incluindo nela o contorno da nova "Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção". O forte foi erigido pelas primeiras autoridades locais, como proteção aos ataques indígenas, tendo sido então, reconstruído em alvenaria. Nesse período, surgem os serviços de Alfândega, o Mercado Municipal e chafarizes em diversas partes da Vila (Figura no. 12).

As orientações de Paulet continuaram respeitadas pela Corporação Comunal nos anos que se seguiram e tiveram como seu maior e melhor defensor o Boticário Antonio Rodrigues Ferreira, Presidente da Câmara no período de 1843 a 1859, cuja preocupação era o "aformosamento" da cidade que lhe foi confiada.

Ferreira teve como auxiliar, o Pernambucano, filho de suíço-alemão, Engenheiro Adolfo Herbster, que chegou ao Ceará em janeiro de 1855. Para Raimundo Girão, este engenheiro, "cuja ação diretiva e técnica, vai constituir o melhor instrumento de disciplinaação no crescimento de Fortaleza" (Girão, 1979: 77).

Antes da contratação de Herbster, foram levantadas duas plantas da cidade que eram simples desenhos cartográficos - a primeira, em 1850, pelo arruador-cordoador do município Antonio Simões Ferreira

Figura nº 12 - Planta da Vila de Fortaleza levantada em 1818 por Silva Paulet.

Tomás; a segunda, em 1856, a partir do levantamento cadastral da cidade, pelo Padre Manuel de Rego Medeiros (Figura no. 13).

Esta planta mostra-nos que a cidade já se definia integralmente no esquema projetado por Silva Paulet. A descrição abaixo, complementada pelo mapa anexo, revela este fato. Para Girão, "é evidente o contraste entre a cidade antiga, tipicamente topográfica, e a cidade nova, que aumentava obediente à geometria, ao traçado ortogonal retangular". (Girão, 1979: 79).

Uma publicação da extinta Companhia de Desenvolvimento de Fortaleza - CODEF - assinala que o mapa do Padre Rego de Medeiros: constatava que a "área urbana ia pouco além dos limites: oeste, rua 24 de maio (rua da Lagoinha), ao sul, rua Clarindo de Queiroz até a Barão do Rio Branco (rua Formosa) e da Pedro Pereira até a Cidade da Criança (Largo do Garrote); ao leste, ao longo da margem esquerda do riacho Pajeú e uma já mais acentuada expansão entre a Avenida Pessoa Anta (rua do Chafariz) e a praia" (CODEF, 1979:21).

Adolfo Herbster elaborou algumas cartas de Fortaleza, sempre "tendo em mira a sua remodelação e, notadamente, a sua ampliação" (Girão, 1979: 97).

A "Planta Exacta da Capital do Ceará" foi datada de abril de 1859, mês em que faleceu o Boticário Ferreira. Nesta planta, Herbster incluiu vários elementos, como o levantamento do sistema ecológico, as vias de acesso à cidade, a denominação dos logradouros públicos e registrou todo o equipamento público e privado existente (Figura no. 14).

A preocupação com a organização do espaço urbano fortalezense ocorreu concomitantemente ao fortalecimento das capitais, resultante

Figura nº 14 - "Planta Exacta da Capital do Ceará". Levantamento elaborado por Adolfo Herbster - 1859.

da nova ordenação política da Regência , que concentrava poderes nas sedes das Províncias, e ao crescimento econômico de Fortaleza, iniciado com a concentração de mercadorias e riquezas, a partir da integração do Ceará na divisão internacional do trabalho, como exportador de algodão.

A Europa estava em plena Revolução Industrial. O avanço da indústria têxtil na economia inglesa gerava uma demanda crescente de algodão. O Ceará transformou-se num vasto algodãoal.

A cultura algodoeira no interior do Ceará expandiu-se significativamente a partir do século XIX, diante de grandes eventos internacionais, como a Guerra de Secessão americana e a queda de produção de outros fornecedores (Silva, 1984: 04).

A proximidade da Serra de Uruburetama, grande produtora de algodão, favoreceu a localização do Porto de Fortaleza. A utilização de barcos de maior tonelagem e, posteriormente, o emprego de navios a vapor, tornaram inviável o uso do porto de Aracati, conduzindo esta cidade a um processo de estagnação econômica. Outras áreas da Província passaram a escoar sua produção pelo porto de Fortaleza.

A partir de então, passou a convergir para Fortaleza quase toda a produção do Ceará, promovendo a antiga Vila, elevada a categoria de cidade em 1826, de simples e acanhado centro administrativo, em centro comercial, coletor e exportador da produção agrícola e distribuidor de bens industriais. Mas até a década de trinta deste século, Fortaleza ainda sofria forte concorrência de centros interioranos como Icó, Sobral e Aracati.

A integração da economia estadual iniciou-se com a construção do Porto no Poço das Dragas, que passou a competir com os portos de Aracati e Camocim e com a implantação de um sistema de transporte ferroviário, ligando a capital ao interior, acentuando o comércio e facilitando o deslocamento da produção interiorana para fins de exportação.

Outros fatores impulsionaram o desenvolvimento de Fortaleza no período entre 1866 e 1873, como a criação de uma linha de navios a vapor ligando esta cidade diretamente à capital do País e à Europa, e a melhoria da rede ferroviária que se dirigia ao interior do Estado. A iluminação pública passou a ser feita com combustíveis a base de gás carbônico. Inaugurou-se a primeira linha de trem e começou a funcionar o serviço de canalização d'água (1867). Algumas ruas centrais foram pavimentadas com paralelepípedos. Nesse período, a Capital ultrapassou o famoso porto de Aracati em transações comerciais (CODEF, 1979:23).

Em 1863, de acordo com o ensaio estatístico de Senador Pompeu, a população era calculada em 16.000 habitantes, incluindo os subúrbios ocupados de palhoças. A cidade apresentava 960 casas de tijolos e telhas, 8 ruas calçadas e espaçosas e 8 praças, sendo 3 arborizadas e com cacimbas públicas (Girão, 1977: 80).

A expansão da rede de transportes ferroviários (Fortaleza - Baturité, 1876; Fortaleza - Cariri, 1926; Fortaleza - Sobral, 1934), posteriormente reforçada pelas rodovias, ampliou o raio de influência da capital, que passou a centralizar rapidamente o processo de comercialização, a prestação de serviços e a administração da Província, enfraquecendo os centros interioranos.

Diante das transformações sofridas no espaço de Fortaleza,

Adolfo Herbster, sob a inspiração da Planta de Paris, remodelada pelo Barão de Haussmann, elaborou uma nova planta para a cidade, em 1875, visando o planejamento para sua expansão. Projetou um conjunto de largas avenidas limitando o núcleo urbano da cidade. A oeste do centro urbano estava o Boulevard do Imperador (hoje avenida do Imperador), a leste o Boulevard da Consolação (atual avenida D. Manuel) e ao norte o Boulevard Duque de Caxias (atual avenida Duque de Caxias). A proposta de Herbster foi tão significativa para Fortaleza, que, até hoje, o centro da cidade está ainda circunscrito aos limites das avenidas por ele traçadas (Figura no. 15).

Já aposentado, em 1888, Herbster faz uma nova planta diretora para Fortaleza, "ampliando e consolidando ainda mais o enxadrezamento e a remodelação da cidade". Mas esta proposta não foi implementada pelos administradores municipais, o que para Raimundo Girão trouxe "enormes prejuízos a um progresso mais conforme as regras de estilização urbanísticas" (Girão, 1979: 80).

O crescimento horizontal da cidade orientou-se para a Zona Oeste, no sentido oposto ao litoral, pois a população de alto padrão, nesta época, não valorizava o mar e existia o preconceito de que o solo arenoso não se prestava a edificações, não suportando casas de mais de um andar. (Girão, 1979: 78). A cidade se expandia acompanhando a antiga estrada do Soure (hoje, Bezerra de Menezes / BR-222), e a Guilherme Rocha / Francisco Sá. Nesta área surgiu o bairro de Jacarecanga, onde aglutinavam-se as famílias de alto padrão de renda, as burguesias comercial e agrária, que mantinham domicílios na cidade e que dominavam politicamente o Estado.

Em Jacarecanga, foi instalado o colégio Liceu do Ceará, para formar e educar os filhos dessa burguesia. Até a década de sessenta,

Figura nº 15 - Adolfo Herbster inspirado na remodelação de Paris elabora em 1875, nova planta visando um planejamento para expansão urbana de Fortaleza.

apesar de ser público, o Liceu era considerado um dos melhores colégios da cidade. Por ele passaram muitos intelectuais, profissionais liberais e políticos de destaque do Ceará.

Em 1880, foi instalado o serviço de transportes coletivos, realizado por tração animal pela empresa canadense FERRO CARRIL. "Saíam da praça do Ferrera rumo ao Boulevard do Rio Branco (Joaquim Távora), Benfica e Alagadiço (Bezerra de Menezes). Só mais tarde, em 1914, é que Ceará Tramway Light and Power haveria de implantar o sistema de transporte elétrico em Fortaleza" (Jornal Fort News, 08.06.88)(Figura no. 16).

O desenvolvimento dos meios de transporte liberou os moradores da necessidade de viverem no núcleo central, favorecendo a expansão urbana. Essa situação teve início a partir da implantação dos bondes puxados a burro, depois os bondes elétricos, os trens e, atualmente, os ônibus, automóveis e outros meios de transporte comuns às cidades modernas.

O Estado, ao implantar novas linhas de bondes, estradas de ferro e rodovias, direcionava o crescimento da cidade e valorizava novos espaços, tornando-os acessíveis em termos de transporte para a população. Assim é que, ao longo e no final das linhas, surgiram chácaras de famílias ricas do interior.

No final do século passado também foram inaugurados os serviços de iluminação pública e de calçamento. Já no século XX, teve início a operação do cabo submarino, do sistema telefônico e telegráfico e dos serviços postais. A cidade passou então por um período de prosperidade. Começaram a funcionar os primeiros cursos superiores - Direito, Farmácia, Odontologia e Agronomia. Também nesse período foi inaugurado o primeiro cinema (1910) e o Teatro José de Alencar (1914) (CODEF, 1979: 27).

LUZ E FORÇA

The Ceará Tramway, Light & Power Co. Ltd.

Com Sede em LONDRES

ESCRITORIO CENTRAL

Boulevard Visconde do Rio Branco
(Estação de Bondes)

POSTO DOS BONDES E ESCRITORIO DA LUZ
Praça do Ferreira, 40

USINA ELECTRICA — Rua da Praia

Horario dos carris electricos

PARTIDA DA PRAÇA DO FERREIRA

Linha do Alagadiço — nas horas, 2, 17, 32 e 47 minutos

- Bemfica — 5, 20, 35 e 50
- Outeiro — 7, 22, 37 e 52
- F. Vieira — 2, 12, 22, 32, 42 e 52
- Mororó — 2, 22 e 42
- Estação — 3, 13, 23, 33, 43 e 53
- J. P. Bonifacio — 3, 23 e 43
- Prainha — nas horas e meias horas
- Via Ferrea — 15, 30 e 45
- A. Epitacio — aos 15 e 45 minutos.

Figura nº 16 - Linhas de bondes elétricos partindo da Praça do Ferreira - 1925

Em 1912, em função da chegada do automóvel, Idelfonso Albano assumiu a administração da cidade e determinou a retificação do alinhamento das casas, para que fossem alargadas as ruas e feitos melhoramentos na pavimentação. A cidade começou a se organizar em função do transporte individual e da população que tem recursos para adquiri-lo.

Fortaleza tornou-se o grande centro econômico do Estado, mudando a hierarquia urbana cearense. No início do século XX, a capital já concentrava uma gama de serviços, equipamentos e atividades, atraindo a população de outras cidades e da zona rural.

A implantação da oficina mecânica da RFFSA - Oficina do Urubu, na década de trinta, e da ferrovia que corta a Zona Oeste da cidade atraiu para as proximidades de seu leito as primeiras indústrias de beneficiamento de algodão e a mão-de-obra nelas empregada.

Surgiram os estabelecimentos industriais, "como resposta à crise internacional de algodão, que provocou a baixa do preço do produto. Os produtos da pecuária e o algodão eram a matéria-prima para as indústrias que favoreciam um incipiente desenvolvimento urbano. (Silva, 1984: 4).

A crise internacional de 1929, quando houve uma quebra nas exportações de produtos primários brasileiros, e a Revolução de 30, no Brasil, alteraram a divisão regional do trabalho e a organização do espaço brasileiro. Estas transformações internas refletiam a problemática mundial e a própria redivisão internacional do trabalho. O Brasil, país exportador de matéria prima, iniciou o seu processo de industrialização via substituição de importações. O Ceará passou a exportar algodão, cera de carnaúba, outras matérias-primas e, principalmente, mão-de-obra para a região Sudeste. Teve início o

grande e interminável fluxo migratório - cearenses, que fugiam da desestruturação da economia agrária, em busca de trabalho.

Com as grandes secas e o agravamento da questão agrária, o homem do campo também migrava para Fortaleza. Surgiram as primeiras favelas (Pirambu, Zéo Padre e Mucuripe), principalmente a partir da seca de 1932. A população imigrante alojava-se em locais próximos das indústrias, construindo seus barracos em terrenos públicos e privados que estivessem desocupados. Fixava-se também na faixa litorânea e nas dunas, áreas desprezadas pela população de mais alta renda. Exploravam a pesca ou trabalham na indústria, no comércio ou na prestação de serviços.

Fugindo da poluição das indústrias e da proximidade das favelas, a população de mais alto padrão de vida transferiu-se do bairro de Jacarecanga para a Aldeota, do outro lado da cidade (leste), que, em 1930, não passava de um extenso areal.

Assim, começava a ficar mais visível, a partir da década de trinta, o processo de diferenciação espacial e segregação residencial. A distribuição da população no espaço urbano de Fortaleza ficou nitidamente determinada pelo nível de renda.

Após os projetos urbanísticos de Adolfo Herbster, a partir de 1875, os prefeitos municipais não empreenderam nenhum outro plano, até a administração de Tibúrcio Cavalcanti. Os prefeitos Guilherme Rocha, Idelfonso Albano e Alvaro Weyne construíram obras, ajardinaram praças, porém sem obedecer a nenhum projeto sistematizado (Girão, 1979: 80).

Na administração revolucionária do Prof. Tibúrcio Cavalcanti (1931/1932), foi levantada a planta de 1932, onde já estavam definidos os bairros da Aldeota, Prainha, Benfica, Joaquim Távora, Jacarecanga e

Floresta. Em sua gestão foi implantado o projeto de arruamento de Adolfo Herbster (Figura no. 17).

Tibúrcio Cavalcanti mostrou à Interventoria Federal a necessidade de se consultar um urbanista para elaborar um novo plano de urbanização para Fortaleza. Mas foi seu sucessor Raimundo Girão, quem teve a oportunidade de contratar, após estudar demoradamente a matéria e ver de perto o que estava sendo feito em Recife e João Pessoa; o arquiteto Nestor Figueiredo, apesar de parecer contrário do Conselho Consultivo da Cidade. (Girão, 1979:80).

No "Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza", do urbanista Nestor de Figueiredo, foi feita, sob a influência de Le Corbusier, a primeira proposta de zoneamento para a cidade de Fortaleza. Le Corbusier propôs separar analiticamente as funções urbanas - habitação, trabalho, lazer e circulação - dando origem à Carta de Atenas. É importante ressaltar a atualidade deste urbanista, pois o Congresso de Atenas aconteceu em 1933 (Marques, 1986:161)(Figura no. 18).

A filosofia viária do Plano propunha a "implantação de um sistema rádio-concêntrico, de vias principais, através de ruas periféricas e alargamentos das radiais" (CODEF, 1979: 28).

O Plano de Nestor de Figueiredo foi interrompido quando o Prefeito Raimundo Girão deixou o cargo em 1934. Sua elaboração só foi retomada em 1943, pelo Prefeito Raimundo Alencar Araripe, que já tinha restaurado a Comissão do Plano da Cidade, em 1939. Mas o plano não pôde ser executado, pois muitas modificações já haviam sido feitas na cidade (Girão, 1979: 81).

A cidade dos ricos expandiu-se então para o leste, ocupando as áreas melhores. A transferência do Porto do Poço das Dragas para a

Figura nº 17 - Planta da Cidade de Fortaleza levantada na Administração de 1931-32 onde se percebe o bairro da Aldeota, em formação.

Figura nº 18 - 1ª Proposta de zoneamento para Fortaleza. Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza elaborado por Nestor de Figueiredo - 1932/33

Barra do Mucuripe veio ratificar esta tendência, pois levou infraestrutura para esta área. Apesar de muitas discussões e polêmicas, as obras do Porto do Mucuripe foram iniciadas em 1938, originando uma série de problemas de ordem ambiental, tendo a ação das ondas erodido praias, derrubando casas e construções.

Na década de sessenta, foi construído o ramal da estrada de ferro Parangaba-Mucuripe contornando e passando distante da área ocupada e fazendo a ligação Estação Ferroviária João Felipe-Zona Industrial-Porto e Porto-Interior do Estado.

Armazéns e depósitos próximos das docas do Porto Velho, deslocaram-se para as Docas do Mucuripe na década de cinquenta, a partir da atracção do novo porto. Posteriormente, instalaram-se na mesma área moinhos de trigo, indústrias ligadas a exportação, fábrica de asfalto, companhias distribuidoras de derivados de petróleo e indústrias ligadas à pesca. Atraída pelos empregos nos serviços portuários e nas indústrias, a população pobre construiu favelas. A "zona do meretrício" também se transferiu para o Farol do Mucuripe.

O prefeito Clóvis de Alencar Mota, na interventoria do Coronel Machado Lopes, aprovou, em 1947, o ante-projeto do "Plano Diretor para Remodelação e Extensão de Fortaleza", executado pelo engenheiro Sabóia Ribeiro, apresentado com um memorial justificativo resumindo suas idéias (CODEF, 1979:31).

Este plano tinha uma preocupação pioneira com a preservação dos leitos dos riachos e das áreas verdes e com a delimitação de áreas de parques (Figura no. 19).

Na administração do prefeito Acrísio Moreira da Rocha, em 1948, Sabóia Ribeiro apresentou o projeto final do Plano Diretor, onde enfocava a divisão e a nomenclatura dos bairros, o sistema viário e os

Figura nº 19 - Plano Sabóia Ribeiro. Sistema Viário Proposto. 1947

espaços livres. No plano também há indicações de zonas portuárias, industriais, comerciais e residenciais, sem, contudo, estabelecer uma definição clara dos critérios adotados para esse zoneamento (CODEF, 1979: 34). O plano malogrou.

Na análise de Raimundo Girão, "o Plano de Sabáia Ribeiro tecnicamente era digno de todos os elogios, mas não fora resultante de estudos mais aprofundados, mais realistas, das possibilidades econômicas da cidade, além de ter surgido, no tocante a sua adoção oficial, com grave erro de origem. Foi tornado obrigatório, ex-

abrupto, mediante apressado Decreto-Lei, sem transitar pelos crivos purificantes da Comissão do Plano da Cidade" (Girão, 1979:82)(05).

Na década de cinquenta, acelerou-se o crescimento populacional. A estrutura agrária, as grandes secas de 1951 e de 1958 e as enchentes de 1959 provocaram, através do intenso processo migratório, um crescimento intercensitário de 90,5%. A população de Fortaleza passou de 270.169, em 1950, para 514.813 habitantes, em 1960. Esse crescimento populacional aumentou a defasagem entre o tamanho da população, a oferta de emprego e as condições de infraestrutura e serviços urbanos. O número de favelas cresceu e os problemas sociais se agravaram.

A política desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek, favoreceu a industrialização e direcionou o fluxo migratório para as grandes cidades. A implantação da grande indústria automobilística no Brasil exigiu a formulação de uma nova política de organização espacial, visando a utilização do transporte rodoviário. O país foi rasgado por novas e extensas rodovias. Nas cidades, foram

(05) A falha apontada ao Plano de Sabáia Ribeiro foi a mesma do então Prefeito Raimundo Girão, em 1932, quando não aceitou o parecer contrário do Conselho Consultivo da Cidade, para elaborar novo plano de urbanização.

construídas avenidas, ruas mais largas, grandes estacionamento, viadutos e auto-estradas. O espaço urbano se organizou em função do automóvel, bem a que só têm acesso as classes média e alta, que podem pagar por este meio de transporte individual. Começaram a surgir os problemas urbanos das cidades modernas - os congestionamentos, os acidentes de tráfego, a poluição sonora e do ar. Gerados a partir da produção de bens para servir à comodidade de alguns, esses problemas afetam toda população, que sofre suas consequências. E a privatização dos benefícios do transporte individual e a socialização das perdas decorrentes do seu uso.

Após a grande seca de 1958, foi criada a SUDENE, em dezembro de 1959. Os incentivos à industrialização foram a forma encontrada pelo Estado para "solucionar" os problemas da região Nordeste. O processo de industrialização visava neutralizar os efeitos negativos decorrentes do acelerado crescimento populacional e das péssimas condições de vida da população através do aumento na oferta do número de empregos. Recursos públicos provenientes do imposto de renda e de outras fontes eram transferidos para empresários que quisessem investir na região.

Fortaleza transformou-se em polo de atração das populações migrantes, apesar do incipiente processo de industrialização do Ceará. O número de empregos não acompanhava o crescimento populacional, gerando enormes deficiências nos serviços urbanos, conforme foi retratado em levantamento realizado para o Plano Urbanístico de Hélio Modesto, em 1967.

Naquela época, Fortaleza possuía uma rede pública gratuita de água que atendia a 20% dos prédios da cidade, um serviço de esgotamento sanitário concentrado na zona central da cidade que servia

a 20% das edificações e uma rede de energia elétrica para 70% dos consumidores potenciais. O maior déficit era o fornecimento de energia elétrica para o setor industrial (Marques, 1986: 118).

O crescimento populacional provocou um adensamento no núcleo central, obrigando seus habitantes a irem gradativamente se afastando para as áreas periféricas. Houve uma seleção de atividades, permanecendo no centro, as tipicamente comerciais. As classes mais abastadas dirigiam-se para a Aldeota, na Zona Leste, que já contava com características residenciais de alto nível. As classes menos abastadas se direcionaram para bairros periféricos nas zonas Oeste e Sul, onde já estavam instaladas algumas indústrias ao longo de via férrea. Eram áreas ainda não urbanizadas, sem infra-estrutura.

Este processo de incorporação de novas áreas à cidade foi precedido pela ação de especuladores imobiliários, que se apropriaram de terrenos localizados na periferia urbana e de loteamentos de antigos sítios que anteriormente tinham uso rural (Sítio Cocó, Sítio Alagadigo, Sítio Cambeba, Estância). Estes parcelamentos foram feitos de acordo com o traçado em xadrez, obedecendo a orientação estabelecida no Plano Diretor da Cidade.

Assim, áreas mais distantes foram sendo ocupadas, enquanto enormes terrenos, alguns parcelados, em torno do centro, ficavam em "pousio", a espera de valorização.

Em 1960, de acordo com o arquiteto Liberal de Castro (1977:32), Fortaleza, então com 520 mil habitantes, apresentava uma área loteada para abrigar uma população de 2 milhões de pessoas. Seus cálculos foram baseados em um adensamento da ordem de 150 hab/ha.

Em 1963, Hélio Modesto, a partir do levantamento da situação da cidade, elaborou um novo Plano Diretor, onde "apresentava uma

abordagem integrada, cujas proposições urbanísticas abrangiam os aspectos econômicos, sociais e administrativos". Esse plano adotava um zoneamento funcional, agrupando atividades não confluentes em locais adequados e levando em conta a estrutura sócio-econômica da cidade, expressa nas formas e tendências de uso e ocupação do solo. Baseado em estudos da situação existente na década de sessenta, em relação a ocupação diferencial do solo, estabeleceu uma classificação de quatro zonas residenciais diferenciadas em função do nível de renda da população. Ampliaram-se as possibilidades de crescimento vertical em determinadas áreas da cidade. Nas zonas residenciais - ZR-2, foram permitidas edificações com até oito pavimentos. Na área central as construções puderam atingir até doze andares, embora esse zoneamento ainda não abrangesse a área a leste do ramal Porto do Mucuripe - Parangaba. Propôs ainda a construção de avenidas e parques ao longo do leito dos riachos Pajeú, Jacarecanga e Aguanhambi, como já havia indicado Sabbia Ribeiro (CODEF, 1979:37)(Figura no. 20).

A proposta de zoneamento desse plano, baseado na renda, é a oficialização da segregação sócio-espacial.

De sua concepção, uma série de propostas foi adotada, como a "construção do trecho da Avenida Beira Mar, voltando-se, finalmente, a cidade para o mar; construção da avenida Perimentral, anel que contorna a cidade e ligando entre si os bairros da periferia (da Barra do Ceará ao Mucuripe); abertura da avenida Luciano Carneiro, proporcionando melhores condições de acesso ao Aeroporto; elaboração de cartas aerofotogramétricas e ortofotocartas, cobrindo a área total do município, e; implantação do Cadastro Imobiliário" (CODEF, 1979: 40).

Em 1962, o Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto do Estado

do Ceará - SAAGEC, iniciou a exploração do fornecimento d'água. Em 1963, a Aldeota era o primeiro bairro a ser beneficiado com a captação d'água subterrânea das dunas do Papicu, pois seus habitantes tinham maior capacidade de pagamento. A expansão da rede de energia elétrica, produzida pela CHESF na usina de Paulo Afonso, a partir de 1965, melhorou o abastecimento da cidade, favorecendo sobretudo o setor industrial (Marques, 1986:118).

O movimento militar de 1964 deu novas diretrizes à política de desenvolvimento urbano, criando o BNH e o SERPHAU. O governo federal passou a concentrar mais recursos financeiros e a controlar política e administrativamente todo o aparelhamento de Estado, reduzindo a autonomia dos estados e municípios.

Uma nova forma de região administrativa, baseada em dados de polarização e integração municipal, foi criada pela Constituição de 1967 - as regiões Metropolitanas, entre elas a de Fortaleza (CODEF, 1979:42).

Com o patrocínio do Governo Federal, foi elaborado, em 1972, o Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região de Fortaleza - PLANDIRF. O contrato de uma equipe do Sul do país provocou o protesto dos arquitetos locais, pois a Escola de Arquitetura já tinha formado um grande número de profissionais, desde a sua criação. Tratava-se de mais uma interferência do governo federal, incorporando grandes empresas ao planejamento urbano.

Segundo a orientação do PLANDIRF, foram implantados diversos projetos para o sistema viário (avenidas Presidente Castelo Branco, Borges de Melo, Aguanhambi, Zezé Diogo e o 4º anel Viário) e programas sócio-econômicos - instalação de centros comunitários e desfavelamento, com a construção de conjuntos habitacionais.

OPLANDIRF propunha a incorporação de novas áreas à cidade, com aberturas de vias e construção de pontes sobre o Rio Cocó, uma antiga barreira à expansão urbana. A cidade ultrapassaria a linha férrea Mucuripe - Parangaba e o Rio Cocó, incorporando o Sítio Cocó e as terras além do rio, o atual bairro da Água Fria. (figura nº21).

Naquela época governava o estrado do Ceará o Coronel César Cals, que pertencia à família Diogo, proprietária de terras (Sítio Cocó) na Zona Leste da cidade. O prefeito era o engenheiro Vicente Fialho.

Uma ação conjunta entre Governo e empregadores incorporou à cidade o bairro Água Fria, da zona leste, através de doações pelos Grupos Edson Queirós e Patriolino Ribeiro de terrenos vizinhos para a construção da Imprensa Oficial e do Centro de Convenções. Estes equipamentos foram instalados nas proximidades da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), de propriedade do mesmo Grupo Edson Queirós, que deu início as suas atividades em 1973. A instalação desses serviços fez com que o governo, usando o dinheiro do contribuinte, levasse água, telefone e asfalto até lá, atravessando áreas ainda não inteiramente ocupadas e valorizando excessivamente os terrenos dos latifundiários urbanos (Brandão, 1986, 1986:02).

Em 1973, foram implantadas as regiões metropolitanas, entre elas, a de Fortaleza, composta atualmente pelos municípios de Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Caucaia, Maracanau, Euzébio e Fortaleza. Foram criadas também a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza - AUMEF e Companhia de Desenvolvimento de Fortaleza - CODEPE, que passaram a controlar e supervisionar as atividades do planejamento físico e sócio-econômico da RMF e do Município.

Sob o governo do Coronel Adauto Bezerra, que nomeou o

Figura nº 21 - Plano de Desenvolvimento Integrado da Região de Fortaleza, elaborado por firmas sulistas, em 1974, incorpora novas áreas a malha urbana da cidade.

Prefeito Evandro Aires de Moura, (1974/1978), um novo plano Diretor Físico de Fortaleza foi aprovado pela Lei 4.486, de 12/03/75. Este plano dividia o município em zonas de uso, legislando sobre o uso e ocupação do solo, com o objetivo de orientar o desenvolvimento urbano (CODEF, 1979:44) (Figura no 22).

O Plano Diretor Físico propunha, com relação ao sistema viário, acentuação do esquema rádio-concêntrico da cidade. Assim foi prolongada a Avenida Santos Dumont (1976), sob o pretexto de dar acesso ao conjunto Cidade 2000, e construídas a Avenida Zezé Diogo (Dioguinho) e a Praça 31 de Março, na Praia do Futuro. Também foi prolongada a Avenida Antonio Sales, facilitando o acesso ao Centro de Convenções, Universidade de Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará e Academia de Polícia, os quais, na época, só tinham como opção a Avenida Santos Dumont e a rua Francisco Gonçalves.

O Conjunto Cidade 2.000, que foi o pretexto para o prolongamento da Avenida Santos Dumont, foi construído em 1972. Quando de sua construção a área onde hoje está assentado era isolada da malha viária básica da cidade. Os aspectos ligados a sua implantação e as características de vários momentos da vida do conjunto são o objeto principal desta pesquisa, onde discutiremos sua construção e ocupação, a valorização do entorno no contexto da Zona Leste de Fortaleza, bem como toda problemática segregacional revelada na variada gama de dificuldades contidas no cotidiano de seus moradores.

Nesse período, com a expansão do sistema viário para o leste, ocorreu um acelerado processo de especulação imobiliária, abrindo-se novos loteamentos, sem nenhuma fiscalização do Poder Municipal e sem nenhuma infra-estrutura, construindo-se residências de alto padrão em lotes de grandes testadas. Além dos problemas sociais provocados pela

- ZONA DO NÚCLEO CENTRAL — C-1
- ZONA DE EXPANSÃO DO CENTRO — C-2
- ZONA DE DESENVOLVIMENTO CENTRAL E PERIFÉRICA — C
- CORREDORES DE ATIVIDADES — C-4
- ZONA PRESERVATIVAMENTE RESIDENCIAL (MULTIFAMÍLIAR DE BAIXA DENSIDADE) — R-1
- ZONA PRESERVATIVAMENTE RESIDENCIAL (MULTIFAMÍLIAR DE MÉDIA DENSIDADE) — R-2
- ZONA PRESERVATIVAMENTE RESIDENCIAL (MULTIFAMÍLIAR DE ALTA DENSIDADE) — R-3
- ZONA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL RESIDENCIAL — R-4
- ZONA INDUSTRIAL DE BAIXA DENSIDADE — I-1
- ZONA INDUSTRIAL DE MÉDIA DENSIDADE — I-2
- ZONA INDUSTRIAL DE ALTA DENSIDADE — I-3
- ZONA ESPECIAL DE USO INSTITUCIONAL — E-1
- ZONA ESPECIAL DE RECREIO — E-2
- ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO PAISAGÍSTICA, TURÍSTICA, RESERVA VERDE, ETC. — E-3

**PLANO DIRETOR
DE FORTALEZA**

LEI Nº 4486
DE 27/02/1975

1.A.B. / CE

C.A. DE ARQUITETURA

01

ZONEAMENTO

Figura nº 22 - Zoneamento de Fortaleza baseado na lei 4.486 de 1975

especulação imobiliária, que expulsa a população de menor renda para periferias distantes, surgiram novos problemas decorrentes da degradação ambiental gerada por aterros de lagoas e riachos e pelo desmonte de dunas.

Data dessa época o início dos problemas de ordem ambiental na Cidade 2.000, com o surgimento do novo divisor de água para a Zona Leste, pela construção da Avenida Santos Dumont e o aterro da Lagoa de Três Corações, localizada nas adjacências do Conjunto. O aterro se deu apesar da existência da lei dos recursos hídricos, que preserva, legalmente, todos os mananciais da cidade.

Como se vê, ocorreu uma acentuada expansão para a Zona Leste da cidade, em direção à Praia do Futuro, ultrapassando a via férrea e o Rio Cocó, considerados, antigamente, barreiras naturais ao crescimento urbano. A ação do Poder Público, e, obediência ao PLANDIRF e à Lei 4486/73, na construção de grandes obras públicas, instalação de infra-estrutura e equipamentos urbanos, incorporam à cidade o Sítio Cocó (hoje dividido nos bairros Vicente Pizon, Papicu e Cocó), as terras de Patriolino Ribeiro (bairros Água Fria e Edson Queiroz), o Sítio Colosso, o Sítio Alagadico (Casa José de Alencar) e o Sítio Cambéba (sede do Governo do Estado).

A criação da Universidade Federal do Ceará (1955), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959) e a instalação de filiais de empresas privadas e sede dos órgãos federais (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, Banco do Nordeste do Brasil-BNB) permitiram a constituição de um novo segmento de classe média formado por professores universitários, executivos de empresas privadas e técnicos do setor público. Associada à burguesia comercial industrial e apoiada no Sistema Financeiro da Habitação, a

classe média conquistou as áreas reconhecidas como nobres, situadas na Zona Leste. A capacidade de poupança dessa classe tem concorrido para alimentar a especulação imobiliária, acelerando o processo de parcelamento do solo, não só na capital, mas também em outros municípios periféricos, notadamente no litoral de Caucaia, Beberibe, Aquiraz, Cascavel, Pacajus e São Gonçalo do Ararante.

Oliveira, em O Estado e o Urbano no Brasil, ressalta o papel das chamadas classes médias na ampliação do setor terciário e da organização do espaço da cidade. O Estado tem direcionado seus investimentos e planos para atender, sobretudo, os reclamos advindos das demandas da classe média (Oliveira, 1982:19).

A pressão dos especuladores sobre os poderes Legislativo e Executivo tem alcançado diversas conquistas, conseguindo alterações no zoneamento da cidade, que visam ampliar a densidade populacional e a taxa do terreno das zonas mais valorizadas da cidade. Este é o caso da alteração da Lei 4.486, no zoneamento especial da orla marítima, pela Lei 4.821, de 12/12.76 (CODEF, 19799:44).

A valorização do espaço da zona leste e, principalmente, das áreas litorâneas, levaram a uma redução da Zona Industrial do Mucuripe a cerca da metade de sua área inicial, pois esta atividade era incompatível com uso residencial de alto nível das adjacências (Marques, 1986:1/1).

Entre 1976 e 1978, dentro da política urbana nacional de planejamento integrado, instalou-se em Fortaleza um escritório do GEIPOT, com o objetivo de elaborar estudos referentes ao transporte urbano, através do convênio entre o Ministério dos Transportes e o Governo estadual. Mais uma vez o Governo Federal desenvolveu projetos que interferem na malha urbana do município, sem consultar às autoridades locais.

Ainda durante o governo de Adauto Bezerra, foram construídos o interceptor oceânico e o emissário submarino, com o objetivo de melhorar as condições de saneamento da cidade. Foi ampliada a rede de esgoto, beneficiando, a Zona Leste, apesar do emissário ter sido construído na Zona Oeste, na praia do Kartódromo (Leste-Oeste), em frente à Escola de Aprendizes Marinheiros. O sistema de esgoto atende às edificações construídas a leste, a partir do ramal ferroviário Mucupuripe-Parangaba, atingindo até o gradiente (espigão) da Avenida Antônio Sales. A oeste, a rede só atinge até a Escola de Aprendizes Marinheiros, onde sai o emissário, mar a dentro.

Problemas técnicos no funcionamento do emissário e um número significativamente de industriais não ligadas a rede pública de esgotamento sanitário têm trazido consequências negativas para a população que habita as proximidades do emissário. O índice de poluição de suas praias, onde há elevada concentração de coliformes fecais e despejos industriais, é altíssimo, sendo consideradas pelo órgão representativo da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), a Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEPE), impróprias para os banhistas. Mesmo assim, pela falta de opções de lazer de seus habitantes, as praias são muito frequentadas durante os finais de semana.

Quando voltou a governar o Estado, o Coronel Virgílio Távora (1978/82), que já governara o Ceará no período 1962-1966, nomeou para o cargo de Prefeito da Capital o médico Lúcio Alcântara, filho do ex-governador Wlademar Alcântara.

Nessa administração, foi construído o Centro Administrativo do Estado do Ceará, numa área de 47 hectares de terreno do governo estadual. A concentração de prédios públicos visava melhorar o

rendimento do serviço burocrático e facilitar a vida de quantos demandam as repartições públicas a fim de tratar de assuntos a elas pertinentes. A construção do Centro Administrativo foi criticada desde o seu lançamento, sobretudo pelos políticos do partido de oposição (PMDB), tanto por sua localização no Sítio Cambeba, a 14 Km do centro da cidade, quanto pelos gastos com a obra. Mais de 20 milhões de dólares foram investidos na operação, contribuindo com mais de 40% do endividamento externo do Estado, num momento de seca, quando havia carência de recursos para financiar as "frentes de trabalho" dos programas de emergência nas regiões semi-áridas (Diário do Nordeste, 21.11.87).

Outras críticas estavam relacionadas com os elevados custos para instalar infra-estrutura na área e criar um sistema de comunicação com o resto da cidade. Para o transporte dos funcionários, a administração estadual mantém ônibus especiais alugados, que permanecem estacionados e ociosos durante todo o dia. A população que necessita resolver problemas nos órgãos públicos ali localizados tem que se deslocar de carro ou suportar longas horas pelo ônibus de linha, que só recentemente entrou em circulação.

A administração do Prefeito Lúcio Alcântara foi marcada pela construção de polos de lazer na Barra do Ceará, na Lagoa do Paia, no Alagadiço e na Praia do Futuro; pela urbanização da avenida Beira-Mar, e; pela construção do Parque Ecológico do Cocó. O Governo municipal aparentava ter preocupações com o lazer da periferia e a preservação ambiental.

Na verdade os polos de lazer tiveram menos papel na criação de alternativas de diversão para o proletariado do que vem evitar que os chamados espaços burgueses fossem invadidos pela periferia. Isto de

fato aconteceu na gestão municipal seguinte, de Cesar Cals Neto, que criou o programa "Vamos a Praia", colocando ônibus especiais ligando os bairros periféricos às praias da elite.

O plano Diretor Físico para a cidade foi aprovado por Lúcio Alcântara, com a sanção da Lei 5.122-A de, 13.03.79. A lei foi alterada e complementada - duas vezes - poucos meses após sua aprovação, com a promulgação das leis 5151-A, de 16.05.79, e 5161, de 04.06.79.

Essa legislação vigora até hoje, embora tenha sofrido várias alterações, a partir da pressão exercida sobre os vereadores por setores imobiliários interessados em aumentar a densidade permitida e assim os seus lucros com o solo criado. Também houve tentativa de alteração por iniciativa de políticos preservacionistas, querendo a volta de algumas densidades mais baixas nas áreas de dunas e próximas aos recursos hídricos, de acordo com as leis anteriores.

O prefeito Lúcio Alcântara promoveu o I Fórum de Debates Adolfo Hebster, em abril de 1980. No seu pronunciamento de abertura dizia que o encontro visava tornar-se "importante instrumento indutor de implementação necessária e crescente de um sistema de administração participativa no âmbito do município de Fortaleza".(PMF: 1980; 13).

Durante o seu governo, o Fórum se repetiu por três anos seguidos, tratando dos temas: "Estudo e Avaliação da Legislação Básica do Plano Físico de Fortaleza". "A Questão Ambiental em Fortaleza", e "Transportes". Estes fóruns contavam com a participação de representantes de diversos órgãos públicos, empresas, entidades civis, professores e estudantes universitários.

Apesar deste convite à participação e dos riquíssimos debates sobre temas importantes para o planejamento de Fortaleza, as inúmeras

propostas encaminhadas durante os eventos não foram implantadas. A participação da sociedade civil nas discussões não alterou a proposta, apenas serviu para fortalecer o discurso de participação e legitimar esta administração "democrática" e seu Plano Diretor.

O Plano Urbano para Fortaleza, com base na Lei 5122A, difere dos anteriores, porque, para dividir a cidade em zonas, em vez do critério de renda passa a utilizar a densidade populacional. Este critério, aparentemente mais técnico e neutro, atende mais de perto aos interesses da classe dominante, ligada a especulação imobiliária. (Marques, 1986:201)(06).

Um dos aspectos criticáveis na lei são os índices menores de áreas verdes e institucionais nos loteamentos de interesse público, em relação ao que é válido para outros loteamentos, de acordo com a lei 5324, de 07.12.79. Para os loteamentos de maneira geral, a lei estabeleceu que serão reservados 15% do total do terreno para áreas verdes e 5% para áreas institucionais. Nos loteamentos de interesse público, são construídos os conjuntos habitacionais com alta densidade, para a população de baixa renda, o que justificaria, ao contrário do que prevê a nova lei, maiores áreas de lazer e institucionais, proporcionais ao número de moradores.

A instituição do lote mínimo com a dimensão de 135m² de área e testada de 5,5m, também provocou sérias implicações na vida da cidade. A pertinência de sua discussão reside no fato de que o estabelecimento dessa dimensão torna impossível atender às normas sanitárias "que

(06) A análise da lei 5.122-A, de 1979 e suas complementares que serão discutidas nesse trabalho se baseia nas contribuições, propostas e críticas efetuadas durante o 1º Fórum de Debates Adolfo Herbster, sobretudo apresentadas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) - seção Ceará, por Suetônio Mota representando a ABES e pelo relatório final do evento.

recomendam um afastamento entre o sumidouro que é a parte do esgoto que permite a infiltração no subsolo, e o poço de no mínimo 30 metros." (Mota, 1980: 130). A inexistência de sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário na maioria das áreas loteadas impede a aceitação da justificativa oferecida no texto da lei, de que o tamanho do lote facilita o acesso da população mais pobre. Criando condições para o surgimento de problemas de ordem sanitária, piorando o nível da qualidade de vida, não seria esta a solução para os problemas econômicos da população.

O engenheiro sanitarista Suetônio Mota sugere que se exija nos processos de parcelamento do solo as características, dimensões e localização de áreas institucionais, e que seja exigida a drenagem do terreno antes de se iniciar a divisão para os loteamentos. Dessa forma a Prefeitura poderia impedir que recursos hídricos sejam aterrados e que a vegetação seja devastada, e, escolher, no loteamento, as áreas mais adequadas para o lazer e o setor institucional.

O zoneamento proposto nesta legislação não revela preocupação em relacionar a densidade da população com as condições naturais da superfície, isto é, com a direção dos ventos, profundidade do lençol freático, topografia, insolação, tipos de solo, vegetação. Tampouco preocupou-se o legislador em pensar a densidade em função do atendimento de infraestrutura e de serviços básicos. Zonas industriais e de alta densidade estão localizadas em áreas sem nenhuma infraestrutura, com lençol freático quase superficial e nas proximidades de rios e lagoas, como é o caso da zona industrial da Francisco de Sá.

Áreas que foram ocupadas desta maneira já apresentam problemas

ambientais, como são os caso dos alagamentos de casas, solos, edifícios e do saturamento de fossas nos bairros do Papicu e de Fátima, e da poluição de lagoas, rios e praias pelos sumidouros de edifícios, casas e indústrias. Esse processo está acontecendo na Praia do Futuro, onde inexistente rede de esgoto e é permitida a construção de edifícios de até doze pavimentos. Como são permitidas altas taxas de ocupação do solo, de até 70% nas zonas residenciais (ZR-3) e na zona especial de praia 7 (ZE-7), eleva-se o índice de impermeabilização do solo, já acentuado pelo revestimento asfáltico das vias públicas.

Nos últimos anos de estiagem (1979/1984), Fortaleza recebeu construções como se nunca mais fosse ocorrer um período chuvoso. O solo foi pouco a pouco impermeabilizado; lagoas e riachos foram aterrados. Os "invernos rigorosos, com chuvas de até 225mm em 15 horas ininterruptas (DN, 31.04.85), e a inexistência de galerias pluviais, têm provocado sérios prejuízos à cidade, como a destruição do sistema viário; o extravasamento do leito dos rios, principalmente os canalizados (Aguanhambi, Jardim América, Pajeú, Jacarecanga); o alagamentos nas áreas de depressão; o ressurgimento de lagoas aterradas, e; a inundação de várias áreas da cidade, levando ao desabrigo milhares de pessoas. O conjunto Cidade 2.000 também sofreu graves consequências, visto que foi projetado em período de seca, quando grande parte das áreas alagáveis, devido a formação de lagoas temporárias, não foram observadas.

A lei 5.122-A, de 1979, e suas complementares, transformaram as áreas mais valorizadas da cidade, como Aldeota, Meireles, Varjota, Papicu e parte do Cocó em zonas residenciais de alta densidade (ZR-3). Na lei 4.486, de 1975, estes bairros eram consideradas zonas residenciais de baixa e média densidade demográfica (ZR-1 e ZR-2),

onde era permitida a construção de prédios com o máximo de três pavimentos. Este fato favoreceu uma extraordinária margem de lucros para as empresas imobiliárias, com a renda diferencial da terra urbana.

A implantação desta nova lei (5.122-A) produziu mudanças não apenas no zoneamento de diversas áreas da cidade, mas também no tipo de uso e ocupação do solo em cada uma dessas zonas, em termos de número de pavimentos, taxa de ocupação do solo e subsolo, índice de aproveitamento, taxa de recuo (frente e fundos dos lotes) e índice de impermeabilização do solo. A partir da análise e cálculo de todos esses índices e taxas, chega-se a determinação da densidade populacional de cada zona e se podem prever os problemas que advirão em função das condições ambientais e da infraestrutura existentes.

De acordo com esta nova legislação, a área do município ficou subdividida em zonas com uso predominantemente residencial com baixa, média e alta densidades (ZR-1, ZR-2 e ZR-3), em zonas industriais, considerando o índice de poluição (ZI-1, ZI-2 e ZI-3) e zonas comerciais. Para cada uma das zonas foram fixados os seguintes elementos: área e testada mínima dos lotes para fins de construção, índices de aproveitamento do terreno (I.A), taxa de ocupação dos lotes (T.O), recuo mínimo e outros aspectos relacionados ao uso devido dos lotes. A lei também determina, para cada uma das zonas, outras categorias de uso e características básicas das atividades que poderão ser exercidas para complementar ou não sua função principal, como por exemplo, serviço e comércio local (Ø7)(Figura no. 23).

As zonas residenciais de baixa densidade (ZR-1) podem ser ocupadas por até 210 habitantes/ha. Nas zonas residenciais de média densidade (ZR-2), a ocupação pode atingir o índice de 280 hab/ha. E

- ZR1 — ZONA RESIDUAL DE BAIXA DENSIDADE
- ZR2 — ZONA RESIDUAL DE MÉDIA DENSIDADE
- ZR3 — ZONA RESIDUAL DE ALTA DENSIDADE
- ZE1 — CENTRO
- ZE2 — POLO E CORREDOR DE ADEMAAMENTO
- ZE4 — ZONA DE COMÉRCIO ATACADISTA E DE SERVIÇOS
- ZE3 — ZONA INDUSTRIAL USO PREDOMINANTE
- ZE2 — ZONA INDUSTRIAL USO EXCLUSIVO
- ZE1 — ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO VEIOE, PARQUE E TURÍSTICA
- ZE2 — ZONA DE RENOVACÃO URBANA
- ZE3 — ÁREAS INSTITUCIONAIS
- ZE4 — ZONA ESPECIAL DE PRAIA
- ZE5 — ZONA ESPECIAL DE PRAIA
- ZE6 — ZONA ESPECIAL DE PRAIA E DUNA
- ZE7 — ZONA ESPECIAL DE PRAIA
- CORREDORES DE ATIVIDADES

PLANO DIRETOR DE FORTALEZA

LEI Nº 5122/A
DE 23/03/1979

01

ZONEAMENTO
I.A.B./CE C.A. DE ARQUITETURA AGOSTO/1980

Figura nº 23 - Zoneamento de Fortaleza baseado na lei 5.122.A de 1979

nas zonas residenciais de alta densidade (ZR-3) é permitida a construção de edificações com até doze pavimentos e uma densidade máxima de 340 hab/ha.

Outro aspecto discutível são os índices de aproveitamento e taxas de ocupação do solo e subsolo possíveis nas zonas especiais que "foram determinadas em função da proximidade da praia, do tipo do solo e da infraestrutura em tais áreas". (lei 5.122-A, Pg.20).

As justificativas oferecidas pela exposição de motivos que instruiu a legislação básica do Plano Diretor de 1979 são bastante válidas para escolha de zonas especiais, mas se contradizem com o tipo de ocupação permitida nessas áreas. Diz a mensagem do Prefeito: "Sua inclusão se deve à preservação de aspectos paisagísticos típicos da zona de praia, estreitamente relacionados a relevo, vegetação e recursos hídricos, além de se dever a preocupações com a relação entre

As Zonas Especiais de proteção verde, paisagistas e turísticas, ZE-1, margeiam os rios e lagoas, correspondendo algumas a áreas preservadas pela lei de recursos hídricos, como os manguezais - o caso do rio Cocó em sua jusante. Apesar de serem áreas de preservação, a densidade populacional permitida é de 140 hab/ha. Atualmente esta área e toda a bacia B-2 do Rio Cocó são objeto de estudos mais aprofundados para novo zoneamento, depois do decreto 7.302, de 29.01.86, que criou

(07) Definição dos termos técnicos de acordo com a lei 5.122-A/1979:
Taxa de ocupação do solo - (T.O) - A percentagem da área do terreno ocupada pela projeção horizontal de edificação, não sendo computado nessa projeção os elementos componentes das fachadas, tais como: brises, jardineiros, marquizes, pergolas e beirais.
Índices de aproveitamento - (I.A) - O quociente entre a soma das áreas construídas de todo os pavimentos do edifício e área total do terreno, não sendo computado no total da área da edificação, os locais destinados a estacionamento, lazer, pilotis, rampa de acesso, elevadores, circulação comunitária, depósitos de até 10 m², apartamento do zelador de até 40 m² e subsolo.
direção dos ventos/áreação urbana/forma de ocupação da faixa litorânea. Observou-se também, nessas, o seu potencial turístico e o nível de atendimento de infraestrutura" (PMF, 1979:21).

a Área de Proteção Ambiental do Rio Cocó.

A ZE-2 - zona especial de renovação urbana-contempla casos específicos de desmembramentos de lotes e reurbanização de bairros, a exemplo do Centro e da Praia de Iracema.

As zonas especiais de uso predominantemente institucional - ZE-3 - correspondem, na planta de Fortaleza, às áreas dos campi

Universitários (UFC, UECE, UNIFOR), Base Aérea do Ceará, Escola de Aprendizes de Marinheiros, 23o Batalhão de Caçadores e Estádio Governador Plácido Castelo - o Castelão.

As zonas especiais de praias e dunas (ZE-4, ZE-5, ZE-6, Ze-7) têm possibilidades de uso múltiplo. As zonas especiais localizadas no leste de Fortaleza destinam-se a uma população de renda mais alta, que pode pagar para morar nas regiões litorâneas e de dunas, construindo casas e edifícios com índices de aproveitamento e taxa de ocupação do solo menores que nas zonas de praia do setor oeste. Neste setor, as praias e dunas estão ocupadas por favelas e bairros de população pobre, tendo sido classificadas no zoneamento como de alta densidade (ZR-3). É a própria institucionalização da segregação residencial.

Apesar de algumas áreas de praias e dunas terem sido classificadas como zonas especiais, visando a preservação ambiental e dos aspectos paisagísticos, a determinação de índices de aproveitamento entre 1,0 e 1,5, da taxa de ocupação do solo entre 33 e 50% e subsolo com 40%, e do gabarito de até 12 pavimentos, não levou em conta, como prevê a lei, as condições ambientais e a ausência de infraestrutura, especialmente de saneamento básico.

A zona especial de praia Z-7 é ocupada pela faixa de terrenos próximos à avenida Beira-Mar e à Praia de Iracema. A Avenida Beira-Mar tem os preços mais altos de terras da cidade, sendo, por isso

mesmo, ocupada por luxuosíssimos edifícios de apartamentos e hotéis de cinco estrelas.

Recentemente, a sua ocupação tem sido alterada, pois, antes da implantação da nova lei, só era permitida a construção de edificações com até cinco andares. Bares, restaurantes tradicionais e antigas residências são substituídos por prédios de apartamentos de luxo e hotéis de até dezoito andares. Além dos corredores dos polos de adensamento, é a única área da cidade onde se permitiu tal gabarito. Este gabarito e adensamento correspondente poderão impedir a penetração das brisas marítimas e a circulação do ar pelo resto da cidade.

As diversas zonas especiais, com exceção da ZE-7, não têm rede de esgotos e algumas nem rede d'água, estando próximas a recursos hídricos e ao mar. Os altos índices de ocupação e de aproveitamento e a possibilidade de construção de edificações de até doze pavimentos vão provocar sérios problemas de saneamento, além da destruição do relevo e da vegetação e da poluição dos recursos hídricos.

A preservação dos recursos naturais, através da legislação de zoneamento, e o preço da terra nas áreas de maior potencial paisagístico e de clima mais agradável segregam ainda mais os diversos segmentos da sociedade. A população mais pobre, formada de pescadores, favelados e pequenos agricultores de subsistência, vai sendo expulsa destas zonas para dar lugar às chamadas classes médias, através da venda da posse ou da propriedade da casa ou pela política de desfavelamento adotada pela Prefeitura.

Em algumas áreas, os núcleos favelados resistem aos projetos de desfavelamento que os deslocam para os conjuntos habitacionais, muitas vezes distantes dos seus locais de trabalho e sem nenhuma

infraestrutura de serviços. A resistência e a luta dos moradores de alguns destes núcleos resultaram na conquista do direito de se estabelecer no local onde viviam, como ocorreu nas favelas do Campo do América, Castelo Encantado, e de terem suas áreas urbanizadas, como na Favela Santa Cecília. Houve ainda a construção de conjuntos habitacionais no próprio local de moradia, à exemplo das áreas de Santa Terezinha, Nossa Senhora da Paz, Dois de Julho, na planície litorâneas e nas dunas, e Novo Lagamar, na planície de inundação do Rio Cocó.

Mas a grande questão que perpassa toda essa discussão é a valorização dos terrenos dos grandes proprietários, com o direcionamento do crescimento de Fortaleza para a região Sul-Sudeste, a partir da implantação de obras e de toda a infraestrutura e serviços necessários para o seu funcionamento.

Estes e outros fatores justificam a crise de credibilidade por que passa o planejamento urbano ao se constituir em um instrumento de controle social e de manipulação da população mais carente nas mãos da burocracia político-administrativa, a serviço do Estado e, conseqüentemente, das classes dominantes, surgindo, então o discurso do planejamento participativo. Mas existem muitas formas e meios de participação, muitas das quais podem ser facilmente identificadas com formas paternalistas de manipulação ou cooptação".(IAB,1986:3).

E impossível crer no discurso de um planejamento voltado para oferecer condições de vida a toda sociedade e não a algumas classes sociais, ou seja, direitos de acesso aos bens e serviços socialmente produzidos. Pois na sociedade capitalista, o planejamento é um instrumento do governo e foi concebido como elemento otimizador e "racionalizador" das atividades urbanas, com vistas ao favorecimento,

pelo viés da organização do capital, objetivando a uma maior rentabilidade do organismo da cidade (IAB,1986:5).

Isto significaria ordenar um processo de urbanização que garanta essencialmente o crescimento urbano, cuja componente mais determinante é a economia, em detrimento do ambiente e das demandas sociais".(IAB,1986:06).

A análise das políticas urbanas implantadas e a forma como são elaboradas e alteradas as leis revelam que esta é a forma de planejamento imposta aos habitantes de Fortaleza.

Sobre a legislação urbana de Fortaleza, vale ainda ressaltar que, na administração Lúcio Alcântara, foi assinado um Decreto-Lei permitindo a ligação de esgotos domésticos tratado às galerias pluviais, aos canais e riachos, bem como o esgotamento destes diretamente para o mar, na áreas onde não existam redes de esgotos. O elevado custo de tratamento desses dejetos e a dificuldade de fiscalização por parte da Prefeitura tem levado à crescente poluição dos recursos hídricos e das galerias pluviais.

A presença de lixo, entulho, insetos e ratos em terrenos públicos e sua invasão por particulares, foi o motivo encontrado para a assinatura do decreto 5.974, de 20.11.81, que atribui à Empresa de Urbanização de Fortaleza - EMURF "a administração de áreas institucionais e de lazer existentes nos conjuntos habitacionais, pertencentes ao município, e que não venham tendo a utilização devida". Permitiu-se à EMURF alugá-las ou permutá-las "mediante justo preço, sem prejuízo da destinação legal do terreno".

A presença de lixo, entulho, insetos e ratos em terrenos públicos e sua invasão por particulares, foi o motivo encontrado para a assinatura do Decreto 5.974, de 20.11.81, que atribui à Empresa de Urbanização de Fortaleza - EMURF "a administração de áreas institucionais e de lazer existentes nos conjuntos habitacionais, pertencentes ao município, e que não venham tendo a utilização devida". Permitiu-se a EMURF permutá-las ou alugá-las, mediante justo preço, sem prejuízo da destinação legal do terreno ou permutá-las.

Os efeitos deste decreto se fizeram notar mais intensamente no início de 1986, quando os jornais locais denunciaram a cessão ou doação de grande número de praças, numa cidade tão carente de áreas verdes públicas.

Em 1981, para um total de 200,83 ha de áreas de praças, 19,2% eram urbanizadas, 17,55% ocupadas por usos institucionais, 19,47% invadidas e 43,78% eram livres. (DN, 15.04.86). Para uma população de 1.308.839 habitantes, em 1980 existiam 124,91 ha de áreas urbanizadas, correspondendo a 0,95 m²/hab.

O arquiteto José Alberto de Almeida, do IAB/Ce, constatou que se "fosse adotado o percentual de 15% de áreas verdes atualmente exigido pela legislação urbanística, a quantidade de praças geradas seria da ordem de 2.406,5 ha", existindo portanto, um déficit de 1.756,3 hectares. (DN, 15.04.86).

Para que ocorra a doação ou venda de praças é preciso um processo de desafetação (08) ou simplesmente de cessão do terreno. O processo de desafetação tem que ser aprovado pela Câmara dos

(08) Desafetação consiste no processo de alteração de uso já existente em determinada área para outro tipo de uso proposto.

Vereadores. A cessão "se restringe a um contrato de 20 ou 30 anos, através do qual o particular se compromete a devolver a praça à municipalidade." (09)

Além das praças, 380 terrenos da prefeitura com extensão de até 1.176,68 m², estavam alugados a particulares por valores ínfimos de até Cz\$ 3,00 (DN, 14.04.86). Existiam ainda, na SUPLAM, 50 pedidos de cessões por particulares.

Dentre as áreas públicas invadidas ou alugadas na Zona Leste, destacam-se a praça Almirante Alexandrino; a praça Cerro Corá, criada em 1947 e atualmente tomada por casas modernas e mansões ; a praça Barão da Passagem, criada em 1960, ora ocupada pelo DENTEL; a Praça Humaitá, doada à Rádio Dragão do Mar que a vendeu ao Colégio Lourenço Filho, e ainda; as praças Eptácio Pessoa e Desembargador Eurico Monteiro. (DN, 14.04.86).

E grande o interesse por esses terrenos públicos, principalmente na Zona Leste da cidade, onde o preço da terra é alto, chegando a haver pressões e promessas de indenização por parte de grupos econômicos para conseguir a saída de posseiros e favelados.

Em 02.04.82, foi inaugurado o Shopping Center Iguatemi, apesar da mobilização das entidades que protestavam contra a construção deste grande equipamento na planície flúvio-marinha do Rio Cocó. Construído

(09) Segundo informação de funcionário da EMURF, para alugar um terreno através desta repartição, o interessado deverá dar entrada a um requerimento localizando a área e uso a que se destina. É feito um croqui do terreno e examinado o uso proposto para verificar se na área é permitida a ocupação desejada. Se for possível a locação, o terreno é avaliado de acordo com o preço de mercado da área e cobrado 1% de seu valor de aluguel mensal. As benfeitorias feitas, como construções, são incorporadas a propriedade pública não cabendo a Prefeitura pagar nenhuma indenização e sim o cálculo do novo aluguel em função do novo valor adquirido no final do contrato.

numa área de mangues que tinha sido desmatada e usada durante muitos anos como salinas, a instalação desse centro comercial demonstra um claro desrespeito a lei dos recursos hídricos no Estado do Ceará e a força dos grupos econômicos.

A construção do Shopping Center Iguatemi aumentou o fluxo de veículos para o bairro Água Fria, que já tinha grandes equipamentos como a UNIFOR, IOCE, Centro de Treinamento do BEC, Colégio Fariás Brito e uma crescente ocupação por residências de classe média, gerando constantes engarrafamentos. A instalação destes equipamentos criou a necessidade de ampliação da Ponte sobre o Rio Cocó e da Avenida Perimetral, o que ocorreu em 1981.

O prolongamento da Avenida Borges de Melo e a construção de outra ponte sobre o Rio Cocó, na administração do Prefeito César Cals Neto, criaram outra alternativa para ligação da Água Fria com o Bairro de Fátima e outros bairros da zona oeste e sudoeste. Os grupos ecológicos e urbanistas locais protestavam, alegando que a Borges de Melo era "uma avenida que sai do nada e não chega a nada, além de ter cortado o mangue".

Aparentemente, isto era verdadeiro, mas já existiam muitos outros planos de valorização e projetos de loteamentos, para a região cortada pela nova avenida.

Em 1983, houve uma tentativa de mudança na legislação para redefinir o zoneamento de 600 hectares nos arredores da favela do Lagamar. "O pretexto utilizado foi a doação de 50 ha ao BNH, como forma do ressarcimento pelos trabalhos de drenagem do Rio Cocó, para fins de urbanização da favela do Lagamar".(Marques, 1986:172).

O projeto pretendia mudar a lei de zoneamento para a área, classificada em zona especial (ZE-1) e zona residencial de média

densidade (ZR-2), transformando-a em zona residencial de alta densidade (ZR-3).

A mobilização de entidades civis, o protesto da população e o apoio de políticos impediram este ato, que iria destruir parte dos mangues do Rio Cocó e poluir suas águas.

Apesar das críticas, a favela do Lagamar foi urbanizada e nela construído o conjunto Novo Lagamar, de alta densidade, numa zona de proteção paisagística e turística o que trouxe de volta a discussão sobre a solução de problemas de caráter social isolada de questões mais amplas relacionadas com o impacto ambiental e a qualidade de vida da população.

Em 1985, a AUMEF recebeu um anteprojeto de loteamento de 201 hectares desta área. Se compararmos os mapas dos dois projetos, podemos verificar que este último é apenas uma parte destacada do projeto de 600 ha proposto em 1983. Como diz a canção de Caetano Veloso, "é a força da grana que (...) destrói coisas belas" - os manguesais do Rio Cocó.

Eram os mesmos grupos imobiliários querendo a incorporação de suas terras à zona urbanizada de Fortaleza. O processo iniciou-se com as inaugurações da Avenida Borges de Melo, passando dentro da área, e da nova ponte sobre o Rio Cocó. Mas o movimento ecológico intitulado SOS Cocó, em prol da preservação dos mangues e da planície de inundação do Rio, impediu a aprovação deste projeto de loteamento as margens do Rio Cocó, embora a ideia continue em estudo.

O Movimento exigia do Governador Gonzaga Mota, no ano de 1985, a aprovação, na íntegra, da proposta apresentada pelo grupo de pesquisadores coordenado pelo arquiteto Marcondes Benevides.

Este movimento ambiental organizado por diversas entidades (AGB, IAB, Partido Verde e outras) surgiu em julho de 1985 após as denúncias de degradação do patrimônio ambiental do Cocó. O grupo fez estudos sobre a questão e elaborou documento propondo a preservação da bacia de drenagem B-2 do Rio Cocó (10).

Foram muitas as negociações entre o Movimento SOS Cocó e a AUMEF, chegando a uma proposta final de decreto que foi encaminhada ao Governador para ser assinada, mas que acabou, propositalmente, esquecida.

Ainda no Governo Gonzaga Mota, em 1985, a organização de moradores e Amigos da Praia de Iracema, com o apoio de diversas entidades preservacionistas conseguiu que a Câmara dos Vereadores e depois o Prefeito César Cals Neto, aprovassem o projeto de lei do Vereador Samuel Braga, mudando o zoneamento desta área. Mesmo assim vários projetos de construção de espigões foram aprovados, enquanto a lei esperava na mesa do Prefeito por sua assinatura. Estes edifícios de apartamentos poderão alcançar preços maiores já que se localizam em áreas de preservação histórica, onde se encontram diversos bares frequentados por artistas e intelectuais.

As administrações dos últimos prefeitos de Fortaleza, devem ser analisados dentro do quadro das transformações políticas nacionais - o processo de abertura, a campanha das diretas, a eleição de Tancredo Neves, a eleição dos prefeitos das capitais, em 1985, e dos governadores, em 1986. Só assim poderemos compreender melhor de que forma os diferentes grupos de interesses políticos e econômicos tem interferido na produção do espaço urbano de Fortaleza.

(10) - Bacia B-2 do Rio Cocó - divisão da rede hidrográfica da Região Metropolitana de Fortaleza, de acordo com o Plano Diretor de Drenagem.

Com efeito em 1982, foi eleito, diretamente, para governar o Estado do Ceará, o economista Luiz Gonzaga Mota, após uma aliança entre as três correntes do PDS, isto é, entre os grupos políticos leais aos coronéis Adauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals Filho.

A Vice-governadoria ficou com o Coronel Adauto Bezerra, que mais tarde aderiu ao PFL. Pelo acordo, o prefeito deveria ser o deputado César Cals Neto, filho de um dos coronéis, chefe de uma das correntes que se mantem no PDS.

Para as secretarias do Estado e do Município e para os demais cargos em comissão foram nomeadas pessoas ligadas a estes grupos. O Estado do Ceará e a Prefeitura Municipal de Fortaleza tiveram administrações confusas e descoordenadas, pela falta de integração entre os representantes das diversas facções governistas.

As alterações no quadro político nacional, notadamente a partir da eleição de um candidato do PMDB à Presidência da República, levaram o então Governador a romper com o PDS e aderir no PMDB.

Com a aprovação pelo Congresso de eleições diretas para prefeitos das capitais, Fortaleza elegeu, para surpresa de muitos, a deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores - PT, Maria Luiza Fontenele.

A nova Administração Municipal enfrentou uma série de dificuldades e limitações, tanto a nível interno, quanto no seu relacionamento com os demais poderes públicos. A crônica dependência do Município era agravada pela situação financeira da Prefeitura de Fortaleza. As diferenças políticas com os governos estadual e federal dificultavam as transferências de recursos para a municipalidade, trazendo graves prejuízos para toda a população.

O resultado da eleição para Prefeito de Fortaleza, em novembro de 1985, mostrou o descontentamento da sociedade local com as lideranças políticas que governavam o Estado. Os eleitos pelo povo eram de partidos políticos que se opunham aos governos federal (PMDB/PFL) e estadual (PMDB). Ao assumir o governo municipal, em janeiro de 1986, a Prefeita se defrontou com graves dificuldades financeiras e administrativas para gerir a cidade.

Começou uma articulação entre os prefeitos das capitais para discutirem e encaminharem suas reivindicações ao Governo Federal e ao Poder Legislativo. Dezoito prefeitos participaram do 1o Encontro de Prefeitos das Capitais Brasileiras em 13 de maio de 1986, na capital baiana, e elaboraram a Carta de Salvador.

No documento, os prefeitos exigiam um acréscimo no valor que recebem do Fundo de Participação dos Municípios. Queriam, ainda, que o Governo Federal criasse um fundo especial destinado às capitais, formado por 25% da arrecadação do FINSOCIAL. Reivindicavam também o parcelamento, em sessenta meses dos encargos sociais devidos até 31.12.85. Afirmavam que não podiam esperar pelas decisões do Congresso Constituinte e requeriam a adoção, "no mais curto prazo", de nove medidas: 1 - Consolidação de suas dívidas com instituições financeiras; 2 - Concessão pelo governo de um financiamento emergencial; 3 - O parcelamento automático de seus encargos sociais pendentes, como o FGTS, o IAPAS, o PIS e o PASEP; 4 - Reforma tributária de emergência; 5 - Participação especial no FINSOCIAL; 6 - Participação no salário educação e municipalização da merenda escolar; 7 - Agilização do atendimento de seus pleitos pelo governo federal; 8 - Agilização das ações comunitárias da administração federal nos municípios; e 9 - Participação nos conselhos deliberativos das

superintendências de desenvolvimento regional. (Folha de São Paulo, 14.05.86, pg 24).

O governo da Prefeita Maria Luiza Fontenele, desde sua instalação enfrentou longos períodos de greves do funcionalismo público, sobretudo no ano de 1986, quando os servidores públicos passaram mais da metade do ano paralizados ou funcionando precariamente. Isto tem emperrado a máquina administrativa, trazendo sérios problemas para a cidade em termos de limpeza e saúde pública, sistema viário e de transportes, e oferta de serviços municipais.

As greves foram deflagradas por conta dos atrasos, de até três meses, do pagamento do funcionalismo. Quando da posse da Prefeita, o déficit dos recursos financeiros para o ano administrativo de 1986, exigiu a demissão de aproximadamente 10 mil funcionários e a redução em termos reais, dos salários dos que permaneceram na ativa.

As greves foram organizadas pelas associações de servidores criadas e dirigidas pelos antigos diretores, chefes de setores e técnicos ligados a grupos políticos que perderam o controle dos órgãos públicos e estavam desgostosos com a linha política da chamada Administração Popular.

Realmente, a Prefeita fez uma verdadeira "limpeza" nos quadros do funcionalismo, demitindo centenas de funcionários contratados irregularmente no período eleitoral, ou que estavam acumulando cargos, ou porque simplesmente não compareciam no local de trabalho, por morarem em outros municípios e estados.

Além do boicote dos técnicos e burocratas remanescentes das administrações anteriores, que dominavam as informações básicas, outros problemas contribuíram para aumentar as dificuldades

enfrentadas pelo novo governo municipal. A falta de quadros gerenciais dentro das esquerdas cearenses, sobretudo do PT, e as lutas dentro do Partido pelo controle do Poder Municipal, provocaram frequentes alterações na equipe dirigente.

Estes problemas geraram grande decepção na população que, cansada dos políticos tradicionais, acreditava que um governante descomprometido com o poder econômico, transformaria as condições de vida dos fortalezenses. Mas as mudanças não ocorrem isoladamente em uma cidade, pois ela faz parte de um estado, de um país do mundo capitalista, que dita leis que regem a sociedade e que se materializam em todos os problemas do espaço urbano.

O resultado desta decepção foi uma grande derrota do PT nas eleições de 1986. Beneficiando-se de uma coligação com o Partido Socialista Brasileiro - PSB, por um equívoco, o Partido dos Trabalhadores ainda conseguiu eleger dois deputados estaduais.

Mas apesar das dificuldades na administração municipal, quanto ao funcionamento dos órgãos públicos, algumas decisões importantes foram tomadas, como a reativação do Conselho Desenvolvimento Urbano (CDU) e a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA, que propiciaram uma participação das entidades engajadas nas lutas urbanas. Estes conselhos apoiaram a Prefeita nos vetos a projetos de iniciativa da Câmara Municipal de Fortaleza, contrários aos interesses da população.

O PROFAVELA (Programa de Urbanização das Favelas de Fortaleza), projeto de lei que dispõe sobre a legalização e urbanização das favelas, foi encaminhado pelo Poder Executivo Municipal à Câmara dos Vereadores sendo aprovado, após muitos debates, pela pressão de

entidades profissionais e de associações de bairros e favelas de Fortaleza.

A maioria da Câmara dos Vereadores fazia muitas restrições a esse projeto, em função dos interesses dos proprietários de terra que viam seus terrenos ameaçados de desapropriação.

Como tem ocorrido em quase todos os estados brasileiros nos últimos anos (1986/7), a crescente migração campo/cidade os elevados preços dos imóveis e de seus aluguéis e as altas taxas de desemprego, provocaram o aumento no número de invasões em áreas urbanas de Fortaleza. A Prefeitura liberou algumas áreas do município para a instalação da população desabrigada já radicada em Fortaleza e também da proveniente de outros estados. Do início da Administração Maria Luiza Fontenele, em 1986, até abril de 1988, a Fundação de Serviço Social já tinha cadastrado mais de cem ocupações de terra em Fortaleza. Na época alguns dos partidos de esquerda e também os de direita, interessados em desestabilizar a administração da PMF, foram acusados de incentivarem as ocupações e até mesmo indicarem os terrenos mais propícios - áreas públicas institucionais e verdes (O Povo, 21.04.88) (Figura no. 24).

Não só as áreas de periferia foram ocupadas, mas também as praças públicas do centro da cidade e as zonas de praia. Estas últimas por cerca de 6.000 camelôs, vendedores fixos e ambulantes, que na luta pela sobrevivência, encontravam como alternativa de trabalho, o mercado informal (Diário do Nordeste, 07.05.88 e Figura no. 25).

As praças e ruas do centro se tornaram intransitáveis, com a presença de barracas ocupando o local de passagem de pedestres. A venda de produtos perecíveis (frutas e animais abatidos) na praça e a presença de famílias morando nestas barracas sem nenhuma infraestrutura

Mais uma vez, os invasores estão sendo acusados de praticar a especulação

Maior parte das invasões é em terrenos particulares

Oito imóveis ocupados no fim de semana completam 30 em 1988

No último final de semana, oito terrenos foram ocupados em Fortaleza, chegando a 30 o total de áreas invadidas esse ano. Os números são da Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF) que, através de seu Departamento de Habitação, já cadastrou, do início da administração da prefeita Maria Lúiza Fontenele — em 1986 — até o momento, mais de 100 ocupações de terra. O dado novo, nessa onda de invasões que proliferam atualmente, é que, ao contrário de 1987, a maior parte das áreas invadidas em 1988 é pertencente a particulares.

No mais, fatores amplos como recessão econômica, impossibilidade de pagar alugueis, aliado a elementos mais localizados, como chuvas e desabamentos, estão fazendo milhares de famílias deixarem suas favelas, casas de parentes ou mesmo pontes e viadutos para tentarem aquinhoar o seu pedaço de lote numa propriedade privada ou praça pública. Por trás das ocupações, o Diretor de Fiscalização de Posturas da Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas (SUOP), Ageu da Costa Rodrigues, alerta sobre o oportunismo dos que, em condições de sobreviver em locais próprios ou alugados, vão a reboque e até incentivam os que, efetivamente carentes, participam das invasões.

ESPECULAÇÃO PREDOMINA

"Temos observado a predominância, nas últimas invasões, de especuladores. Na verdade, as razões pelas quais se ocu-

pam terrenos são as mais diversas. Uns moram em casa alugada e alegam não poder mais pagar prestação do imóvel. Outros afirmam que moram com parentes, sentindo, dessa forma, a necessidade de um teto seu. Entre os que realmente precisam, verifica-se número razoável de oportunistas, pessoas que têm até casa ou lote marcado em outros terrenos ocupados anteriormente e que vivem, portanto, do comércio da terra" — diz certa Ageu da Costa Rodrigues, acrescentando que, com base em levantamentos realizados no passado, constatou-se que apenas 20 por cento dos ocupantes são realmente carentes contra os 80% restantes, preponderantemente especuladores.

Para endossar suas declarações, o Diretor de Fiscalização de Posturas do órgão municipal destaca que, caso se faça inspeção em áreas que foram invadidas em 1987, será observado que, muitas delas, a maioria dos ocupantes já retornou para seus lugares de origem; onde morava antes da tomada de terras. As afirmações de Ageu da Costa Rodrigues reage o diretor do Departamento de Habitação da FSSF, Leonardo Furtado Sampaio. "De fato, em pesquisa recente feita pela Fundação, detectamos a especulação, mas em quantidades mínimas, que não atinge cinco por cento".

Exemplifica ainda com o caso de áreas invadidas no Parque São José onde, de 49 famílias, foram encontradas três que tinham condições financeiras que lhes

permitiriam viver em imóvel alugado ou próprio. Na opinião de Leonardo Furtado, o poder econômico da população deteriora-se a cada dia. Com o agravante de que, em muitas das favelas existentes na Capital — a maior parte localizadas em terrenos baixos — os favelados tiveram que se retirar de seus barracos e partir em busca de logradouros públicos ou terrenos desocupados e improdutivos. Sobre os dados que comprovam 1988 estar sendo um ano em que as ocupações se dão predominantemente em terras particulares, o Diretor de Habitação tem uma explicação para o fenômeno. "Ano passado, invasões de terra tinham componente político, relacionados, inclusive, com a cassação da prefeita Maria Lúiza pela Câmara de Vereadores" — esclarece Leonardo Sampaio, endossando que hoje, as ocupações ocorrem em nível mais consciente, onde o que fica patente é mesmo a falta de moradia e absoluta carência financeira.

De acordo com a SUOP, ocorreram 62 ocupações de terrenos, entre particulares e privados. Dessas, 15 áreas pertencem a particulares e 47 são municipais. Em 1988, contrariando informações da FSSF, a SUOP só tem catalogadas 10 invasões de terras, onde quatro são privadas e seis públicas. Das 72 invasões ocorridas de janeiro do ano passado para cá, 21 foram retiradas pela Prefeitura de Fortaleza. Quanto às desapropriações de áreas de terceiros, o Município já assinou 13 decretos, sendo quatro desapropriações somente este ano.

Figura nº 24 - Ocupações de terrenos públicos e privados no período de 1986-88

SSU quer definir de uma vez situação dos camelôs

Foto: Arquivo DN

Com o aumento constante dos camelôs nas principais ruas do centro da cidade, a Secretaria de Serviços Urbanos (SSU) está preparando um relatório, que tem o objetivo de reorganizar a situação dos feirantes na área. Segundo Leopoldo Gondim, supervisor do Setor de Comércio Ambulante, as medidas recomendadas pelo relatório serão postas em prática o mais rápido possível, pois é intenção do secretário Renê Maciel definir de uma vez por todas a situação dos camelôs.

De acordo com os números da Secretaria, Fortaleza possui atualmente cerca de 6 mil camelôs, espalhados, a sua grande maioria, pelas ruas do centro da cidade. Este número era de 4.855 no ano passado. "Todo dia aparece gente nova nas ruas", afirma Fernanda Vera, coordenadora de Comércio Ambulante, acrescentando que dos 6 mil, apenas os camelôs da General Bezerril e do Centro Comercial dos Vendedores Ambulantes estão cadastrados na Secretaria.

Um exemplo disso está na esquina das ruas Senador Pompeu com Liberto Barroso, onde cerca de 20 ambulantes vendem desde brinquedos até óculos escuros. Neste local, as reclamações são constantes, principalmente dos donos de lojas das proximidades. "O povo evita passar nos

Já ultrapassa a 6.000 o número de camelôs nas ruas centrais da cidade

locais onde há camelôs", diz Assis Ribeiro, gerente da Loja Tecibel, localizada bem em frente à grande concentração dos feirantes. Para Edmar Caetano, vendedor da mesma loja, o pior é o barulho que, em certas ocasiões, chega a ser ensurdecedor.

Apesar das reclamações, a Secretaria, segundo Leopoldo Gondim, "tem procurado agir com bom senso, pois acima de tudo, está o emprego

de muitos pais de família que se sustentam com esse comércio". Dentre as medidas a serem tomadas a partir do relatório, está a da ocupação de 183 vagas ociosas no Centro Comercial dos Vendedores Ambulantes. "Vamos conversar com os camelôs, através da Associação dos Vendedores Ambulantes, no sentido de regularizar todas as situações e preencher as vagas ociosas no Centro", afirma Fernanda Vera.

Figura nº 25 - Vendedores ambulantes invadem as praças de Fortaleza

sanitária aliada ao fato de existência de greves constantes no setor de limpeza pública, tornaram estas áreas insalubres, com a proliferação de insetos e ratos transmissores da "dengue" e da "leptospirose".

Muitas polêmicas se travaram sobre a retirada dos camelôs. As classes média e alta há muito já utilizavam o centro de comércio e serviços da Aldeota e seus shoppings centers, afastando-se do centro principal, que servia à população da periferia. Apesar da sujeira, a população de baixa renda, que recebe diárias ou pagamento por jornadas semanais e sai apressada de seus locais de trabalhos em busca do transporte público, aproveita para trazer as compras domésticas nesses verdadeiros mercados "persas" que se formam nos terminais de ônibus.

Em 1986, depois de campanha publicitária nos meios de comunicação, conscientizando a população para o problema, os camelôs foram retirados de algumas praças e da avenida Beira-Mar. Da praça José de Alencar, já em 1987, também foram retirados os terminais de ônibus. Antes da transferência para as áreas indicadas pela PMF, os vendedores passaram por um processo de seleção, pois entre eles, havia muitos empregados do mercado formal que eram utilizados pelos lojistas para venderem seus produtos, sem pagar impostos.

Como a situação econômica nacional não mudou e até se agravou, encontrada pela população de baixa renda.

Uma das grandes lutas em que se envolveu a Prefeita Maria Luiza quando de seu mandato no Legislativo estadual, foi a questão ambiental, vista interligada à qualidade de vida da população. Como deputada estadual, participou junto com as entidades civis da luta pela preservação do Rio Cocó.

Ao assumir a Prefeitura de Fortaleza, assinou o decreto municipal 7302/86, que criou a área de proteção ambiental do Rio Cocó (APA) na qual está inserida a Cidade 2.000, protegendo de imediato toda a área e criando um grupo de apoio técnico (GAT) formado pelo Instituto de Arquitetos Brasileiros, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Sociedade Cearense do Meio Ambiente e representantes de órgãos estaduais e municipais para a delimitação dos usos permitidos na APA do Cocó.

Depois de 22 meses de trabalho, constantemente interrompidos pelas greves, técnicos da SUPLAM, com a participação de outros órgãos, elaboraram uma proposta de zoneamento para a APA do Rio Cocó. O documento foi enviado para discussão com as entidades ligadas à questão ambiental visando o seu aprimoramento.

Esta proposta apresenta algumas falhas, pois a visão da questão ambiental das entidades não consegue ser captada pelos técnicos que estão amarrados às leis que visam o expansionismo urbano, pela pressão do setor imobiliário e pela idéia de propriedade privada como motor da organização espacial, não se submetendo aos interesses sociais.

5. INCORPORAÇÃO DO SÍTIO COCO À MALHA URBANA DE FORTALEZA

A incorporação de novos espaços à cidade ocorre por meio da intervenção do Poder Público e do Setor Privado. Cabe a estes agentes a responsabilidade pelo processo de diferenciação social do espaço urbano e até mesmo pelo fenômeno de segregação sócio-espacial.

A simples observação do mapa de Fortaleza permite explicar o grande adensamento populacional e a intensa expansão da região sudeste da cidade. Isto se deve à presença de um maior número de eixos nessa região - três rodovias e duas ferrovias -, facilitando o acesso a ela. A região leste, com apenas uma rodovia e um ramal ferroviário, sempre reuniu os melhores terrenos, do ponto de vista topográfico, e as condições climáticas mais favoráveis despertando o interesse dos grandes proprietários de terra e motivando a especulação imobiliária de forma violenta. Criam-se, portanto, grandes vazios urbanos e se desenvolveu um "crescimento aparente" da cidade, com a realização de uma série de loteamentos ditos urbanos. Este processo está associado à presença do Rio Coco, da área das salinas e das dunas da Praia do Futuro.

A Zona Leste passou a se identificar com os bairros da burguesia, tendo a Aldeota como o seu grande símbolo de "status" social. Esta ideologia é rapidamente apropriada e difundida pelas empresas interessadas em vender seus loteamentos e edificações, ampliando os limites do bairro da Aldeota e criando novas "aldeotas" - Aldeota Sul, Moderna Aldeota, Aldeota Centro, Planalto Nova Aldeota. Estas várias denominações dadas aos diversos logradouros incorporados à estão relacionadas ao "status" social e econômico que a "marca" estabeleceu.

Os limites dos bairros em Fortaleza variam muito nos registros de um órgão para outro, nos vários planos diretores e nas administrações municipais da cidade. Estes limites e suas denominações tem mudado com o passar dos anos, acompanhando as transformações do espaço urbano. Se compararmos as plantas de Sabdía Ribeiro, de 1984, e as plantas da divisão dos bairros, publicadas em 1982 e 1987 pela SUPLAM/PMF, podemos observar essas alterações. Nesta primeira planta ainda não aparecem os bairros do Papicú, Cocó e Vicente Pinzon, pois a Fortaleza dos planos de Sabdía Ribeiro limitava-se a leste pelo ramal da Estrada de Ferro Mucuripe-Parangaba. Estes mesmos limites permaneceram no planos de Hêlio Modesto, de 1962.

Ultrapassando o trilho encontrava-se o Sítio Cocó, de Antônio Diogo, que ocupava toda a área a leste do ramal ferroviário até a foz do rio Cocó, tendo como limite sul o próprio rio, e, norte e nordeste o mar (Figura no. 26). Esta área é caracterizada pela presença de dunas, praias, lagoas e manguezais. As margens do Rio Cocó eram exploradas com agricultura de subsistência e pesca pelos posseiros e pescadores que viviam na área, e com criação de gado, agricultura e produção de sal marinho pelo proprietário, Antonio Diogo. Dos antigos moradores, entre os posseiros que ainda permanecem na área, está D. Maria José de Souza Cavalcante, de 78 anos de idade. Ela nasceu e se criou em uma pequena faixa de terra à margem direita do Rio Cocó, onde vive até hoje. Além de sua casa, existem outras que abrigam três filhos e nove netos que lá nasceram. Essas e outras famílias que permanecem no local vem sendo ameaçadas de expulsão pelo administrador da família Diogo, Sr. Edmilson Acioly, conforme notícia veiculada no jornal O POVO, de 14.04.85.

Segundo depoimento de moradores da área, o posseiro Moacir tinha a posse de algumas terras atrás da Lagoa do Gengibre, área

Escala — 1:50.000

Fonte: SUPLAN-1987

Figura 26 - DIVISÃO EM BAIRROS NA ÁREA DO ANTIGO SÍTIO COCÓ
(Detalhe da Cidade 2.000)

próxima ao Conjunto Cidade 2.000 e integrante do Sítio Cocb. Estava na Justiça para conservar sua posse, quando foi atropelado e morto. Seus vizinhos denunciavam que a morte ocorreu "por conta da terra".

Ao lado da Lagoa do Gengibre, viviam da agricultura de subsistência, pesca e outras atividades, diversas famílias. Levantamento cartográfico realizado na área, mapa datado de 1972/3, na escala de 1:2.000, registra a presença de inúmeras pequenas casas e culturas nas suas proximidades (Figura nq 27). Em 1978, quando do aterro da Lagoa, viviam na área 72 famílias. Em 1985, permaneciam lá, apenas 12. As demais foram expulsas pelo vigia da terra "que está sempre armado e ameaça o despejo geral" (O POVO, 1985).

A organização espacial do Sítio Cocb não havia chegado ao nível de ocupação total dos lotes. Daí a disponibilidade de terras ainda não construídas naquela área, como também ocorre em outros setores da Cidade. No caso específico dos bairros do Papicú e Cocb, desperta a atenção a presença de posseiros que lá permanecem, dedicando-se a culturas de subsistência, trabalhando em salinas, criando gado bovino solto e habitando em favelas.

A valorização dos terrenos no antigo Sítio Cocb já não permite esses usos. O espaço agrário foi incorporado pelo urbano, exigindo a expulsão dos posseiros para dar lugar ao "cultivo" de produtos mais rentáveis, como edificações adubadas pelos investimentos públicos com a implantação de bens coletivos. Há assim uma sobrevalorização do espaço.

A integração desta área ao espaço urbano fortalezense teve início com a construção do Porto do Mucuripe, em 1945. A necessidade de ligação do porto com a rede ferroviária instalada, resultou na construção de um ramal ferroviário ligando Parangaba ao Porto do

LEGENDA

Fonte: Pref. Municipal de Fortaleza-1973

Escala — 1:10.000

Edificações
Arruamento
Caminho
Curso d'água

Lagoa
Curva de nível
Ponto cotado
CI Cultura

Figura 2.7 - DETALHE DO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (Folha 8)

Mucuripe, fazendo a conexão com a estação João Felipe, no Centro, bem como com o antigo porto, facilitando o transporte de mercadorias para exportação e importação. A construção deste ramal propiciou o surgimento de outras favelas nas suas margens, em terrenos da RFFSA - favelas Verdes Mares e do Trilho -, ou nas dunas - favelas do Castelo Encantado.

A linha férrea e o Rio Cocó foram considerados por muito tempo como obstáculos à expansão urbana para as zonas leste e sudeste de Fortaleza.

A linha férrea segmenta a cidade, gerando problemas que poderiam ser resolvidos com a construção de passagens subterrâneas, viadutos e sistemas de sinalização. Atualmente, o trem, também chamado "metrô de superfície", é o transporte de massa mais rápido e barato, utilizado por um grande número de moradores dos conjuntos habitacionais. Seu percurso na malha urbana tem sido um elemento indutor da construção de conjuntos habitacionais e instalação de indústrias.

O Rio Cocó pode ser incorporado à cidade em função dos potenciais recreativos, paisagísticos e turísticos, como propõem as entidades ligadas à questão ambiental na luta por sua preservação. É importante que a ocupação desse espaço se dê a partir de estudos e projetos que visem garantir o equilíbrio da expansão urbana, sem permitir o aterro dos mangues, o loteamento das margens e a construção de pontes.

A transposição da barreira física da via férrea e a incorporação dos terrenos de praias, dunas e mangues do Sítio Cocó teve início quando a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) autorizou, em 1954, o processo de parcelamento do Sítio Cocó e o

loteamento da Praia Antônio Diogo, a chamada Praia do Futuro (Figura no. 28).

Nesse momento, já estava em funcionamento a Construtora Waldir Diogo (11), que se encarrega dos loteamentos de propriedade da família Diogo. Além de loteamentos, esta construtora destaca-se pelas edificações da sede do DNOCS, do BEC, do Conjunto Tropical e do Edifício Diogo, na área central onde funciona o cinema de mesmo nome (Sampaio, 1973: 732).

O plano Hélio Modesto, de 1962, propunha a construção de uma avenida perimetral ligando a ponta do Mucuripe, na Zona Leste da cidade, à Barra do Ceará na Zona Oeste. Esta avenida já estava prevista no plano de Sabóia Ribeiro, em 1947, mas só foi construída entre 1962 e 1965, permitindo, assim, ultrapassar as barreiras da expansão - o Rio e a linha do trem. Também foram construídas pontes sobre o Rio Cocó, por onde segue a avenida, possibilitando a expansão da cidade para o sudeste - bairro da Água Fria.

O arquiteto Liberal de Castro, em conferência pronunciada em 1986, questionou a forma como foi realizada esta obra: "As margens do Rio Cocó, que se compunham de salinas e principalmente de várzeas alagáveis, foram recentemente recuperadas com a ajuda exclusiva de dinheiro público, embora antes da canalização do Rio, não se tivesse cogitado de desapropriar as terras inundáveis, então de baixo valor, a

(11) O atual diretor da Construtora - Waldir Diogo Filho - investe também no setor da criação e seleção de gado holandês no Ceará. Aliás, saliente-se que, como também em grande parte do país, a burguesia urbana se confunde ou se origina das oligarquias rurais. Este fato mostra a influência de suas origens familiares, pois o seu avô Antonio Diogo Siqueira teve o monopólio da compra e venda do gado bovino no Ceará, tendo sido o maior acionista do Matadouro Modelo Ltda.

Figura 28

fim de transformá-las em áreas verdes. Muito ao contrário, permaneceram na posse dos antigos proprietários, sem que lhes cobre qualquer taxa de melhorias; todas estão agora a receber capeamento do solo com areia das dunas a fim de que possam ser lotadas" (AUMEF: 1985: 24).

A abertura da Avenida Perimetral e a construção da ponte sobre o Cocó aproximaram as áreas rurais do núcleo urbano, propiciando a modificação de seu uso para atividades urbanas.

As obras de canalização do Rio e a "recuperação" das várzeas alagáveis ampliaram as possibilidades de uso do terreno, induzindo uma sobrevalorização das áreas de manguezais, antes ocupadas pelas salinas ou por sua vegetação natural.

Estes investimentos públicos na "recuperação dos manguezais" foram apropriados exclusivamente pelo setor privado, através da renda obtida com a abertura de loteamentos e edificações, sem o pagamento ao Estado de nenhuma taxa de melhoria.

Com a construção da Avenida Perimetral iniciou-se o processo de aterro dos mangues do Rio Cocó, além da expansão da cidade para o leste e o sudeste.

O desmatamento e o aterro dos manguezais e a ocupação das várzeas do Rio Cocó por edificações, a exemplo do que ocorreu na Favela do Lagamar provocam inundações consideráveis nos períodos chuvosos, desalojando muitos de seus habitantes. A conclusão de Odete Seabra, ao analisar as enchentes do Rio Tietê, adapta-se a nossa realidade: "As cheias são um fenômeno do rio; as inundações um fenômeno social" (Seabra, 1987: 120).

Em 1962, o Hospital Geral de Fortaleza foi instalado no Bairro do Papicó, à época, uma área isolada, sem nenhuma infra-estrutura, e

de difícil acesso para os pacientes segurados da Previdência Social. Posteriormente, foi implantada uma linha de ônibus ligando o Hospital Geral de Fortaleza ao centro da cidade.

O Grupo J. Macedo, em 1969, utilizando a infra-estrutura implantada para o Hospital Geral de Fortaleza, instalou a Cervejaria Astra, com incentivos da SUDENE, mais tarde vendida para a Companhia Cervejaria BRAHMA.

A cervejaria utilizava água retirada de poços tubulares artesianos, mas estes não tinham condições de supri-la, pois além da matéria orgânica, a água apresentava alto teor de ferro. Dois anos mais tarde, quando governava o Estado o Coronel César Cals Neto, a Empresa celebrou um convênio com a CAGECE para fazer uma ligação independente de água do reservatório do Mucuripe até a Cervejaria. Esta água era submetida a um processo de tratamento complementar para condicioná-la ao uso como matéria-prima para a cerveja e, depois de servida, despejada na Lagoa do Papicu, às margens da fábrica.

Em 1971, com recursos do BNH/SFH, foi iniciada a construção da Cidade 2.000, o primeiro Conjunto Habitacional para população de baixa renda no setor leste da cidade.

Os seus primeiros moradores tiveram que enfrentar muitas dificuldades, como a falta de infra-estrutura, problemas de esgotamento sanitário, falta de água, deficiência nos serviços de transporte e de limpeza pública, enchentes, segurança pública, além da campanha de difamação moral porque passou o Conjunto. Quando os primeiros habitantes se instalaram, o Conjunto era isolado e nada existia em seu entorno. Muitas foram as lutas que tiveram que travar, junto ao Poder Público, para obter melhores condições gerais para o Conjunto e, portanto, para o bairro. As conquistas dos moradores

urbanizaram a área e favoreceram a implantação de inúmeros loteamentos, ao mesmo tempo em que a Aldeota passava por transformações quanto ao uso e a ocupação do solo urbano.

A inauguração, em 1974, do primeiro Shopping Center da cidade - o Center Um -, no "coração" da Aldeota, deu origem a um subcentro comercial no bairro. Em suas adjacências instalaram-se várias agências bancárias, grandes lojas e boutiques.

Ao longo da década de setenta, o Palácio do Governo, algumas secretarias estaduais e municipais, a Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal e vários órgãos públicos de todos os níveis, foram transferidos do centro para a Aldeota.

Antigas mansões e casas de pessoas direta ou indiretamente ligadas à Administração Pública foram alugadas ou vendidas ao Estado. A máquina administrativa estadual transferiu-se para a proximidade das residências de seus administradores e altos funcionários, dificultando o acesso para a grande maioria da população, que mora na Zona Oeste e não dispõe de transporte particular.

Transformou-se a classificação de uso do solo urbano da Aldeota de ZR-1 (Zona residencial de baixa densidade) para ZR-3 (Zona residencial de alta densidade). A legislação urbana de 1979 ampliou a possibilidade de verticalização nessa área, permitindo edificações de até doze pavimentos. O preço do solo urbano elevou-se. Os velhos e até mesmo alguns casarões novos cederam seus lugares para os grandes "espigões".

O setor imobiliário preparou novas áreas residenciais para as classes mais abastadas, que preferem ou podem continuar habitando amplas e luxuosas casas, com piscinas e quadras de esportes. Iniciou-se a ocupação dos bairros Papicu, Cocó, Água Fria, ultrapassando os antigos limites físicos representados pelo Rio Cocó e pela via férrea.

A segregação social e espacial caracteriza-se pela mobilidade territorial. As classes sociais se deslocam fisicamente no espaço urbano. Este deslocamento é, ao que tudo indica, comandado pelo capital imobiliário em seu interesse de produzir novas e luxuosas habitações para a população de alto poder aquisitivo, viabilizando a acumulação e reproduzindo mais adiante a segregação já existente em outra área.

O Poder Público contribuiu para a expansão "desordenada" da cidade na direção do Sítio do Cocó, construindo grandes obras e equipamentos públicos, abrindo novas vias, implantando infra-estrutura e serviços. Grandes vazios urbanos foram valorizados, permanecendo nas mãos de especuladores.

Inúmeras vezes foi discutida a implantação do IPTU progressivo em Fortaleza, para diminuir a especulação de terras em pousio, mas até hoje os proprietários não permitiram que tal lei fosse promulgada. Na própria Administração Popular (1986/88), esse projeto foi rejeitado pela Câmara dos Vereadores.

Desde 1972, estavam previstos no PLANDIRF o prolongamento da Avenida Santos Dumont até a Praia do Futuro e a construção da Praça 31 de março e da Avenida Zezé Diogo.

A execução dessas obras, em 1976, provocou, de imediato, a abertura de inúmeros loteamentos e ruas e a construção de residências nos bairros Papicu e Cocó.

A população dos bairros do Papicu e do Cocó mantém estreita relação com o Bairro da Aldeota, utilizando este subcentro comercial e de serviços, que também é local de trabalho de um grande número de executivos e funcionários públicos. Relaciona-se também com o bairro da Água Fria, pois foram localizados ali, da década de setenta para cá, grandes equipamentos públicos e privados.

A urbanização do bairro da Água Fria teve interferência direta do Governo Estadual. "E somente na década de setenta, durante a administração de César Cals, que seria iniciada a ocupação nesta área. Através de uma negociação do Estado com o grupo de especulação imobiliária do Sr. Patriolino Ribeiro, e o grupo empresarial Edson Queiroz, o Governo constrói alguns equipamentos, como o Centro de Convenções, a IOCE, etc. A instalação destes equipamentos valoriza as terras localizadas nestas áreas, tendo sido rapidamente vendidas e ocupadas". (AUMEF, 1985: 24).

Em 1982, também entrou em funcionamento no bairro da Água Fria, o Shopping Center Iguatemi, de propriedade do Grupo Jereissati, estreitamente vinculado, até por relações familiares, com o Grupo Queiroz, a maior corporação do estado. O shopping foi construído em áreas aterradas dos mangues do Rio Cocó, com a finalidade única de conseguir terrenos a baixo custo, apesar do protesto dos grupos envolvidos na luta pela preservação ambiental e por melhores condições de vida urbana.

A instalação desses equipamentos e órgãos públicos elevou o volume de tráfego da Avenida Perimetral, gerando grandes engarrafamentos. Por esta avenida, a população da Zona Leste chega ao Bairro da Água Fria, à Cidade dos Funcionários, às Seis Bocas, ao Centro Administrativo do Cambé, ao Distrito de Messejana e a diversas praias.

O uso e ocupação do solo nas terras do antigo Sítio Cocó não são homogêneos. Nos três bairros em que se dividiu o antigo Sítio - Vicente Pinzon, Papicu e Cocó - convivem o uso industrial, o uso agrícola, dado pelos posseiros, e o uso residencial, com a presença de mansões, edifícios de apartamentos, conjuntos habitacionais e favelas.

GRANDES EQUIPAMENTOS URBANOS NA ZONA LESTE DE FORTALEZA

Shopping Center Iguatemi nas várzeas do Rio Cocó

Assembléia Legislativa e Parque do Rio Cocó

O bairro Vicente Pinzon ocupa quase que totalmente a ponta do Mucuripe, com excessão da estreita faixa ao norte do ramal da Estrada de Ferro, que faz parte do bairro do Mucuripe, onde se encontra o Porto. Ao sul do Vincente Pinzon, situa-se o bairro Papicu.

O Bairro do Cocó apresenta a maior área, e é o que está menos ocupado. Estendendo-se pelo Rio Cocó até a sua foz, incrustado entre a estrada de ferro e o bairro do Papicu.

A expansão urbana para a Zona Leste, com a incorporação do Sítio Cocó, pode ser analisada através dos dados censitários do IBGE de 1970 e 1980. A população do Sítio Cocó cresceu nessa década a uma taxa de 119,95%, ou seja, passou de 26.189 para 57.603 habitantes; uma taxa bem superior ao do município de Fortaleza, que foi de 62,5%, no mesmo período (Figuras nos. 29 e 30 e tabela no 07).

Dentre os bairros que compõem o Sítio, o Cocó foi o que apresentou a maior taxa de crescimento, da ordem de 451,04%, vindo a seguir o bairro do Papicu, com 100,89%, e o bairro Vicente Pinzon, com a taxa de 83,34%. O grande incremento populacional de 10.207 pessoas no bairro do Cocó, está relacionado com a construção do Conjunto Cidade 2.000, que conta com mais de 2 mil residências.

A construção de prédios (110,07%), estabelecimentos domiciliares (133,88%) e não domiciliares (189,62%), acompanhou e até superou as taxas de crescimento populacional. Isto demonstra o processo de urbanização, em que se verifica acentuado número de implantação de casas comerciais e prestadores de serviços na área. (Tabela no 08)

O bairro Vicente Pinzon, localizado em áreas de dunas e praias, concentra um grande adensamento populacional de baixa renda, as favelas do Farol (Zona do "Meretrício"), a favela do Castelo Encantado e o Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Paz ou Santa

Escala - 1:50.000

Fonte: Censo, 1980-IBGE
SUPLAN

Figura 30 - CURVAS DE DENSIDADE POPULACIONAL NA ÁREA DO ANTIGO SÍTIO COCÓ

TABELA Nº 07

CRESCIMENTO POPULACIONAL NOS BAIXOS DO ANTIGO SÍTIO COCÓ
1970-1980

BAIRRO	População				INCREMENTO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
	1970		1980			
	Nº	%	Nº	%		
Vicente Pinzon	16705	63,79	30627	53,17	13922	83,34
Papicu	7221	27,57	14506	25,18	7285	100,89
Cocô	2263	8,64	12470	21,65	10207	451,04
Sítio Cocô	26189	100	57603	100	31414	119,95

Fonte: Dados do censo do IBGE de 1970 e 1980

TABELA Nº 08

CRESCIMENTO NO NÚMERO DE EDIFICAÇÕES - BAIRROS DO ANTIGO SÍTIO COCÓ
1970-1980

BAIRRO	Prédios				INCREMENTO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
	1970		1980			
	Nº	%	Nº	%		
Vicente Pinzon	3584	63,27	6441	53,83	2857	79,71
Papicu	1618	28,56	2722	22,75	1104	62,23
Cocó	463	8,17	2801	23,42	2338	604,96
Sítio Cocó	5665	100	11964	100	6236	110,07

Fonte: Dados do Censo do IBGE de 1970 a 1980

Terezinha. Vivem nestas áreas pessoas ligadas principalmente às atividades pesqueiras, portuárias e ao comércio ambulante de beira de praia nos fins de semana.

Próximo à zona portuária, instalaram-se as indústrias que necessitam dos serviços portuários, como os moinhos de trigo, o beneficiamento de pescado, a construção naval e o terminal petrolífero.

Nesta área residem famílias de renda entre 1 a 5 salários mínimos, concentrando as maiores densidades populacionais. Concentrações desse porte só são encontradas nas favelas e conjuntos habitacionais, que atingem até 350 hab/ha. A população do bairro era de 16.705 habitantes, em 1970, passando para 30.627, em 1980. Apesar de ter sido o bairro que apresentou menor taxa de crescimento, o incremento populacional equivaleu à população do Papicu, bairro de ocupação mais recente que contava, em 1980, com 14.506 habitantes. Isto se deve à expansão de favelas na área, diante do elevado custo de vida representado principalmente pelos altos valores de aluguéis, que essa população de baixa renda não suporta pagar.

Este bairro, de acordo com a Lei 5.122.A/1979, de uso e parcelamento do solo de Fortaleza, está destinado predominantemente ao uso industrial (ZI-1), afóra a Zona Especial de dunas e praias. (Figura no. 31).

Toda a faixa litorânea do bairro Vicente Pinzon está ocupada por bares, restaurantes e clubes, no plano mais alto, após a Avenida Zezé Diogo, e por barracas de bebidas e comidas na beira da praia.

Os clubes ali instalados - de engenheiros, médicos, advogados, juristas e oficiais da Polícia Militar - foram edificadas em terrenos de praças, que deveriam servir a toda comunidade, mas foram doados, pelo Poder Municipal, a essas entidades.

LEGENDA

Escala — 1:50.000

Fonte: Censos do IBGE - 1970/80
SUPLAM - 1987

Figura 31 - RENDA PER CAPITA NA ÁREA DO ANTIGO SÍTIO COCÓ

Antes da construção das avenidas Santos Dumont e Zezé Diogo, as praias do Vicente Pinzon eram frequentadas pela classes média e alta que dispunham de automóveis para deslocar-se até lá. A regularização e o aumento das linhas de ônibus para esta área facilitou o acesso à população dos subúrbios, afastando os antigos frequentadores para as praias mais distantes, nos bairros Papicó, Cocó, Sabiaguaba e mesmo fora do município.

O sul do bairro já apresenta uma ocupação com edifícios de apartamentos para a classe média, que se prolonga pelo bairro Papicó. Isto justificou a redução da zona industrial do Mucuripe para a metade, em 1975, pois era incompatível com o uso residencial de nível de renda mais alto que lhe é adjacente e com os interesses ligados à especulação imobiliária (Marques, 1986: 171)

A parte sul do Vicente Pinzon, a parte leste dos bairros do Papicó e do Cocó são consideradas zonas especiais de dunas e praias (ZE-5 e ZE-6).

Estas zonas especiais ocupam áreas de dunas móveis e fixas, praias e manguezais. São zonas de instabilidade ambiental e, por isso, deveriam merecer maior preocupação na determinação de seu uso e ocupação pela legislação urbana.

Apesar de terem sido consideradas zonas especiais pela Lei 5.122.A, de 1979, de uso e ocupação do solo, estas áreas abrigam edificações de até doze pavimentos, para uso misto e familiar na ZE-5 e para uso misto na ZE-6. Também é permitida uma ocupação de até 40% do subsolo, o que, acompanhado do capeamento das ruas por asfalto, provoca a impermeabilização do solo. O adensamento populacional permitido de 210 a 280 hab/ha nesta área, que não conta com infraestrutura sanitária, leva a poluição do lençol freático e de outros recursos hídricos.

A preservação destas áreas de dunas é importante por vários motivos. O terreno arenoso das dunas absorve elevadas e concentradas precipitações, que geralmente caem no primeiro semestre do ano. No Nordeste, as dunas são, por isso mesmo, importantes reservatórios de água potável para a região, que se caracteriza por longos períodos de estiagem. Assim é que a primeira exploração comercial de água de Fortaleza iniciou-se, em 1963, com a utilização de água de poço das dunas do Papicu, abastecendo a Aldeota. Até hoje, mesmo com a existência de um sistema de abastecimento de água mais efetivo, é frequentemente analisada pelo governo a possibilidade de utilização, como alternativa, das águas do lençol freático das dunas, sempre que a cidade fica exposta a longos períodos secos.

Com o prolongamento das avenidas Santos Dumont e Zezé Diogo e com a política habitacional que dirigiu os recursos do BNH para financiar casas para a classe média, estas áreas iniciaram um rápido processo de ocupação.

No sul do bairro Vicente Pinzon, a renda da população eleva-se para a faixa de 3 a 5 salários mínimos, em relação a zona das favelas. Em 1980, para esta renda, a densidade populacional era baixa, inferior a 50 habitantes por hectare. A proximidade do Porto e das favelas não atrai a população de renda mais alta, mas, pela legislação, esta área poderá ter edifícios de uso residencial e misto de até doze pavimentos (Figura 32).

As zonas especiais do Sítio Cocó, com exceção das do bairro Vicente Pinzon, tem um baixo índice de ocupação, com densidade inferior a 50 hab/ha. Coincidentemente, são as áreas onde a renda familiar atinge os maiores valores, ultrapassando os 15 salários mínimos mensais. Isto pode ser explicado pela pequena ocupação da área com algumas mansões, pela presença de edifícios luxuosos e pela

Escala — 1:50.000

Fonte: SUPLAM - 1987

Figura 32 - ZONEAMENTO NA ÁREA DO ANTIGO SÍTIO COCÓ

existência de grandes vazios urbanos pertencentes a grupos econômicos e a famílias "tradicionais".

Em levantamento realizado na Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas do Município (SUOP), verificou-se a existência de grandes glebas de terras da família Diogo, às margens do Rio Cocó, e de vários loteamentos da imobiliária Craveiro (Grupo J. Macêdo), em torno da Lagoa do Papicó e da Cervejaria Astra/Brahma.

Em 1981, deu entrada na Superintendência de Planejamento do Município - SUPLAM, o projeto de urbanização e parque da lagoa do Papicó. A área existe como parte remanescente do loteamento do Grupo J. Macedo - Imobiliária Craveiro. Portanto, o terreno que se destina ao parque é da Prefeitura. Estão em curso negociações entre a Prefeitura e o Grupo Macedo, no sentido de se implantar o parque, o que se faria através de troca de favores.

A construção de parques e praças em Fortaleza é de extrema importância, tendo em vista a carência de áreas livres. O índice de áreas livres é calculado em 3,67 m² por habitante, muito abaixo do índice adotado pela ONU - 12 m²/hab (PMF: 1981: 262).

Não se pode, no entanto, esquecer as contradições de nossa sociedade e os efeitos da intervenção do Estado no espaço urbano. Ao mesmo tempo em que se defende a proteção da Lagoa do Papicó, com a construção do parque, se contribui para que a imobiliária aumente seus lucros, sua renda diferencial da terra urbana. No preço dos lotes das residências estará embutido o "custo" da paisagem, da garantia da proteção ao verde e do parque construído com o dinheiro público.

Certamente, existem inúmeras áreas merecendo proteção e parques na Zona Oeste, cujo índice de carência é muito mais elevado. São áreas de ocupação mais antiga, com altas densidades populacionais, de renda menor, que podiam dispor de jardins e quintais. Mas não se fazem

parques nas margens dos Rios Ceará e Maranguapinho ou do riacho Jacarecanga, porque a população da Zona Oeste está envolvida em lutas que garantam as condições gerais de reprodução da força de trabalho em seus bairros e favelas. Não se trata de desvalorizar ou minimizar a questão ambiental pois ela afeta todas as classes sociais, principalmente as menos favorecidas, que sofrem com alagamentos, falta de limpeza pública e saneamento básico.

O interesse de Amarílio Macedo hoje pelo parque comprova a visão de futuro que tinha seu tio Benedito Macedo em 1976: "Não pretendo vender minhas terras tão cedo, pelo menos daqui a cinco anos, porque merecem que se faça um plano de construção, com reserva de áreas verdes. O Papicu será o Morumbi de Fortaleza, com residências luxuosas. No loteamento haverá arruamento em curvas de nível, sem cruzamentos de ruas, para não prejudicar a topografia das dunas. Ao final de cada rua construirei praças para embelezar mais ainda o local, que é, de fato, um dos mais bonitos da cidade" (O Povo, 31.01.76)

Como se vê, ele vai conseguir atingir seu objetivo com a ajuda da Prefeitura, isto é, com recursos públicos.

Nos bairros Cocó e Papicu, a população que ocupa as áreas paralelas e acima da avenida Santos Dumont, a "velha" Praia do Futuro, a Cidade 2.000 e as mais próximas do trilho da RFFSA percebem rendas que variam de 5 a 10 salários mínimos mensais.

As menores rendas do bairro Papicu correspondem à área ocupada com diversos prédios de apartamentos erguidos na boom da construção civil, logo após a abertura das avenidas Santos Dumont e Zezé Diogo.

A crise do petróleo, iniciada em meados da década de setenta, e o achatamento dos salários da classe média, imposto pelos programas de ajuste econômico do final da mesma década, provocaram uma crise na

construção civil. Os salários não acompanhavam a inflação nem o valor das prestações da casa própria financiada pelo BNH. Casas e apartamentos eram devolvidos, abandonados, e outros não conseguiam compradores. Muitas construtoras entraram em falência.

Nesta área, pela grande distância do centro da cidade - mais ou menos 15 Km - muitos apartamentos ficaram fechados ou alugados por baixos valores. Durante o período de crise, as famílias que passaram a ocupar esta área percebiam rendas menores. É bom lembrar que os dados de renda da população foram coletados em 1980, em plena recessão. Em 1988, já está de volta a política de facilitar os financiamentos oferecidos pela CEF, mas os preços das moradias continuam inacessíveis.

No Papicu, as áreas de menores rendas coincidem com as zonas de alta densidade (ZR-3), de uso multifamiliar, com taxa de ocupação de 60% e índice de aproveitamento de até 2,5, sendo permitidas edificações de doze pavimentos.

A política nacional de desenvolvimento urbano e a pressão dos proprietários de terras e moradores do Papicu sobre o Poder Público ensejaram a implementação de um programa de erradicação das favelas do bairro, transferindo e segregando sua população em conjuntos habitacionais distantes, ou em favelas em outros lugares.

A segregação pode ser reforçada pela ação do Estado através de políticas de alocação de recursos públicos, de cobrança de impostos e taxas, da legislação sobre uso do solo e das exigências para construção. Esses instrumentos elevam o preço dos imóveis, selecionando os moradores e transferindo a população de baixa renda para cortiços e favelas localizadas em glebas urbanizadas para conjuntos habitacionais em periferias distantes.

Apesar desta política segregadora, permanecem no Papicú inúmeras favelas - Verdes Mares, do Trilho, das Placas, do INPS - , ocupando áreas públicas, ruas, praças, e terrenos da RFFSA. Algumas destas favelas, depois da luta de seus moradores, conseguiram se fixar no local, ocorrendo a urbanização da área e a construção de conjuntos habitacionais , como são os casos de Santa Terezinha e Albuquerque Lima, no Bairro Vicente Pinzon.

O Conjunto Cidade 2.000, no Cocb, antecede à ocupação e valorização das terras deste bairro. Ele era destinado à população de baixo poder aquisitivo, mas hoje o nível de renda de seus habitantes é bem diversificado, variando entre 5 e 10 salários mínimos. Esta também é a renda da população que se fixou nas proximidades da ponte sobre o rio Cocó e da Avenida Perimentral. No restante do bairro, a renda supera 15 salários mínimos.

Se compararmos estes dados com a renda de 82,92% das famílias da RMF, que percebem menos de 5 s.m. e de 64,03%, que vivem com menos de 2 s.m., concluímos que a população do Conjunto possui um padrão de vida superior ao da média da RMF.

O projeto de ocupação do Sítio Cocb vem se concretizando, através de empresas de construção civil, com o apoio financeiro do BNH, ou por meio de ocupação de terrenos vazios, nas dunas, praias e mangues.

No período entre 1970 e 1980, foram construídos 6.236 prédios na área denominada Sítio Cocb, entre casas e edifícios de apartamentos, refletindo um crescimento de 110,07%. Dentro do Sítio, o bairro Cocó foi o que sofreu a maior taxa de crescimento em termos de edificações, passando de 643 para 2.338 prédios. Como já nos referimos, o fato se explica pela construção do Conjunto Cidade 2.000. No Papicú, foram erguidos nesta década 1.104 prédios, equivalendo a uma

taxa de crescimento de 68,23%. No bairro Vicente Pizon, onde foram urbanizadas as favelas e construídos os conjuntos Santa Terezinha, Albuquerque Lima. O incremento no número de edificações foi de 2.857, ou seja, 79,71%. (Tabela na 08)

Os efeitos das rápidas mudanças de zoneamento no Sítio Cocó já podem ser sentidos, com a elevação da densidade populacional, através do processo de verticalização por que passa a área, que atualmente já é a zona residencial de alta densidade. A densidade permitida, se respeitados os índices de aproveitamento, taxas de ocupação do terreno e o gabarito de doze pavimentos é de 340 habitantes por hectares. Tal densidade já tinha sido atingida, mesmo antes da lei atual, nos conjuntos Cidade 2.000 e em algumas favelas, trazendo grandes problemas ambientais à área.

A publicação da Lei 5.122-A, de março de 1979, de uso e parcelamento do solo do município, deu as diretrizes para a transformação da cidade de Fortaleza, substituindo as leis anteriores, de 1975.

De acordo com a Lei 5.121-A, a parte sudeste do antigo Sítio Cocó, onde se situa a Cidade 2.000, seria de uso predominantemente residencial de baixa densidade, ou seja, de no máximo 210 hab/ha. Três meses depois essa lei foi alterada pela lei complementar 5.161, de 04.06.79, para ZR-3, com densidade de 340 hab/ha.

Nos trabalhos de campo efetuados no entorno e na própria Cidade 2.000, observamos o elevado número de edificações habitadas e em construção ao norte da Cidade 2.000, na direção da avenida Santos Dumont. Ao sul e a leste do Conjunto, nada foi construído, mas já se encontram na SUOP e na AUMEF pedidos para liberação de projetos de loteamentos.

Como estes loteamentos ficam em áreas próximas do Rio Cocó, antes da SUOP dar seu parecer, de acordo com as leis de recursos

hídricos da RMF, de uso e ocupação do solo e do código de posturas do Município, eles devem passar pela AUMEF e SUDEC, que disporão sobre os recursos hídricos, e na SUPLAM que disporá sobre áreas livres e institucionais.

Com a delimitação por decreto municipal da área de proteção ambiental do Rio Cocó, em fevereiro de 1986, ficaram congelados os terrenos na bacia B-2 deste rio. A Cidade 2.000 e outras áreas da ZR-3 e ZE-6, que fazem parte da mesma APA, ficam no sopé de um cordão de dunas, que barram pequenos cursos d'água e formam diversas lagoas, especialmente no período chuvoso, quando há saturação do solo.

Os especuladores imobiliários aproveitaram os últimos cinco anos de estiagem que atingiram o Nordeste para lotearem e aterrarem esses recursos hídricos, como as Lagoas do Murici, Três Corações, Jacaré, Velha, Gengibre e dois riachos.

Respeitando-se a legislação, que é falha, interpretando-a de acordo com os interesses imobiliários, ou indo-se mesmo contra ela, inclusive com a anuência do Poder Municipal, foi sendo produzido o espaço da Zona Leste.

Exemplo mais relevante foi o aterro da Lagoa Grande, a nordeste da Cidade 2.000. Houve o desmembramento de diversas quadras, sem considerar a existência deste reservatório d'água, permitindo posteriormente seu aterro para edificação das quadras.

Na época da aprovação destes desmembramentos, houve choque de interpretação da lei entre a SUOP, que não concordava com este processo e a Procuradoria Jurídica do Município, que os acabou aprovando.

A aprovação destes desmembramentos não passou pelo crivo da AUMEF, como previsto na Lei estadual 10.147, de 1977, e não obedeceu à

Lei 5.122-A, de 1977, que estabelece 15% de áreas verdes e 5% de áreas institucionais para qualquer loteamento.

O aterro das lagoas Grande e Gengibre e a destruição das dunas tornaram a Cidade 2.000 uma área de nível mais baixo que seu entorno. Com as chuvas, as águas que antes se dirigiam para lagoas de depressão passaram a inundar o Conjunto.

Inúmeros edifícios e grandes equipamentos foram construídos próximos às margens do Rio Cocó, dirigindo seus efluentes para este rio, desrespeitando, assim, a lei que exige que estes afluentes sejam tratados antes de serem lançados ao rio. Os contínuos lançamentos indevidos tem aumentado a poluição nos corpos receptores.

Outro problema de poluição do Rio Cocó, cuja bacia de recepção cobre 2/3 de Fortaleza, são os efluentes do Distrito Industrial do Ceará, no município de Maracanaú, que desaguam no rio sem tratamento. A implantação do aterro sanitário do Jangurussu, situado em suas várzeas, também tem contribuído para poluir ainda mais o rio.

A forma como ocorreu a incorporação do Sítio Cocó, com um rápido processo de ocupação, desacompanhado de uma infra-estrutura sanitária, especialmente rede de esgoto, e sem a aplicação de lei de uso e parcelamento do solo (5.122-A), bem como a falta de fiscalização do Poder Público, têm gerado sérios problemas de toda ordem para a região, conforme discutiremos no capítulo seguinte.

Entrada do Conjunto Cidade 2.000

(Jornal O Povo, 01.06.1973)

6. CIDADE 2000: UM CONJUNTO POPULAR NUM BAIRRO NÃO POPULAR

A expansão da Cidade de Fortaleza avançou para além do trilho da via férrea - Ramal Mucuripe-Parangaba - na década de sessenta, com a construção do Hospital Geral de Fortaleza, em 1962, e da Cervejaria Astra, em 1969, e com a implantação da Avenida Perimentral, margeando o núcleo urbano de Fortaleza.

O principal elemento indutor do crescimento na área, porém, foi a construção da Cidade 2.000, a partir de novembro de 1970. Sua primeira etapa foi entregue em novembro de 1971 e as demais nos dois anos seguintes, à medida que iam sendo construídas.

A implantação do Conjunto, com mais de duas mil residências, exigiu imediatamente a implantação das condições gerais para a vida dos habitantes deste espaço em processo de urbanização. A empresa construtora foi instalando equipamentos básicos com a ajuda do Poder Público, pois necessitava vender as casas. Mas as deficiências logo começaram a ser sentidas pelos habitantes do conjunto. Eles se organizaram e passaram a reivindicar ao Estado melhores condições de vida.

A estratégia utilizada pelo capital imobiliário para conseguir incorporar esses terrenos ao espaço urbano de Fortaleza foi a instalação do Conjunto Cidade 2.000. Ao encaminhar quase 10 mil pessoas para uma área isolada, sem nenhuma infra-estrutura, o capital imobiliário transferiu para o Poder Público a responsabilidade de implantá-la. Este é um dos resultados da política habitacional do BNH.

A partir de 1984, o "regime revolucionário", com sua política anti-inflacionária, provocou recessão, e achatamento salarial. Para conquistar o apoio de setores populares e compensá-los psicologicamente pelas pressões a que vinham sendo submetidos, o

Estado resolveu adotar o discurso que proclamava ser a habitação popular um "problema fundamental", cuja solução era prioritária. Para isso, criou o BNH, em 1964. Em 1967, o Banco passou a receber 8% da folha de pagamento de quase todos os assalariados, através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (12). Tornou-se, assim, o segundo banco do país, procedido apenas pelo Banco do Brasil.

A instituição do FGTS tirou a estabilidade do trabalhador. Os recursos arrecadados pelo Fundo passaram a ser direcionados para uma reduzidíssima camada de futuros proprietários com salários fixos e suficientes para poder pagar os juros do financiamento da casa própria. Mobiliza-se o patrimônio comum a todos - o FGTS - para construção e venda de casas a alguns particulares privilegiados (Blay: 1975: 85).

Muitas são as razões para que o Estado intervenha na produção da habitação. Sérgio de Azevedo (1982) analisou-as dentro da lógica econômica e da perspectiva ideológica, chamando a atenção para o papel "saneador" da política de habitação nos bairros populares, focos de doenças contagiosas.

Dentro da lógica econômica, a habitação é um dos elementos essenciais à reprodução da força de trabalho. O fornecimento da habitação pelo Estado é visto como um fator que leva à redução dos custos com a força de trabalho e, por conseguinte, à redução dos salários. Ao mesmo tempo, cria condições para assegurar uma maior valorização do capital, através da indústria da construção civil. E,

(12) - O BNH foi extinto em 1987 e o programa habitacional transferido para a Caixa Econômica Federal - CEF.

finalmente, a produção da habitação é um meio de eliminar as crises cíclicas da economia, gerando, por um lado, empregos e, por outro, maior acumulação do capital. No campo ideológico, o Poder Público, ao possibilitar a aquisição da casa própria, obtém uma mudança no comportamento político-ideológico do proprietário que se torna mais conservador e ajustado ao "status quo". Domestica as classes populares, assegurando a "paz e tranquilidade", e desvia o operário da luta que se desenvolve no interior das fábricas.

Por questão de legitimidade política, "o Estado quer mostrar maior preocupação com os pobres do que propriamente uma busca de maior eficiência na construção de casas populares, principalmente nos anos de eleição" (Azevedo, 1982: 100).

O problema habitacional está diretamente relacionado com a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida. A habitação é um direito de cidadania e, portanto, cabe ao Estado corrigir as deficiências do mercado, protegendo os menos favorecidos, uma vez que todo cidadão tem direito de viver condignamente. A intervenção estatal dependerá da correlação de forças políticas existentes na sociedade, num determinado contexto histórico.

As decisões para implantação dos conjuntos habitacionais na Região Metropolitana de Fortaleza não fugiram a estas razões. E o que podemos constatar nos fatores que determinaram a instalação do Conjunto Cidade 2.000 no Sítio Cocó.

Os conjuntos habitacionais, em Fortaleza, geralmente estão localizados em áreas distantes do centro da cidade e dos bairros mais valorizadas, como o Papicu, Aldeota e Meireles. A maioria dos conjuntos foi localizada na Zona Oeste, em direção aos municípios de Caucaia e Maracanaú, ou nestes próprios municípios, que se constituem quase em cidades dormitórios.

Estas novas áreas são incorporadas ao espaço da capital, independente dos limites administrativos. De acordo com a política do BNH, para que o custo do terreno não pese demasiadamente no valor da unidade habitacional, acima das possibilidades do mutuário, as COHAB's procuram terrenos na periferia urbana. Assim, escolhem glebas que não oferecem condições satisfatórias de infra-estrutura e equipamentos comunitários, acarretando inúmeros problemas, tais como a falta de transporte para o deslocamento dos usuários para os locais de trabalho. O deslocamento é um grande peso no orçamento doméstico dos trabalhadores, consumindo os irrisórios salários com que são remunerados e aumentando a situação de penúria da população de baixa renda. Decorre desse processo a intensa luta por infra-estrutura e serviços urbanos por parte da população moradora destes conjuntos.

O município fica com a responsabilidade de fornecer a infra-estrutura, favorecendo o crescimento urbano para estas áreas distantes e valorizando as terras que ficam entre estes conjuntos e o centro da cidade. Estes conjuntos funcionam quase como cidades dormitório, pois os seus moradores consomem a maioria dos produtos no centro comercial principal de Fortaleza, onde geralmente tem seus empregos e passam todo o dia. A construção dos conjuntos altera substancialmente a organização espacial da antiga malha urbana das redes municipais. Além disso, reduz a possibilidade destes municípios aumentarem a arrecadação do ICM e, em consequência, aumentar a cota proveniente do Fundo de Participação dos Municípios (13).

Os conjuntos habitacionais de Fortaleza foram construídos junto ou próximos ao leito das linhas férreas - tronco Fortaleza-Maracanaú e Fortaleza-Caucaia - através dos quais é transportada a população dos bairros distantes e daqueles municípios localizados na área metropolitana. Foram aí localizados para facilitar o acesso a um tipo

de transporte mais barato - o trem -, que tem suas viagens programadas com intervalos de uma hora. Nos horários de chegada e saída para o trabalho e escola estão sempre superlotados, e à noite e aos domingos não funcionam (Figura no. 05).

O conjunto Cidade 2000 apresenta uma situação um pouco diferente. Embora construído em uma região então isolada, sem as condições de infra-estrutura e serviços sociais básicos, encontrava-se próximo a áreas em processo de acelerada valorização.

A Empresa Brasileira de Construção - EBC edificou as casas da Cidade 2000, através de financiamento da Companhia de Crédito Imobiliário Terra, que dispunha de recursos do Sistema Financeiro da Habitação. O terreno foi hipotecado pela EBC a esta financeira com o objetivo de conseguir os recursos para a construção do Conjunto. Os mutuários compraram as casas da EBC com o financiamento da Companhia TERRA. As casas passaram, assim, para o controle desta financeira, a quem os mutuários deviam seus empréstimos, e tinham suas casas hipotecadas.

(13) - O Fundo de Participação dos Municípios - FPM, é proporcional ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias-ICM, arrecadado e o número de habitantes do município.

Esta empresa entrou em liquidação em 1980. O Banco Central interviu e passou a receber as prestações das casas financiadas por ela. Em março de 1984, o Banco Central transferiu os mutuários para a financeira DOMUS.

A área escolhida para a construção do Conjunto, de 520.819 m², ficava no Sítio Cocó, distante do centro da cidade, como também das regiões urbanizadas. Localizada em terreno arenoso de planície litorânea, ficava nas proximidades dos manguesais do Rio Cocó e caracterizava-se pela presença de dunas e lagoas. Anteriormente, a região era explorada economicamente pelo proprietário Antônio Diogo Siqueira, através de agricultura, criação extensiva de gado e produção de sal marinho, bem como por posseiros e moradores que viviam da pesca e culturas de subsistência.

Para a construção do Conjunto foi realizada a maior movimentação de terra que se fez na época em Fortaleza, aplainando o relevo e utilizando a areia das dunas para aterrar as depressões. Para que a empresa iniciasse a construção, as famílias que ali residiam foram expulsas para outras localidades.

O conjunto inicialmente receberia a denominação de Jardim Fortaleza. Uma empresa publicitária de Recife, montou porém um grande esquema de propaganda e divulgação, dando outra dimensão ao conjunto. Planejado como "Jardim Fortaleza", foi transformado em "Cidade 2.000" por essa campanha publicitária, que lançou candidatas a "garota 2.000", as quais saíram por Fortaleza oferecendo casas na "Cidade Futuro". Houve uma grande festa de inauguração do conjunto, oportunidade na qual foi finalmente selecionada a "garota 2.000", numa demonstração do poderoso esquema promocional montado para venda das habitações populares do conjunto.

Este esquema publicitário foi necessário porque, na época, haviam ocorrido dois insucessos em termos de conjuntos habitacionais. O Conjunto José Walter, construído pela Master Engenharia, apresentava problemas de infra-estrutura, principalmente em relação à qualidade da água e ao sistema de esgotamento sanitário. O Conjunto Tabapuá ocupava um terreno que apresentava condições de absorção adversas para utilização de fossas e sumidouros.

A vitória da seleção de futebol do Brasil na Copa Mundial de 1970, quando foi tricampeã, influenciou o planejamento do Conjunto, que apresenta sua área central com o formato aproximado da taça Jules Rimet.

A Cidade 2.000 foi idealizada pelo urbanista Paulo Barbosa Magalhães. Segundo declaração de fonte especializada, junto ao jornal O Povo, "o projeto representa uma repetição do que foi realizado na cidade satélite de Taguatinha, em Brasília". Defende a fonte que, "sobre o ponto de vista urbanístico, o projeto é bom, mas pecou pela inadequação do local de implantação e pela inadequação das unidades ao nosso clima que é mais quente que o de Brasília. As alamedas tem nomes sugestivos de plantas e flores e deviam ser totalmente arborizadas. Em cada unidade residencial havia uma área livre, quintal ou jardim que aos poucos se transformaram em garagens" (O Povo: 08.06.85).

As quadras do Conjunto, como também os lotes, se diferenciam no formato e no tamanho em relação às do bairro a que pertencem - o Cód. São compridas, chegando a 350m, e estreitas, com apenas 8 metros de largura, sendo necessárias grandes voltas de carro para sair delas. No meio de algumas quadras existem passagens somente para pedestres (Figura no. 33).

LEGENDA

Casas

Edifícios de apartamentos

Fonte: Pesquisa de campo-Jan./86

Escala — 1:10.000

Figura 33-OCUPAÇÃO DO SOLO NO ENTORNO DA CIDADE 2.000

Outra característica peculiar é a profundidade do terreno, que corresponde ao comprimento de um lote do conjunto, ou seja, 25 metros de fundo, enquanto a frente das quadras chega até 350 metros. As casas tem a frente voltada para os quintais da casa em frente. Assim, cada casa tem duas entradas. Talvez fosse objetivo do projeto oferecer maior privacidade às famílias que habitariam estas casas estreitas, pequenas e baixas. Alguns proprietários transformaram os quintais em garagens ou construíram neste terreno, visando ampliar a casa para dar maior conforto a família, alugar ou mesmo transformar em ponto comercial. Este processo de individualização das casas por seus moradores, visando criar uma identidade para sua habitação, revela uma luta contra o processo de uniformização imposto pelo sistema.

Estas características de organização do espaço interno do conjunto contrastam com as largas ruas, os grandes lotes, as quadras padronizadas (100m x 100m), o tamanho e o luxo das habitações do entorno, nos bairros do Cocó e Papicu.

A diferenciação espaço-residencial, corresponde uma diferenciação social. Há uma relação entre a estratificação do espaço e a renda de seus habitantes. Existem espaços "próprios" para cada classe, de acordo com a renda que auferem. Isto se deve ao fato, já discutido anteriormente, de que o solo urbano se constitui em uma mercadoria cara e de difícil acesso a uma grande parte da população. Dessa forma, em terrenos com melhores condições de habitabilidade, contando com amenidades físicas e sociais, e com boa localização, são construídas casas de maior e melhor qualidade. Nas áreas mais distantes e de difícil acesso, em terrenos alagados, sem infraestrutura de serviços, são localizados as casas de menor tamanho e pior qualidade, como são exemplos as moradias dos conjuntos habitacionais, favelas e auto-construções.

Deve ter sido este o critério escolhido para a localização do Conjunto Cidade 2.000, numa área de depressão, onde o lençol freático aflora, longe de tudo e de todos, sem nenhuma infra-estrutura e serviços.

O próprio padrão de habitação do conjunto já determinava quais setores da sociedade ali residiriam - aqueles cujas rendas não possibilitassem o acesso a locais com melhores condições de habitabilidade.

A distribuição especial da renda per capita da população na área do Sítio Cocó pode demonstrar a relação entre diferenciação espaço residencial e diferenciação social. Enquanto a população do Conjunto obtém renda variada entre 5,2 e 6,9 salários mínimos, noutros setores do bairro Cocó, a renda varia entre 21 e 25 salários mínimos (Censo do FIBGE, 1980).

A segregação espaço-social, essência da conformação da cidade capitalista, é exacerbada na metrópole - a elite com suas estratégias de individualização do espaço; a população de baixa renda na luta para ocupar os interstícios do mesmo espaço. (Seabra: 1987; 5).

A diferenciação espacial não se dá somente na relação entre o Conjunto e o entorno, mas também internamente, no próprio espaço da Cidade 2.000, o que se pode observar pela distribuição dos diferentes tipos de casas e pelo processo de remodelação por que passam essas residências.

O projeto visava construir 2.090 casas e 360 apartamentos, totalizando 2.450 unidades, de acordo com o PLANDIRF (1972; 105). Foram edificadas 1936 casas populares, além de casas e seis blocos apartamentos de melhor padrão numa área central de nível mais elevado, ao sul do Conjunto.

Vista aérea do Conjunto Cidade 2.000 apresentando alterações nas habitações (ampliações, invasões de calçadas).Jornal O Povo,27.4.85

Casas populares na sua forma original

As 1936 casas estão divididas em três tipos: 719 do tipo "A", de um quarto, 743 do tipo "B", de dois quartos e 474 do tipo "C", de três quartos. Portanto, dominam as moradias de menor tamanho. Nas casas de 1, 2 e 3 quartos, a área construída compreende também sala, cozinha e banheiro, afora o pequeno quintal, variando principalmente com relação a área do terreno.

As melhores casas, do tipo "C", ocupam as quadras iniciais - 01 no setor leste e 24 à 31 no setor oeste, e as quadras finais 22 e 23 no setor leste e 45 e 46 no setor oeste. Estas quadras iniciais e finais estão em maior contato com o bairro do Cocó. Nas quadras iniciais, que dão para a rua Coronel Nogueira Paes, futura continuação da Avenida Padre Antônio Tomás, e nas casas do tipo "C", de maior tamanho, no setor leste, observamos um grande número de reformas e ampliações. São seus moradores em busca de melhorarem as condições de habitação, num processo de identificação com o bairro do Cocó (Figura no. 34).

As quadras finais, por enquanto, estão voltadas para as dunas e para uma baixada que vai dar no Rio Cocó. Estas áreas ainda não estão construídas. Presupõe-se que estas casas também serão bem valorizadas, pois estão em maior contato com o bairro do Cocó, e com as casas de melhor padrão, na área central. Em frente a estas casas passa a atual avenida das Altaneiras, que será a continuação da Avenida Antonio Sales, importante corredor de circulação e atividades da Zona Leste de Fortaleza, ligando-a ao Centro.

As casas do tipo "B", de dois quadros, correspondem às quadras de 2 a 4 e de 15 a 21 no setor leste, a 32 e de 37 a 44, no setor oeste.

As menores casas, do tipo "A", de um quarto, ocupam as quadras

Tipos de Habitações na Cidade
2.000

LEGENDA

- RESIDÊNCIAS TIPO C (3 Quartos)
- RESIDÊNCIAS TIPO B (2 Quartos)
- RESIDÊNCIAS TIPO A (1 Quarto)
- RESIDÊNCIAS DE PADRÃO MÉDIO
- RESIDÊNCIAS DE LUXO
- ÁREA DE LAZER

mais internas do conjunto, de 5 à 14 no setor leste e 33 à 36 no setor oeste, sendo as mais isoladas do bairro em que se situam.

Nove casas da quadra 38 e 15 da quadra 39 foram destruídas. De acordo com um morador da área, a empresa pretendia construir um canal para drenar as águas do Conjunto para a Lagoa dos Diogos. Porém, os proprietários do terreno e da Lagoa não permitiram que o canal fosse feito.

Na planta do loteamento da Construtora Diogo (Processo no. 3.164/76) para a construção do conjunto do INOCOOP, que não foi totalmente construído, está prevista a escavação do canal. Ele viria da Cidade 2.000 passaria no loteamento pela rua L e terminaria dentro do terreno do conjunto do INOCOOP, destinado à área verde na rua L.

A área das casas destruídas na Cidade 2000 está cercada por ordem de Francisco Távora, conhecido pela alcunha de Fransquim Delegado, pois foi delegado do Conjunto durante muito tempo, que se diz dono deste terreno, como também dos que estão próximos ou em torno dos velhos reservatórios d'água que abasteciam o Conjunto antes da chegada da rede da CAGECE.

Com o processo de valorização da Zona Leste de Fortaleza e, em especial dos bairros Papicu e Cocó, já não interessa construir casas de baixo padrão nas áreas remanescentes do Conjunto. O processo de transformação por que passa o Conjunto, bem como a ocupação do seu entorno e de suas áreas internas por casas de melhor padrão, têm aumentado o preço da terra nesta região. Estas áreas vazias constituem-se em "terrenos de engorda".

A Cidade 2.000, desde o início de sua ocupação, ocorrida no final do ano de 1971, apresentou inúmeros problemas e deficiências, o que favoreceu a organização de seus moradores para o encaminhamento de suas reivindicações.

A deficiência de infraestrutura e no serviços de transporte, limpeza, saúde, educação e segurança pública, bem como a dificuldade de manter em dia os compromissos financeiros com o BNH, fizeram com que muitos mutuários abandonassem suas casas. Em 1976, 300 casas estavam desocupadas, algumas até por mais de dois anos. Por falta dessas condições financeiras, os que não abandonavam as casas, eram despejados por ordem judicial. Saíam de madrugada lavando portões, lâmpadas e até instalações sanitárias. O mesmo acontecia num outro grande Conjunto, o Prefeito José Walter, no bairro Novo Mondubim, na Zona Sudoeste de Fortaleza (Jornal O POVO, 29.08.76 e Figura nº 35).

A EDAR, empresa que construiu e administrou por certo tempo o Conjunto, passou a alugar alguns imóveis abandonados, já que não conseguia vendê-los. Os moradores achavam que a EDAR não tinha interesse em revender os imóveis, visto que pretendia construir em seu lugar blocos de apartamentos, aproveitando a valorização da área trazida pela Avenida Santos Dumont (jornal O POVO, 29.08.76).

Apesar dessa valorização, o Conjunto continuava como cidade "dormitório", sem estabelecer relações mais intensas no seu interior. A distância para o trabalho e a dificuldade de transporte e infraestrutura local forçavam os moradores a passarem todo o dia ausentes de suas casas, deixando assim as atividades domésticas para os finais de semana. Este é um dos motivos para que o lixo fosse jogado nos terrenos baldios e nas ruas, originando grandes entulhos que se acumulavam pela falta de coleta por parte da Prefeitura.

Em 1977, foi denunciada a presença de casas suspeitas "onde mulheres recebem homens altas horas da noite". Quando o negócio era discreto, não havia problema. Mas alguns colocavam música em alto volume, a qualquer hora do dia e da noite, impedindo o sossego dos vizinhos. Muitas casas eram a residência da "outra", declarava um

Na Cidade 2000

Há dois anos, o Conjunto Prefeito José Walter no Mondubim, era destaque pela grande quantidade de residências abandonadas. Moradores reclamavam de que do abandono resultava problemas serios para toda a comunidade, como a invasão de vagabundos e delinquentes, lixo que era despejado no local a desordem natural de um imóvel sem dono e semi-destruído. Hoje a situação se repete, embora em menores proporções, na Cidade 2000, com centenas de residências fechadas. Os moradores por falta de pagamento são obrigados a abandonar o local e o fazem pela madrugada. Há também despejos frequentes por decisão judicial.

Temem alguns moradores de que a Edar, responsável pela Cidade 2000, não

tenha interesse em revender ou alugar os imóveis abandonados para em seu lugar construir conjuntos de apartamentos aproveitando a valorização da área trazida com o prolongamento da avenida Santos Dumont. Apesar dos temores, há diversas casas alugadas recentemente pela construtora e imobiliária.

ESTRAGO

Por atraso no aluguel a maioria é despejada e poucos são os que espontaneamente, trocam de moradia. Quando não acontece despejo por ordem judicial, o frequente é o morador deixar a casa durante a madrugada. Há casos, até de levarem portões lampadas e mesmo instalações sanitárias. Alguns, raivosos

chegam a destruir as plantas como explicou Da. Zuila Parente, na Cidade 2000 desde 10 de março de 75. Sobre as saídas constantes de proprietários, justifica:

“É a carestia que está grande. Quando começamos a pagar a casa, a mensalidade era de Cr\$ 427,00. Já houve dois aumentos. Mesmo com o abatimento de 40 por cento que deram nem sei direito porque estamos pagando Cr\$ 680,00. O meu filho, que mora numa igual mas entrou depois, deu entrada de 2.500 cruzeiros e paga Cr\$ 980,00 por mês”. A casa do tipo B possui dois quartos, sala de jantar, cozinha e área de serviços.

A água vem da própria Cidade 2000 e a taxa, inferior a da Cagece é de Cr\$ 30,00. Agora, anuncia-se a transferência para o sistema da Cagece. “O transporte é

bom, a água acho que vale a pena a gente morar aqui. Só não é bom mesmo é no fim do mês, quando a prestação é tão alta e não tem quem saiba quando vai terminar de pagar nem por quanto sai a casa”, desabafou uma dona-de-casa da Alameda Sandra.

Os vigias da Imobiliária, Antonio Barbosa e Luis Gonzaga da Silva, calculam em cerca de 300 os imóveis desocupados. “O pessoal sai e deixa tudo deteriorado. Tem gente que prepara tudo de dia e vai embora de madrugada mesmo tendo vigia as 24 horas”, explicou o sr. Luis Gonzaga da Silva. Há casas abandonadas há mais de dois anos, com mato desenvolvido no quintal e sujeira em seu interior. A reclamação é de que dos estragos resultam problemas para a vizinhança.

Depois do abandono, começa o imóvel a se deteriorar

As duas casas, vizinhas, estão abandonadas na Cidade 2.000

comerciante para o jornal O Povo, em 31.10.77. A localização do conjunto próximo a Aldeota e o baixo preço das prestações, favorecia a aquisição da casa para a "segunda mulher", facilitando o acesso de respeitáveis senhores à morada de suas amantes.

Um morador revelou que a empresa cedia casas para prostitutas e marginais com o objetivo de destruir a imagem do Conjunto e, assim, expulsar os moradores. Para o entrevistado, seria uma forma de renovar os habitantes e vender as casas por preço mais elevado ou até destruir o Conjunto para dar lugar a novas habitações de luxo. Outros moradores confirmam que a imagem do Conjunto era ruim, tendo um deles destacado que, estando em Recife, ouviu falarem da Cidade 2.000 de forma desabonadora.

O Conjunto atraía, pela localização, seu micro-clima, sua paisagem e o preço de suas casas, muitos estudantes universitários, artistas e pessoas menos conservadoras em termos de costumes. Após seis anos de sua implantação, a Cidade 2.000 ainda dava a impressão de abandono com a presença frequente de montes de lixos e entulhos nas calçadas. O carro de lixo, que passava em dias alternados, não recolhia o entulho das reformas. Os moradores se queixavam da deficiência do Posto de Saúde e do Posto Policial, que contava apenas com um delegado e um policial. Inexistiam áreas de lazer e recreação, como bosques e praças, sendo a única diversão, "em torno de uma "geladinha", os bares do conjunto" (Jornal O Povo, 31.10.77).

Estas denúncias, feitas pelos moradores do Conjunto aos jornais da época, revelam que a maioria dos seus problemas eram específicos da Cidade 2.000. Ainda não constituíam problemas para os habitantes do seu entorno que, através dos deslocamentos em seus próprios veículos, compravam seus produtos na Aldeota ou no centro principal da cidade.

São problemas característicos da população de baixa renda que depende do transporte, escolas públicas, posto de saúde, de lazer e recreação no bairro em que reside, pelas dificuldades e custos de deslocamento.

Os investimentos que interessavam aos proprietários de terra do bairro foram feitos, com a ampliação do sistema viário e com a implantação de rede de energia, água e telefone, já que estes bens de consumo coletivo valorizam suas propriedades. Alguns destes serviços foram implantados logo no período de construção do conjunto. Mas foi a expansão do sistema viário, com o prolongamento da Avenida Santos Dumont (1976), a construção da Avenida Dioguinho e da Praça 31 de Março, que realmente valorizou a área.

Todo este investimento sempre pode ser justificado em função do adensamento do conjunto habitacional, que precisa se comunicar com outras áreas, com a zona comercial e com áreas de lazer. Mas o grande beneficiário foi o setor imobiliário, que a partir daí iniciou a abertura de vários loteamentos, rasgando as dunas e aterrando lagoas, já que não existia fiscalização e nem preocupação por parte do Poder Municipal em preservar a área. O parcelamento do solo no entorno da Cidade 2.000 acentuou-se a partir do prolongamento da Avenida Santos Dumont. Mas não podemos deixar de ressaltar a importância da pressão dos habitantes da Cidade 2.000 para melhorar as condições urbanas de seu habitat. Pois só a presença de pessoas morando na área, dando vida, movimento e uso urbano-residencial, oferecendo segurança pela presença de vizinhos, apesar de ainda não serem os ideais, já possibilitou a atração de novos moradores para este bairro, de ambiente mais ameno e de notável beleza paisagística.

Com a abertura de inúmeros loteamentos que se deram sem respeito às características físicas da área nem às "leis da natureza" foram criados dificuldades de outra ordem na área - os gravíssimos problemas ambientais que até hoje fazem parte do dia a dia do conjunto.

O aterro da Lagoa de Três Corações gerou a destruição da principal pista de acesso ao Conjunto, a rua Francisco Matos. A empresa de ônibus CIALTRA, concessionária da linha Cidade 2.000, interrompeu seus serviços na área, alegando a impossibilidade de entrada dos ônibus pelo estado da pavimentação e pela ocorrência de diversos alagamentos, o que provocava defeitos nos veículos que tentavam cumprir o itinerário naquele setor. Os moradores dispunham apenas dos carros da linha "Hospital do INPS", o que os obrigava a desembarcar a 3 Km de casa. A prefeitura ameaçou a concessão desta empresa, caso os ônibus não voltassem a circular na Cidade 2.000 (O Povo, 26.06.77).

Também eram registradas reclamações dos moradores contra a construção de jardins e muros, que tomam parte das estreitas calçadas e dificultam o tráfego dos pedestres. (O Povo, 1977). Estas construções diminuíam as áreas úteis e dificultavam a circulação. Denunciavam, ainda, o estado das casas, afirmando que dezenas delas apresentavam rachaduras e infiltração d'água no forro, já em 1973. "Os defeitos são resultantes da má qualidade do material que foi utilizado e do acabamento que não foi correto. Reboco rachado, caixas d'água vazando no teto", dizia um morador ao repôrte do jornal O Povo, de 09.07.78.

Face aos defeitos apresentados, os mutuários do Conjunto exigiram da "Aliança Ultramar Companhia Brasileira de Seguros" a

recuperação de suas casas, ameaçando esta seguradora com uma ação judicial.

Quase dez anos depois de implantada, com seu entorno transformado em área de casas e edifícios luxuosos, a Cidade 2.000 continuava com serviços urbanos semelhantes aos prestados na periferia da Cidade, em qualquer bairro suburbano de Fortaleza. A população insistia nos protestos contra o acúmulo de lixo e o mato que crescia nas áreas de circulação.

A falta de iluminação pública constituía em outro sério problema. Num conjunto tão isolado e cercado de favelas, a escuridão das principais vias assustava os habitantes. Na entrada da Cidade 2.000, a ausência de iluminação pública era quase total.

Um dos mais graves problemas enfrentados foi a contaminação de água fornecida à população do Conjunto, em 1980/81. Nos exames bacteriológicos realizados pela SUDEC e Secretaria de Saúde, constatou a presença de alto índice de coliformes fecais. Um grupo de moradores tomou a frente da luta por melhores condições sanitárias, mobilizando a população e pressionando os responsáveis - TERRA, BNH, CAGECE. A "batalha" iniciada, no 2º semestre de 1980 só teve vitória definitiva quando foi ampliado o sistema de abastecimento d'água da CAGECE, com a implantação do Sistema Pacoti-Riachão somado ao já existente Riachão-Acarape.

A organização da população na busca de soluções para a falta e contaminação d'água consumida no conjunto, criou a necessidade de uma entidade de caráter reivindicativo que representasse a comunidade e encaminhasse suas lutas. Foi a partir dessa luta que foi criada a Associação dos Moradores do Conjunto Cidade 2.000.

A entidade, depois de quase um ano de fundação, fez um balanço

de suas atividades e constatou que foram atendidas as seguinte reivindicações:

- problemas de contaminação d'água;
- instalação de sinal luminoso no cruzamento da Av. Santos Dumont com a rua Francisco Matos, via que dá acesso ao conjunto; e,
- limpeza pública mais eficaz do conjunto.

As seguintes reivindicações não atendidas foram encaminhadas pela Associação:

- instalação de coletores fixos de lixo em diversos pontos;
- fixação de placas indicativas das quadras e alamedas encaminhadas à SUOP e ao Prefeito;

- o funcionamento do ensino de 2o. grau na Escola Rogério Froes;

- instalação de telefones públicos em locais estratégicos, pois só existiam cinco "orelhões" no Conjunto;

- mudanças das borboletas dos ônibus, que utilizavam catraca dupla, apesar de proibição da Secretaria dos Transportes do Município.

A Associação também participou de várias campanhas, entre as quais:

- campanha para que os 10 mil moradores do Conjunto se associassem à entidade;

- trabalho conjunto com a Associação dos Pais e Mestres para promover a reconstrução e elevação do muro da Escola Rogério Froes;

- campanha por um "Jumbo Melhor", para impedir que este supermercado continuasse oferecer mercadorias deterioradas, como carne, frango, leite e queijo, entre outras;

- campanha para que a população colaborasse com limpeza pública e evitasse colocar lixo nas ruas e para que os estabelecimentos públicos cuidassem da limpeza de suas respectivas áreas.

A Associação também advertiu os moradores para a pressão por parte das construtoras para que eles vendessem suas casas a baixo do valor, alegando a falta de infra-estrutura básica na Cidade 2.000 (O Povo, 06.05.81).

A segregação sócio-espacial pode ser visualizada na situação em que se encontra o supermercado. Pelo que se observa, ele não é procurado pela população do bairro do Papicu. Oferece produtos de baixa qualidade, que não seriam oferecidos nos bairros de população mais abastada. A população do Conjunto, quando não pode se deslocar para outros setores comerciais, se vê obrigada a procurar o Jumbo local.

No ano de 1982, as reivindicações continuaram. A Associação requeriam o asfaltamento das avenidas principais - os corredores de transporte, a instalação de rede de esgoto, a implantação de áreas verdes, a regularidade do serviço de limpeza pública, com frequência e rotas que atendam às necessidades do bairro (DN, 12.08.82).

A Associação denunciou a construção de oito unidades residenciais na praça pública do Conjunto, na Rua Nogueira Paes. A construção das casas ocasionou a derrubada de 34 árvores e acabou com a única área de lazer do local.

O Presidente da Associação, Alexandre Reinaldo Barroso, encaminhou um abaixo assinado de duas mil pessoas. O alvará foi concedido, mas as construções não ocorreram (DN, 25.11.82).

Os moradores também reclamavam do afundamento do calçamento, devido ao tráfego de caminhões pesados que transportam barro, oriundo de uma jazida "dos Diogos" nas proximidades, pelas ruas do conjunto e exigiram a restauração do calçamento (DN, 19.04.82).

Outra denúncia que ganhou repercussão foi a relacionada com o

aluguel das áreas de lazer pela EMURF, de acordo com a autorização de decreto municipal assinado pelo prefeito Lúcio Alcântara (O Povo, 28.06.82).

O jornal "Voz da Comunidade" foi lançado em junho de 1983 para melhor informar sobre as atividades da Associação e os problemas específicos do bairro, sem perder a noção dos acontecimentos mais abrangentes.

A Associação dos Moradores da Cidade 2.000, em conjunto com a Associação de Moradores do Papicu e outras entidades de defesa do meio ambiente, promoveu, em 1983, um "pic-nic ecológico" na Lagoa do Gengibre, com o objetivo de chamar a atenção para as necessidades de preservar as lagoas do Gengibre e do Papicu. "A Lagoa do Papicu está poluída pelos resíduos industriais enquanto a do Gengibre foi totalmente aterrada pelas dunas, lixo e nivelamento do solo" (DN, 31.01.83).

A Associação lutava também para recuperar o direito de posse do terreno dos antigos moradores da área para que continuem cultivando suas culturas de subsistência.

O problema da limpeza pública foi e continua sendo uma constante no conjunto, pois o caminhão passa de uma a três vezes por semana e não recolhe entulho e o lixo amontoados. A falta de colaboração dos moradores, que jogam lixo e entulho nos terrenos vizinhos, só agrava o problema.

Há momentos em que o município investe neste setor, como na campanha "Mutirão Cidade Limpa", em outubro de 1982, em que era selecionado um bairro para cada fim de semana. A promoção constava da remoção do lixo, recuperação do calçamento, capinação, desmatamento, jardinagem. A SUMOV distribuía mudas. A Secretaria de Saúde do

Município responsabilizava-se pela desratização e vacinação de crianças (DN, outubro/82).

Outra reivindicação era relacionada com a instalação de uma escola de 2º grau no bairro. O Colégio Estadual Rogério Froes, de 1º grau, possuía amplas salas arejadas, com capacidade para abrigar cerca de 2.000 alunos, podendo ser ampliado para implantação do ensino secundário, o que ocorreu posteriormente.

Dentre as várias reclamações registradas nos meios de comunicação, uma das mais incisivas era a da transferência do Posto Policial, que então, foi elevado a categoria de 15º Distrito Policial. Até 1977, a delegacia funcionava em uma das casas do conjunto, na quadra 24, contando apenas com um delegado e um policial.

Em 1980, o prédio do 15º DP foi construído na entrada do Conjunto, na Avenida Central, junto a única área de lazer existente. A população protestou, pois a sua localização "impõe à comunidade a não grata opção de contactar com marginais e assistir a cenas que com certeza não serão nada agradáveis." Esta localização para o Posto Policial já estava prevista na planta do conjunto (O Povo, 04.08.80).

Em 1980, o 15º Distrito Policial, com o efetivo de 20 policiais e um veículo, passou a atender não só à população local mais a de toda a área equivalente ao antigo Sítio Cocó. O maior número de casos ali registrados vinham das favelas da redondeza. Naquele ano, 73% das ocorrências diziam respeito a crimes contra a vida e 13,7% de crimes contra o patrimônio. Este alto índice pode estar relacionado com a área de atuação do 15º Distrito Policial, que engloba os bairros Vicente Pinzon, Papicu e Cocó. Em toda estas áreas ainda permanecem inúmeras favelas que sobreviveram à política de

desfavelamento ou que surgiram mais recentemente.

O Conjunto mostrava-se aparentemente mais seguro em 1982, mas já passara por inúmeros problemas, como "a ação de "mirins" e outros ladrões vindo das favelas próximas assustando a população" (O Povo, 23.05.81).

A melhoria do serviço de segurança pública, com o deslocamento da sede do distrito de Mucuripe para o Conjunto e o aumento no número de policiais, beneficiou os moradores dos bairros de melhor padrão econômico, sem, contudo, desvalorizar as grandes mansões e edificações de luxo, que permaneceram isolados desse serviço público desagrável mas necessário. Começou, a partir de então, a se visualizar a transformação do Conjunto em centro prestador de serviços.

Paralelamente ao processo de transformação do setor comercial e prestador de serviços do conjunto, também se observou uma mudança na situação financeira dos novos moradores, através das reformas e construção de novas casas, com novo padrão arquitetônico e econômico.

Esta situação aterroriza alguns moradores, que temem que a presença de pessoas com maior nível de renda seja fator de expulsão dos antigos residentes. Um destes moradores denunciou, num jornal da cidade, a construção de casas e apartamentos de luxo na área central do conjunto. Depreende-se de seu discurso a percepção de que aquele conjunto habitacional ocupa um espaço fora do lugar. É um conjunto popular situado num bairro não popular. Ele compreende que existe uma relação entre classes sociais e quantidade e qualidade do espaço. Nessa perspectiva, os bairros Papicú e Cocó não se destinam à população de baixa renda. Numa compreensão até sofisticada, ele percebe que "foi um erro de cálculo terem construído a Cidade 2.000 em uma localidade que rapidamente iria se valorizar sobejamente, e, se fosse

possível pagar a preço de ouro para passar um trator destruindo todo o Conjunto e constituir casas e apartamentos como os que estão sendo construídos, isto seria feito" (O Povo, 19.09.80).

Mas a construção do Conjunto foi um "mal necessário" para a área pois serviu de justificativa para muitos investimentos públicos e, assim, para a urbanização de vastos terrenos do Sítio Cocó. O sistema capitalista consegue dar outra dimensão aos seus produtos aparentemente negativos. Espaços, casas e serviços do Conjunto são incorporados ao bairro de acordo com a ampliação de suas necessidades. Com isto, o espaço interno do Conjunto vai se transformando em função do seu entorno. De elemento indutor da expansão urbana para o Sítio Cocó, passa a ser induzido pelo espaço produzido no antigo sítio.

A localização da Cidade 2.000, hoje em bairro de população de elevado poder aquisitivo, influencia na mudança de valor da mercadoria casa, pois está imbutido na sua valorização o elemento "status social" determinado pelo espaço relacional do entorno. Casas de valor de uso se transformam em valor de troca, sendo alugadas e tendo suas chaves passadas a novos proprietários de maior renda.

Transforma-se também o uso de muitas delas que passam a ser prestadoras de serviços e pontos comerciais, atendendo a população local, e, em alguns casos a do seu entorno.

Vai-se modificando assim o visual e a qualidade das casas, alterando a paisagem no interior do conjunto, marcado por muitos contrastes. Ao lado de uma "nova mansão", oriunda de uma ou duas casas reformadas, permanecem habitações modestas, na sua forma inicial.

Algumas reformas se devem à revolta contra os projetos massificadores elaborados para os conjuntos. A necessidade de individualização dos moradores é satisfeita através de mudanças no

visual de suas habitações. A estratégia de individualização do espaço utilizada pelas elites é captada pela população do Conjunto. É o chamado processo de "aldeotização", com a construção de grandes muros e de uma fachada com os revestimentos e acessórios de materiais que estiverem em "moda" na construção civil.

Após quinze anos da sua construção, o Conjunto Cidade 2.000 passou por várias transformações, conforme pesquisa de campo realizada em janeiro de 1986. A proposta do BNH/COHAB de uniformizar as habitações e zoneá-los para a população de baixa renda, em nome do barateamento da construção, foi modificada pelos moradores que individualizam, alteram e transformam os espaços de suas residências.

Outros moradores, apesar de condições de vida mais difíceis, permanecem no conjunto e também alteram suas casas. Algumas foram transformadas em estabelecimentos comerciais e locais de prestação de serviços. Outras foram subdivididas ou ampliadas para serem alugadas. Assim, os proprietários conseguem aumentar a renda familiar.

Em 1983, uma moradora do Conjunto, proprietária de uma pequena mercearia, comentava que a Cidade 2.000 estava igual a uma "bairro bem pobrezinho, uma favela. Em cada porta se abre um boteco, um novo comércio". Este fato está ligado à crise econômica a que o país está submetido. O elevado índice de desemprego, os baixos salários e a carestia de um modo geral fazem com que estes moradores busquem alternativas de sobrevivência. Dentre elas a transformação de suas casas em cortiços e em local de trabalho, quando nelas se instalam estabelecimentos destinados ao comércio e serviços.

O comércio não se instala somente nas casas. O próprio projeto arquitetônico do Conjunto sofreu algumas modificações, em função dos interesses da empresa construtora, de acordo com o processo de valorização da área.

Embora tenha se mantido a estrutura básica do Conjunto, com o formato da taça Jules Rimet na área central, aconteceram modificações no próprio núcleo central, sobretudo na parte superior, ou seja, na "copa da taça".

O primeiro projeto para a construção do Conjunto, registrado na SUOP em 26.01.71, foi substituído por outro datado de 27.01.72. Neste último, as laterais deveriam ser ocupadas por escolas e postos de saúde, a parte central norte, "o pé da taça", destinava-se a uso comercial e de serviços e a parte central sul, "a copa da taça", a edificação de dez blocos de apartamentos, igrejas católicas, escola e reservatório de distribuição d'água. O restante seria destinada às casas dos tipos A, B e C.

Outros projetos propondo pequenas modificações em quadras foram ainda aprovados pela SUOP, no período de 1972 a 1982. Analisando a planta de 29.05.74, que substituiu a datada de 02.12.73, vemos que a área central foi bastante alterada. Foram reservadas áreas para a igreja católica e um templo protestante, os quais foram edificadas, de acordo com o previsto. O espaço destinado à escola foi ampliado, criando-se um novo, para um ginásio. No núcleo central, na "copa da taça", a área destinada a um "play-ground", continua sem ocupação, e sem nenhum trabalho de urbanização, apresentando apenas a areia solta que caracteriza a área. Os reservatórios d'água permanecem, apesar de desativados desde a expansão do sistema da CAGECE para o bairro do Cocó, em 1981. O espaço restante está dividido em 16 grandes lotes, que atualmente são ocupados por 6 blocos de apartamentos e casas individualizadas de melhor padrão do que as outras casas do Conjunto, além de outras edificações de usos não residenciais.

Casas e blocos de apartamentos na área centro sul do Conjunto Cidade 2.000

Casa de luxo com frente para Avenida das Adananteiras, continuação da Avenida Antonio Sales

A presença destas casas e blocos de apartamentos refletem, no próprio projeto do conjunto, a intenção de diferenciação espacial. A escolha de sua localização, sobre o depósito dunar, as protege do perigo das inundações, em função de ocuparem áreas que alcançam gradientes mais elevados em relação às demais casas do conjunto.

Os 16 grandes lotes já estão todos ocupados. Em um de seus terrenos foi construída uma oficina de conserto de automóveis. Próximo ao reservatório, há um lote cercado, que foi transformado em vacaria, onde são recolhidas à noite as 20 cabeças de gado de Raimundo "Pau Fininho", que fica sob responsabilidade de um dos moradores do Conjunto, o Sr. Francisco Nonato da Silva, que, devido às suas origens rurais, se adaptou bem a esta atividade.

No verão de 1985, foram erguidas duas pequenas casas, "na marra", sem autorização dos órgãos competentes, segundo informou um dos moradores.

Apesar de ser uma região valorizada, pela potencialidade em termos urbanos, os "terrenos de engorda" também são utilizados como pasto por outro criador o Sr. Emilson Acioli, gerente dos terrenos dos Diogos, que cria suas cinquenta cabeças de gado soltas na lagoa dos Diogos. Subsistem atividades que caracterizavam a área numa etapa anterior à expansão urbana. Acredita-se que esta ocupação foi organizada para impedir a invasão dos terrenos destas áreas por posseiros.

A zona central norte permaneceu de acordo com a planta inicial, tendo sido ocupada pelo 15o. Distrito Policial. A área destinada ao Serviço Público e às casas comerciais, inclusive um grande supermercado, foi ocupada de acordo com as diretrizes do Projeto. Neste setor, também se encontra o terreno da praça ainda não

urbanizada, onde ocorre às sextas-feiras, durante o dia, a feira livre e a noite, a feirinha de artesanato e comidas típicas, aliás, uma das poucas opções de lazer dos moradores do Conjunto.

As áreas livres laterais eram reservadas para duas escolas e dois postos de saúde. A lateral oeste estava alugada, em 1986, pela Empresa de Urbanização de Fortaleza - EMURF, para a loja Maçônica Mestre Mateus Coutinho, pela quantia de Cz\$ 27,00. A lateral leste continua desocupada. Houve uma proposta de doação da lateral leste para o grupo "Desafio Jovem", entidade de recuperação de viciados em drogas, o que gerou protestos da população do Conjunto.

Pelo decreto 5.974, de 20.11.81, cabe à EMURF administração das áreas institucionais e de lazer existentes nos Conjuntos habitacionais da Cidade, bem como dos terrenos remanescentes pertencentes ao município que não vem tendo a utilização devida. Este decreto possibilitou a EMURF alugá-los, bem como permitir seu uso por particulares "mediante justo preço, sem prejuízo da destinação legal dos terrenos" (Decreto municipal: 5.974 de 20.11.81).

Tal decreto foi justificado, na época, por terem os terrenos municipais se transformado em depósitos para lixo e entulhos, propiciando a proliferação de insetos e ratos, ou por estarem sendo progressivamente ocupados por particulares, principalmente favelados. Com este sistema de aluguel, foram parcialmente regularizadas as invasões por parte de pessoas de maior posse, como comerciantes e novos moradores interessados em ampliar seus espaços.

Outro motivo gerador de alterações no projeto do Conjunto Cidade 2.000 é o da ocupação das áreas verdes por comércio ou ampliação de casas.

"Áreas de lazer são pontos de comércio na Cidade 2.000". Este é

o título da notícia veiculada no jornal O Povo, de 28.06.82, em que os moradores protestavam contra as construções indevidas, nas áreas de uso público, de "agougues, bares, botequins, oficinas e tudo o mais que alguém queira comercializar. Essas áreas podem ser alugadas para que passem a fazer parte das residências".

O então presidente da EMURF, Roberto Farias, explicou que a firma que fez o loteamento das quadras do Conjunto Cidade 2.000, "sabiamente, em vez de reservar uma área considerável para que fosse utilizada para equipamentos de lazer, deixou verdadeiras "sobras", pontas de terrenos nas quadras. Sobras estas, que não servem para nada, nem parque, nem pracinha".

Estas nesgas de terra ficaram abandonadas, e os moradores que tinham suas casas ao lado do terreno, passaram a delas se apropriar, fazendo muros, cercando-as e incorporando-as às suas casas ou mesmo fazendo delas pontos comerciais.

Continua o Presidente da EMURF: "A empresa passou a cobrar o aluguel pelo terreno usado indevidamente pelos moradores. O que estava sendo usado indevidamente, começou a gerar lucros". A renda do aluguel destes terrenos, segundo o jornal O Povo de 28.06.82, são revertidas para a manutenção das áreas de lazer existentes em Fortaleza.

Os aluguéis assim recebidos pela EMURF, no entanto, não devem ser suficientes para manutenção de nenhuma área de lazer, pois, outra denúncia dos jornais informou que os valores, na época, eram inferiores a 3 cruzados por terreno e nem mesmo tinham correção monetária (DN, 14 e 15.04.86).

Das áreas invadidas e/ou alugadas pela EMURF e das áreas livres do Conjunto Cidade 2.000, a maior parte não se prestou à instalação de pontos comerciais, mas à ampliação dos terrenos das casas para

Casas do Conjunto Cidade 2.000 alteradas, com invasão das calçadas

Casa em reforma para abrigar três famílias.

transformação em garagens, jardins, e mais cômodos. Assim, de um total de 55 terrenos que foram ocupados, apenas 12 eram de uso comercial e de serviços (Pesquisa de campo, Jan./Fev.86) (Figura nq 36)

As invasões não se limitam somente às áreas livres. Como as habitações não têm recuo, os moradores constroem muros e jardins tomando parte das calçadas que tem a largura de cerca de 1 metro, dificultando assim o tráfego de pedestres. Alguns plantam árvores no espaço das calçadas ou as transformam em estacionamento de carro. Os que habitam nas ruas mais largas, constroem garagens na frente da casa, ocupando parte da rua. A maioria dos residentes do Conjunto invadiu as calçadas, sem qualquer autorização da EMURF, perfazendo um total de 1.033 transgressões. Em 27 casas registra-se, inclusive, a ocupação indevida das calçadas dianteiras e trazeiras das casas, apesar das reclamações dos moradores.

Muitas casas são ampliadas tanto horizontalmente como verticalmente, para atender a funções comerciais ou para permitir maior conforto à família ou ainda para completar a renda familiar através do aluguel de compartimentos no terreno do quintal. Presenciou-se, mesmo, em um dos momentos do trabalho de campo, em Fevereiro de 1986, uma casa se transformando em três, para alojar as famílias de dois filhos casados do proprietário. Constatamos um outro caso em que a residência foi dividida em quatro para futura locação.

O nível de transformação das residências originais revela-se bastante acentuado, pois de um total de 1.986 casas, 1.460 sofreram algum tipo de mudança, sendo que 930 foram ampliadas horizontalmente e 53, acrescidas de outros pavimentos (figura nq37).

Os proprietários com menores recursos para grandes reformas alteram as fachadas, trocam portas, janelas, colocam muros e invadem

LEGENDA

- Loja maçônica e campo de futebol
- Quadra abandonada
- Delegacia
- Área comercial
- Área verde invadida
- 1 Mercadinho
- 2 Mercearia
- 3 Boteco
- 4 Bar
- 5 Frigorífico
- 6 Oficina mecânica
- 7 Salão de beleza
- 8 Manicure
- 9 Barbearia
- 10 Churrascaria
- 11 Fábrica de portão de ferro
- 12 Oficina de rádio e TV
- 13 Oficina de móveis
- 14 Funilaria
- 15 Bosque

Figura 36- OCUPAÇÃO E USO DOS DOMICÍLIOS DO CONJ. CIDADE 2000-FORTALEZA

Fonte: Pesquisa de Campo-Jan/86

Figura nº 37 - Moradias do Conjunto Cidade 2.000 que não sofreram alterações até janeiro de 1986

as calçadas. Neste processo de "aldeotização", o que todos desejam é que suas residências se individualizem e tenham características próprias, identificadas com seus proprietários. Isto pode ser observado através de fachadas das mais estranhas. Outros ainda mudam ou invertem a frente da casa para o quintal, reservando maior recuo para o jardim e a garagem.

Estas são algumas das estratégias definidas pelos habitantes do Conjunto, na busca de uma identidade para suas casas. Apropriam-se dos espaços livres, das áreas verdes e das calçadas, para ampliar seu espaço de moradia. Reformulam o visual e a organização interna da casa, adaptando-a às suas necessidades, gostos e padrão de vida. Lutam para modificar o produto de um planejamento desumano que a tudo uniformiza. Em quaisquer conjuntos, depois de um certo período da instalação de seus moradores, pode-se verificar que há enormes transformações no espaço. Eles adquirem vida, cores, movimentos e valores. No caso do Conjunto Cidade 2.000, a alteração não se deu apenas na aparência e no tamanho das casas, mas também no seu uso, como foi constatado em 91 delas.

Das casas que alteraram seu uso para comércio e serviços, existem atualmente no Conjunto 4 oficinas de conserto de automóveis, 5 frigoríficos, 4 oficinas de reformas de estofados, 2 oficinas de conserto de equipamentos eletrônicos, duas fábricas de portões de ferro, 2 farmácias, 1 boutique, 1 fábrica de confecções, 2 churrascarias, 26 mercearias, 17 bares, 8 botecos, 5 salões de beleza, 3 manicures, 4 escolas, 4 igrejas. Sabemos que existem ainda costureiros, barbeiros e até 1 astrólogo. (Figura nº 36)

Algumas casas foram transformadas em escolas, que, quando localizadas próximas à esquina, também alugam as áreas livres do Conjunto. As escolas, todas particulares, são maternas ou de 1º

Casas Populares
Reformadas

Invasão das calçadas e ruas para a construção de garagens.

Casa reformada com
uso comercial
(Quadra 02)

Ampliação horizontal e vertical com
invasão da calçada
(Quadra 02)

grau menor - Educandário Menino Jesus de Praga, (quadra 11), Escola de 1o. grau Lídia Bezerra (quadra 22), Instituto Educacional Tia Neuma (quadra 3), Instituto o Lobinho (quadra 40), Escola Vovó Júlia (quadra 41/42).

Uma das casas do Conjunto foi adaptada para a instalação do Centro Comunitário Lídia Bezerra, onde funciona um posto de saúde com atendimento ambulatorial. Em 1977, contava com um dentista e um médico clínico geral, que comparecia 3 vezes por semana. Atualmente, o posto de saúde é pouco utilizado pelos moradores devido as suas deficiências. A proximidade do Hospital Geral de Fortaleza - HGF - supre parcialmente as carências da população neste setor.

As residências não se adaptam apenas aos comércio e a prestação de serviços de ordem material. A população do Conjunto é muito bem servida em termos espirituais, cedendo várias de suas casas para toda sorte de cultos e crenças. Os planejadores reservaram espaço apenas para a Igreja Católica e para um templo que foi ocupado pela Igreja Protestante. As outras religiões buscaram o espaço das casas para o serviço espiritual, como os Mórmons, a Igreja Batista, a Igreja Presbiteriana e outras seitas protestantes, além do Centro Espírita Caridade e Esperança e um terreiro de Umbanda.

A mudança de uso residencial para uso comercial e prestador de serviços aconteceu em 77 casas. Destas, 18 estão localizadas próximas às esquinas, ao lado das áreas livres.

O que se conclui é que a maioria das ampliações ocorreram em residências de pessoas com maiores recursos para embelezar e melhorar o espaço-morada de sua família.

O Conjunto apresenta um grande número de atividades no seu interior que vai suprimindo as necessidades de seus moradores, mas que, também, por seu raio de alcance, ultrapassa os limites de seu espaço

físico. Atigem o entorno ou aos interesses do entorno. É bom morar próximo a uma oficina de conserto de automóveis, mas não vizinho a ela. Ali existem grandes facilidades de atendimento por manicures, pedreiros e outros autônomos, que se deslocam de suas moradias para prestar os serviços aos moradores do bairro do Cocó. E assim o Conjunto passa a ser útil à população de maior renda que habita as adjacências. O conjunto passa gradativamente a se transformar em centro prestador de serviços.

As relações do entorno com o Conjunto, porém, nem sempre se revestem de "facilidades". A ocupação acelerada desse entorno por edificações e loteamentos, desrespeitando as "leis da natureza" e as "leis dos homens", tem provocado elevada degradação ambiental na Cidade 2.000, o que tem agravado profundamente a qualidade de vida de seus habitantes.

Por se tratarem de problemas complexos, cujas soluções exigem vultosas somas de recursos, a análise de situação será feita em capítulo à parte. Alguns desses problemas e a grandiosidade dos projetos executados para solucioná-los resultaram da luta dos moradores do Conjunto, beneficiando com isso, indiretamente, a população do entorno e os proprietários de terra. Todos ganharam: os moradores do Conjunto, os moradores do entorno, os proprietários de terra e as empresas de construção civil, que se encarregaram da execução dos projetos.

ENTORNO EDIFICADO
DO C CONJUNTO
CIDADE 2.000

Vista aérea do Conjunto Habitacional Cidade 2.000

Cidade 2.000, tendo ao norte a avenida Stos.Dumont, ao sul o rio Cocó e a leste a Lagoa Grande

Construções sobre aterros na Lagoa Grande

6.1. A OCUPAÇÃO DO BAIRRO COCO E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DA CIDADE 2000

A análise da produção do espaço urbano a partir da incorporação do Sítio Coco à malha urbana de Fortaleza, tendo como elemento indutor a instalação do Conjunto Habitacional Cidade 2.000, foi realizada nos capítulos anteriores. Como ficou exposto, a construção desse conjunto e a ocupação do seu entorno provocaram várias transformações no ambiente natural e construído e, portanto, na vida de seus habitantes em termos sociais e econômicos.

Pretendemos agora buscar as explicações para as implicações negativas, em termos ambientais, da produção espacial da Cidade 2.000 e seu entorno. Para isso devemos compreender o processo de produção do espaço, o próprio cerne da geografia.

O espaço foi sendo produzido coletivamente pelo trabalho da sociedade. Os homens estabeleceram relações entre si para se apropriar e transformar o ambiente natural (1ª natureza) em ambiente social (2ª natureza). O espaço foi sendo produzido de acordo com a sua cultura e o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção dominante.

Esta produção tem como base física o espaço natural - ou outro espaço produzido anteriormente, pois ele está em constante transformação. A sociedade transforma o ambiente natural em natureza humanizada. No processo de intervenção no ambiente natural foi possível um avanço relativo na qualidade de vida de toda sociedade, a partir do progresso científico aplicado à tecnologia. Com os avanços da medicina ampliou-se a esperança de vida para vastos setores da coletividade. Cresceu a produtividade agrícola e industrial. As distâncias, com a revolução dos meios de transporte, foram vencidas. O nível de conforto ambiental, em termos de habitação

e lazer, ampliou-se para parcela significativa da sociedade. Surgiram novas necessidades e novos hábitos.

A natureza é objeto de pesquisa de vários cientistas. Biólogos, físicos, químicos, geólogos e outros buscam melhor conhecê-la, utilizá-la, controlá-la e dominá-la para servir aos interesses da sociedade. O desenvolvimento da ciência já permite prever ciclones, furacões, tempestades, maremotos, secas e enchentes. O conhecimento científico também oferece mais opções para uma exploração racional dos recursos naturais, evitando desperdícios e efeitos negativos destes usos.

A natureza tem suas leis próprias. No momento em que o homem, numa sociedade de classes, não leva em consideração estas leis, indo contra elas e seus mecanismos de controle, ocorrem os problemas ambientais ou ecológicos.

Na sociedade capitalista, baseada na busca incessante e individualista do lucro, apesar do avanço da ciência, são muitos os prejuízos sociais decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Estes recursos são limitados e a grande maioria deles são de propriedade privada. São bens de produção fundamentais para a acumulação capitalista. Seus proprietários utilizam e exploram estes bens na busca de economia no custo da produção, gerando problemas para toda a sociedade, de ordem social e ambiental. Os recursos hídricos e o solo são poluídos, lagoas e riachos aterrados, manguezais e dunas destruídas. O tráfego das cidades e estradas fica congestionado e o ar poluído, produzindo toda sorte de degradação ambiental nos grandes centros urbanos.

Desta forma, a principal explicação para as perdas na qualidade de vida urbana tem por base a degradação do ambiente, formado

basicamente por espaço e recursos naturais privatizados. O espaço é capital. Chico de Oliveira elucida esta questão:

"Não pode o Estado solucionar os problemas de transporte urbano? Pelo tamanho do excedente que maneja, pode, mas se esse excedente provem, em parte da produção automobilística, não pode. Pode o Estado solucionar o problema de poluição? Tendo chão neste país, parece que se poderia descentralizar a indústria, principal poluidora, mas o chão da pátria não é chão, é capital" (in Moreira, 1982: 50).

O espaço e os bens necessários ao homem são produzidos socialmente, mas sua apropriação é privada. Por isto, os programas científicos aplicados à produção de bens do espaço não são acessíveis à sociedade como um todo. Não há democracia na distribuição destes bens, pois ela não se dá equitativamente entre os membros da sociedade. Bens naturais e de consumo coletivo também são mercadorias e o acesso a eles dependerá do poder aquisitivo dos diversos setores da sociedade.

Portanto, a degradação ambiental atinge diferenciadamente esses setores. A população de maior renda tem mais facilidade para se deslocar dentro do espaço. As áreas onde iniciam a degradação da qualidade de vida do ambiente vão sendo abandonadas pela população de mais alta renda. O exemplo típico de Fortaleza é o bairro de Jacareganga, atualmente zona residencial ocupada em parte por operários e favelas. Novos espaços vão sendo produzidos pelo capital imobiliário para abrigar as classes privilegiadas que passam a pagar também pelo "verde", pelo ar puro, pela tranquilidade e a qualidade de um ambiente mais equilibrado. Estes espaços passam a ser mais valorizados, diante do referencial de outro espaço, também produzido e consumido pelo capital.

Mas nem sempre é possível fugir do ambiente, sendo necessário preservar algumas áreas. Os setores mais privilegiados da cidade se organizam e conquistam este direito.

Nas áreas urbanas, o problema se intensifica, pois o aumento populacional tem gerado a ocupação, simultaneamente, horizontal e vertical do solo, causando um impacto negativo sobre o meio ambiente. Isto ocorre tanto a nível da população de baixa renda devido à má distribuição de renda nacional e à necessidade de sobrevivência nos centros urbanos, como a nível da população de renda mais alta, alimentada pela especulação imobiliária, que promove adensamentos demográficos e imobiliários indevidos nas áreas urbanas.

Desta forma, favelas, conjuntos habitacionais e mesmo edifícios de luxo e mansões, são agentes poluidores do solo, da água e do ar das cidades brasileiras, onde o poder público não pode atender o crescimento das demandas da população por melhores condições ambientais urbanas.

No caso específico de Fortaleza, onde quase não existe infra-estrutura de saneamento básico, a degradação ambiental é observada com maior intensidade no tocante aos recursos hídricos. Praticamente todos os cursos d'água encontram-se poluídos e muitos deles foram ou estão sendo aterrados.

Ao qualificarmos os agentes envolvidos na produção do espaço de Fortaleza, identificamos o papel fundamental do capital imobiliário, que, nas decisões de planejamento urbano, não está separado dos outros capitais investidos na cidade. Ele é um dos principais responsáveis pela degradação ambiental na cidade de Fortaleza.

Do planejamento "técnico" do passado, ao planejamento "participativo" de hoje, apesar de muitos avanços e conquistas dos

movimentos populares, as decisões do poder Público continuam beneficiando os setores sociais com maior representação e poder de pressão nas áreas políticas e junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Os problemas ambientais enfrentados pela população do Conjunto Cidade 2.000 refletem a lógica capitalista de produção, organização e ocupação do espaço, que se tem reproduzido em todo o município. Daí as dificuldades dos moradores para conseguir ressonância para sua luta junto aos meios de comunicação e aos órgãos públicos. Os problemas permanecem, pois a ocupação especulativa nos bairros do Cocó e Papicu vai arrasando tudo o que encontra - rios, dunas e mangues. As consequências são sofridas pela população do Conjunto e têm que ser objeto das lutas populares para que sejam amenizadas pelo Estado.

Com o crescimento da demanda por habitação e a orientação do Estado no processo de urbanização, as condições naturais se transformaram com maior rapidez na Cidade 2.000 e nos bairros Cocó e Papicu, gerando os chamados problemas ambientais.

As razões para a compreensão dos problemas ambientais da Cidade 2.000 devem ser buscadas na própria base física em que o Conjunto está assentado e na intervenção da sociedade para a produção do espaço mais amplo que a envolve. A intervenção no ambiente natural foi planejada e executada pelo capital imobiliário - empresas planejadoras e construtoras do conjunto, loteadores e incorporadores urbanos do Sítio Cocó - e pelo Estado. O Estado favoreceu a expansão para esta área da cidade, a partir da construção de obras públicas, da implantação das condições gerais para a urbanização e da legislação que rege o uso e ocupação do solo urbano.

Como já discutimos anteriormente, o setor privado vai avançando sobre o espaço com o único objetivo de reproduzir o capital investido

na compra de terrenos urbanos. Ele sempre busca a maior utilização do espaço, através de leis que permitam maior adensamento populacional e tornem qualquer espaço edificável. Para isto, desvirtuam ou desobedecem as leis, destruindo os recursos naturais, poluindo e aterrando os recursos hídricos, impermeabilizando o solo, destruindo dunas e a vegetação nativa.

O Estado também contribuiu para a degradação ambiental na Cidade 2.000, pois a legislação em vigor não considerou, para o zoneamento daquele setor de Fortaleza, as condições ambientais e a inexistência de infra-estrutura e serviços.

A área de praias, dunas móveis e fixas e planícies flúvio-marinhas, onde foi implantado o Conjunto, era explorada pelo proprietário Antônio Diogo, por posseiros e pescadores. Cultivavam hortas e agricultura de subsistência, pescavam nos mangues do rio Cocó e exploravam o sal. O uso dado à área e a relação que os nativos mantinham com a natureza não eram geradores de grandes desequilíbrios sócio-ambientais, visto que a exploração dos recursos naturais era feita em pequena escala e em baixa intensidade. Poucos se aventuravam a morar naquela região tão distante da área central e até mesmo da Aldeota. Não havia sistema de transportes que diminuísse a distância.

A expansão urbana acentuada para a Zona Leste modificou o uso e ocupação do solo naquela parte do município, que, aos poucos, foi sendo incorporada à malha urbana. Os terrenos estão sendo impermeabilizados, as lagoas aterradas, os mangues destruídos, os rios canalizados e lençol freático poluído.

Tal situação é comum em todo o processo de urbanização. Entretanto, em Fortaleza e, em especial, no entorno da Cidade 2.000, nenhum cuidado foi tomado com o intuito de impedir ou minimizar os problemas vivenciados pelos seus moradores.

Todo este setor da cidade, por apresentar aspectos físicos específicos, deveria merecer do Poder Público cuidados especiais, com o estabelecimento de uma legislação de uso e ocupação do solo elaborada levando em conta essa especificidade, bem como com uma maior fiscalização na aplicação das leis.

A área em que foi construída a Cidade 2.000 é caracterizada pela instabilidade ambiental, traduzida em instabilidade pluviométrica (longos períodos de estiagem e enchentes), instabilidade geomorfológica (dunas móveis) e instabilidade hidrológica (planícies fluvio-marinhas).

O regime pluviométrico de Fortaleza apresenta-se com precipitações de "verão" que ocorrem no primeiro semestre de cada ano, e se caracteriza pela verificação de "pancadas" de chuvas, isto é, grandes concentrações pluviométricas em poucas horas.

O mês de abril, quando é maior a influência de Convergência Intertropical (CIT), apresenta-se mais chuvoso. Exemplo desta característica foi o mês de abril de 1985, no qual ocorreram precipitações durante quase 15 horas ininterruptas, caindo 225mm de chuvas. Violentas "pancadas" de chuva como esta continuaram caindo até o mês de julho de 1985, atingindo no final do ano 2.909,5mm, o maior índice pluviométrico desde 1930. O ano seguinte, 1986 também teve um volume de precipitação anormal - 2.264,8mm. Já em 1987, o total anual foi de 1.293,8mm, próximo as médias históricas (Tabela 10).

A característica geológica desta área, onde predominam sedimentos arenosos do quaternário, depositados pelos ventos, sobretudo os de sudeste, sob forma de dunas que atingem quilômetros de extensão da orla marítima fortalezense, tem papel predominante na rápida absorção desta precipitação e na formação de abundante lençol freático, que alimenta e permite a existência perene de várias

MESES ANO	JAN (mm)	FEV (mm)	MAR (mm)	ABR (mm)	MAI (mm)	JUN (mm)	JUL (mm)	AGO (mm)	SET (mm)	OUT (mm)	NOV (mm)	DEZ (mm)	TOTAL (mm)
1970	92,6	39,0	220,8	578,6	53,5	88,4	33,2	15,3	4,1	6,0	46,7	12,5	1.190,7
1971	245,8	177,7	329,2	215,4	450,0	259,4	298,8	29,2	8,3	28,3	11,0	35,6	2.089,0
1972	35,8	98,1	174,6	185,0	305,0	250,1	111,9	187,8	16,6	7,8	3,6	41,7	1.418,0
1973	126,5	434,3	436,0	409,9	332,1	235,3	198,1	25,8	38,8	12,9	26,8	11,3	2.287,8
1974	307,6	189,3	573,9	567,6	670,1	210,1	26,8	29,8	74,1	22,7	30,7	93,9	2.796,6
1975	103,9	131,5	483,7	252,7	394,2	162,0	119,7	12,1	41,3	13,7	13,4	81,6	1.809,8
1976	53,5	364,1	334,5	370,7	111,7	71,6	37,4	24,1	4,9	12,3	21,0	10,7	1.416,5
1977	217,2	154,6	251,1	339,8	194,9	499,3	219,0	36,0	6,7	19,4	3,1	2,7	1.943,8
1978	78,3	283,5	199,3	241,1	266,7	79,2	225,9	10,0	33,9	22,9	5,4	53,9	1.500,1
1979	50,8	137,2	283,0	117,0	224,1	47,5	7,1	47,3	52,7	5,7	4,9	10,2	987,5
1980	174,7	442,8	179,0	56,9	44,4	72,6	53,2	29,7	23,2	16,4	7,2	8,9	1.079,3
1981	94,7	110,8	530,6	140,3	122,3	33,4	0	6,3	0,2	0,3	7,4	62,9	1.109,1
1982	145,5	156,8	233,9	252,7	113,9	92,5	47,1	18,9	26,4	25,6	7,0	15,6	1.135,9
1983	23,1	165,3	289,3	138,0	79,4	115,8	48,8	20,6	5,7	12,3	0,5	59,4	958,2
1984	120,5	247,8	339,6	450,2	375,6	248,0	153,8	38,5	14,7	70,0	2,7	3,8	2.065,2
1985	212,4	405,8	589,6	653,6	325,9	250,5	183,5	23,0	38,3	0,6	12,4	234,5	2.909,5
1986	100,3	287,5	579,5	614,8	157,8	320,9	30,7	60,1	22,3	12,5	36,2	42,2	2.264,8
1987	49,2	134,2	427,4	214,2	62,9	267,3	85,4	20,6	12,6	13,5	1,6	4,9	1.293,8

FONTE: UFC/CCA - Boletim AGRO-METEREOLÓGICO

lagoas. Quando os índices de precipitação são muito intensos, o solo fica saturado e as águas superficiais sem condição de infiltração nem escoamento, formam várias lagoas nos sopés das dunas.(figura no.38). Rios e riachos são barrados pelas dunas, formando lagoas, ou têm seus baixos cursos paralelos à costa, antes de atingirem o mar, pelas dificuldades impostas pelo cordão arenoso.(Morais, 1980: 53).

Geomorfologicamente, a instabilidade se dá pela mobilidade das dunas. As dunas, na maioria móveis ou semifixas, com altitudes que atingem até 30 metros, alinham-se na direção NW-SW. A migração do corpo dunar é mais intensa no período seco, de julho a dezembro/janeiro, em que não há compactação do material pela chuva. Estas dunas se movem de um local para o outro em função da direção dos ventos alísios de sudeste.(AUMEF: 1978).(figura no.39).

Os manguezais estão estabelecidos nas planícies que sofrem influências da maré. Sua preservação é fundamental, pois protege a região, do ponto de vista da ação de deflúvios, descargas sedimentares e erosão, e serve de berçário para inúmeras espécies de peixes e crustáceos, sendo fonte de alimentação e renda para inúmeras famílias de pescadores.(figura no.40).

A ocupação urbana desta região vem ocorrendo desde o final da década de cinquenta , quando foi aprovado o loteamento da praia Antônio Diogo. Intensificou-se a partir de meados dos anos setenta, sem levar em consideração a instabilidade física da área, que evidentemente impunha uma série de restrições ao tipo de ocupação verificado.

A Cidade 2.000 foi a maior intervenção feita neste setor da cidade até 1971. Até então, como já vimos anteriormente, apenas dois grandes equipamentos foram instalados nas proximidades - o Hospital Geral de Fortaleza, em 1962, e a Cervejaria Astra, em 1969. A partir

Fonte: AUMEF - Nov./87

Figura 38 - LITOLOGIA

Fonte: AUMEF - Nov./87

Figura 39 - GEOMORFOLOGIA

Fonte: AUMEF - Nov./87

Figura 40 - VEGETAÇÃO

da instalação desses equipamentos, teve início o processo de poluição dos recursos hídricos da área, pois seus efluentes eram dirigidos para o Riacho Papicu e para a Lagoa do Papicu, respectivamente.

As formas de uso e ocupação do solo que se estabeleceram na área podem ser entendidas a partir de uma verificação histórica, através da análise evolutiva da legislação urbana e do papel do capital imobiliário e do Estado na produção do espaço urbano. Para este estudo foram utilizados mapas da área e de Fortaleza de diversas épocas, fotografias aéreas e fotografias comuns, conjunto de leis que regem o uso e a ocupação do solo urbano e levantamento, nos principais jornais da capital, de artigos e notícias sobre os problemas da Cidade 2.000.

A planta mais antiga que obtivemos foi elaborada pelo Exército em 1963, na escala de 1:5.000. Sobre ela, um arquiteto da SUPLAM localizou o Conjunto para assim confirmar as denúncias de que ele foi construído dentro de lagoas, e que, portanto, teria aí as origens para inundações e enchentes que assolam frequentemente a área (figura no. 41). Esta planta tem por base o levantamento aerofotográfico feito pela empresa Cruzeiro do Sul no ano de 1958, na escala de 1:25.000. A partir destas fotos foi feito um over-lay que nos ajudou, juntamente com a planta do Exército, a conhecer os aspectos físicos da área em questão.

As fotos e o mapa do Exército mostraram que o Conjunto foi construído na retaguarda de um cordão arenoso, apresentando relevo movimentado com depressões dunares mais antigas e interiorizadas. As fotos deste levantamento e a elaboração do mapa foram feitos em períodos de grande seca, o que não permitiu a localização de grande número de lagoas na base das dunas. São visíveis, porém, a Lagoa

LEGENDA

- Curso d'água perene
- Curso d'água intermitente
- Lagoa
- Curva de nível
- * 28,5 Ponto cotado

Fonte: Diretoria do Serviço Geográfico
Ministério do Exército

Escala — 1:7.000

Figura 41 - DETALHE DO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFAMÉTRICO DE FORTALEZA (1962/63)
COM DESENHO DO CONJUNTO CIDADE 2.000.

Grande e, um pouco acima a esquerda, a Lagoa do Gengibre.(figura no. 42).

As depressões nas dunas, mesmo não sendo consideradas lagoas perenes, demonstram claramente que eram ocupadas pelas águas pluviais nos períodos chuvosos, tanto que atualmente coincidem com as áreas atingidas pelos alagamentos que vêm ocorrendo no Conjunto.

Um relatório elaborado pelo engenheiro-cartógrafo da SUPLAN, em 20.02.85, sobre as origens das inundações da Cidade 2.000, no qual situa o Conjunto na planta do Exército, revela que ele se localiza na sub-bacia B2 do Plano Diretor de Drenagem (AUMEF/ACQUAPLAM) e a sua parte leste situa-se mais exatamente em uma micro-bacia, limitada pelas dunas, cujo exutório passa aproximadamente pela rua Francisco Matos, em direção à Lagoa do Papicu. A maior parte da bacia encontra-se na cota 20-21m. Estas depressões eram chamadas antigamente de Lagoa do Gengibre e de Lagoa Grande. Uma vez alcançada a cota 18m, as águas pluviais passam pelo exutório natural, ao norte da Cidade 2.000, paralelamente à rua Nogueira Paes, para fluir em seguida pela rua Francisco Matos em direção à Lagoa do Papicu.(figura no.43)

E continua: "No sudeste da bacia, existem duas depressões estreitas na direção leste/oeste, em frente respectivamente às Alamedas Sandra Mara e das Tulipas e uma depressão de forma irregular, contendo a maior parte das quadras 18 à 22 do conjunto. A última depressão citada, possui um fundo amplo, plano, localizado aproximadamente na cota 19,8m. As três depressões acima descritas tinham e ainda têm como exutório uma vala estreita ladeada ao leste pela avenida das Castanheiras. Estes fatos comprovam-se com facilidade pelo exame das curvas de nível"(SUPLAN: 1985).

O mapa elaborado pelo Serviço Cartográfico do Exército, em 1962/3, e o levantamento aerofotogramétrico de 1958, também mostram a

LEGENDA

- Terrapço aluvial
- Dunas móveis
- Dunas fixas
- Dunas fixas interiorizada
- Arruamento
- Caminho
- Curso d'água permanente
- Curso d'água intermitente
- Lagoa permanente
- Lagoa intermitente

Fonte: Levantamento aerofotogramétrico de 1958.

Escala — 1:25.000

Figura 42 - ASPECTOS FÍSICOS DA ÁREA ONDE SE LOCALIZA A CIDADE 2.000

Fonte: AUMEF - Nov./87

Figura 43 - SUB-BACIA B2.1 E SUB-BACIAS ADJACENTES - Cidade 2.000-Fortaleza

expansão dos arruamentos em direção à Lagoa do Papicu. À época, HGF já estava construído.

Quanto à ordenação do uso e parcelamento do solo neste seto da cidade, o Plano Diretor de Fortaleza, elaborado por Hélio Modest em 1963, ainda não fixava normas para os terrenos localizados após linha férrea Mucuripe-Parangaba, pois estas áreas ainda tinham uso predominante rural, apesar do loteamento Praia Antonio Diogo (Praia do Futuro) ter sido aprovado em 1954.

Neste loteamento, nas glebas 3S e 4S, foi construído, em 1970/71, o Conjunto Habitacional Cidade 2.000, sem obedecer a nenhuma norma municipal, pois tal não existia. Para a sua construção foi feita a maior movimentação de terra já realizada em Fortaleza, nas palavras do Engenheiro - sanitarista Francisco Dembstenes da Silva, convidado para dar solução ao problema do esgotamento sanitário do Conjunto. A topografia local foi sensivelmente alterada e nivelada na cota média de 20m.

O engenheiro sanitarista, ao relatar sua participação nos estudos e trabalhos de campo para instalação do Conjunto, mostrou as dificuldades encontradas para se locomover dentro da área, pois "a vegetação era alta e densa. Perfuraram em vários pontos para conhecer o perfil hidroológico, as condições do terreno e a posição do lençol freático. O estudo revelou que o lençol era aflorante em alguns pontos e, em outros, nos morros, era profundo. O terreno do subsolo era de areia argilosa."

Continua o sanitarista: "Na época, não existiam lagoas dentro da área útil em que seria implantado o Conjunto. Em virtude de uma topografia muito acentuada existiam pequenas coleções d'água formadas pelas depressões, que os nativos da região utilizavam para diversos fins".

O relatório, feito com base nos estudos hidrológicos, condenou a solução individual para o saneamento, na forma de fossas sumidouros, e preconizou um sistema coletivo, com o lançamento dos efluentes finais, previamente depurados, no rio Cocó, ao sul, ou na Lagoa do Papicu, ao norte, onde a Cervejaria Astra/Brahma lançava seus dejetos industriais.

Como se tratava de relevo ondulado, preconizava ainda uma movimentação do terreno, mantendo-se a área acima de determinada cota para efeito de drenagem. Ressalte-se que naquele período não existia qualquer documento que pudesse orientar o projeto. "A cota de implantação não foi respeitada. Ela não dava segurança aos problemas de drenagem de águas superficiais, efluentes de lagoas e águas de chuvas. Àquela época, os pontos mais baixos ainda não tinham sido ocupados pelas edificações em torno da Cidade 2.000, o que, quando aconteceu, veio prejudicar ainda mais a situação ambiental, o aterro das pequenas coleções d'água "(O Povo, 21.11.85).

A implantação de um sistema de esgotamento sanitário acarretaria custos proibitivos para o tipo do conjunto, projetado para população de baixa renda. Os empresários resolveram manter as fossas sépticas e adotar um abastecimento d'água baseado em poços profundos, alegando que esse sistema, não causaria problemas de contaminação do lençol freático. (Entrevista com Dr. Demóstenes, Assessor do Secretário de Saúde do Município).

Pela decisão tomada para a construção do Conjunto e a solução sanitária adotada, podia prever-se que problemas futuros adviriam desta atitude displicente quanto a poluição do lençol freático e do saturamento das fossas, já que os estudos efetuados revelaram que a posição do lençol freático chegava a flor da terra em alguns pontos da área.

O PLANDIRF, de 1972, propunha o planejamento para a zona da praia, com a incorporação Sítio Cocó. Neste zoneamento, a Cidade 2.000 estaria situada numa zona residencial de média para alta densidade - ZR-3. Devemos lembrar que a densidade de ZR-3 do PLANDIRF é bem menor do que a estabelecida pela lei 5.122-A, ainda em vigor. Em seu entorno, a zona seria de baixa densidade residencial - ZR-1. Em seu limite sul, estava prevista a instalação de um núcleo comercial. Possivelmente o núcleo comercial se desenvolveria na direção da Avenida Antonio Sales, em função da presença de quase 10 mil pessoas que começaram a se instalar no Conjunto (Figura no. 21).

Os mapas elaborados durante a administração do Prefeito Vicente Fialho (1970/74), nas escalas de 1:10.000 e 1:2.000, com base no levantamento fotográfico de 1972, mostravam o HGF, a Cervejaria Astra, a Cidade 2.000 e a expansão dos loteamentos no bairro do Papicu (figura no. 27). Nestes levantamentos, feitos em período chuvoso, estão bem marcadas as lagoas Grande, do Gengibre, do Jacaré e do Papicu, no sopé das dunas que bordejam o litoral leste de Fortaleza. A oeste do Conjunto está também a Lagoa dos Diogos.

O movimento de terra para a construção da Cidade 2.000 ainda está visível nos mapas, principalmente no relevo da periferia do Conjunto, acentuando-se a oeste e a norte.

Próximo às lagoas do Jacaré, Gengibre e Grande, encontravam-se várias casas e culturas. Isso demonstra a presença, ainda no início da década de setenta, de posseiros, agricultores e pescadores.

Aquela época, próximo à Lagoa do Papicu, a maior da microbacia, apenas a vegetação natural predominava, sendo a área ocupada pelas culturas e casas esparsas de população de baixa renda. A leste, já estava a Cervejaria Astra dirigindo seus dejetos industriais para dentro da Lagoa.

Favela do Gengibre no alto da duna e lagoa, no período de estiagem.

Uso agrícola dado ao leito da Lagoa do Gengibre pelos moradores da favela no período de estiagem

Lagoa do Gengibre, apesar dos aterros, ressurge no período de chuvas. Gado bovino criado solto, atola-se na lama.

Entre a Cidade 2.000 e a cervejaria existiam muitas culturas e pequenas casas de posseiros ou favelados. Viviam em casas isoladas ou em conjuntos agregados, formando quarteirões estreitos, construídos apenas nas periferias das quadras, nas ruas e praças e nas áreas públicas, para não sofrer expulsão por parte dos proprietários. Observe-se que, em 1972, a ocupação dessa área ainda era de população de baixa renda, dado o grande número de favelas nas imediações do HGF.

Em 1975, uma nova legislação urbana foi decretada - a lei 4.486, possibilitando, entre outras coisas, a ampliação e o deslocamento da zona residencial (ZR-1) para o leste da cidade, ultrapassando a linha férrea. Esta zona residencial (ZR-1) foi destinada à população de renda mais elevada, acompanhando a tendência de ocupação. Após o trilho, também se encontram zonas residenciais de uso multifamiliar (ZR-3). Tanto na ZR-1, como na ZR-3, o número máximo de pavimentos permitido era de três (figura no. 22).

A Avenida Santos Dumont terminava na altura do HGF. O prolongamento desta avenida foi realizado em 1976, pela EMURF, ano em que também foi construída a Avenida Zezé Diogo, sendo que, ambas com os níveis mais elevados, alteraram o sistema de drenagem local.

A Avenida Santos Dumont passou a constituir-se um novo divisor de águas, barrando o sangramento das lagoas do Jacaré e Gengibre e os cursos d'água que eram direcionados para a Lagoa do Papicu e, de lá, para o Oceano Atlântico, através dos riachos Papicu e Maceid, que desemboca na Avenida Beira Mar.

Quando da construção desta avenida, a EMURF providenciou o escoamento das águas das duas lagoas e de uma outra ainda maior, sem denominação, existente nas proximidades das vias de acesso da Cidade 2.000. A avenida passou em cima da Lagoa do Jacaré.

Na época da construção da Cidade 2.000 foi feito um canal submerso drenando as águas do Conjunto e ligando as lagoas dos Patos e do Gengibre com a Lagoa do Papicu. Também foi canalizado parte do riacho Papicu que deságua no riacho Maceió. O sistema de galerias do Conjunto passava pela Avenida das Castanheiras e se dirigia para a Lagoa do Papicu.

A planta da sub-bacia A6, do Plano Diretor de Drenagem da RMF (1976), mostra a canalização dos dejetos da Cervejaria Astra para a Lagoa do Papicu, e, do HGF para o próprio Riacho Papicu, no trecho um, que passa pelo cruzamento da rua Tavares Coutinho com a rua Batista de Oliveira. Este riacho segue canalizando até próximo à avenida Vicente Linhares, quando, já a céu aberto, encontra-se com o Riacho Maceió.

As águas drenadas do Conjunto seguiam canalizadas pela rua Francisco Matos, atravessavam por baixo da Avenida Santos Dumont e chegavam à Lagoa do Papicu. Desta Lagoa, seguiam pelos riachos Papicu e Maceió até o mar, no bairro do Mucuripe, já canalizado sob a Avenida Beira Mar, próximo à estátua de Iracema.

Com a implantação da Avenida Santos Dumont, várias ruas foram abertas, rasgando todas as dunas em sua direção e aumentando o número de loteamentos e construções. Os espaços deveriam ser ocupados, vendidos e alugados, pois espaço é capital. De acordo com o maior adensamento permitido pela legislação, foram sendo erguidos edifícios de apartamentos, em vez de casas. Nem as depressões, lagoas e riachos escaparam da "ganância" imobiliária. Aproveitando o longo período de estiagem, diversas áreas foram aterradas e construídas. Até hoje, as dunas são aplainadas e lotadas, com suas areias sendo aproveitadas para aterrar as depressões e lagoas.

Inúmeras foram as denúncias veiculadas pelos jornais sobre o

aterramento de lagoas, após o prolongamento da avenida Santos Dumont, principalmente a partir de 1985, ano de inverno rigoroso. As consequências das enchentes foram dramáticas - fossas estouradas, ruas intransitáveis, casas alagadas com até 1,5m de água, edifícios com fosso do elevador e estacionamento inundados. No conjunto Cidade 2.000, umas trezentas famílias tiveram que deixar suas casas. Outras, por falta de condições financeiras, permaneceram e construíram altos batentes nas portas, na tentativa de impedir que as águas invadissem as casas. Atravessavam a lama descalços e utilizavam os banheiros dos vizinhos, cujas casas ainda não estavam sujeitas a inundações e ao saturamento de fossas.

O levantamento aerofotogramétrico de 1972 mostra o Conjunto como uma aglomeração ilhada. As águas pluviais, que eram absorvidas pelos terrenos arenosos, procuravam as antigas depressões e lagoas aterradas, agora em terrenos impermeabilizados pelas construções. (figura no.44).

A expansão urbana para a Zona Leste foi acentuada principalmente no bairro denominado Papicu. Com a nova divisão de bairros de 1987, parte dele, inclusive o local onde se encontra o Conjunto, passou a ser chamado Bairro do Cocó. Loteado pelo setor imobiliário para atender as classes média e alta, o bairro teve o acesso facilitado pela construção da avenida Santos Dumont.

A instalação do conjunto Cidade 2.000 na área de depressões ou lagoas modificou as condições naturais. Em virtude da existência de atividades intensivas na área, houve uma acomodação das águas nas lagoas e/ou depressões ainda não aterradas. As águas passaram a escoar em direção a outra lagoa do único sistema hídrico, a Lagoa do

LEGENDA

- Edificações
- Arruamento
- Caminho
- Curso d'água intermitente
- Lagoa perene
- Lagoa periódica
- Movimento de terra
- Duna

Fonte: Levantamento aerofotogramétrico de 1972.

Escala — 1:8.000

Figura 44 -LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉMTRICO DA ÁREA ONDE SE LOCALIZA A CIDADE 2.000.

Gengibre, sem gerar problemas para a população da área. Isto pôde ser comprovado na rigorosa estação de chuvas de 1974, que não alterou a vida da população do Conjunto.

O parecer técnico da SUPLAN (1985), sobre as origens dos problemas ambientais da Cidade 2.000, chegou às seguintes conclusões: "A partir do início da intensa ocupação residencial de alta densidade da área circunvizinha, desencadeou-se um processo de impermeabilização do terreno e redução da capacidade de compensação desempenhado pelo sistema de lagoas naturais antes existente.

"Com a impermeabilização, as águas escoam intensamente para os terrenos de cotas inferiores, à medida em que o solo, antes poroso (de dunas), não permite mais processos de infiltração e percolação originais.

"A redução do efeito de compensação ocorreu com o alteramento das Lagoas do Gengibre, Três Corações, Jacaré e diversas depressões e pela impermeabilização do solo por edificações.

"Tais modificações provocaram uma busca de nova situação de equilíbrio hídrico local" (Processo SUPLAM no.2.583/84).

A Cidade 2.000 passou a ser um dos locais mais baixos do sistema, recebendo as águas pluviais das lagoas aterradas, o que provocava as graves inundações nas habitações ali existentes.

Os problemas ambientais no Papicu, e em particular, na Cidade 2.000, passaram a ser denunciados nos jornais a partir de 1977, com o aterro da Lagoa Três Corações.

O empresário Benedito Macedo, representante do Grupo J. Macedo, grande proprietário de terras no bairro e sócio majoritário da Cervejaria Astra, garantiu ao Jornal O Povo, em 31.01.76, que a Lagoa do Papicu não seria "aterrada de forma nenhuma ; o que vai acontecer é

que entre a Cervejaria e o asfalto o nível será levantado, e, para tanto, aterraremos uma pequena lagoa". Referia-se, provavelmente à Lagoa Três Corações.

Em junho de 1977, o mesmo jornal denunciava o aterro de uma lagoa que "se avista a pouco mais de 100m da Avenida Santos Dumont", enquanto "a duna ao lado está sendo desfigurada por tratores e caminhões". A pequena lagoa desapareceu, mas é difícil determinar sua real denominação. Alguns afirmam tratar-se da Lagoa do Gengibre, outros lembram-se da lagoa conhecida como Três Corações e há, ainda, os que falam como se fosse a do Papicu, "que se esconde por trás do mato e é maior do que se pensa" (O Povo, 15.06.77).

Os loteamento aprovados, quando não são efetuados no prazo de dois anos, "caducam" e têm que passar novamente por todo o processo de avaliação pelos órgãos responsáveis pelo crescimento urbano da cidade. Muitos dos projetos foram aprovados no período de construção da Avenida Santos Dumont ou logo após o seu término. Alguns deles foram autorizados apenas com base nas informações oferecidas nos projetos, "por falta de fiscais na SUOP", como é o caso do loteamento "Moderna Aldeota" (O Povo, 12.06.77).

O loteamento "Moderna Nova Aldeota", onde se situava a Lagoa dos Três Corações, está autorizado desde 1964. Suas plantas de localização sequer citavam a lagoa. Naquela época, as aprovações eram dadas pelo Departamento de Urbanismo da antiga Secretaria de Planejamento do Município.

O Estado não cumpre o seu papel de fiscalizador e aceita, sem questionar, os problemas causados pelo capital imobiliário. Tentando justificar esta falha da SUOP, a EMURF se propôs a resolver o problema, sem punir e até evitando prejudicar os responsáveis pelo aterro das lagoas.

O Diretor Técnico da EMURF, Engenheiro João Bandeira Nogueira, acreditava que "a solução não seria desaterrar a lagoa, já que outros proprietários, mais adiante, poderiam fazer o mesmo, repetindo-se o problema de agora. A drenagem das águas para a cabeça do bueiro na calçada da nova rua Francisco Matos resolverá. Desta rua, as águas .pa serão levadas até a Santos Dumont, num grande bueiro. A nova rua terá drenagem em toda a sua extensão para evitar a repetição do alagamento provocado pelo aterro de uma pequena lagoa. Como há outros, a prefeitura já se precavam com a drenagem. Mesmo que novas lagoas sejam aterradas, não mais a água correrá para a pista, destruindo-a" (O Povo, 05.08.77).

A EMURF anunciou, em 1977, uma proposta de drenagem salvadora que, se viu depois, serviu mesmo foi à especulação, porque, com o tempo, a Lagoa morreu. O prefeito Evandro Aires de Moura, prometeu à época, interromper o aterro da Lagoa, o que, naturalmente, não cumpriu.

O Secretário de Urbanismo e Obras Públicas, declarava, em 1977, que "a Secretaria pode até mesmo dar parecer favorável ao aterro da lagoa, dependendo do projeto apresentado" (O Povo, 11.04.85).

As irregularidades, a destruição das dunas e dos recursos hídricos, são vistas como uma "fatalidade normal", esperada e aceita pelos Poder Público, que logo se propõe a solucionar, não só os problemas do momento, mas também os que passam advir. Propõe drenar toda a água das lagoas, facilitando o trabalho de quem estiver interessado em aterrá-las.

A força do poder econômico junto ao Poder Público não permite que se fiscalize e puna os responsáveis pela depredação ambiental. O Estado apenas promete soluções para acalmar os ânimos dos prejudicados.

Está ainda pior o único acesso à Cidade 2.000.

25/06/77 "O POVO"
A foto mostra que a água provem da lagoa semi-aterrada

Garotos abrem desvios e ganham trocados dos motoristas

O prefeito Evandro Ayres proibiu o aterro da lagoa que extravassa para a única via de acesso à Cidade 2.000. A decisão do Chefe do Executivo responde aos constantes apelos do O POVO que ontem voltou ao local para constatar que a lagoa estava ainda mais aterrada e piores as condições da pista. Garotos residentes em um morro próximo, de maneira esperta, descobriram que podem lucrar com os estragos da via. De enxada na mão, abriram uma vereda como desvio e pedem gorjetas aos motoristas, tal qual um pedágio de rodovias. Também jogam terra na pista alagada para desatolar algum carro.

A ordem do Prefeito, para ser válida plenamente, precisa retroagir e obrigar que se retire a areia já colocada na lagoa, a fim de que volte ao seu leito normal. A decisão, explicou a Prefeitura, teve como objetivo evitar problemas futuros de alagamento na Cidade 2.000 e para que a nova pista, a ser aberta pela Emurf, não seja destruída, como a de agora o foi. O desvio para o Conjunto ainda não foi iniciado e ontem os técnicos da Emurf, em companhia de representante da firma empreiteira,

compareceram ao local para examinar as condições do caminho de serviços e da antiga pista. A futura avenida, em 20 metros de largura, começa tão logo a Coelce afaste sua fiação de alta tensão.

Cidade 2.000:

Prefeito determina que lagoa não pode mais ser aterrada

RECLAMAÇÕES

Por ser a única via de acesso à Cidade 2.000, o movimento de veículos é constante. Em 15 minutos, O POVO

coleccionou quase uma dezena de reclamações de guiadores como Antônio Augusto, num fusca azul, que afirmou: "Já quebrei dois carros aqui e me encaminho para o terceiro se não mandarem consertar depressa". Muitos preferem o desvio aberto pelos garotos, mesmo pagando gorjetas, e os mais temerosos dos buracos que se escondem na água passam por caminhos de areia que circundam as dunas: "É melhor ficar atolado na areia do que nesses buracos", lembrou um motorista de taxi.

O Secretário de Urbanismo e Obras Públicas, Luciano Guimarães, confirmou, ontem, que o loteamento da área, autorizado desde 1964 (ou 1966) não incluía a lagoa, que sequer foi citada na planta. Por essa época, as aprovações eram dadas pelo Departamento de Urbanismo da Secretaria do Planejamento. A SUOP é posterior a essa data. A Secretaria, hoje, desconhece o proprietário do terreno e somente é possível identificá-lo em cartório, esclareceu o Secretário. O proprietário, mesmo sem se pronunciar, pode colaborar com a administração da cidade evitando o aterramento da lagoa, que tantos prejuízos tem causado e causará ainda.

Entre o levantamento aerofotogramétrico de 1972 e a atual realidade de Fortaleza ocorreram muitas modificações nesta área. Houve alterações com relação a renda e ao tipo de moradores, e no tamanho das habitações. Parte da população favelada já foi expulsa e o seu espaço ocupado por um grande número de edifícios de apartamentos e casas de luxo.

Apesar do poder de pressão das empresas imobiliárias e das classes médias e altas residentes no bairro, o desfavelamento da área, que levou à expulsão de muitos moradores, ainda não foi completado. Permanecem existindo muitas favelas em praças públicas, trechos das redondezas do Hospital Geral de Fortaleza-HGF e em terrenos junto à linha férrea.

Uma mudança na legislação municipal, através da Lei 5.122-A, de março de 1979, alterou os critérios de ocupação das zonas residenciais e especiais definidos no plano diretor anterior, permitindo a construção de edificações de até doze andares.

A lei 5.122-A considerava parte do Sítio Cocó como zona residencial de baixa densidade. A partir de junho de 1979, com a lei 5.161, a área passou a constituir zona residencial de alta densidade (ZR-3). Esta medida veio atender aos interesses imobiliários, conforme denunciou o Vereador Samuel Braga, que, na época, apresentou projeto na Câmara dos Vereadores tentando reverter o processo. De fato, a pouca diferença de meses entre as duas leis de modificação do zoneamento só é explicável aos olhos da especulação urbana (DN, 29.11.83).

A área que sofreu alteração no zoneamento, dentro do antigo Sítio Cocó, corresponde a parte oeste dos bairros do Papicu e Cocó, indo da linha férrea Mucuripe-Parangaba aos limites externos da Cidade 2.000 e passando ao lado da Lagoa do Papicu, zona de

preservação ambiental. Ao sul também limita-se com outra zona de preservação (ZE-1).

A legislação que entrou em vigor nesse período favoreceu a degradação ambiental da Cidade 2.000 e seu entorno, na medida em que permitiu o alto adensamento populacional (ZR-3) de até 340 hab/ha, com grandes taxas de ocupação do solo e subsolo e elevados índices de aproveitamento do terreno. Numa área sem infra-estrutura sanitária, e com condições ambientais instáveis, era possível prever as consequências da aplicação dessa lei.

Com a permissão da legislação urbana, a impermeabilização do solo pela edificação e pelo revestimento da rua com asfalto, a poluição dos recursos hídricos e o aterramento de diversas lagoas, têm sido os fatores responsáveis pelos problemas ambientais denunciados pela população local, que, com a sua luta, não tem conseguido evitar a degradação da área.

"Muito lixo e barulho na Cidade 2.000" é o título de notícia publicada no jornal O Povo alertando para a situação do Conjunto. Os habitantes das primeiras quadras reclamavam do barulho das máquinas que trabalhavam dia e noite, aplainando as dunas em frente ao conjunto.

Os trabalhos foram iniciados em dezembro de 1979, "quando resolveram acabar com as dunas, o mato e a lagoa em frente ao conjunto". Um morador conformado com o barulho acredita que "a gente se acostuma com o barulho e azar de quem não gostou," porque, no seu entender, caso os moradores do local" comecem a reclamar muito, até o Conjunto eles acabam. A empresa que aí trabalha é rica, muito rica. Não adianta estar fazendo pirraça com eles. É se acostumar com o barulho e não aborrecer o pessoal". Este morador considera também que

os trabalhos e o loteamento vão melhorar o local e valorizar os terrenos (O Povo, 26.06.80).

Esta notícia não apresenta nenhuma preocupação com outros problemas decorrentes do aterramento de lagoas, já que em 1977, três anos antes, o aterro de outra lagoa gerou a destruição da pista de acesso ao Conjunto, com a acomodação das águas pluviais.

De acordo com os dados pluviométricos de Fortaleza, 1977 foi um ano de muita precipitação atingindo 1.943,88 mm e superando a média normal de 1.250,00 mm anuais. Já 1980 foi menos chuvoso, ficando a precipitação anual em 1.109,10 mm. Isso explica porque em 1977 o aterramento da Lagoa provocou de imediato a destruição da via de acesso ao Conjunto, pelo extravassamento das águas para a rua (Tabela no. 09)

O aterro da Lagoa, em 1980, só se fez sentir nos anos seguintes, principalmente a partir de 1984, quando se reiniciaram as grandes precipitações. De 1979 a 1983, as precipitações ficaram abaixo das médias históricas.

Também é importante ressaltar a forma como alguns setores das classes menos privilegiadas percebem a força do poder econômico. "Se reclamar muito, até o Conjunto eles acabam. E a lei do mais forte que prevalece", dizia um dos moradores.

Essa fala revela uma descrença no Estado "neutro", na possibilidade de existirem meios de conter os interesses dos grupos econômicos. Alguns ainda se comprazem com a esperança de se beneficiarem com os loteamentos sobre a Lagoa, pela valorização dos terrenos da área e até das casas do conjunto.

Outra séria questão ambiental que eclodiu em 1980, foi a constatação, através de exames bacteriológicos, de que a água que abastecia o Conjunto apresentava elevados índices de contaminação

fecal. Os vários exames realizados pela SUOP, SUDEC e Secretaria de Saúde do Município foram encaminhados à Companhia Terra, empresa que explorava comercialmente a água do Conjunto. Neste exame foram encontrados entre 23.000 e 49.000 coliformes fecais em 100 ml, sendo que a presença de qualquer número já caracteriza a contaminação (O Povo, 04.08.80 e 12.09.80).

A água que servia ao conjunto vinha de oito poços localizados próximos à lagoa do Papicu. Como a área não tinha - e ainda não tem - rede de esgoto, eram utilizadas fossas sépticas. Os edifícios de apartamentos, deveriam ter estação de tratamento de esgotos, mas elas não existem ou não funcionam.

Nesta área, o lençol freático é abundante e quase à superfície, pois trata-se de zona de dunas, entremeada de lagoas nas depressões, em parte aterradas ou desviadas pelas construções. No inverno, os rios subterrâneos ficam sobrecarregados de água e começam a emergir para o solo, formando os chamados olhos d'água e contribuindo para o aparecimento de lagoas, os alagamentos e a saturação das fossas. (DN, 29.11.83).

Mais uma vez nos referimos ao Engenheiro Sanitarista Francisco Demdstens da Silva. Quando contratado, em 1975, para estudar a destinação de esgotos de 2.000 casas do Conjunto, ele definiu as condições de absorção do terreno e o posicionamento do lençol freático. Em sua conclusão, considerava insatisfatória a solução indicada pelo projeto anterior de fossas sumidouros individuais e preconizava um sistema coletivo de esgotos sanitários para o encaminhamento dos despejos e líquidos depurados no rio Cocó, julgado então o corpo d'água mais conveniente para recebê-los. Sua proposta não foi viabilizada, vencendo o sistema de fossas individuais (O Povo, 21.11.85).

12 SET 1980 O Povo

....

O Conjunto Habitacional Cidade 2000, bem encravado nas proximidades do bairro elegante que é a Aldeota, se ressentia de sérios problemas a desafiarem aquela comunidade de fazer sentir as autoridades o distanciamento a que estão de seus problemas. Um destes, senão o mais alarmante, é o ainda não resolvido problema da água contaminada. Há mais de um mês que essa população vem acionando os meios de comunicação e, principalmente, os órgãos competentes, sobre a gravidade do assunto. Mas, segundo seus moradores, tudo tem sido em vão.

Cada vez mais, os moradores da Cidade 2000 estão ficando mais conscientizados e mais alarmados com a questão de sua água. E muito mais por não existir, até então, medidas para por fim ao problema. Alguns moradores disseram para a reportagem do Caderno Imobiliário que houve, é bem verdade, promessas não oficiais do Governador do Estado, através de uma emissora de televisão, de construir poços profundos naquela localidade.

Todavia, nenhuma mobilização tem sido feita para a construção dos poços quando a situação requer urgência por se tratar da própria sobrevivência das pessoas sujeitas às doenças

foram ainda lutas isoladas; quer dizer, sem a participação da massa doismiliana", completa Dower. Talvez seja por isso, deduz ele, que ficamos tão suscetíveis a dissabores sem sentido e jogadas políticas.

DO BNH

Enquanto a população da Cidade 2000 esperava alguma solução por parte do BNH, amiúde foi desfeita esperança. Em contato com um morador, o delegado regional do BNH disse que o problema da água não era de sua alçada e sim do próprio governo. Se antes essa responsabilidade cabia à Terra agora não mais cabe e nem ao órgão que a mantém sob intervenção.

Falou o doutor Luiz Campos que a água do conjunto não era assim tão contaminada e existiam coisas muito mais graves em Fortaleza. E mais: "O Conjunto de vocês está numa situação privilegiada porque a água é tratada e existe provas", disse. E lembrou: "Acho bom vocês não agitem muito porque correrão o risco de ficarem até sem água."

O grupo indagou: "Mas como, quando compramos as casas era de obrigação dar-nos água pura? O Senhor acha que em Fortaleza existe coisa mais poluída do que nossa água? É justificável este estado de coisas? Acha que

*Edifícios de luxo,
no lugar, reserva-
do a obras
públicas*

*Dessa hidráulica é
que sai a água
contaminada para*

A empresa não quis arcar com os custos elevados para a instalação e funcionamento de uma solução coletiva de esgotamento sanitário. Preferiu poluir o lençol freático da área do conjunto com a solução individual de fossas sépticas. A água potável para a população da Cidade era retirada de poços tubulares artesianos, poços tubulares freáticos e poços arenosos em terrenos comprados pela Companhia TERRA, nas proximidades da lagoa do Papicu, e vinha por gravidade para o Conjunto por meio de setecentos metros de canalização. A compra do terreno foi a forma encontrada de captar a água da Lagoa do Papicu, através do aproveitamento do lençol subterrâneo, pois a lagoa é particular.

O Engenheiro Sanitarista Suetônio Mota, no Forum de Debates Adolfo Herbster, em 1980, alertava para a poluição dos recursos hídricos em zonas de dunas. Em sua análise da legislação urbana vigente, lei 5.122-A, de 1979, criticava o uso multifamiliar e mostrava a necessidade de, ao se permitir a implantação de grandes equipamentos, levar em consideração a infra-estrutura sanitária, as condições do solo, a rede de esgoto e a possibilidade de adoção de soluções individuais. Deu como exemplo, uma parte da Praia do Futuro que vinha sendo ocupada por prédios de apartamentos. "Nós temos certeza de que (a área) não tem condições de receber esgotos em soluções individuais. Se forem calculadas, na ponta do lápis, as dimensões dos sumidouros, ou de um sistema de valas para receber o efluente da fossa de um prédio de apartamentos, digamos com dez famílias, muitas vezes se tornam praticamente impossíveis estas soluções, porque seria necessário uma área para infiltração deste líquido, tão grande, às vezes muito maior do que a própria área disponível para a construção do prédio".(Mota, 1980: 133).

Suetônio Mota alertava também para o perigo de, após ter sido permitida a construção destes edifícios, a solução encontrada fosse encaminhar os esgotos para as galerias, riachos, lagoas ou praias mais próximas, como aconteceu na Avenida Beira-Mar. É bom lembrar que existe uma lei permitindo essa solução nas áreas que não disponham de redes de esgoto, desde que estes efluentes sejam tratados. Esta lei contribui também para inibir a ampliação da rede de esgoto, já que existe solução mais econômica.

Foi constatado que, quando instaladas, as estações funcionam precariamente, existindo apenas para satisfazer as exigências legais. Muitas residências têm ligações clandestinas entre os esgotos domésticos e as galerias pluviais, o que acaba levando os dejetos para a praia.

Em entrevista realizada em fevereiro de 1988, o Dr. Francisco Demóstenes da Silva, proprietário da ENGESA, empresa responsável pelo tratamento e fornecimento de água para o Conjunto, tentou explicar o problema da poluição. "Na verdade a água que era captada na área próxima da Lagoa do Papicu, era constituída por águas freáticas, águas estas que podem ser contaminadas por efluentes de fossas. Só que, primeiro, na época não havia nenhuma fonte poluidora, como sistema de fossas das edificações; segundo, a água era submetida a um processo de clarificação por coagulação artificial com Sulfato de Alumínio, submetida a um processo de infiltração por clarificadores de contato, e submetidas finalmente a um intenso processo de cloração, que garantia uma colometria abaixo do padrão exigido. O que houve na realidade é que estes reservatórios prediais receberam, durante muito tempo, água inatura, e também nunca foi feito qualquer tipo de limpeza e desinfecção necessária nas caixas d'água".

Segundo o entrevistado, o Hospital Geral de Fortaleza-HGF e a Cervejaria Astra têm instalações de tratamento o HGF, após 1970, e a Cervejaria, desde sua instalação na área.

A água, além da baixa qualidade que impedia o seu consumo, estava em falta há quase dois meses, o que foi explicado de várias maneiras, conforme com os seguintes depoimentos.

De acordo com o jornal O Povo, de 18.08.81, o problema começou quando os prédios de apartamentos, situados no final do Conjunto, começaram a ser habitados. A água que seria consumida pelos moradores estava sendo desviada para estes blocos de apartamentos, que pagavam taxas mais altas. Enquanto a taxa cobrada aos moradores da Cidade 2.000 era de Cr\$ 300,00, a dos prédios era de Cr\$ 1.000,00. Acrescente-se o fato de que "o sensível rebaixamento do lençol freático, no período de setembro a dezembro, somando-se à irregularidade do inverno deste ano, tem resultado na falta d'água em vários pontos de Fortaleza". (O Povo, 12.09.81).

O lençol freático se forma basicamente a partir da alimentação da água das chuvas, que infiltra no subsolo, acumulando-se como água subterrânea. A construção da Cidade 2.000, por elevar a área onde foi construída, fez com que as águas que naturalmente escoavam para a Lagoa do Papicu, oriundas das demais lagoas e da chuva que caía na área, ficassem nas próprias lagoas, onde se instalou a Cidade 2.000. A Lagoa do Papicu e entorno, como quase não têm outra fonte de alimentação a não ser o lençol e, antigamente, a Lagoa do Gengibre, teve o volume da água e lençol diminuídos. As dunas do local funcionam como uma "esponja" que absorve o que chove e escoar.

O problema não era específico do Conjunto. Nas áreas servidas pela CAGECE, no período de estiagem, a água é racionada. Porém, para o Conjunto, este serviço era explorado pela Companhia TERRA, que

contratou a empresa ENGESA para instalar e operar o sistema coletivo de abastecimento d'água. A explicação dada pelo representante desta empresa, Dr. Demóstenes, foi a de que a vazão dos poços era insuficiente para atender a população do Conjunto. "No período de seca, há perda de capacidade específica - relação entre vazão e rebaixamento do lençol freático - não há recuperação do lençol freático. Ele justificou também que a água era fornecida praticamente gratuita. O custo era maior do que as tarifas cobradas. Só era mantido o sistema para garantir o pagamento das prestações das unidades habitacionais. Segundo ele, a Financeira Terra teve prejuízos durante dez anos, até a CAGECE ampliar sua rede para o bairro Cocó.

A constatação da falta e da contaminação da água que abastece o conjunto fez com que a população se organizasse na luta por seus direitos, pois se sentia ludibriada, pagando taxas de água sem consumi-la. Um grupo de moradores tomou a frente da luta, reunindo exames, recolhendo adesões para um abaixo assinado, que contou com 9.000 signatários, e exigindo providências da Companhia Terra.

A mobilização da população na tentativa de solucionar seus problemas, especificamente o da contaminação e falta d'água, mostrou-lhe a necessidade de se criar uma associação de caráter "reinvindicatório e filantrópico" (O Povo 04.08.80).

A pressão da Associação dos Moradores e da Secretaria de Saúde do Município fez com que a Companhia Terra providenciasse o tratamento dos poços. Mas a água consumida continuava contaminada, pois as caixas d'água das casas ficaram também poluídas (O Povo, 16.11.80).

Moradores liderados pela Associação exigiram então que a empresa que administrava o Conjunto enviasse carta circular, especificando o tipo de tratamento que deveria ser feito nas caixas

d'água, bem como fornecesse os produtos químicos e as respectivas dosagens (O Povo, 01.09.80).

A solução definitiva só aconteceu em 1981, com a implantação do sistema Pacoti - Riachão, quando a rede da CAGECE se estendeu àquela região. A rede de água beneficiou os bairros do Papicú e Cocó, onde a população, de nível de renda mais elevado, podia pagar as taxas, chegando também à Cidade 2.000 para atender a uma antiga reivindicação dos moradores. A CAGECE iniciou, no dia 16.08.81, o abastecimento d'água na Cidade 2.000.

Aparentemente a luta foi apenas da população do conjunto, mas a classe média e as grandes empresas imobiliárias foram determinantes para a instalação do serviço. Eles têm outros meios de pressão, fazem acordos diretamente com os governantes, têm representantes dirigindo empresas e órgãos públicos ou participam dos processos que decidem a implantação de bens de consumo coletivo.

Durante o longo período de estiagem (1979-1984), planejadores, administradores e legisladores trataram a cidade de Fortaleza como se o problema da falta de chuva fosse eterno. Mas a partir do início dos anos chuvosos, 1984, a população de Fortaleza e em especial da Cidade 2.000, não tinha mais tranquilidade, com os alongamentos e as fossas estouradas, o sistema viário destruído, problemas que perduraram até 1987.

A Lei estadual 10.147, de 01.12.77, que dispõe sobre o disciplinamento do uso do solo para a proteção dos recursos hídricos na Região Metropolitana de Fortaleza, foi constantemente desrespeitada. Lagoas e riachos foram aterrados para dar lugar a grandes equipamentos que foram, inclusive, aprovados pelo Poder Municipal. O seu artigo 13 determina que: "No território da RMF, nenhum recurso hídrico poderá ser aterrado sem prévia autorização da

Assembleia Legislativa, fundada em parecer favorável da SUDEC e AUMEF, acompanhado de mensagem do Poder Executivo."

Este artigo não foi levado em consideração, quando o Poder Municipal aprovou os desmembramentos para edificações das glebas 1Pb e 1Pc do loteamento Sítio Cocó, onde se localizava a Lagoa do Gengibre.

Estes desmembramentos foram aprovados em 01.10.79 (Processos 2695/79 e 6868/79). A Lagoa do Gengibre foi aterrada apesar de já estar vigorando a lei que se propõe a proteger os recursos hídricos da RMF. Acrescente-se ainda que no processo de análise dos projetos de desmembramentos das glebas 1Pb e 1Pc, houve discordância de interpretação entre a SUOP e a Procuradoria Geral do Município.

O desmembramento destas glebas e sua edificação sobre lagoas aterradas foram os pontos mais citados em relatório sobre o Conjunto Habitacional Cidade 2.000 elaborado pela SUPLAM em 1985, visando levantar as origens das reivindicações da população do Conjunto. De acordo com o relatório, a SUOP entendeu que os projetos tratavam de loteamentos e não desmembramentos. No entanto, a Procuradoria baseou seu parecer no Decreto 5.285, de 08.03.77, entendendo-os como desmembramentos. "Com o aprovado como desmembramento das glebas 1Pb e 1Pc, são seguidamente aprovados da mesma forma as glebas 1Pd e 1Pe, em 02.04.80 e 12.08.80 (Processos 0533/80 e 5904/80).

"Todas estas glebas caracterizam-se na verdade como loteamentos e, portanto, estão a dever à comunidade as áreas livres e institucionais pela lei 5.122-A, de 13.03.79" (Relatório sobre a Cidade 2.000, SUPLAM: 1985).

O projeto de desmembramento desta gleba também deveria ter recebido autorização da AUMEF e da SUDEC, de acordo com o artigo 13 já mencionado e também com o artigo 10 da mesma lei de proteção aos recursos hídricos no que tange às restrições para o seu aterramento.

"Na parcela restante da bacia, as obras que exigem movimentação de terra, deverão, sem prejuízo de outras exigências, serem executadas, segundo projeto que não implique no alagamento de outras áreas, que assegure os locais preferenciais de escoamento e impeça o assoreamento de corpos da água, ser aprovado pela AUMEF, após parecer favorável da SUDEC" (artigo 10).

Representante da AUMEF, em depoimento ao jornal O Povo, 13.04.85, denunciou o desrespeito à legislação pelo Poder Municipal, informando que das mais de 10 glebas do Sítio Cocó, que é composto por dezenas de quadras e mais de 100 lotes nas dunas do Papicu, somente a gleba 4P recebeu a aprovação de loteamento da AUMEF, conforme determina a lei. As outras receberam a anuência somente da SUOP. O mais grave é que estas glebas já estão sendo parceladas e uma delas, a 1Pc, localiza-se exatamente dentro da lagoa Grande.

O parcelamento (14) é um artifício usado com êxito pelos especuladores porque permite, com simples desmembramentos, que o seu proprietário possa loteá-lo sem implantação de obras de infra-

(14) De acordo com Lei Federal no. 6799 de 19.12.1979.

Parcelamento do Solo - Entende-se por parcelamento do solo, o arruamento, o loteamento, o remembramento e o desmembramento de lotes. É forma de parcelamento do solo a instituição de condomínio por unidades autônomas.

Loteamento - considera-se loteamento a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

Desmembramento - Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

estrutura e sem reservar espaços para praças e áreas institucionais. O passo seguinte é a construção do imóvel, assegurado pelo o alvará da SUOP.

Estes desmembramentos, aprovados apenas pelo Poder Municipal, apesar da discordância da SUOP, iam de encontro à lei de proteção dos recursos hídricos em vários aspectos, principalmente porque não recebiam pareceres da AUMEF e da SUDEC. Realizaram movimentação de terra que provocava alagamentos em outras áreas - Cidade 2.000, impedindo o escoamento natural das águas das lagoas e riachos.

Todas as quadras da gleba 1P, assim parceladas, foram construídas, sendo aterradas as quadras 1P e 2P, onde se encontrava a Lagoa Grande.

O jornal O Povo, de 12.04.85, documentou a construção dentro da Lagoa Grande. De acordo com a reportagem estavam sendo despejadas camadas de barro em seu leito, que no centro tinha uma profundidade de quase quatro metros. Ressaltava a notícia - "O mais incrível é que, apesar de identificada no mapa aerofotogramétrico da Prefeitura, ao ser aprovado o loteamento da gleba 4P pela AUMEF, que antecede a aprovação da SUOP, foi elaborado um documento que diz haver no local um morro grande, na cota além de 50m na visão oeste. O morro não existe. A Lagoa Grande abrange o final das quadras 2 e 5P. Um anúncio da Prefeitura promete o prolongamento da Avenida Padre Antonio Thomás exatamente em cima de seu leito".

A direção da AUMEF se defendia dizendo que a gleba 4P recebeu sua aprovação, conforme determina a lei. "Nela existem calcamentos prontos, os lotes estão cercados e há indicação no projeto de áreas institucionais e áreas verdes. As outras receberam anuência somente da SUOP". Afirma também que "a gleba 1Pc localiza-se exatamente dentro da Lagoa Grande" (O Povo, 13.04.85).

Sobrepondo o desenho do projeto de parcelamento sobre a base cartográfica da área, de 1972/3, podemos verificar que as glebas 4Pd, 4Pe e 5Pc coincidem com a Lagoa Grande e as glebas 1Pc, 2Pc e parte da 3Pc com a Lagoa do Gengibre (Figura no.47).

De acordo com o loteamento da gleba 4P, foram reservados para áreas institucionais e verdes, o setor corresponde a Lagoa Grande, ou seja, os trechos 4Pd e 4Pe. É questionável esta divisão da AUMEF, pois os espelhos d'água não podem ser considerados áreas institucionais e verdes.

Como o ano de 1985 foi de muita chuva e, devido ao grande movimento de terra na área, as lagoas adaptaram-se a esta nova topografia e tiveram o seu leito aumentado e espalhado, alterando o equilíbrio hidrológico.

Atualmente nesta área dos bairros do Papicu e Cocó, próxima à Cidade 2.000, somente foram aprovados pela AUMEF e implantados os projetos de loteamento 171/82 do grupo J. Macedo, correspondente as glebas 7M, 8M, 9M e 4P, 6P e 7P; duas outras áreas, que no loteamento do Sítio Cocó, estavam marcados pela letra P, provavelmente praças, já que o mapa não tem legenda; e o projeto Parque Atlântico (124/83), que ocupa apenas parte da gleba 7S.

Muitos outros projetos estão em estudo devido ao movimento realizado em Fortaleza em defesa do Rio Cocó. O movimento "S.O.S. Cocó", propunha a determinação de novo uso e novo limite para a faixa de 1a. categoria deste rio, respeitando a cota 3, nível que atinge as águas do rio Cocó sobre a influência da maré e dos aluviões. O documento elaborado por um grupo de técnicos engajados no movimento, foi discutido pela direção da AUMEF para depois ser encaminhado ao Governador do Estado. Mudou o Governador, mas a comunidade continua sem resposta para esta reivindicação.

Fonte: Folhas da AUMEF-1979

LEGENDA

Glebas

Lagoa

Curso d'água

Figura 47 - DESMEMBRAMENTOS NO SÍTIO COCÓ NO ANO DE 1979

A definição de faixas de 1a e 2a categorias se baseia na lei estadual de proteção dos recursos hídricos da RMF, que estabelece que "ficam declaradas áreas de proteção, e como tais sujeitas a restrições de uso, as referentes aos mananciais, cursos, reservatórios de águas e demais recursos hídricos existentes na Região Metropolitana de Fortaleza-RMF".

Estas áreas são delimitadas por legislação complementar "visando a disciplinar o uso do solo afim de: (1) assegurar perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas; (2) exercer a ação preventiva contra erosão e o conseqüente assoreamento; (3) impedir o acesso superficial e subsuperficial de poluentes aos corpos d'água; (4) proteger e fomentar a cobertura vegetal" (art 4o.).

Lagoas e riachos continuam sendo aterrados, driblando a fiscalização do Estado, ou mesmo com seu apoio. O setor imobiliário vai incorporando novas áreas ao espaço urbano. Os efeitos negativos desse processo "desordenado" de ocupação do solo acentuaram-se com as grandes chuvas do "inverno" de 1984. As enchentes, sobretudo no setor leste da Cidade 2.000, refletem a alteração no equilíbrio ambiental da região.

A população do Conjunto não se mostra apática a toda esta situação. Ela se organiza e luta por melhores condições ambientais, por melhores condições de vida urbana.

6.2. A LUTA DOS MORADORES E OS BENEFICIÁRIOS DAS CONQUISTAS POPULARES

As organizações de moradores são uma forma de luta urbana em defesa da melhoria da qualidade de vida nas cidades.

A qualidade de vida vem se modificando com o desenvolvimento das forças produtivas, pois os homens vão criando novas necessidades, novas formas de habitar, vestir, comer, pensar e viver. A satisfação dessas novas necessidades, na sociedade capitalista, depende das condições econômicas de cada um de seus membros, pois ela é feita na forma de aquisição de mercadorias.

A responsabilidade de fornecer algumas dessas mercadorias tem sido gradativamente transferida ao Estado pelo setor privado, na medida que são reduzidos os salários dos trabalhadores. Portanto, os movimentos sociais, ao reivindicarem os bens de consumo coletivo, se dirigem ao Poder Público, fornecedor dessas condições e mediador das relações trabalho - capital. A implantação das condições gerais para a reprodução da força de trabalho ocorre sobre o ambiente natural, que vai se transformando. As consequências dessa intervenção no meio natural às vezes são negativas e exigem grandes dispêndios de recursos - para tornar o espaço novamente habitável.

A luta que pretendemos discutir nesse capítulo, é a dos moradores da Cidade 2.000, pela recuperação da qualidade de vida no Conjunto, degradada em função da intervenção dos setores privados e públicos na ocupação do entorno da Cidade 2.000. A ampliação do problema ambiental foi o motor da organização dos moradores. As enchentes provocaram a expulsão de mais de 300 famílias. O abastecimento d'água e habitação são elementos fundamentais para a reprodução da força de trabalho. Na Cidade 2.000, eles estavam

seriamente prejudicados na medida em que houve contaminação da água e inundação das casas.

Ao ressaltarmos a questão ambiental, não pretendemos isolá-la de outros problemas que afetam o espaço urbano, pois todos são problemas do ambiente, seja ele natural ou construído. São, enfim, problemas do ambiente humanizado. Não queremos discutí-la em termos puramente técnicos, do ponto de vista físico-natural sob a luz do processo econômico e político da exploração e degradação dos recursos naturais e do homem.

Mas a organização dos moradores na busca de melhores condições de vida, não é exclusividade da Cidade 2.000. No Brasil, o golpe de 1964 "desmantelou a organização econômica e política das classes trabalhadoras, tornando-as agentes sem voz, direcionando portanto, os gastos do Estado e todo o seu poder, desse ponto de vista de investimentos, para atender, sobretudo, os reclames advindos das demandas das classes médias." (Oliveira, 1982: 50). Neste processo de exclusão da participação popular, as cidades foram sendo produzidas sem levar em consideração as necessidades básicas para a reprodução da classe trabalhadora, sobretudo da população de baixa renda. A sociedade civil esteve impedida de registrar seus anseios e descontentamentos.

O movimento militar não expulsou da política local as bases do clientelismo. A população dos bairros, favelas e loteamentos clandestinos - era controlada pelos cabos eleitorais, a serviço de políticos ligados aos grupos oligárquicos, que transferem para o urbano a estratégia antes realizada no ambiente agrário. (Silva, 1986: 167).

Fortaleza se insere na estrutura de poder do Ceará, "onde

valores oligárquicos controlam parte da economia do Estado, mantêm razoável poder de pressão na política estadual, e impedem o avanço do movimento organizado das bases" (Silva, 1976: 160).

No final da década de setenta, com o processo de abertura, quando a vida civil ainda não estava totalmente reinstitucionalizada, as práticas políticas se desenvolveram a partir do movimento sindical e das organizações de bairro, criando-se as mais diversas associações para lutar pelos direitos de cidadania.

Antes do golpe, em 1962, comunidades de Fortaleza se organizavam na luta pela posse da terra no bairro do Pirambu. Este movimento mobilizou 20 mil pessoas e teve repercussão nacional. O presidente João Goulart desapropriou grandes extensões territoriais, assegurando a posse da terra.

No início da década de setenta, o Pirambu sofreu novas desapropriações, desta vez contra aos interesses dos seus moradores, pois boa parte deles foi expulsas para favelas de conjuntos habitacionais, dando passagem à nova avenida Presidente Castelo Branco, mais conhecida como avenida Leste-Oeste.

No conjunto Cidade 2.000, só no início da década de oitenta a comunidade se organizou de forma oficial para encaminhar suas reivindicações, que até então eram levadas ao poder público por pessoas ou pequenos grupos do Conjunto. Em setembro de 1980, foi criada a Associação de Moradores da Cidade 2.000. A luta pela descontaminação das águas dos poços e reservatórios que abasteciam aquela população foi o elemento aglutinador dos moradores para a fundação da entidade.

A Associação de Moradores da Cidade 2.000, sempre contou com muitos sócios e teve participação intensa nas lutas em defesa dos

interesses do Conjunto. A primeira diretoria da entidade eleita em ato público, contou com a participação dos diversos profissionais de nível superior o que demonstra o nível cultural e de renda dos seus moradores. Devido à essa qualificação as reivindicações puderam ser encaminhadas mais profissionalmente, tanto em termos jurídicos, pela presença de um advogado, quanto a nível político, pela divulgação de seus problemas nos meios de comunicação, através de jornalistas ligados à Associação.

Durante a campanha eleitoral para a Prefeitura de Fortaleza, em 1985, foram criados os núcleos do Partido dos Trabalhadores-PT e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, instalados bem na entrada do Conjunto, ocupando duas áreas livres.

A Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza e a maioria das associações, inclusive a da Cidade 2.000, apoiaram o candidato do PMDB, Paes de Andrade. Esta decisão dificultou a relação entre a Associação e a nova administração municipal, dirigida pelo Partido dos Trabalhadores.

As características da área e a presença de diversos animais nas áreas verdes e nas lagoas, propiciou a criação do "Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca", cujo nome faz referência a uma ave em extinção, que tem seu habitat nas lagoas próximas à Cidade 2.000. O criador desta entidade, o advogado Fabiane Cunha, articula a população local em defesa do meio ambiente e contra o aterro de lagoas, a destruição de dunas, a poluição do lençol freático e a extinção de pássaros e outros animais. O Núcleo também apoia a luta pela subsistência tradicional dos antigos posseiros moradores da área, que se dava através do cultivo do arroz, mandioca, macaxeira, batata doce e outros produtos agrícolas, incentivando a construção de hortas e culturas comunitárias nos férteis terrenos das lagoas.

Em 1984, ano de grandes precipitações pluviométricas concentradas, os moradores da Cidade 2.000 protestavam pela falta de atenção dos órgãos competentes, pois "há sete anos enfrentam problemas de inundações e alagamento na época das chuvas". (O Povo, 27.05.84).

"A especulação imobiliária, desencadeada a partir da construção do prolongamento da Avenida Santos Dumont fez desaparecerem as lagoas Gengibre, Murici, Três Corações e do Jacaré, além de dois riachos. A lagoa do Jacaré, muito profunda, recebia as águas correntes das lagoas dos Patos e Grande, que escorriam a seguir para a do Papicu, a maior de todas, que se comunica com o Oceano." (O Povo, 12.04.85).

"A primeira inundação ocorreu em 1979, depois que foi aterrada a Lagoa dos Patos, situada a oeste do Conjunto, provocando a destruição do canal submerso que a ligava à lagoa do Gengibre. Com o nível do leito da Lagoa mais alto que o calçamento, a água passou a escoar para dentro das ruas. Também foram aterrados dois riachos afluentes do rio Cocó e da Lagoa do Papicu, que servia igualmente para o escoamento natural das águas pluviais." (O POVO, 23.03.84).

As chuvas do ano de 1984 expulsaram muitas famílias de suas casas, sendo as quadras 1, 2, 3, e as quadras 15 à 23 as mais alagadas. As águas chegaram a até 1,5m de altura nas casas.

Os moradores construíram "valas visando a um escoamento das inúmeras lagoas que se formam no calçamento. Com a vala as águas começam a correr para o Gengibre." (O Povo, 27.05.84).

A água minava do assoalho das casas, as fossas estouravam e a sujeira se misturava a água potável. Proliferavam insetos, ratos e doenças por causa do lamaçal. Vários imbuéis foram fechados nestas quadras.

A Cidade 2.000 foi notícia constante durante 1985, devido o

17 JUL 1984

Cidade 2.000 está ilhada

Apesar da época invernosa estar chegando ao fim, parte das casas da Cidade 2.000 continua ilhada. Os moradores, desesperados, já não sabem para quem apelar. Abaixo-assinados, apelos pessoais à Prefeitura de nada resolveram. Alguns abandonaram as casas mas outros são obrigados a nela permanecer, em meio ao lamaço. Para complicar, inúmeras fossas estouraram.

A área alagada atinge diversas quadras, como as de número 1, 2, 3, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, e 23, principalmente as casas finais das quadras. Uma via de contorno do conjunto está intransitável até para os carros. A água, segundo os moradores, se originou de uma lagoa aterrada e a ela se misturaram águas

pluviais e resíduos de fossas.

DESESPERO GERAL

Mesmo agora, após a paralisação das chuvas, o problema permanece para centenas de pessoas. Na Alameda das Pacaviras, os residentes lembram que só uma vez "apareceu um pessoal, não sabemos se dos bombeiros ou se da Cagece, e eles desentupiram um esgoto e as águas baixaram.

A água começa desde a Rua das Adanateras e atinge várias quadras, da 23 a 15. Para os moradores o problema se originou do aterro de uma antiga lagoa, existente após a cerca. Carradas de areia acabaram com a lagoa e com as primeiras

chuvas a água naturalmente escoou em direção às ruas, já que o seu leito estava tomado.

Maria do Socorro, da Alameda das Orquídeas, fala que "aqui, há crianças com hepatite, doentes por causa do lamaçal podre que invadiu as casas até o joelho. Não aparece ninguém para nos acudir, nem Prefeitura nem imobiliária. Só sabem mesmo aumentar as prestações."

Na Alameda das 9 horas, a situação é desagradável; com lama na frente e detrás das casas. Nessa rua, muitos abandonaram os imóveis e nem todos puderam ainda voltar. Na medida em que as águas baixam eles retornam, contrariados com o lamaçal que os perturba há dois meses. No dia das mães, fizeram uma cota e providenciaram a abertura de uma vala mas o paliativo de pouco serviu.

A professora Neide Campos afirma que "as autoridades não estão ligando, quem quiser que se dane. Fizemos abaixo-assinado, estivemos em comissão na Sumov e nada. Comprei a casa com sacrifício e estou arrependida, não só porque não acho quem queira sequer alugar. Como se não bastasse o pesadelo do BNII, ainda tem mais essa lama. Não é brincadeira o que se gasta de detergente".

A moradora Iolanda também se mostra desiludida porque "não há mais a quem pedir compaixão, a não ser vocês da imprensa. As casas estão minando água, as fossas estouraram e a sujeira se mistura a água. Saímos de casa com os sapatos na mão e uma toalha para limpar os pés adiante. É uma loucura."

Na alameda central, outras quadras, como a primeira, estão igualmente ilhadas. Ontem, pelo quarto dia consecutivo, um caminhão-tanque da Comel Engenharia, de propriedade de um amigo de um dos residentes, esgotava a água empocada, para despejo na lagoa. Há vários imóveis fechados nessas quadras.

Várias ruas da Cidade 2.000 estão cheias d'água, mesmo sem chuva

agravamento das inundações. Entre editoriais, notas, e reportagens foi coletado em total de 63 publicações nos jornais "O Povo" e "Diário do Nordeste".

Repetia-se em grau bem mais acentuado o drama vivido pelos moradores em 1984. A água atingiu todas as últimas oito casas das quadras de 1 à 23, obrigando os seus moradores a abandonarem o local. As casas que não estavam diretamente afetadas pelo alagamento sofriam com o problema do saturamento de fossas. O lençol freático, próximo à superfície, não permitia que o subsolo absorvesse os dejetos. Enormes quantidades de lixo e excrementos flutuavam sobre as águas empoadas.

No final de 1985, nas casas onde não tinha entrado água, os moradores não podiam usar os banheiros, pias e lavanderias. Falava-se em doenças infecciosas, crianças com vômitos, diarreias e frieiras. Mais de 300 famílias ficaram desabrigadas e outras 600 famílias foram diretamente prejudicadas pelo acúmulo de água registrado. Muitos deixaram suas casas, enquanto outros, que não tinham condições de pagar outro aluguel, foram obrigados a permanecer (O Povo, 26.02.85)

Cansados de esperar pela solução do Poder Público, os moradores tentaram amenizar o problema, formando um mutirão para abrir valas em direção à avenida Santos Dumont. O jornal Diário do Nordeste, de 12.06.84, denunciava que "durante a noite, com as lâmpadas apagadas, tratores destroem o serviço realizado durante o dia. Novas escavações são realizadas e novos aterramentos se sucedem. É que, como a Lagoa do Gengibre já tinha sido aterrada e ocupada, os moradores daquela área não queriam que as águas se dirijam para lá". Em fevereiro de 1985, existia uma espécie de barragem, separando o conjunto do terreno vizinho, onde, mais adiante estava a Lagoa do Gengibre. (DN, 23.02.85).

Vista aérea
do Conjun
alagado.
27.05.85

Setor Leste do Co
junto alagado.
(fevereiro de 1985)

Quadra 01 alagada.
Jornal O Povo, 25.5.84

O sargento de polícia Lélis, do 15o.DP, achava que "os moradores deveriam abrir valas em direção a antiga lagoa, onde hoje localiza-se uma área residencial aterrada, para onde as águas naturalmente escorreriam. Ocorre que isto já foi feito no ano passado, com reclamações dos que moram naquela área. Eles mandam aterrar as valas com pá mecânica".(DN, 20.02.85).

"Por duas vezes moradores flagaram tratores da Prefeitura removendo terra para aterrar a pequena lagoa. Uma queixa registrada no 15o.DP obrigou o tratorista do trator 930LP a parar o serviço na manhã da quinta-feira santa. Eles temem nova investida e indagam: por que não há trator para cavar valas e escoar a água que está empocada dentro do conjunto, mas há para acabar com o olho d'água?" (O POVO, 12.04.85).

Esta é uma questão que eles já sabem a resposta, diante de tantos anos pressionando o Estado com pouco sucesso. O Poder Público é mais acessível "às necessidades" dos proprietários que precisam de mais espaços para serem loteados. Utilizando o trator do serviço público o setor imobiliário reduz os custos do aterramento.

Os meios da classe média são mais eficazes na solução de seus problemas. Atendendo aos apelos da população "ilhada", a SUMOV cavou uma vala na Avenida das Castanheiras, desde a quadra 23 até a saída do Conjunto, na quadra 1, "mas não teve o efeito esperado, beneficiando apenas as quadras de 1 a 5. Uma lagoa que fica próxima está despejando suas águas na vala, o que aumenta ainda mais o drama".(DN, 07.03.85).

Em abril, os moradores resolveram abrir por conta própria, uma vala de escoamento em direção ao Rio Cocó. A SUMOV aprovou o projeto e cedeu um trator. O outro trator foi conseguido junto à Construtora Queiroz Galvão, que cedeu também o combustível.

Água expulsa os moradores da Cidade 2000

A situação na Cidade 2.000 atingiu conotação de calamidade pública, a partir da madrugada de ontem, quando o número de casas alagadas há cerca de 15 dias elevou-se ao triplo, fazendo os moradores abandoná-las, levando todos os objetos pequenos, já que os carros não podem encostar para fazer a mudança dos móveis. A população do conjunto está revoltada com a falta de atenção da Prefeitura para com o problema, que repete o ocorrido no ano passado, porém agora em muito maiores proporções. A primeira inundação ocorreu depois que foi aterrada a Lagoa dos Patos, situada a oeste do conjunto.

No ano passado, as quadras prejudicadas eram apenas as 18 e 19, principalmente as duas últimas. Nesse ano, a água atinge todas as casas situadas no final das quadras 1 a 23. Há cerca de 15 dias que os ocupantes das últimas seis a oito casas das quadras 18 e 19 foram obrigados a sair, alugando outros imóveis ou passando a morar nas casas de parentes. Essas duas quadras foram inundadas pela metade com a chuva de ontem, que levou água para dentro de pelo menos oitenta casas. O número vai diminuindo nas quadras próximas à medida que se afastam do local mais alagado.

A água acordou os moradores na madrugada e, durante toda a manhã de ontem, pode-se ver gente saindo das casas carregando seus pertences. Alguns que não tinham ainda encontrado um lugar para ir, limitavam-se a olhar desesperados o estrago feito nos móveis e outros objetos ou praguejar contra os responsáveis. Era impossível evitar a água suja e quem teve condições mandou logo as crianças para casa de parentes, para evitar contaminação.

INDENIZAÇÃO IRRISÓRIA

Inês Fernandes Lima, proprietária da casa 298 da Quadra 18, onde mora há 9 anos com o marido, o engenheiro de voo da Vasp Jorge de Jesus Licolau, e um filho de sete anos (a primeira providência dela foi mandar o menino para a casa da avó) buscava, com o irmão José Ernani, uma solução qualquer, enquanto andava pela casa alagada pela primeira vez, desde que se mudou para lá. O alerta foi dado às 5 horas da manhã pelo seu cachorro, que a acordou latindo por causa da água que entrava.

No ano passado, ela também teve problemas, mas em menor proporção. Apesar da água não ter chegado até sua casa, o banheiro e a cozinha foram alagados em decorrência da fossa estourada. Aconteceu em muitas casas, pois, devido à interdição dos canais naturais de escoamento das águas, estas se acumulam no subsolo e acabam emergindo, estourando fossas e formando alagamentos.

No inverno de 1984 a água só atingiu as últimas seis ou sete casas das duas quadras mais atingidas. No final delas, se formou uma lagoa que foi aumentando junto com as chuvas. O laboratorista aposentado Aloísio

Pereira da Costa vem sofrendo o problema desde então. Sua casa é a última da quadra 18. No ano passado a água entrou e fez muitos estragos. Em novembro, a financeira, a Domus, contratou algumas firmas que providenciaram reformas nas casas danificadas e deram algum dinheiro a título de indenização pelos móveis e outros objetos.

No caso dele, como diz dona Helena, sua esposa, esta indenização foi irrisória, apenas de 300 mil cruzeiros. Agora, menos de três meses depois da casa reformada, eles foram obrigados a abandoná-la, há cerca de 10 dias, alugando outra casa na Cidade 2.000, no início da Quadra 20, longe da água. Mas, embora passando a pagar Cr\$200 mil de aluguel terão que continuar desembolsando a prestação de Cr\$76 pela casa própria.

E é isso que revolta mais ainda os moradores da Cidade 2.000 atingidos pela inundação. "Se não são capazes de providenciar uma solução para o problema, deveriam dispensar as prestações enquanto os moradores não podem voltar", dizia Jorge

ninguém se anima mais a fazer nada, tudo que foi tentado até agora não deu certo. "A gente não sabe mais nem para onde se dirigir", chora Inês, lembrando as várias visitas feitas à Prefeitura, a baixo-assinados, instâncias junto à Domus, que já anunciou que o seguro não se responsabiliza pelos estragos uma segunda vez.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Fabiani Cunha, estudante de Direito, Presidente do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca e líder comunitário da Cidade 2.000, afirma que a especulação imobiliária é a única responsável pelo que ocorre hoje com o conjunto. Ele lembra que, em 1974, houve um inverno copioso e a 2.000 não alagou. Mas, em 1979, aterraram a Lagoa dos Patos e o canal submerso que a ligava à Lagoa do Gengibre, situada depois do conjunto. Com o nível do leito da lagoa mais alto do que o calçamento, a água passou a escoar para dentro das ruas. Também foram aterrados dois riachos, afluentes do rio Cocó e da Lagoa do

A população da Cidade 2000 teve dificuldade de sair das casas.

Ernani Lima, que há cinco anos repassou sua casa para outra pessoa e foi embora para Recife, e agora está de férias na casa da irmã.

Inês Lima paga Cr\$ 148 mil de prestação até março. O último aumento foi exorbitante, passando de Cr\$. 37 para o valor atual. "A gente paga essa casa com sacrifício e agora vai ter que alugar outra. Aqui eu não fico mais", comentava.

Todos lembram a batalha contra a inundação. No ano passado, os moradores prejudicados se uniram e mandaram, eles mesmos, fazer um canal de escoamento, diante da indiferença da Prefeitura para com o problema. Poucos dias depois, o proprietário do terreno situado logo depois da Cidade 2.000 mandou aterrar. Até hoje existe uma espécie de barragem, separando o conjunto do terreno vizinho, onde mais adiante está a Lagoa do Gengibre. Se derrubada a barragem não resolveria o problema, mas aliviaria, diminuindo a área alagada com o escoamento de parte das águas. Mas

Papicu, que serviam igualmente para o escoamento natural das águas pluviais.

Tudo isso, prossegue Fabiani Cunha, foi feito com a conivência da Prefeitura, e desrespeitando decreto estadual que regulamentou a Lei de Preservação dos recursos Hídricos, de 1982. Esses riachos, assim como a Lagoa dos Patos, constam nos mapas aerofotogramétricos da cidade até 1979, e na prática não existem mais.

A propriedade das terras próximas à Cidade 2.000, assim como a maior parte da Praia do Futuro, é da família Diogo. Quem representa os seus interesses no conjunto é o sr. Edmilson Acioly, que alguns conhecem como "capataz". Mas, Fabiani discute a propriedade, lembrando que os cursos naturais de água são bens públicos, protegidos por lei.

Os proprietários interessados se cotizaram para pagar as refeições dos operários e tiveram o apoio do Sr. Edmilson Acioli, administrador da propriedade dos Diogos, cortada pela vala. Um dos proprietários, "Abelardo Diogo havia prometido outro trator caso fosse necessário." (O POVO, 14.04.85).

Compreende-se o interesse de Abelardo Diogo. Ele estava construindo uma casa que ocupa 2/3 da gleba 2Pe, em área alagada situada a leste do Conjunto. Sua casa fica próxima ao aterro da Lagoa do Gengibre. O trabalho de abertura da vala foi interrompido porque o dono do terreno não permitiu que abrissem a vala para que as águas da lagoa corressem para o rio Cocó.

No dia 19.04.85, algumas vacas e bezerros ficaram aterrados numa lagoa, quando foram beber água. "É uma vingança da natureza. A lagoa esta se recuperando", interpretou Fabiane Cunha, fundador do Núcleo de Defesa Ambiental Sabiá Branca e o maior defensor da área. (O POVO, 20.04.85).

A área afetada pelas inundações fica no setor leste do Conjunto, como boa parte dos terrenos da Construtora Waldir Diogo são terrenos de Maria Amélia Siqueira e Elisa Siqueira Rodrigues, que pertencem a família Diogo. A abertura da vala solucionaria também o problema de Adalberto Diogo, que estava com as obras de construção de sua casa alagadas. Provavelmente não queriam uma solução paliativa e temiam que a vala ficasse aberta em suas propriedades, desvalorizando o preço da terra. A percepção dessas condições pode ter contribuído para a decisão favorável ao grande e oneroso projeto de drenagem elaborado pela SUMOV.

Enquanto aconteciam os estudos desse projeto, os moradores continuavam sofrendo as consequências dos aterros das lagoas feitos pelos proprietários vizinhos e tentando minorar o problema.

"A população aluga duas bombas que estavam retirando as águas das quadras 23 e 16 e desaguando na Avenida Santos Dumont. Como o aluguel era muito alto e exigia que fossem vigiados dias e noite, ficou muito oneroso e a população acabou ficando sem as bombas." (O POVO, 31.03.85).

Em abril, a "SUMOV colocou bombas de sucção para retirar parte da água. Elas baixaram, mas ainda atingiam mais de um terço das quadras." (O POVO, 10.04.85). Com a continuação do problema os moradores abriram nova vala na quadra 2, em direção à Lagoa do Papicu, atenuando a inundação.

Apesar de se constituir em um trabalho que vai beneficiar centenas de famílias do Conjunto e de casas e edifícios do entorno, os proprietários da rua Bento Albuquerque protestaram "considerando obra de comunistas". (O POVO, 29.04.85).

Isto provavelmente se deve talvez a presença na liderança do movimento de Fabiane Cunha, ex-presos político, que dirige o Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca, campeão de denúncias dos problemas que afligem a população da Cidade 2.000.

A obra foi feita pela comunidade atingida, em trabalho de mutirão dos moradores dirigidos pela Associação, mas a pecha de comunista dá idéia de "obra do demônio". E o aterro das lagoas e a destruição de dunas, frutos do capitalismo, seriam obras de algum anjo?

Entretanto, os alagamentos, apesar de predominarem nas áreas de população de menor renda, também atingiam as outras classes. Não se está dizendo que a natureza seja segregacionista, que escolha justamente a população mais pobre para sofrer com seus "distúrbios". Afirma-se que estes setores da sociedade têm menos possibilidades econômicas de escolher casas em áreas mais elevadas, com sistema de drenagem e de saneamento. Seu poder de pressão é muito pequeno para impedir aterros que venham a lhes prejudicar. Não sabem utilizar a legislação para se defenderem. O fato é que a natureza encontra-se privatizada, e o espaço é capital. Mas a luta pelo espaço é de todos.

Os alagamentos também atingiram casas e edifícios de luxo nos arredores do Conjunto. O edifício "Palmas" sofreu com o problema da falta de escoamento das águas. O fosso do elevador desse prédio foi tomado pela água que invadiu a área residencial dos apartamentos, oferecendo riscos as pessoas que necessitavam utilizá-lo (O Povo, 27.03.85).

"Na rua Andrade Furtado, logo após o acesso da Cidade 2.000, cerca de 600 metros de calçamento estão totalmente danificados, prejudicando os moradores das residências e edifícios de apartamentos ali existentes". Em um dos edifícios a água está minando do solo e o piso do estacionamento está todo destruído, além da maioria das fossas terem estourado. O edifício "Antilhas", também nessa rua, está praticamente "ilhado". A água da cisterna está contaminada por causa das fossas que estouraram, com a elevação do lençol freático. O poço do elevador está com acúmulo d'água até o nível do solo.(DN, 15.05.85).

Enquanto a população protestava contra a falta de atenção da Prefeitura para com os seus problemas, gerados com o aterro da Lagoa do Gengibre, a Lagoa Grande estava sendo aterrada.

Vários caminhões da Prefeitura foram vistos carregando areia do "barreiro" dos Diogos, que fica atrás do Conjunto Cidade 2.000. Os moradores tentaram obstruir o tráfego dos caminhões, que transportavam umas 200 carradas por dia pelas ruas do Conjunto, destruindo o calçamento, mas a interferência dos agentes do 15o. DP, impediu a ação da comunidade.

O agente informou que "o homem" pediu a interferência da Delegacia por causa da ameaça dos moradores aos motoristas de caminhão. O policial também esclareceu que foi ao local e intimou a população a não agir contra a retirada da areia, porque ele é dono e paga imposto." (DN, 26.04.85). Talvez o agente não saiba que toda a população paga imposto, e portanto, mereceria o mesmo tratamento.

A Associação dos Moradores da Cidade 2.000 esteve sempre a frente da luta pela drenagem do Conjunto, encaminhando pedidos de providências ao Prefeito Cesar Cals Neto e reivindicando ao Governador Gonzaga Mota a realização urgente do projeto de drenagem.

Os problemas se aguçavam e nenhuma solução era dada pelo Poder Público. Em reunião com a participação de diversas entidades, deliberaram acionar juridicamente a Prefeitura pelos danos causados pelos alagamentos. A ação judicial foi encaminhada pelo advogado Inocêncio Uchôa, presidente da Associação dos Mutuários do Estado do Ceará." (O Povo, 29.03.85).

O BNH e a DOMUS, imobiliária atualmente responsável pelo Conjunto, eximiam-se de responsabilidades e justificavam que os problemas de inundação só aparecem anos depois. Para eles, ficava patente que os problemas surgiram em decorrência de obras posteriores.

(O Povo, 11.04.85). A DOMUS acusava a Prefeitura de haver permitido o aterramento de lagoas e o desmonte de dunas e pontas de morros que vieram a afetar o lençol freático. Apontava conivência das autoridades do Município para com os atos de proprietários de aterros próximos, que chegaram a fechar, por conta própria, o canal de escoamento das águas do Conjunto. O gerente geral da DOMUS informou que "há interesse que a Cidade 2.000 desapareça para que os proprietários de imóveis próximos valorizem suas terras" (O Povo, 02.04.85). O Conjunto seria um "quisto" de pobreza no bairro "nobre".

O BNH mandou seus engenheiros fazerem perícias no local, em 1984, e encaminhou ofício ao Prefeito Cesar Cals Neto, onde concluiu que o alagamento foi decorrente da obstrução do escoamento natural, provocado por aterro de uma lagoa próxima às vias públicas do Conjunto habitacional. E solicitava, como providência, a desobstrução e drenagem da área afetada sob pena de repetição do alagamento nas próximas estações chuvosas. Mas nenhuma providência foi tomada no decorrer de 1984 (O Povo, 10.04.85).

O BNH e a DOMUS tomaram providências para que a Companhia Delphos de Seguros cobrisse os prejuízos dos imóveis alagados e dos móveis e eletrodomésticos estragados, mas a Seguradora informou que "só recuperaria os imóveis depois da eliminação dos alagamentos, pois já era a segunda vez que a empresa cobria os danos" (DN, 04.06.85). A companhia se comprometia a cobrir também as mensalidades a partir de fevereiro até a data da entrega da casa reformada (DN, 10.05.85).

A SUPLAM realizou alguns estudos para averiguar as causas das inundações, encaminhando-as a SUMOV, órgão responsável pela execução da obra de drenagem do Conjunto.

Dentro de suas lutas, a SOCEMA marcou presença pela movimentação em defesa do Rio Cocó, culminando na construção do parque do Cocó. A campanha contra a poluição das praias, com piche e outras sujeiras resultante da lavagem de tanques dos navios, também não trouxe vitória. Outras de suas lutas foram inúteis, pois a força do capital imobiliário venceu.

A abertura política e social e o envolvimento de entidades profissionais e de moradores politizou esta luta. Mudou a perspectiva de defesa da natureza por ela mesma. A natureza tem importância, porque é dela que o homem tira o seu sustento, sua sobrevivência. E para isto é preciso modificá-la, mas sem degradá-la.

A luta política urbana é a busca de melhor qualidade de vida e qualidade do espaço a casa, as edificações, o bairro, os jardins, as praças, as árvores, os rios, os lagos, as praias, os campos de cultivo, as indústrias, o ambiente de trabalho e o lazer. Todos estes elementos fazem parte do espaço-morada do homem e suas alterações implicam em alterações na vida do homem.

Como o espaço é um bem controlado pelo capital, é árdua a luta para o atendimento das reivindicações populares no Estado capitalista. Por isto, é importante a pressão sobre os dirigentes do Estado, na busca de um ambiente mais salutar, com mais conforto urbano. É preciso pressionar para que os administradores e técnicos planejem e produzam o espaço visando o bem estar da população e não apenas a valorização da propriedade, a especulação imobiliária, a acumulação de riquezas.

Os geógrafos, nestes últimos anos, tem se envolvido nesta luta, sendo muito rica sua contribuição em termos técnicos, mas também em termos políticos, juntamente com outras entidades profissionais de

arquitetos, biólogos, agrônomos, sociólogos, e organizações populares, pois deram direção e dimensão adequada à questão ambiental em Fortaleza.

A discussão sobre a questão ambiental que, de início, se reduzia às entidades profissionais, incentivou a participação das associações de moradores. A divulgação e o envolvimento destas organizações têm levado à comunidade nova dimensão desta problemática.

As associações de moradores buscam as entidades profissionais, reunidas em Conselho, para apoio técnico, jurídico e o político no encaminhamento de suas reivindicações. Exemplos desta luta conjunta são a conquista de terra para os índios Tapeba, nas margens do Rio Ceará; o movimento dos moradores de Balbino, contra a expulsão e aterro de seus mangues e; a articulação dos moradores da Lagoa de Precabura.

Em 1985, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) participou do Movimento S.O.S.Cocó. Com o Instituto dos Arquitetos do Brasil e a Associação dos Sociólogos, elaborou um documento estabelecendo diretrizes para a preservação da bacia do Rio Cocó, importante recurso hídrico que banha 2/3 do município e grande parte da RMF. O documento não teve resposta do Governo do Estado. O resultado positivo deste movimento só apareceu com a posse de novo Prefeito de Fortaleza, em 1986, quando foi assinado o decreto que criou a Área de Proteção Ambiental do Rio Cocó (APA).

A proposta de zoneamento para a APA do Cocó, da qual a Cidade 2.000 faz parte, elaborada por técnicos da Prefeitura, ainda está sendo discutida pelas entidades profissionais, associações dos moradores e órgãos públicos e privados, para posterior reformulação e encaminhamento à Câmara dos Vereadores.

A luta em defesa do ambiente, é ao mesmo tempo uma luta por melhores condições de vida. Os problemas ambientais afetam principalmente a população das favelas e dos conjuntos habitacionais da periferia que sofrem os efeitos da água infectada, do acúmulo de lixo, da insalubridade e do ar poluído. Ao defender saneamento, pode até não saber que estão lutando contra um problema ambiental, visto sob nova ótica.

Os movimentos "ecológicos" foram encabeçados por pessoas "bem intencionadas", mas que, pela falta de uma visão totalizante da realidade, reduziram a questão ambiental a um problema técnico. Auxiliados por "cientistas neutros" propunham a utilização racional dos recursos naturais. O discurso científico neutro serve para legitimar as políticas públicas. recorrendo-se a um Estado que também se diz neutro para garantir o bem de todos através da "ação racional". As soluções técnicas são propostas por esses "ecologistas", mas sabe-se que elas não serão adotadas, pois os problemas não são técnicos e sim políticos. (Gonçalves: 1984: 44).

No contexto dos movimentos sociais urbanos de Fortaleza, algumas entidades por suas características específicas ou pela presença de técnicos, tendem a se envolver na questão ecológica. Devido à complexidade e amplitude desta questão a luta desperta o interesse de profissionais especializados e dos cidadãos comuns.

Em termos de movimento voltado especificamente para a questão ambiental, destacou-se a Sociedade Cearense do Meio Ambiente - SOCEMA. Criada em meados da década de setenta, num momento de grande repressão social e política, foi um espaço "menos perigoso" encontrado pela comunidade para protestar, pois a defesa do "verde" ainda não era "obra de comunistas".

A amplitude deste movimento atrai a atenção dos políticos profissionais, sempre em busca de novos redutos eleitorais. Como o discurso tradicional está ultrapassado, eles tentam se apropriar da questão ecológica.

Na Cidade 2.000, os jornais noticiaram a visita do Prefeito Evandro Aires e do Governador Adauto Bezerra, em 1977, quando da destruição do acesso a esse Conjunto, em consequência do aterro da Lagoa dos Três Corações. Eles prometem impedir o aterro, mas a Lagoa desapareceu.

No mesmo ano, um candidato a Vereador, na busca de receber votos da Cidade 2.000, conseguiu, junto às autoridades municipais, uma equipe de garis, que, quase constantemente, varia as ruas do Conjunto. O candidato perdeu as eleições e as ruas voltaram a ter lixo espalhado. (O Povo, 31.10.77).

A Associação de moradores procurou apoio de representantes do Poder Legislativo, pois acreditava no seu peso político para encaminhar as suas reivindicações junto ao Poder Executivo. Acompanhados do Vereador Manuel Teles, os dirigentes da entidade, apresentaram uma lista de reivindicações ao Prefeito César Cals Neto. Através do Vereador Klinger Mota, reivindicaram junto a Secretaria de Educação do Estado, a implantação da Escola de 2o. Grau.

O Vereador Samuel Braga foi o primeiro a mostrar preocupação com a ocupação do entorno da Cidade 2.000, denunciando as alterações, ocorridas em poucos meses, na lei de uso e parcelamento do solo em Fortaleza pela lei 5.515, de junho de 1979. A Cidade 2.000 e toda a zona a leste do Conjunto até a linha férrea Mucuripe-Parangaba foram transformadas de zonas residenciais de baixa densidade (ZR-1) em zona residencial de alta densidade (ZR-3). O vereador demonstrou que esta alteração visava atender interesses imobiliários e encaminhou

projeto-lei tentando reverter estes zoneamentos. Como seus colegas de Legislativo não comungavam das mesma idéias, seu projeto não foi aprovado.

Posteriormente o Vereador Marcus Fernandes, diante de inúmeras denúncias nos meios de comunicação, apresentou um projeto de proteção e recuperação de lagoas, através de frentes de trabalhos, para também amenizar o problema de desemprego.

A acentuação dos problemas de inundações levou a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal a constatar in loco a situação da Cidade 2.000. Vereadores do PMDB denunciavam a incompetência dos órgãos municipais dirigidos por políticos do PDS, que, apesar de já terem sido alertados para o problema do Conjunto Cidade 2.000, em nenhum momento se mobilizaram para tentar solucioná-los. Os vereadores Klinger Mota e Samuel Braga reafirmavam que o Conjunto tinha sido construído dentro de lagoas e pediam providências ao BNH no sentido de apurar as origens das desastrosas construções de conjuntos em Fortaleza.

As denúncias dos aterros nas lagoas Grande e Gengibre levaram o Vereador Klinger Mota a criticar a AUMEF pelos projetos de loteamentos aprovados dentro das lagoas. (O Povo, 11.04.85). Diante dos prejuízos sofridos pelos moradores, em face das enchentes provocadas pela falta de galerias pluviais, o Vereador Emanuel Teles defendeu o não pagamento do IPTU pela a população do Conjunto, que sempre esteve à margem dos benefícios públicos (DN, 20.04.85). A omissão da Prefeitura Municipal de Fortaleza para com os bairros periféricos também era apontada pelo Vereador Raimundo da Mata (O Povo, 29.04.85).

O movimento de protesto dos moradores da Cidade 2.000 contra a administração do Prefeito César Cals Neto teve o apoio da Associação

de Moradores da Favela Santos Dumont, da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza e de alguns vereadores.

1985 foi um ano eleitoral, destinado à escolha dos Prefeitos das capitais. Os representantes de todos os partidos - o PMDB e o PT, principalmente - aproveitaram para participar de atos públicos e denunciar os desmandos da administração que terminava.

Às vésperas das eleições, foi nomeado um novo prefeito para Fortaleza. Enfim o governador Gonzaga Mota cederia às pressões do seu novo partido, o PMDB, e destituiu o Prefeito César Cals Neto, indicando para substituí-lo o Deputado Estadual Barros Pinho.

Ao assumir, em manhã festiva, com a presença de vários vereadores de seu partido e da Presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF, o Prefeito Barros Pinho anunciou as obras de drenagem da Cidade 2.000 que se realizariam num prazo de 100 dias.

Barros Pinho entregou a Prefeitura de Fortaleza a Maria Luiza Fontenele, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, sem cumprir a promessa de entregar a obra. Segundo o jornal Diário do Nordeste, de 21.01.86, as "obras da Cidade 2.000 eram as meninas dos olhos do Prefeito Barros Pinho."

Um morador justificava a não realização da obra. Segundo sua percepção, "a drenagem foi iniciada na época da campanha do Deputado Paes de Andrade a Prefeito de Fortaleza, mas ele foi derrotado. As obras, além de servirem a propaganda, só estavam beneficiando mesmo os empreiteiros" (DN, 07.04.86).

Na administração da Prefeita Maria Luiza, os prazos foram sendo prorrogados, pois o projeto foi executado em anos chuvosos. O novo sistema de drenagem da Cidade 2.000 foi entregue pela Prefeita Maria Luiza Fontenele no dia 07.03.87, depois de quase dois anos do início,

sob "grossa e rápida chuva". A inauguração contou com a presença de diversas autoridades municipais ligadas ao setor, bem como de empreiteiros que participaram do trabalho (DN, 08.03.87). Do projeto inicial, apenas um trecho foi construído, pois não foram liberados recursos suficientes para o porte de toda obra. A obra é utilizada no discurso de propaganda da Prefeita com forma de apoio para os projetos políticos.

As grandes conquistas dos moradores do Conjunto Cidade 2.000 estão relacionadas com a implantação de condições gerais de produção e de reprodução da força de trabalho.

A habitação, um dos elementos fundamentais desse processo tem sido o ponto básico da política nacional de desenvolvimento urbano. Centenas de conjuntos habitacionais, com moradias para população de baixa renda, têm sido financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação. Mas o grande déficit habitacional permanece, pois a grande maioria da população não tem renda fixa suficiente para arcar com os altos custos da mercadoria casa.

Além do teto para morar, outros elementos são importantes na vida do trabalhador urbano. A construção de casas por exemplo, precede a instalação de infra-estrutura. O habitar, na plenitude da palavra, exige uma gama enorme de serviços.

A implantação desta infra-estrutura e destes serviços demandam elevados recursos, implicando na cobrança de taxas. Nestas condições esses elementos são também mercadorias, que, quando implantados, em determinadas áreas, são incorporadas a outra mercadoria - terra urbana, promovendo uma elevação de preço. Assim, a implantação de condições gerais provoca a expansão da malha urbana e a valorização das terras incorporadas a esta malha.

Os responsáveis pela implantação destas condições gerais são principalmente o Poder Público e o setor imobiliário, quando da abertura de novos loteamentos e construção de casas. Mas geralmente, apesar da exigência legal de prévia urbanização das áreas loteadas, o setor imobiliário tem transferido esta responsabilidade para o Estado.

Na expansão de Fortaleza para a Zona Leste, a Cidade 2.000 tem papel predominante. Sua construção, em área de uso predominantemente rural, sem quase nenhuma infra-estrutura, exigiu do Poder Público a implantação de condições mínimas para a vida urbana naquele setor da cidade. Assim podemos considerar a construção da Cidade 2.000 como uma das primeiras conquistas dos proprietários de terra do Sítio Cocó, os quais foram tendo suas propriedades valorizadas com a implantação de infra-estrutura e serviços.

Mas a implantação destes bens de consumo coletivo e a melhoria das condições de vida urbana no conjunto e no seu entorno deram-se de forma lenta. A organização dos moradores do Conjunto em associação só ocorreu em 1981, dez anos depois de sua implantação. De todo o modo, ela é um marco no encaminhamento de suas reivindicações ao Poder Público e às companhias seguradoras, nos momentos em que a vida em suas habitações estava ameaçada.

As melhorias dizem respeito à prestação de alguns serviços básicos como transporte, segurança pública e saneamento básico. Uma antiga reivindicação, no setor educacional, também foi atendida com a implantação do 2o. grau na Escola Estadual Rogério Froes, em 1984.

O Sistema de Segurança Pública, com a transferência do 15o. Distrito Policial do Mucuripe para dentro do Conjunto e a ampliação do número de policiais, tem garantido maior tranquilidade ao bairro. Apesar de alguns moradores do Conjunto não gostarem de ter um Distrito

Policial em sua praça principal, sua instalação aumentou a segurança dos moradores da Cidade 2.000 e dos bairros do Papicu e Cocó.

O setor de transportes continua sendo um sério problema para a cidade de Fortaleza, tanto em termos de sistema viário, constantemente destruído pelas chuvas e pelo peso dos veículos, o que evidencia sua péssima qualidade, como pela quantidade dos ônibus, na maioria velhos, desconfortáveis e com sérios problemas mecânicos, gerando superlotação e longas esperas nas paradas e no deslocamento casa-trabalho ou casa-escola. Na Cidade 2.000, estes problemas não foram totalmente resolvidos, mas, em relação a 1971, época de sua instalação, houve grandes avanços. Atualmente o conjunto é servido por duas linhas de uma mesma empresa, Cidade 2.000 e hospital do INPS, o que impede a concorrência e a melhoria do serviço. O problema mais sério é a superlotação nos horários mais concorridos, pois são também usuários destas linhas, pacientes e funcionários do Hospital Geral do INPS e da Cervejaria da Brahma e moradores das favelas e de outros bairros próximos.

Nos últimos anos, as reivindicações principais dos moradores giraram em torno da limpeza pública, drenagem das águas pluviais, superficiais e subterrâneas e esgotamento sanitário.

O setor de limpeza pública tem passado por vários momentos, alguns com certa eficiência na prestação do serviço, principalmente nos bairros mais estruturados e com moradores de maior poder de pressão. Em outros momentos, o problema do lixo chega a afetar toda a população de Fortaleza, como nestes últimos anos, com as constantes greves deflagradas na Administração Municipal. A Cidade 2.000 é hoje uma área razoavelmente bem assistida neste serviço.

A expansão do sistema de fornecimento d'água pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará - CAGECE solucionou um grave problema

de abastecimento no Conjunto. A população sofria com o problema da frequente falta de água, além da contaminação do líquido fornecido pela Companhia Imobiliária TERRA. O abastecimento d'água pelo Poder Público foi resultado de longo período de lutas dos moradores do Conjunto, beneficiando também aos moradores de casas e edifícios de luxo dos bairros do Papicu e Cocó.

A reivindicação por um sistema coletivo de esgotamento sanitário, permanece, pois o problema está afetando apenas os moradores do Conjunto e os investimentos necessários são muitos altos. A rede de Fortaleza atinge somente até o ramal ferroviário Parangaba - Mucuripe, não chegando aos bairros do Cocó e Papicu.

A implantação do sistema de drenagem das águas superficiais merece análise mais aprofundada, devido aos transtornos que o problema causou, dealojando centenas de famílias, e aos interesses que perpassam a questão em termos econômicos e políticos.

Durante anos, a população organizada na Associação de Moradores da Cidade 2.000, com o apoio da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, de entidades profissionais e de políticos, denunciaram na imprensa o descaso dos governantes diante do problema de alagamento de centenas de casas do Conjunto.

O resgate da história recente da mobilização dos moradores do conjunto, através de entrevistas e levantamentos em jornais e documentos oficiais, nos remete à análise dos fatos que se seguem.

A Delegacia Regional do Banco Nacional de Habitação em Fortaleza notificou o Prefeito César Cals Neto, sobre o alagamento de vastas áreas do Conjunto Habitacional Cidade 2.000, danificando numerosas casas de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação. Essa notificação resultou da pressão dos moradores, dando origem ao

processo 583/84, despachado pelo Gabinete do Prefeito à SUPLAM. Oficializou-se, assim, o problema e a necessidade de solução imediata.

O BNH comunicava que "o alagamento, conforme perícia mandada realizar pela ALLIANS - Ultra Mar - Companhia Brasileira de Seguros, foi decorrente da obstrução do escoamento natural, provocado pelo aterro de uma lagoa próxima às vias públicas do Conjunto Residencial" e solicitava providências dos órgãos públicos competentes, "para que fosse realizada a desobstrução da área afetada, sob pena de repetição do alagamento, nas próximas estações invernosas". E ressaltava que parte das quadras 18 e 19 permaneciam alagadas impedindo qualquer trabalho de recuperação dos imóveis sinistrados pela empresa seguradora. (Ofício no. 538/84 - BNH) de 14.09.84.

A intervenção do BNH resultou do fato de que a empresa responsável pela apólice de seguro das casas do Conjunto estava condicionada à cobertura das despesas decorrentes da recuperação dos imóveis residenciais, a eliminação em definitivo das causas que provocaram as enchentes (O Povo, 08.06.85).

O Gabinete do Prefeito de Fortaleza determinou medidas emergenciais para minimizar de imediato os problemas daquela comunidade e encomendou à SUPLAM um análise detalhada do problema. Os técnicos levantaram o histórico das intervenções urbanas, reconstituindo inclusive a topografia local, com análise comparativa do relevo (elevações e depressões), dos recursos naturais (rio, riachos e lagoas) e das áreas alagáveis existentes (PMF).

O parecer do técnico da Divisão de Política Urbana da SUPLAM informava que "houve aterramento da Lagoa do Gengibre, que não contestava nas áreas de proteção de recursos hídricos do Município de Fortaleza" e "que esta Lagoa estava localizada nas glebas 1P e 2P do

loteamento da Cia. Imobiliária Antonio Diogo, que foram desmembradas e edificadas". No final, concluía que era impossível o desaterramento da Lagoa do Gengibre, e sugeriu que o processo fosse encaminhado à SUMOV, órgão municipal indicado para este tipo de solução, em concordância com as diretrizes da lei estadual de proteção aos recursos hídricos. (Parecer de Luiz Eduardo de C. Silva, em 02.10.84 - DPU/SUPLAM).

O processo foi enviado para um especialista em engenharia cartográfica da SUPLAM que reuniu outros elementos para reconstituir as condições naturais da sub-bacia antes da ocupação urbana da área e determinar a forma como esta ocupação teria contribuído para a configuração atual do problema, considerando, historicamente, os loteamentos, obras e outras medidas ou fatos pertinentes à matéria (Parecer de 05.10.84).

Este engenheiro propôs a construção de um canal de drenagem revestido ladeando a Avenida das Castanheiras a leste, a rua Nogueira Paes a norte, e a rua Francisco Matos a oeste. Atravesando a Avenida Santos Dumont por bueiros ou manilhas, o dreno ia acabar na lagoa do Papicu. O estudo não deveria encontrar grandes dificuldades, já que a declividade do terreno é regular ao longo do trecho (SUPLAM, 20.02.85).

Depois de realizados estes estudos, a SUPLAM, em seu relatório final, considerou como fatores responsáveis pelas inundações na Cidade 2.000:

A - impermeabilização do terreno, fruto do processo de ocupação residencial de alta densidade que ocorre na área;

B - redução da capacidade de compensação interna do sistema devido ao aterramento das lagoas naturais existentes;

C - implantação de loteamentos incidentes na área da Lagoa Grande.

O relatório recomendava um "reestudo de preservação ambiental, de uso e de ocupação da área onde incide e tem influência a Lagoa Grande, de modo a estabelecer-se novas diretrizes de urbanização que previnam quanto ao agravamento das inundações as quais ameaçam a Cidade 2.000" (SUPLAM: Relatório Cidade 2.000 - 1985).

Outras propostas foram feitas na época, como a de um engenheiro sanitário da AUMEF, que participou do Plano Diretor de Drenagem da RMF, e a de um arquiteto da SUPLAM.

O engenheiro da AUMEF defendeu, como solução definitiva para os problemas que afligiam os moradores da Cidade 2.000, a formação de um eixo macrodrenado a partir da Avenida Santos Dumont até o Rio Cocó. Este profissional salientava que aquela avenida passou a ser considerada, como foi apontado pelo Plano Diretor de Drenagem, um divisor de águas. Isso significa que tudo o que se situar na sua margem esquerda, levando em conta o sentido de quem desce da Aldeota à praia, terá as águas drenadas para as praia do Mucuripe e Meireles; o que se colocar no lado direito da avenida pertencerá a bacia do Cocó. O escoamento dessas águas, anteriormente, dava-se no sentido da Lagoa do Papicu, o que tornava área componente das bacias da vertente marítima e não da Bacia do Cocó. A construção da Avenida Santos Dumont criou um divisor de águas artificial, que fez com que as águas antes drenadas para a vertente marítima escoassem todas em direção a área da Lagoa Grande/Cidade 2.000, complicando sobremaneira os problemas de alagamentos e enchentes naquela região, já que as barreiras de ordem física - dunas e declividade - impediram a drenagem dessas águas extras daí para o Rio Cocó (Figura no. 50).

Por outro lado, a área do Papicu, que normalmente recebia uma quantidade maior de águas superficiais anualmente, teve a sua

Figura 50 - RECURSOS HÍDRICOS/DIRETRIZES DE DRENAGEM DA SUB-BACIA B2.1- Cidade 2.000- Fortaleza

alimentação hídrica acentuadamente diminuída, tornando os seus contornos hídricos bem menores e diminuindo a infiltração para o lençol freático local, já que diminuiu o aporte de águas. A frequente escassez de água que assolava o Conjunto devia inclusive estar relacionada a esse fato, uma vez que, inicialmente, o abastecimento de água local era feito a partir de poços, na área da Lagoa do Papicu.

Essa análise faz supor que a melhoria do abastecimento de água para Cidade 2.000 e o bairro Cocó deu-se antes pelo fato de não haver disponibilidade nos poços, que pela realidade da contaminação da água. Não se acredita que a administração pública local, principalmente aquela época, fosse tão sensível às questões de qualidade de vida e qualidade do meio ambiente, mesmo levando-se em conta a população de maior renda presente na área, que encontraria, com encontrou, medidas alternativas.

O engenheiro da AUMEF justificava que para escoar as águas desde a Santos Dumont até o rio seria necessário vencer uma declividade que existe nas proximidades do leito do Cocó. A obra exigiria grandes recursos, mas esses gastos seriam menores do que aqueles aplicados em projetos paliativos. Além do mais, a área a ser trabalhada ainda não fora ocupada, o que facilitaria a imediata implantação (O Povo, 08.06.85).

O arquiteto da SUPLAM lembrava a recomendação do Conselho de Recursos Hídricos que consistia em fazer duas macro-drenagens na Cidade 2.000. Uma aproveitaria a que já existia, estendendo-a até a Lagoa do Papicu, que fica do lado direito do divisor artificial de águas. A outra parte das águas do Conjunto iria para o Rio Cocó.

Esta recomendação foi criticada por vários especialistas por

não consistir numa solução definitiva, mas numa mera transferência de problemas. As justificativas dos que refutavam essa proposta eram as seguintes. A Lagoa do Papicu sangra para o riacho Maceió, que desemboca na Praia do Mucuripe ao lado do monumento erguido a Iracema. A região por onde corre o riacho está quase que totalmente ocupada e, em vários trechos, onde seu leito natural não foi respeitado, já apresenta problemas. O volume d'água que a Lagoa do Papicu receberia agravaria ainda mais a série de complicações que já existia. Então, para evitar alagamentos na bacia do Maceió, seria necessária a execução de obras em terrenos já ocupados, o que acarretaria maiores investimentos do que a macro-drenagem apenas para o Rio Cocó. (O Povo, 08.06.85).

O assunto também foi discutido pelo Poder Legislativo, além dos órgãos do Executivo, da imprensa e das associações de bairros. O Deputado Fernando Mota (PMDB), em discurso proferido na Assembleia Legislativa, propunha outra solução para o problema. Argumentava que o sistema de drenagem da Cidade 2.000 poderia ter seus custos facilmente reduzidos, se não "fora a terraplanagem executada por uma imobiliária que transformou a Cidade 2.000 numa verdadeira bacia de receptação de toda aquela área que contorna a bacia hidrográfica da região mencionada. O projeto que poderia custar 2 bilhões ultrapassará a casa de 30 bilhões de cruzeiros". Ele advertia que a Prefeitura ordenasse à imobiliária faltosa que executasse a drenagem na parte referente ao aterro por ela executado indevidamente e assim reduzisse os custos da obra necessária à tranquilidade da população do bairros (O Povo, 05.09.85).

A empresa responsável pelo aterramento da Lagoa do Gengibre é a Transímovel que fez os desmembramentos da gleba 1P em 1979. A proposta do Deputado Fernando Motta não teve nenhuma repercussão, pois ao Poder

Público não interessavam por punições ao capital imobiliário, financiador dos projetos políticos de inúmeros candidatos, as vésperas das eleições municipais de 1985.

O projeto de drenagem da Cidade 2.000, coordenado pela SUMOV, recebeu sugestões de técnicos de órgãos do Estado, como a AUMEF, bem como de membros da direção da SOCEMA e de líderes comunitários, como o presidente do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branco.

Esta participação foi elogiada em editorial do Jornal O Povo, de 12.09.85, que assinalava existir "um dado que merece menção especial. A elaboração do projeto de drenagem da bacia do papicú foi procedida de estudos em que foram ouvidos setores que interferem nas questões do Meio Ambiente ... Até bem pouco tempo, os chamados órgãos técnicos oficiais agiam com pasmante auto-suficiência e com chocante desprezo pela opinião pública".

Esta mudança de postura dos órgãos da Prefeitura se deu com a nomeação de novo Prefeito para Fortaleza, o Deputado Barros Pinho, do PMDB, partido ao qual aderiu o então Governador Gonzaga Mota. Era a volta do discurso do planejamento participativo, que tinha objetivo de obter o reconhecimento público e legitimar as decisões dos administradores.

Posteriormente, foram feitas críticas ao projeto pelo próprio líder comunitário do Núcleo Sabiá Branco e pelo engenheiro sanitarista responsável pelo sistema de abastecimento d'água da Cidade 2.000, apesar das várias sugestões dadas e de sua participação na discussão da proposta final.

De acordo com depoimentos de engenheiros da SUMOV ao jornal O Povo, o projeto contaria com obras de macro-drenagem e com a instalação de 300 metros de tubulação de micro drenagem (O Povo e DN, 11.09.85).

A macro-drenagem consistia de 1950 metros de extensão, com seções de 2m x 1,20m no início e de até 4,60m de largura no final. Em alguns trechos o duto de concreto teria diâmetro de 1,50m e em outros de 1 metro. A macro seria implantada na Alameda das Castanholeiras, na Alameda das Verbenas, na Alameda das Graviolas e daí seguindo para o sul do Conjunto em direção ao Cocó. As galerias teriam seções retangulares e circulares. Valas escoradas com pranchas de madeiras permitiriam a instalação de um sistema de dreno poroso para rebaixar o lençol freático. A água que invadira as alamedas das quadras, provenientes da Lagoa Grande, seria captada para a rede de drenagem através da bocas de lobo. O serviço estava projetado para coletar toda a água da bacia, que contribuía para inundar a Cidade 2.000. A micro-drenagem iria coletar água das galerias secundárias, enquanto as águas superficiais escoariam para a galeria principal.

No projeto existiam quatro pontos de alagamento, sendo três nas extremidades do Conjunto e um outro na entrada.

Segundo os técnicos responsáveis, o projeto foi dimensionado para um período de 25 anos, supondo-se que todas as quadras da área estariam urbanizadas, com os terrenos ocupados e construídos (Entrevista com Ronaldo Mourão, em 04.03.86).

O projeto de drenagem elaborado pela SUMOV para a Cidade 2.000 apresentou uma bacia de contribuições de 234,05 ha, que integra a Sub Bacia B-2 da divisão do Plano Diretor de Drenagem da R.M.F. A bacia da Cidade 2.000 está assim distribuída: Sub-bacia A-1, com 165 ha, drenando para o complexo hídrico da Lagoa Grande, daí seguindo para o Rio Cocó, através da drenagem da Cidade 2.000; sub-bacia A-2, com 27,87 ha, A-3, com 8,76 ha, A-3a, com 7,88 ha, A-a, com 20,36 ha, e A-4, com 4,18 ha, num sub-total de 69,05 ha, contribuintes diretas da Cidade 2.000, drenando para o Rio Cocó (Figura no.51).

Fonte: AUMEF - Nov./87

Figura 51 -BACIA DE DRENAGEM DA CIDADE 2.000 -Projeto SUMOV-1985

Além da área do Conjunto e de algumas quadras a norte, a maior área beneficiada é a da Sub-bacia A-1, com 165 ha, a leste da Cidade 2.000, correspondendo as glebas de 1Pa a 10Pe, 8s e 9s, denominações dadas no loteamento do Sítio Diogo, da Imobiliária Waldir Diogo.

Por estranha coincidência, os responsáveis pelo aterro das lagoas Gengibre e Grande e os proprietários destes terrenos e dos atuais edifícios e casas de luxo foram, na verdade, os maiores beneficiados. Mais uma vez, o que parecia uma conquista dos moradores da Cidade 2.000, cuja luta os políticos apoiavam na esperança de votos, foi uma vitória do setor imobiliário. Locrou aterrando lagoas, desmontando dunas, construindo em áreas impróprias, que deveriam ser reservadas ao lazer e a proteção da natureza, gerando problemas ambientais para si e para outros moradores. Lucrou novamente com a solução dada pelo Poder Público, sem nenhum custo. Lucrou também a indústria da construção civil associada.

A obra dispunha, em 1985, de recursos oriundos do DNOS e da SUDENE. O orçamento previsto era de 7 bilhões e 800 milhões de cruzeiros (O Povo, 11.09.85). Para sua conclusão foram dispendidos mais de 10 milhões de cruzados.

No momento da concorrência os custos alcançavam 9 bilhões e 60 milhões de cruzeiros, que assim foram distribuídos com as empresas contratadas de acordo com os diferentes trechos do Projeto:

1. Construtora Bandeira de Melo, responsável pelo trecho da Avenida das Castanholeiras da estaca 0 a 12, com um custo de Cz\$ 930 milhões.

2. Construtora Marquize, responsável pelo trecho da Avenida das Castanholeiras, da estaca 12 a 24, mais de 118,0 metros com um custo de Cz\$ 930 milhões.

3. Construtora SHAIN CURY, trecho entre as alamedas das Verbanas as estacas 41 a 273,0 metros com um custo de Cz\$ 1,4 bilhões.

4. Solidus Engenharia, trecho da Alameda das Verbanas, da estaca 27 a 0 mais 11,0 metros. Custo de Cz\$ 1,3 bilhões.

5. COonstrutora Pinto, trecho da Alameda das Graviolas da estaca 0 a 15 mais 10,0 metros. Custo de Cz\$ 2,7 bilhões,.

6. Construtora Integral encarregada do lançamento final da rede de drenagem que se dará através do canal aberto para o Rio Cocó. O custo era de 1,8 bilhões (DN, 21.09.85).

Não constaram da concorrência os trechos referentes a área central (Avenida Centro Oeste) e a região que corresponde a Avenida dos Flamboyants, existentes no projeto inicial. Estes trechos seriam executados numa 2a. etapa, pois não havia verba suficiente. A zona leste do Conjunto era a mais prejudicada, durante as chuvas, por isso foi considerada prioritária.

Mas os críticos a esta "grande obra" são muitos, inclusive as pessoas que se envolveram no discutível "planejamento participativo" para elaboração do projeto de drenagem coordenado pela SUMOV.

O Presidente do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branco, um destes participantes, propôs que o serviço de drenagem a ser instalado seguisse a drenagem natural. Propunha a solução através da canais abertos dando para o sangradouro da Lagoa Grande, os quais passariam pelos olhos d'água, entrariam na tubulação para a Lagoa Papicu, que daí os encaminhariam para o Riacho Maceid, desaguando assim no mar."(O Povo, 25.09.85). Essa drenagem natural não era mais possível, já que a área drenada não se encontrava em seu estado natural e seu entorno estava quase totalmente edificado. Para os

técnicos da SUMOV, o custo do projeto dirigindo as águas para o riacho Maceib seria bem mais elevado.

O Presidente do Núcleo não concordava com a proposta da SUMOV, justificando que, "da maneira como pretendem fazer, vão é levar toda a água para dentro da Cidade 2.000 e não terá bueiro que resolva o problema. O que nós queremos é exatamente passar com esta água por fora" (O Povo, 12.04.85). Acreditava que, por certo período, o sistema iria funcionar a contento, mas, com o passar do tempo, pelo processo natural de assoreamento a tubulação de 1950 metros ficaria entupida e seria impossível ou inviável limpá-la, tendo então o mesmo destino de outros canais feitos pela SUMOV. E esclarecia: "A colocação de tubos porosos na tentativa de baixar o lençol freático, não resolverá, pois serão vedados por um barro branco gomoso que se encontra a certa profundidade"(O Povo, 25.09.85).

Para este defensor do meio ambiente, "a obra de drenagem foi feita como se a Cidade 2.000 estivesse isolada do conjunto geográfico, onde predominam lagoas e olhos d'águas. A drenagem não resolverá os alagamentos ali, só atenderá as águas das chuvas, quando o problema da Cidade 2.000 são as lagoas circunvizinhas aterradas pela especulação imobiliária. A Cidade 2.000 se transformará no sangradouro dessas Lagoas" (DN, 07.04.86).

O projeto da SUMOV não passou pela AUMEF, órgão responsável pela aprovação de obras nas áreas de entorno dos recursos hídricos da RMF. Não foram consideradas as três lagoas existentes na área, nem o movimento subterrâneo das águas" (DN, 21.01.86). O projeto sacrifica as lagoas, pois prevê a retirada das águas das lagoas para jogar no Rio Cocó.(DN, 04.10.85).

De acordo com Fabiane, do Núcleo Sabiá Branco, advirão consequências maléficas com execução da obra. Fatalmente a especulação

imobiliária chegará a margem do Rio Cocó, já que a vala de drenagem faz este mesmo percurso. Haverá problemas com os posseiros da área que habitam o local há mais de 50 anos, uma vez que há o perigo da destruição da Lagoa Grande, pois caso esta seja soterrada, no local será construído o prolongamento da Avenida Padre Antonio Tomás (DN, 02.09.85).

Um engenheiro da SUMOV, no entanto, justifica a proposta do órgão, mostrando a impossibilidade de ocorrerem as previsões do Presidente do do Sabiá Branco. "As galerias, no início do trecho, serão colocadas a 2,20 metros de profundidade, e no final descerão a 7 metros. Será a escavação mais profunda do serviço de drenagem, daí a construtora ter se apressado em iniciar logo as obras. As galerias terão 5 metros por 10 de largura. Serão verdadeiros corredores, não poderão ficar entupidos" (O Povo, 26.09.85).

As previsões do Presidente do Núcleo quanto a possibilidade de transformação da Cidade 2.000 num grande sangradouro das lagoas, serão concretizadas como seja executado o projeto da AUMEF para o complexo hídrico da Lagoa Grande, que prevê "compatibilizar o processo de ocupação urbana com a preservação dos recursos e do meio ambiente, buscando solucionar os problemas atuais e direcionar este processo, de modo a prevenir a ocupação urbana futura da sub-bacia B-2.1 e sua periferia, definir a drenagem da sub-bacia B-2.1.1. para assegurar o escoamento das águas pluviais e evitar a formação de áreas alagáveis e inundações; otimizar a drenagem da sub-bacia B-2.1.2; recuperar e preservar o complexo da Lagoa Grande, capacitando-o como bacia hidráulica de amortecimento de cheias e elemento macrodrenante, evitando inundações e reduzindo sua vazão; preservar a Lagoa Artificial, em razão de suas dimensões significativas e potencial paisagístico, e sua capacidade de atuar como lagoa de amortização".

JORNAL dos BAIRROS

Sem preconceito/Sem mágoa do passado/Sem que se ficar do lado/De quem não quer navegar

Foto: Everton Lemos

A Cidade 2000 transformou-se em um sangradouro das lagoas da área, aterradas pela especulação imobiliária

Drenagem não resolverá o problema na Cidade 2000

As obras de drenagem da Cidade 2000, iniciadas em setembro do ano passado, na Administração Barros Pinho, e com prazo de conclusão em janeiro último, estão paralisadas devido às chuvas, e as consequências para os moradores são as mais graves. Ontem pela manhã, uma comissão de moradores, liderada por Fabiani Cunha, percorreu os trechos da obra paralisada com jornalistas, numa tentativa de comprovar que a drenagem que vem sendo feita não resolverá os alagamentos ali. Segundo Fabiani Cunha, a drenagem só atenderá as águas das chuvas, quando o grande problema da Cidade 2000 são as águas de lagoas circunvizinhas, aterradas pela especulação imobiliária.

A Cidade 2000 se transformou num sangradouro dessas lagoas, afirma ele. Com o aterro das lagoas, o nível da Cidade 2000 ficou mais baixo, recebendo além das águas das chuvas as de lagoas. A obra de drenagem, de acordo com Fabiani Cunha, foi feita como se o conjunto habitacional estivesse isolado do conjunto geográfico onde predominam lagoas e olhos d'água, resultado esperado não é dos melhores, mesmo que a obra seja concluída. Outra crítica feita à obra diz respeito à desobediência da drenagem natural. "Se a drenagem natural fosse recuperada", declara Fabiani, "esse canal nem seria necessário".

CALAMITOSO

A prova é que em 1974, quando houve um grande inverno, mas as lagoas ainda não tinham sido aterradas e a drenagem natural seguia seu curso, a Cidade 2000 não sofreu inundação. Em 1979, já com o aterro de lagoas, a Cidade experimentou o problema pela primeira vez. De lá até aqui, descontados os anos de seca, as inundações vêm se repetindo sempre. "Drama calamitoso" é como Leide Barreto, moradora da Quadra 14, casa 207, define a situação do conjunto. "Estamos dentro de uma lagoa", declara, completando que os mais prejudicados são os moradores do lado Norte do conjunto, da quadra 01 a 23. "Nossa finalidade é não morarmos mais aqui".

O vendedor Wilson Gomes, membro da comissão, ressalta que a obra de drenagem foi iniciada na época da campanha do deputado Paes de Andrade, a Prefeitura, mas como ele foi derrotado as obras, além de servirem à propaganda, só estão beneficiando mesmo as empreiteiras. No ponto em que estão as coisas, com a especulação imobiliária teimando em atenuar lagoas cujas águas escorrerão ainda mais para o conjunto, Angélica Maria Pinheiro, professora da Uece e

membro da comissão, diz que o problema foge da alçada da Prefeitura. "A drenagem, sim, deve ser concluída pela Prefeitura, mas nosso apelo é para o governo do Estado, através da Aumef", disse.

ÁGUA COM PEIXE

A Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (Aumef) é quem delimita e trata da preservação de recursos hídricos, no caso. E uma mostra de que a drenagem não resolverá o escoamento das águas das lagoas é que o projeto prevê a drenagem apenas da área limitada à Cidade 2000. Enquanto isso, águas com peixes, numa prova de quem vêm das lagoas, correm pelas ruas do conjunto.

Como a obra de drenagem já foi iniciada, alguns moradores, a exemplo do funcionário público Alfredo Fontenele Pacheco e Luciano Rosa de Oliveira, querem a conclusão do canal. A Presidente da Associação de Moradores do bairro, Iolanda de Sousa Pereira, lembra que na administração passada, o superintendente da Sumoy garantiu que as obras não parariam. A mesma promessa foi feita pela atual Prefeita e até agora nada. O ideal, no entanto, seria que a natureza fosse respeitada: as lagoas não fossem aterradas e a drenagem ocorresse por seu canal natural.

Para tanto também foram elaboradas propostas de intervenção no complexo hídrico da Lagoa Grande prevendo abertura de dois canais de interligação entre as três bacias hidráulicas, a céu aberto, para tornar o complexo um sistema hídrico integrado. Essas propostas prevêm também a determinação das cotas de solteiras de sangria em 18,60m, e de sangria máxima na cota 19,10m, para aumentar a capacidade do complexo hídrico.

Além destes dois canais ligando as 3 bacias lagoas, serão abertos mais dois canais - vertedouro 1 e vertedouro 2 que sangrarão para o sistema de drenagem da Cidade 2.000 (Figura no. 54).

A proposta da AUMEF visa integrar as três lagoas responsáveis pelos grandes alagamentos da Cidade 2.000 e propõe faixa de preservação de 1a. e 2a. categoria. Repete-se a mesma forma utilizada na Plano Diretor de Drenagem para delimitar estas faixas equidistantes de 50 m para 1a. categoria e de 300 m para 2a. categoria. O limite é determinado sem levar em consideração o relevo e a área de inundação das lagoas que não respeitam o critério da equidistância.

A preservação do Complexo Lagoa Grande era uma reivindicação do Núcleo Sabiá Branco. Pode-se considerar uma vitória, pois a Lagoa Grande não será mais soterrada para dar passagem a Avenida Padre Antonio Tomás. Mas a Cidade 2.000 se transformará em sangradouro de todo o complexo Lagoa Grande, como temia o presidente deste Núcleo. Quanto ao perigo das galerias ficarem assoreadas e provocarem alagamentos ainda não foi possível constatar, devido ao pouco tempo de inauguração da obra.

Outro sério problema apontado pelo Núcleo Sabiá Branco era o perigo de ligações clandestinas das fossas como novo sistema de drenagem, pois a Cidade 2.000 não tem rede de esgoto. Repetir-se-ia no

Conjunto o que acontece em outras áreas de Fortaleza, pois seria difícil fiscalizar os responsáveis (O Povo, 25.09.85).

O Assessor de Secretaria de Saúde do Município, Engenheiro Francisco Demóstenes da Silva apontava para o perigo da poluição também do Rio Cocó. Seu temor é que "os canais construídos (cerca de 500 metros) ao drenar as águas em direção ao Cocó levem para o rio uma carga de poluição muito grande. Além do lençol freático poluído, seria difícil controlar as ligações clandestinas de esgotos aos canais". Duvidava também da validade do sistema de drenagem, que, na sua opinião, poderá funcionar para drenar as águas superficiais, mas não influenciará o lençol freático, ao contrário do que pretendia o projeto. Discordava ainda que as águas subterrâneas baixariam. "A precariedade do sistema de fossas vai continuar, e elas voltarão a estourar no inverno contaminando o lençol freático." E finalizava afirmando que "o problema da Cidade 2.000 não será solucionado sem a instalação de um sistema coletivo de destinação dos efluentes das casas" (O Povo, 22.11.85).

E deixava uma previsão catastrófica, afirmando que as obras já feitas serão totalmente destruídas, levando por água abaixo também o dinheiro público empregado (Cz\$ 2 bilhões e 600 milhões já gastos), caso o inverno chegue antes de sua conclusão". Até o final de novembro, efetivamente, só haviam sido executado 30% do Projeto (O Povo, 21.11.85).

Como previa o engenheiro, com a chegada antecipada das chuvas, a obra de drenagem entrou num ritmo lento de trabalho. As obras necessitavam de várias bombas de sucção para que fosse efetuada a retirada de toda água lamacenta que obstruía o canal. As seis construtoras esperaram que a Prefeitura providenciasse as bombas (DN, 17.12.85).

O dia-a-dia dos bairros

Cidade 2000 está com sua drenagem ameaçada

E os drenos podem poluir ainda mais o Rio Cocó

Todo o serviço já feito para o sistema de drenagem da Cidade 2.000, onde foram gastos cerca de Cr\$ 2 bilhões 600 milhões, pode ficar inutilizado caso o inverno chegue antes de sua conclusão. No passo que os trabalhos andam, o superintendente da Sumov, Joacir Demétrio de Sousa, admite que só terminarão no fim de janeiro, sendo interrompidos se começar a chover.

O engenheiro sanitaria Francisco Demóstenes discorda do projeto da Sumov e prevê que as obras já feitas serão totalmente destruídas, levando por água abaixo também o dinheiro público empregado. Ele teme ainda que os drenos, funcionando, levem uma carga muito grande de poluição para o Rio Cocó.

MESMA SITUAÇÃO

Segundo o titular da Sumov — Superintendência Municipal de Obras e Viação, foram concluídos cerca de 30 por cento da obra. Daqui para o fim de dezembro, espera que outro tanto seja feito, se não começar a chover nesse mês. Sem querer reconhecer que o serviço foi inútil, ele acha que o máximo que vai acontecer será a situação do conjunto permanecer do mesmo jeito.

Ou seja: apesar de todos os recursos dispendidos e de toda a expectativa dos moradores, que sofrem há anos o problema das inundações, sua situação vai ficar na mesma, quando muito será minorado um pouco a dimensão dos alagamentos, na opinião do Joacir Demétrio de Sousa.

Outro problema levantado é que os canais já construídos — cerca de 500 metros —, ao drenar as águas em direção ao Cocó, levam para o rio uma carga de poluição muito grande. Além do lençol freático poluído, o engenheiro sanitaria alerta e o próprio superintendente da Sumov admite, que será difícil controlar as ligações clandestinas de esgotos aos canais.

ERROS

Essa questão foi levantada desde o anúncio do projeto da drenagem por Fabiani Cunha, para quem o escoamento das águas deveria ser feito no sentido do norte, e não o contrário, como está sendo. A própria topografia dos terrenos, diz, favorece sua posição, pela construção de canais abertos dando para o sangradouro da Lagoa Grande.

O serviço pode ficar inutilizado se o inverno chegar antes do final dos trabalhos

O engenheiro sanitaria Francisco Demóstenes, responsável por um estudo hidrogeológico da área para a construtora que implantou a Cidade 2.000, também discordou desde o início com o projeto de drenagem feito pela Sumov e executado por seis empreiteiras.

Segundo ele, o conjunto habitacional é um dos exemplos mais flagrantes da maneira irresponsável como é tratada a questão do saneamento básico em Fortaleza e, conseqüentemente, a saúde pública, gerando a contaminação de nossos recursos hídricos.

O erro começou logo na aprovação do projeto de construção das casas, pois, no estudo encomendado pela construtora, Demóstenes já alertava para a problemática destinação que iria ter os efluentes de esgotos domésticos e a drenagem das águas superficiais, devido à caprichosa topografia do terreno, constituído de inúmeras

elevações e pequenas coleções d'água. O documento que ele elaborou à época apontava, inclusive, os locais que seriam inundados nas épocas invernosas.

Agora, o engenheiro sanitaria duvida da validade do sistema de drenagem, que na sua opinião poderá funcionar para drenar as águas superficiais (de chuvas), mas não influirá no lençol freático, ao contrário do que pretende o projeto. Francisco Demóstenes discorda da afirmação do superintendente do órgão de que as águas subterrâneas baixariam cerca de um metro e meio com o sistema de drenagem. Na sua opinião, a precariedade do sistema de fossas vai continuar, e elas voltarão a estourar no inverno, contaminando como sempre o lençol freático. O problema da Cidade 2.000 não será solucionado, finaliza, sem a construção de um sistema coletivo de destinação dos efluentes das casas.

As chuvas continuaram caindo durante todo o primeiro semestre de 1986. Em alguns trechos a água chegou a 2 metros de altura, o que impediu a continuação das escavações para a construção das galerias, provocando a suspensão dos trabalhos (DN, 02.01.86).

Até o dia 09.01.86, prazo previsto inicialmente para entrega da obra, haviam sido realizados entre 50 e 60% dos trabalhos (DN, 10.01.86). O prazo foi prorrogado até março, pois vários imprevistos atrasaram os trabalhos, como as chuvas antecipadas do mês de dezembro e a necessidade de importar equipamentos de outros estados.(DN, 10.01.86).

O Prefeito Barros Pinho entregou a Prefeitura de Fortaleza ao sucessor eleito pelo PT, sem ter conseguido cumprir a promessa de entregar a obra nos 90 dias, nem mesmo depois (DN, 02.01.86).

O Presidente do Núcleo Sabid Branco se manifestou para levantar nova denúncia: "Minha impressão pessoal é de que não sei até que ponto esse projeto serve mais ao interesse da especulação imobiliária do que à comunidade. Quanto mais prédios forem construídos na parte leste, mais água acumulará na Cidade 2.00, e se assim for, não há tubulação que dê jeito".(O Povo, 25.09.85).

Embora tenha participado e dado apoio à obra da Prefeitura, o Presidente do Núcleo diz que pelo risco da obra, "esse foi o presente de grego de Barros Pinho" (DN, 09.85).

A Prefeita Maria Luiza, ao assumir a Administração de Fortaleza, reuniu-se com o representantes das seis construtoras, e com membros da Associação de Moradores da Cidade 2.000, com o objetivo de levar ao conhecimento desta comunidade informações sobre o estágio dos trabalhos de drenagem. Na oportunidade comprometeu-se com os moradores de que "os trabalhos não serão paralizados apesar do boato

da falta de verbas, e possivelmente estarão concluídos no final do mês de março. Os trabalhos continuarão até que a 1a. etapa esteja concluída. A 2a. etapa ainda não tem recursos garantidos " (DN, 212.02.86).

Esses prazos também não se cumpriram durante o ano de 1986. As chuvas e os alagamentos continuaram castigando a população do Conjunto, e atrapalhando o andamento das obras. A falta de verbas foi outro responsável pela morosidade na execução do projeto.

Segundo alguns moradores, as obras de drenagem não tinham, até julho de 1986, resolvido os problemas de várias ruas do Conjunto. Consideravam que eles tinham se acentuado, pois as obras concorriam para que o nível do lençol freático subisse e com isso facilitasse o saturamento de fossas e consumidores. (DN, 19.07.86).

Convênio assinado entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Ministério Extraordinário de Irrigação, permitiu o término das drenagens do Conjunto. Estas obras foram inauguradas pela Prefeita Maria Luiza Fontenele, em fevereiro de 1987, com a presença de representantes da comunidade e de diversos órgãos públicos.

Antes mesmo da obra ser concluída, técnicos e preservacionistas se dividiam no posicionamento sobre o projeto. Ecologistas chamavam a atenção para o perigo da poluição do Rio Cocó pelo lençol freático, oriundo do Conjunto, tendo em vista que este é, de antemão, poluído pelas fossas das residências ali localizadas. A poluição, indubitavelmente, alcançará níveis mais elevados, na medida em que forem sendo realizadas as ligações clandestinas de esgotos às galerias pluviais. Isso certamente ocorrerá, já que o problema de saneamento básico em Fortaleza está longe de ser resolvido. Promessas nesse sentido, no entanto, já despontam, como fruto da proximidades de novas eleições para a Prefeitura da Capital.

7. CONCLUSÃO

O desenvolvimento capitalista brasileiro, notadamente a partir da década de cinquenta, tem desencadeado um processo de urbanização acelerada que, em vista da incapacidade do Poder Público de suprir a cidade de meios de consumo coletivo, vem comprometendo a qualidade de vida nas cidades.

Mais da metade da população brasileira vive hoje em grandes aglomerações; e a pressão migratória não se reduz em função dos problemas fundiários no campo. A demanda por terra urbanizada cresce significativamente, elevando o custo do solo nas áreas beneficiadas com serviços públicos. O Poder Público, como não pode atender toda procura por infraestrutura e serviços sociais básicos, passa a atuar seletivamente, na maioria das vezes concentrando benefícios em uma mesma área.

A ação das empresas incorporadoras, segundo a lógica da reprodução mercantil do capital imobiliário - a partir de favores e privilégios concedidos pelo Estado, engendra um mecanismo de especulação que promove a valorização artificial de determinadas áreas enquanto adia a ocupação de outras. Esse processo inviabiliza o planejamento urbano e estabelece o crescimento "desordenado" das cidades.

O produto da conjugação desses fatores é a segregação espacial da população. Essa população é obrigada a se deslocar para a periferia do centro urbano, onde encontra moradia de menor custo - preço do terreno ou aluguel - mas arca com o ônus do transporte mais caro e se vê privada de serviços públicos de qualidade. Se alguma conquista

obtem e novamente levada a se mudar, penalizada por impostos e pressionada pelos especuladores.

A ocupação "desordenada" do solo urbano, em função da reserva de extensas áreas para especulação, onera muito a implantação dos serviços públicos, que não pode ser racionalmente orientada. Esse tipo de ocupação também dificulta a discriminação do uso, o que pode trazer consequências danosas para a preservação ambiental e paisagística. A perda de eficiência dos serviços urbanos e a depredação do meio ambiente vão deteriorando a qualidade de vida de todos os habitantes da cidade.

Portanto, os aspectos relativos ao uso do solo, se examinados de forma integrada, conduzem-nos aos problemas perenes da Geografia Urbana. Estão diretamente relacionados com a situação da habitação popular, do sistema de transportes e das próprias finanças públicas municipais. Suscitam questões referentes a emprego, saúde, educação e segurança. Consistem também em considerações quanto à repartição dos custos sociais da vida urbana, ou mesmo, quanto à renda real dos indivíduos. O controle do uso do solo consiste, por isso mesmo, em um requisito fundamental para garantir o direito de moradia digna a cada família e manter a cidade como forma de vida associada.

Fortaleza reproduz e atualiza a dinâmica do processo de desenvolvimento urbano dominante nas capitais do Brasil. Por suas peculiaridades sócio-econômicas, demarca e ressalta no espaço urbano as principais contradições da sociedade e do Estado brasileiros.

E a história da Cidade 2.000 é emblemática, pois é a história da expansão "desordenada", da degradação ambiental e da segregação residencial. Nela se fundem os interesses do capital imobiliário, a ação do Estado e a luta dos moradores para estabelecer

a dialética da transformação social. Pois é também uma história de vitórias e derrotas. Pequenas conquistas da classe trabalhadora, repetidos ganhos do setor imobiliário e seguidas derrotas da natureza.

Embora o setor imobiliário tenha se beneficiado das obras de infra-estrutura, dos equipamentos urbanos e dos serviços sociais duramente conquistados pela população da Cidade 2.000, essa pequena vitória é um marco na luta de resistência dos movimentos sociais urbanos contra a segregação espaço-residencial e pelo direito à cidade. O Conjunto popular - meio aldeotizado, é verdade - vai permanecendo no centro de uma área nobre.

Mas é um marco que aponta para duas direções - a da plausibilidade do direito de ficar e a da inconsistência dos direitos a serem ali exercidos. Pois a cidadania não se realiza em sua plenitude no enclave criado no seio do espaço burguês. Os moradores do conjunto popular permanecem cidadãos de segunda classe, cujo pertencimento na sociedade civil só se dá enquanto consumidor e fornecedor de mão-de-obra. Outras formas de inserção na vida social não são consideradas. O verdadeiro cidadão-complexidade existencial, animal político, consumidor de bens simbólicos e agenciador do anunciado geral de direitos do homem - não se abriga nesse enclave.

No próprio gueto do III Milênio, o sentido do coletivo não é preservado. Os espaços públicos, as calçadas, as áreas verdes e institucionais do conjunto são impunemente privatizadas. "Os próprios organismos públicos destinados a proteger a população, acabam por desnortear-la com suas classificações incompletas e incompreensíveis, e a falta deliberada de ação protetora da saúde dos cidadãos. Enquanto a literatura científica sobre o meio ambiente se avoluma e, mesmo se enriquece, os manuais de ação pública confundem os que deviam esclarecer e, afinal, não protegem" (Santos, 1987: 48)

"O resultado de todo esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da representação política. A quem pode um candidato a cidadão recorrer para pedir que faça valer o seu direito ao entorno, propondo um novo corpo de leis, decretos e regulamentos, ou velando pelo cumprimento da legislação já existente mas desobedecida?"

"A própria existência vivida mostra a cada qual que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos" (Santos, 1987: 48).

Por outro lado, o capital imobiliário e os cidadãos de segunda classe, com seus lucros e conquistas, impõem muitas vezes uma derrota definitiva ao meio ambiente. A cada revolta da natureza respondem com mais aterros, drenagens e desmontes de dunas, ampliando a degradação ambiental.

Assim, as lutas populares por melhores condições de vida não podem estar dissociadas da luta ecológica. O meio natural, embora dominado e transformado, é a única base física disponível para a realização de qualquer utopia urbana. A construção de uma sociedade mais justa e equilibrada terá que ter lugar num espaço preservado para fruição das gerações futuras.

O nome da Fortaleza é, ao mesmo tempo, o significante do bunker dos poderosos e da "terra da luz", símbolo da liberdade. Que a natureza dê lugar ao significado que lhe deu o Dragão do Mar.

B I B L I O G R A F I A

- ABREU, Maurício de Almeida. Espaço Urbano: Uma perspectiva Histórica. Anais do 4o Encontro Nacional dos Geógrafos. Rio de Janeiro, AGB, 1980.
- AGB - Boletim Informativo da Associação de Geógrafos Brasileiros - Seção Fortaleza, maio/junho de 1986.
- ALMEIDA, José Alberto et alii. Habitação e Transporte num Centro Urbano do Nordeste: o caso de Fortaleza. Simpósio Habitação e Transporte - SBPC. João Pessoa, 1984 (mimeo).
- AMADA, Ayrton Teixeira. O Estado Capitalista e o Uso do solo Urbano. Anais do 4o Encontro Nacional dos Geógrafos. Rio de Janeiro, AGB, 1980.
- AMORA, Zenilde Baima. As Transformações da Indústria de Fortaleza face a Política de Industrialização do Nordeste. Tese de Mestrado. São Paulo, USP, 1978.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Estado, Capital e Industrialização do Nordeste. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza. Proposta de Ampliação das Faixas de 1a Categoria-Rio Cocó. Fortaleza, AUMEF, 1985.
- . Bacia de drenagem do Complexo de Lagoa Grande/Cidade 2000, Fortaleza, AUMEF, 1988.
- . Subsídios para a Articulação Intergovernamental na Região Metropolitana de Fortaleza. Fortaleza, AUMEF, 1980.
- AZEVEDO, Sérgio de. Política de Habitação Popular e Subdesenvolvimento. Debates Urbanos, no Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Movimentos Urbanos e Contexto Socio- em Fortaleza. Espaços&Debates. São Paulo, NERU/Cortez e Moraes, (6): 76-78, jun./set. 1982.
- BLAY, Eva Alterman. A Luta pelo Espaço - Crise Urbana ou Crise de Reprodução do Capital. Petrópolis, Vozes, 1979.
- BOGUS, L. M. Vila do Encontro - Notas sobre Relações entre Política Urbana, Família e Reprodução da Força de Trabalho. Tese de Mestrado, São Paulo, PUC, 1980 (mimeo).
- BOLLAFII, Gabriel. Para uma nova Política Habitacional e Urbana. In: Habitação em Questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BRANDÃO, Marília. Jornal Folha Verde - Semana do Meio Ambiente. Fortaleza, junho de 1976.

CNB - Solo Urbano e Ação Pastoral. São Paulo, Ed. Paulinas, 1982.

CAPEL, Horácio. Agentes y Estratégias en la Produccion del Espacio Urbano Español. In: El espacio urbano Español. Barcelona, 1972.

CARLOS, Ana Fani e ROSSINI, Rosa Ester. Estruturação do Espaço - Formas em Nível Regional. Rio de Janeiro, UGI, 1982 (mimeo).

CARVALHO, Gilmar Cavalcante. A Questão Ecológica no Discurso Publicitário Cearense. Trabalho apresentado no Curso de Mestrado em Comunicação Social. São Paulo, USP, 1987 (mimeo).

CASTELLS, Manuel. Problemas de Investigação em Sociologia Urbana. Lisboa, Presença, 1979.

CASTRO, José Liberal de. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza. UFC, 1977.

----- Cartografia Urbana Fortalezense na Colônia e no Império e outros Comentários. In: Fortaleza - Administração Lúcio Alcântara, Prefeitura Municipal de Fortaleza, Fortaleza, 1982.

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE FORTALEZA - Fortaleza: Evolução Urbana (1603/1979). Fortaleza, CODEF/PMF, 1979.

CORREIA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo, Atica, 1986.

----- Classes sociais, Habitação e o Grande Rio. Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos. AGB, Rio de Janeiro, 1980.

COSTA, Luiz Carlos. Aspectos Político-Administrativos do Planejamento Urbano. In: Planejamento Urbano em Debate - Organizado por Ana Helena Pompeu de Toledo e Marly Cavalcanti. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.

ENGELS, Friedrich. A Questão da Habitação. Belo Horizonte, Aldeia Global Livraria e Ed., 1986.

DIARIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARA. Lei de Preservação e Controle dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará. Lei 10.148 de 02/12/1977. Fortaleza, 1977.

----- Lei de Disciplinamento do Uso do Solo para Proteção dos Recursos Hídricos da Região Metropolitana de Fortaleza - Lei 10.147, de 01.12.1977.

----- Decreto-lei nº 15.274 de 25.05.1982, dispõe sobre os fatores de 1ª e 2ª categoria de que tratam os artigos 3º e 4º da lei nº 10.147 de 01.12.1977, Fortaleza, 1982.

GIRÃO, Raimundo. Geografia Estética do Ceará. Fortaleza, BNB, 1979.

CONÇALVES, Carlos Walter Porto. Paixão da Terra - Ensaios Críticos de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro, ROCCO/SOCIT, 1984.

- HARVEY, David. A Justiça social e a cidade. São Paulo, Hucitec, 1980.
- INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - Seção Ceará. Contribuição do Ceará ao Estudo e Avaliação da Legislação Básica do Plano Diretor Físico de Fortaleza. Anais do Forum de Debates Adolfo Herbster. PMF - SUPLAN, Fortaleza, 1980.
- . Planejamento Urbano e Participação Popular: Seminário de desenvolvimento Urbano e Constituinte. Fortaleza, IAB, 1986 (mimeo).
- . Autonomia municipal e Política de Desenvolvimento Urbano. In: Seminário de Desenvolvimento Urbano e Constituinte. Fortaleza, IAB, 1986. (mimeo)
- KOWARICK, Lucio. A Espoliação Urbana. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1980.
- LAMPARELLI, Celso. Nota Introdutória sobre um Objeto de Estudo: O Urbano. São Paulo, CEBRAP, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. Espacio y Política. Ediciones Peninsula, Barcelona, 1976.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. Expansão e Hegemonia Urbana - o caso de Fortaleza. Tese de Mestrado. Fortaleza/UFC, 1983.
- LEMONS, Amalia Inês Geraiges de. La Produccion del Espacio Metropolitano en San Pablo (Brasil). Revista Geográfico - anero-junio, 1985.
- LIPIETZ, A. El Capital y seu Espacio - Barcelona, Siglo XXI, 1979.
- MARICATO, Ermínia. Produção da Casa e da Cidade no Brasil Industrial. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979.
- MARQUES, Regina Elizabeth do Rêgo Barros. Urbanização, Dependência e Classes Sociais: O caso de Fortaleza. Fortaleza, Dissertação de Mestrado, Mestrado em Sociologia, UFC, 1986. (mimeo)
- MELO, David Coelho. Diferenciação Residencial e Classes Sociais na Cidade do Rio de Janeiro. Anais do 4o Encontro Nacional de Geógrafos do Rio de Janeiro, AGB, 1980.
- MORAIS, Jader Onofre. Aspectos de Geologia Ambiental Costeira do Município de Fortaleza (Estado do Ceará). Tese Concurso Professor Titular, Fortaleza, UFC, 1980.
- MOREIRA, Rui. A Geografia serve para desvendar as Máscaras Sociais. in Geografia: Teoria e Crítica, Petrópolis, Vozes, 1982.
- MOTA, Suêtonio. Análise da Legislação Básica do Plano Diretor Físico de Fortaleza. Anais do Forum de Debates Adolfo Herbster. Fortaleza, PMF/SUPLAN, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)ção. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S.A., 1978.

- O Estado e o Urbano no Brasil. In: Espaço & Debate, no. 6, São Paulo, Cortez Editora, 1982.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Lógica da Especulação Imobiliária - Boletim Paulista de Geografia no 55, São Paulo, AGB, 1978.
- PAIXÃO, Ricardo Antonio. Geografia e Meio Ambiente. in: Geografia: Teoria e Crítica (Rui Moreira - org.). Petrópolis, Vozes, 1982.
- PEREIRA, Luis Carlos Breser. O Governo da Cidade e a Utopia (Debate), Espaço e Debates no 6. São Paulo, NERU, Cortez, 1982.
- PESSOA, A. O Uso do Solo. in: Solo Urbano - Debates Urbanos. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Fortaleza. A administração Lucio Ancântara- Março 79/maio 82. Fortaleza, PMF, 1982.
- Legislação Básica do Plano Diretor do município de Fortaleza. Lei 5122 A, 1979, PMF, 1979.
- Anais do Forum de Debates Adolfo Herbster-Preservação de Componentes do Espaço Natural das Áreas Urbanas. SUPLAN/PMF, 1981.
- Relatório sobre as causas das inundações na Cidade 2000. in: Processo PMF no 2583/84, Fortaleza, 1985.
- SALES, Vanda C.C. Democracia e Meio Ambiente - Textos de Apoio dos Grupos de Trabalho - IV Encontro Nacional de Geógrafos. Campo Grande, AGB, 1986
- SAMPAIO, Dorian & LUSTOSA DA COSTA, Francisco José. Anuário do Estado do Ceará. Fortaleza, Stylos, 1973.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Velhas Novidades no Modos de Urbanização Brasileira. In: Habitação em Questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo, Nobel, 1987.
- Espaço e Sociedade. Petrópolis, Ed. Vozes, 1979.
- SEABRA, Manoel F. C. Geografia(s)? In: Orientação. São Paulo, Instituto de Geografia, USP, 5:9-17, out.1984.
- SEABRA, Odete. Os Meandros do Rio nos Meandros do Poder - Tietê e Pinheiros.Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo, Tese de Doutorado, São Paulo, U.S.P. 1986.
- SILVA, José Borzecchiello. Movimentos Sociais Populares em Fortaleza: Uma Abordagem Geográfica. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1986, (mimeo).
- Algodão e o Processo da Organização do Espaço Cearense:Fortaleza.Universidade Aberta. Jornal O Povo, 7.10.84.

- . O Papel de Fortaleza na Rede Urbana Cearense. In: Capítulos de Geografia do Nordeste (Manuel Correia de Andrade-org.) Recife. UGI, 1982.
- . Ceará: Movimentos Migratórios - O Homem sem Terra e a Marginalidade Urbana. Aracaju, Revista Geonordeste, 1(2): 46-51, 1984.
- SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- . Economia Política da Urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza: Uma Análise da Estrutura Urbana. Fortaleza, 3o Encontro Nacional de Geógrafos/AGB, 1978.
- SPORITO, Maria Encarnação Beltrão. O Chão em Presidente Prudente - A Lógica da Expansão Territorial Urbana. Tese de Mestrado. São Paulo, 1983. (mimeo).
- TOPOLOV, Cristian. La Urbanización Capitalista - Algunos Elementos para su análisis. México, Editorial Edicol México, 1978.
- VALLADARES, Lúcia do Prado. (org.). Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VERAS, M. P. A Vida em Conjunto: um Estudo da Política de Habitação Popular. Tese de Mestrado, São Paulo, PUC, 1980.
- WILHEIM, Jorge. O Substantivo e o Adjetivo. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- VETTER, David Michael. O Espaço e a Apropriação dos Benefícios Líquidos dos Investimentos do Estado em Infra-Estrutura Urbana. Anais do 4o Encontro Nacional dos Geógrafos. Rio de Janeiro, 1980.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.